

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

TÉRCIO ELIPHAS LEITE BARBOSA

PSIQUIATRIA E TIPOS NATURAIS

Belo Horizonte

2018

TÉRCIO ELIPHAS LEITE BARBOSA

**PSIQUIATRIA E TIPOS NATURAIS**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais, para obtenção do título de Doutor

Linha de Pesquisa: Lógica, Ciência, Mente e Linguagem

Orientador: Prof. Dr. André Joffily Abath

Belo Horizonte

2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte e respeitados os direitos autorais.

Catálogo na publicação

Serviço de Biblioteca e Documentação

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais.

100

B238p

2018

Barbosa, Tércio Eliphas Leite

Psiquiatria e tipos naturais [manuscrito] / Tércio Eliphas Leite Barbosa. - 2018.

283 f.

Orientador: André Joffily Abath.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Inclui bibliografia

1. Filosofia – Teses. 2. Hacking, Ian. 3. Psiquiatria – Filosofia - Teses. I. Abath, André Joffily. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA



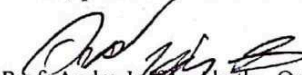
## FOLHA DE APROVAÇÃO

**Psiquiatria e Tipos Naturais**

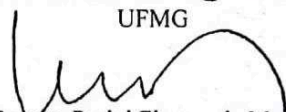
### TÉRCIO ELIPHAS LEITE BARBOSA

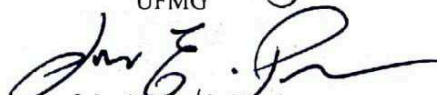
Tese submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em FILOSOFIA, como requisito para obtenção do grau de Doutor em FILOSOFIA, área de concentração FILOSOFIA, linha de pesquisa Lógica e Filosofia da Ciência.

Aprovada em 18 de outubro de 2018, pela banca constituída pelos membros:

  
Prof. Andre Jonhy Abath - Orientador  
UFMG

  
Prof. Eduardo Soares Neves Silva  
UFMG

  
Prof. Ernesto Perini Fizzera da Mora Santos  
UFMG

  
Prof. José Eduardo Porcher  
FAJE

  
Prof. Cláudio Eduardo Muller Banzato  
UNICAMP

Belo Horizonte, 18 de outubro de 2018.

## DEDICATÓRIA

Este trabalho é para minha mãe e professora, Aunice Leite  
Barbosa.

## AGRADECIMENTOS

Ao orientador Prof. Dr. André Abath, minha mãe Aunice Leite, meu pai José Barbosa, Ellen Rose, Elizabeth Avelino, Lucas Albertoni, Rozane Fialho, Victor Calil, Walter Loschi.

## RESUMO

Barbosa, T. E. L. (2018). *Psiquiatria e Tipos Naturais*. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

A noção de tipos interativos de Ian Hacking realizou um progresso considerável ao mostrar que classificações psiquiátricas não podem ser menos que tipos interativos. O objetivo da presente pesquisa foi determinar em que sentido tipos psiquiátricos podem ser naturalizados após a introdução dessa noção. Interrogar sobre o tipo de entidades que são classificações psiquiátricas abre o problema da unidade e coesão da série de características que compõe descritivamente essas classificações. Nesse cenário, tipos naturais e tipos interativos marcam as principais etapas da reflexão filosófica sobre o estatuto ontológico e epistemológico de classificações em psiquiatria. Enquanto tipos interativos exibem classificações inclusivas, tipos naturais exibem classificações marcadas por critérios restritivos. A concepção acomodacionista de Richard Boyd rejeita o essencialismo sem abandonar o realismo, servindo de modelo adequado para pensar de que maneira inúmeras classificações do DSM-5 falham, e algumas poucas obtêm êxito, em acomodar seus esquemas descritivos em fatores causais. Partimos da tendência contemporânea de naturalização dos tipos humanos e aproximamos os tipos naturais boydianos da distinção entre tipos interativos e tipos indiferentes. Tiramos as consequências e os ganhos da não-redução dos indiferentes aos naturais. A estratégia adotada foi interrogar e determinar a ontologia dos tipos de Hacking. O nominalismo dos tipos interativos e indiferentes não se opõe aos resultados da investigação científico-natural, aliás é uma maneira de enfraquecer o antagonismo e incluir esses resultados na análise filosófica. Com base nesse nominalismo, ampliamos o alcance da ontologia histórica de Hacking. Os tipos interativos e indiferentes desenvolvem o campo de análise da ontologia histórica ao incorporar tipos naturais boydianos na constituição do espaço de experiências. Indicamos o modo pelo qual os naturais emergem enquanto indiferentes no campo relacional dos interativos, ou seja, introduzindo novos elementos na dinâmica pública da classificação. Evidenciamos o resíduo nominalista em toda classificação psiquiátrica que impede sua completa e plena naturalização.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ian Hacking; tipos interativos; tipos naturais; filosofia da psiquiatria

## ABSTRACT

Barbosa, T. E. L. (2018). *Psychiatry and Natural Kinds*. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

The notion of interactive kinds of Ian Hacking has made considerable progress in showing that psychiatric classifications can be no less than interactive kinds. The aim of the present investigation was to determine in which sense psychiatric kinds could be naturalized after the introduction of this notion. Questioning the type of entities that are psychiatric classifications opens the problem of unity and cohesion of the series of characteristics that descriptively composes these classifications. In this scenario, natural kinds and interactive kinds mark the main stages of philosophic reflexion on the ontological and epistemological status of classifications in psychiatry. While interactive kinds show inclusive classifications, natural kinds show classifications marked by restricted criteria. The accommodative conception of Richard Boyd rejects essentialism without abandoning realism, serving as the appropriate model for thinking how innumerable classifications of DSM-5 fail, and few succeed, in accommodating their descriptive schemas into causal factors. We start from the contemporary tendency of naturalization of human kinds and approach the boydian natural kinds to the distinction between interactive kinds and indifferent kinds. We have drawn the consequences and gains from the non-reduction of the indifferent to the natural. The strategy adopted was to interrogate and to determine the ontology of the kinds of Hacking. Nominalism of the interactive and indifferent kinds is not opposed to the results of the natural-scientific investigation, but it is a way of weakening the antagonism and including these results in the philosophical analysis. Based on this nominalism, we have broadened the range of historical ontology of Hacking. Interactive and indifferent kinds develop the field of analysis of historical ontology by incorporating boydian natural kinds into the constitution of the space of experiences. We have indicated the way in which the naturals emerge as indifferent in the relational field of interactives, that is, introducing new elements into the public dynamics of classification. We have evidenced the nominalist residue in every psychiatric classification, which prevents its full and complete naturalization.

**KEY-WORDS:** Ian Hacking; interactive kinds; natural kinds; philosophy of psychiatry



## SUMÁRIO

Introdução .....	12
Capítulo 1 - CRÍTICA ACERCA DE TIPOS NATURAIS .....	22
1.1 - A indução como cenário comum dos Tipos de S. Mill e dos tipos naturais contemporâneos.....	22
1.2 - A concepção essencialista de tipos naturais.....	30
1.3 - O questionamento da filosofia da química sobre propriedades essenciais de substâncias.....	34
1.4 - Espécies biológicas como problema para o essencialismo de tipos naturais.....	37
1.5 - A concepção acomodacionista de tipos naturais.....	42
1.6 - Realismo de tipos naturais como estratégia de deferência à natureza.....	50
1.7 - A tese da acomodação pressupõe a possibilidade da não acomodação.....	52
1.8 - Tipos que emergem da interação prática com a natureza.....	53
1.9 - A assimilação dos tipos humanos aos tipos naturais e o problema dos tipos interativos.....	60
Capítulo 2 - O NOMINALISMO DOS TIPOS INTERATIVOS.....	68
2.1 - A apropriação metodológica de Hacking sobre Foucault.....	71
2.2 - O gesto existencial de Hacking.....	80
2.3 - A teoria da "ação sob uma descrição" e o efeito semântico.....	87
2.4 - Ontologia histórica e o nominalismo dos tipos interativos.....	100
2.4.1 - A ontologia histórica do "trauma psíquico".....	109
2.5 - A abordagem nominalista de Hacking e a psiquiatria.....	117
Capítulo 3 - A ONTOLOGIA DOS TIPOS EM HACKING .....	125
3.1 - A anterioridade da distinção entre "coisas" e "pessoas".....	126
3.2 - Delimitação da questão sobre tipos indiferentes.....	129
3.3 - Tipos em <i>Making Up People</i> .....	130
3.4 - Fatos sobre tipos naturais e fatos sobre tipos indiferentes.....	134
3.5 - O argumento experimental de <i>Representar e Intervir</i> .....	141

3.6 - A não-redução dos tipos indiferentes aos tipos naturais.....	147
3.7 - Ontologia dos tipos em Hacking .....	150
Capítulo 4 - TIPOS INTERATIVOS E INDIFERENTES .....	154
4.1- O dilema lógico e a passagem pela resolução semântica .....	156
4.2 - <i>Efeito looping</i> e tipos naturais em J. Tsou, D. Murphy e R. Cooper.....	162
4.2.1 - A redução dos indiferentes aos naturais em J. Tsou.....	162
4.2.1.1 - Desfazendo confusões conceituais sobre interativos e indiferentes.....	168
4.2.2 - D. Murphy e as relações entre interativos e indiferentes .....	175
4.2.2.1 - Considerações sobre o <i>efeito looping</i> na teoria de D. Murphy.....	179
4.2.3 - Rachel Cooper e o esforço de reabilitar tipos naturais.....	185
4.2.3.1 - Considerações sobre <i>efeito looping</i> e tipos naturais em Rachel Cooper.....	189
4.3 - Conclusões.....	193
4.3.1 - Os críticos partem de uma noção vaga de tipos naturais.....	193
4.3.2 - A visão dos comentadores negligencia tipos indiferentes.....	196
4.4 - Considerações sobre tipos interativos e indiferentes.....	197
4.4.1 - A ausência referida de <i>efeito looping</i> nos tipos interativos e indiferentes.....	197
4.4.2 - Interativos e indiferentes como eventos simultâneos e não sucessivos.....	198
4.4.3 - Autismo: tipo suposto como natural que se mantém errante por <i>looping</i> .....	200
4.4.4 - Revisões de classificações por <i>efeito looping</i> e por descobertas empíricas.....	208
4.4.5 - O nominalismo dos interativos e indiferentes e o realismo dos naturais.....	213
4.5 - Conclusão: tipos naturais, em que sentido? .....	214
Capítulo 5 - ONTOLOGIA HISTÓRICA, TIPOS NATURAIS E PSIQUIATRIA.....	218
5.1 - Ontologia histórica, tipos humanos e tipos naturais.....	218
5.2 - A delimitação dos naturais face à distinção entre interativos e indiferentes.....	224
5.2.1 - Naturalização dos tipos humanos e a não redução aos indiferentes.....	226
5.2.2 - Onde as acomodações boydianas falham e obtém êxito.....	231
5.3 - O nominalismo dos tipos interativos e indiferentes em psiquiatria e a constituição do espaço de experiências.....	239
5.3.1 - Campo relacional de interações na doença de Alzheimer de início precoce.....	240
5.4 - Tipos interativos e indiferentes que não cedem aos naturais.....	251

5.4.1 - Descrever e intervir: transtorno do déficit da atenção e hiperatividade (TDA/H).....	253
5.5 - O resíduo nominalista.....	263
Considerações Finais.....	266
Referências Bibliográficas.....	272

## INTRODUÇÃO

A interrogação sobre que tipo de entidades são classificações psiquiátricas mobilizou essa pesquisa. Uma discussão como essa deve passar por tipos naturais, sem limitar-se a eles. De modo parecido, a interrogação sobre o tipo de entidades que são as classificações utilizadas pelas ciências acaba por se deter sobre tipos naturais. Contudo, quando as classificações utilizadas pelas ciências são utilizadas para classificar pessoas, como é o caso da psiquiatria, abre-se um espaço para consequências nominalistas, como mostrou Ian Hacking em *Making Up People* (1986), *The looping effects of human kinds* (1995), *The Social Construction of What?* (1999) e *Historical Ontology* (2002). Soma-se a isso que em sua grande parte o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) não trabalha com classificações habilitadas para generalizações que seriam sustentadas em estruturas causais. Inúmeras classificações do DSM-5 (2013) exibem uma configuração conceitual de simples coocorrência de itens descritivos. Desse modo, o questionamento sobre que tipo de entidades são classificações psiquiátricas, em particular se são tipos naturais e em que sentido, conduzirá o caminho dessa investigação, principalmente porque nos faz olhar para o problema da coesão e unidade da série de itens e características que compõe descritivamente essas classificações.

Doses de realismo científico têm justificado inferências e práticas científicas em psiquiatria, segundo a qual, práticas classificatórias não criam, mas observam e registram a existência de categorias no mundo. As similaridades e diferenças entre tipos de classificações de transtornos mentais são assumidas pela psiquiatria como realidades naturais e efetivas, algo subsistente e simplesmente dado no mundo. No livro *Psychiatry and Philosophy of Science*, Cooper (2007, p. 46) alega que a psiquiatria pressupõe "que processos patológicos diferentes subjazem desordens diferentes, e que desordens diferentes são melhor tratadas de maneiras diferentes." E nessa direção, a *American Psychiatric Association* teria "como objetivo a construção de um sistema de classificação muito parecido com aqueles encontrados em biologia ou química" (Cooper, 2007, p. 46). A psiquiatria tem se movimentado no interior da pressuposição de que suas classificações são tipos naturais, a partir da qual é possível fazer descobertas científicas sobre elas: "o projeto DSM tem assumido que a pesquisa empírica pode nos dizer como desordens mentais deveriam ser classificadas (...). Em outras palavras, o DSM assume que tipos de doença mental são tipos naturais" (Cooper, 2005, p. 149).

Embora essa pressuposição tenha acompanhado a multiplicação vertiginosa das classificações do DSM ao longo das últimas décadas,<sup>1</sup> a história da psiquiatria está repleta de diagnósticos desaparecidos: os exemplos paradigmáticos são a "múltipla personalidade" e a "fuga dissociativa". A "monomania", a "histeria", o "furor uterino" constituem alguns desses casos, mas de nenhuma maneira os únicos (Goffman, 1961; Micale, 1993; Szasz, 1974). Ao mesmo tempo, cada classificação em sua história mostrou-se como alguma coisa aparentemente inevitável, sobrepondo-se e evoluindo a partir de uma série de classificações anteriores, onde a versão posterior era considerada uma versão refinada ou melhorada da anterior. Quando o realismo em psiquiatria dá por suposto a estabilidade do seu objeto, perde de vista uma dinâmica que escapa ao controle de seu programa de investigação e que interfere na constituição do seu campo de estudos. Quando classificações surgem, isso "altera o espaço de possibilidades para se ser uma pessoa" (Hacking, 2002/2009, p. 123). Justamente porque emprega um sistema classificatório que utiliza e descreve tipos humanos, a psiquiatria surge atravessada por uma dinâmica marcada pelo fato de que "se novos modos de descrição passam a existir, novas possibilidades de ação passam a existir em consequência", de modo que "a categoria e as pessoas inseridas nela emergiram juntas" (Hacking, 2002/2009, p. 123). São classificações que desencadeiam mudanças no autoconceito e nos comportamentos de pessoas classificadas e, portanto, no que se conhece sobre elas, colocando um problema ao realismo científico em psiquiatria, o qual pressupõe classificações estáveis e indivíduos concretos impermeáveis e indiferentes às tentativas de descrição. Esse realismo dos naturais supõe a lida com tipos indiferentes, que são classificações nas quais os indivíduos concretos não são afetados pela forma com que foram classificados, justamente porque são indivíduos que não podem ter apreensão desse fato. E como o comportamento desses indivíduos não se altera porque foram classificados, a classificação não é revisada já que os indivíduos não vieram a se modificar. Ao contrário dos tipos interativos que são classificações cujo conhecimento que se pode ter sobre elas modifica-se no próprio ato de estudar pessoas. Assim, novos tipos de pessoas modificam a estrutura da experiência social e pessoal dos

---

<sup>1</sup> A *American Psychiatric Association* (APA) produziu seu primeiro Manual Diagnóstico e Estatístico (DSM) em 1952 que listou 106 classificações psiquiátricas. Em 1968 a publicação do DSM-II, enumerou 182 classificações. Em 1980, uma nova revisão produziu o DSM-III com 265 classificações. Em 1987, surgiu o DSM-III-R com 292 classificações. O DSM-IV foi publicado em 1994, listando 297 classificações, que permaneceram quantitativamente inalteradas no DSM-IV-TR publicado em 2000. Em 2013, a publicação do DSM-V exhibe diagnósticos amplamente revisados em seus conteúdos descritivos.

indivíduos concretos a que se aplicam, tornando essas mesmas classificações vulneráveis às revisões do seu conteúdo descritivo.

Essa distinção na resposta de pessoas e de coisas às tentativas de serem descritas e classificadas é assumida como um ponto de partida por Hacking. Enquanto coisas respondem com indiferença, pessoas respondem interagindo com as formas com que foram descritas e classificadas. Nesse sentido, a introdução da noção de tipos interativos realizou um progresso considerável ao mostrar que (a) certas classificações *não podem ser menos que tipos interativos* quando aquilo que está em jogo é a aplicação de taxonomias em pessoas, e que (b) práticas classificatórias modificam a abertura perceptiva e compreensiva de indivíduos, iniciando um fenômeno chamado por Hacking de *efeito looping dos tipos humanos*.<sup>2</sup> Esse fenômeno ocorre quando indivíduos classificados de uma determinada maneira mudam em resposta às classificações. Essa mudança faz com que os conteúdos ideais descritivos que norteiam os regimes de classificação tornem-se falsos, mobilizando um incessante revisionismo. Nesses casos, a repercussão do efeito *looping* sobre a classificação é uma consequência das mudanças nas experiências e comportamentos dos indivíduos (nem sempre de maneira uniforme) em uma escala significativa, de modo que a estrutura descritiva deve ser revista, pois "pessoas e sua classificação estão numa situação de plena interação e evolução bilateral" (Hacking, 2006, p. 308).

A partir desse cenário, podemos dizer que tipos naturais e tipos interativos marcam as principais etapas da discussão sobre o estatuto ontológico e epistemológico de classificações psiquiátricas. No capítulo *Madness: Biological or Constructed?* do livro *The Social Construction of What?*, Hacking irá avançar para uma etapa decisiva na discussão a respeito dos tipos interativos e dos tipos indiferentes através do questionamento sobre "o que acontece se algo é tanto um tipo interativo quanto um tipo indiferente?" (Hacking, 1999, p. 108). Com esse passo, sua discussão se articula imediatamente com a psiquiatria já que "a psicopatologia fornece candidatos óbvios. Eu não quero insistir em qualquer psicopatologia, mas mencionarei uma variedade de casos" (Hacking, 1999, p. 108). Esse questionamento é colocado como um *dilema lógico* e se encaminha pela participação dos tipos naturais. Não

---

<sup>2</sup> Tipos humanos são classificações que organizam a experiência pessoal e social de pessoas, suas ações e comportamentos. Os itens descritivos a respeito de comportamentos, ações, sentimentos, tendências, etc. forjam a ideia de um tipo de pessoa que interage com indivíduos concretos: "Como novos modos de classificar criam, ou eliminam possibilidades para a ação? Como as classificações de pessoas afetam as pessoas classificadas, como mudamos em virtude de sermos classificados, e como as maneiras como mudamos têm uma espécie de efeito de *feedback* sobre nossos próprios sistemas de classificação? Um exame incompleto da questão do *feedback* pode ser encontrado em *The Looping Effects of Human Kinds* (1995)." (Hacking, 2002/2009, p. 115).

sem motivo que essa participação dos tipos naturais tem sido objeto de polêmica nas mãos dos críticos, seja D. Murphy (2001) interpretando-a como proposta de integração entre modelo biomédico e construtivismo social, e J. Tsou (2007) discutindo a inadequação conceitual entre interativos e indiferentes nos termos de Hacking. Contudo, a noção de *tipos interativos e indiferentes* recebeu uma atenção incompleta com Hacking e um tratamento inadequado por parte dos seus críticos. Afirmamos isso, primeiro porque é uma noção que surge enredada em uma discussão com tipos naturais. Segundo, quando o que está em jogo é a aplicação de taxonomias a indivíduos humanos, tipos naturais precisam estar situados ante os tipos interativos e os tipos indiferentes, uma vez que se trata de uma situação epistêmica em que tipos humanos podem ser naturalizados. Sem essa localização, não saberemos afirmar como os tipos naturais satisfazem os tipos indiferentes, tampouco determinar corretamente o seu sentido. E para evitar qualquer redução, surge a necessidade de posicionar os naturais dentro do debate sobre os tipos interativos e os tipos indiferentes, e em seguida, em torno da noção de *tipos interativos e indiferentes*, formulada por Hacking e discutida pelos críticos.

O objetivo da presente pesquisa foi determinar em que sentido classificações psiquiátricas podem ser tipos naturais após a introdução da noção de tipos interativos. Buscamos determinar a relação entre essas duas noções, precisar o sentido da primeira [tipos naturais] após a introdução da segunda [tipos interativos], mostrar a emergência dos naturais em meio ao campo relacional dos interativos e apontar suas repercussões para a psiquiatria. Para tal, reconstruímos a problematização sobre o nominalismo e o realismo das classificações psiquiátricas através da identificação de suas principais fontes, muitas vezes intermediadas por textos dos críticos de Hacking. Essa problematização é levada às últimas consequências quando Hacking (1999) justapõe tipos indiferentes e tipos interativos com o objetivo de avaliar em que medida devemos traçar continuidades e em que medida devemos marcar rupturas. A principal reivindicação da presente pesquisa é o reconhecimento da necessidade de um desenvolvimento e de uma correção: (1) desenvolvimento no sentido de que é necessário explicitar e determinar a ontologia de tipos em Hacking, (2) para então, empreender uma correção dos críticos a partir de elementos dos próprios textos de Hacking. Essa correção se justifica pela constatação de que os críticos partem de uma noção vaga de tipos naturais e negligenciam tipos indiferentes, ignorando que a não-redução dos indiferentes aos naturais é alguma coisa que acompanha a apresentação de Hacking sobre tipos interativos. Com efeito, acreditamos que a noção de *tipos interativos e indiferentes* não alcança um

tratamento adequado pelos críticos. J. Tsou (2007), no artigo *Hacking on the Looping Effects of Psychiatric Classifications: What is an Interactive and Indifferent Kind?*, ataca a plausibilidade dessa noção enquanto tipos que caracterizam classificações, assumindo uma saída realista e argumentando que caracterizam objetos de classificações. De modo semelhante, D. Murphy (2001), no artigo *Hacking's reconciliation: Putting the biological and sociological together in the explanation of mental illness*, limita-se a operar uma redução aos naturais de qualquer apreensão dos indiferentes, ao mesmo tempo que busca formular um modelo causal dos transtornos mentais incorporando mecanismos biológicos, cognitivos e vetores sociais/culturais. D. Murphy deriva um modelo de causação sobre transtornos mentais explorando a integração entre o que ocorre no campo dos indiferentes e o que ocorre no campo dos interativos. Para ele, Hacking estaria colocando uma idéia integracionista em prática, um modelo geral que concilia teses concorrentes sobre como transtornos mentais são produzidos. Mas, ambos os críticos, ao abandonarem o expediente de caracterizar classificações para então caracterizarem o objeto das classificações, adotam um modelo realista que busca caracterizar o objeto das classificações em psiquiatria dentro de um espaço conceitual capaz de conciliar explicações causais. Portanto, os críticos adotam o entendimento de que a situação epistêmica dos *tipos interativos e indiferentes* deve ser melhor esclarecida segundo um realismo científico de tipos. Desse modo que J. Tsou e D. Murphy marcam as principais etapas da discussão sobre "*efeito looping e tipos naturais*" e "*tipos interativos e indiferentes*". Enquanto D. Murphy suprime o nominalismo dos tipos e reduz o fenômeno do *efeito looping* a mais um entre outros mecanismos causais que compõem a rede de fatores ambientais, J. Tsou reduz tipos indiferentes aos tipos naturais e os tipos interativos a níveis de consciência individual.

Feito esses esclarecimentos, à medida que recuarmos um passo atrás em relação aos tipos interativos e aos tipos indiferentes, e interrogarmos sobre a ontologia dos tipos em Hacking, teremos condição de mostrar que a não-redução dos indiferentes aos naturais além de acompanhar a problematização de Hacking sobre nominalismo e realismo em psiquiatria, é tornada possível pelo nominalismo dos indiferentes, de tal modo que tipos indiferentes mantêm o campo aberto para a possibilidade de ocorrência de tipos naturais, com um forte apelo ao realismo científico. Buscamos defender a tese de que o nominalismo dos tipos interativos e dos tipos indiferentes é capaz de administrar e desfazer os problemas anunciados pelos críticos em torno da noção de *tipos interativos e indiferentes* de Hacking. Com isso, o



presente trabalho se opõe tanto àqueles que sugerem uma integração (relação de causalção) entre o que ocorre no campo dos indiferentes e o que ocorre no campo dos interativos, quanto àqueles que propõem uma divergência profunda entre um e outro. Em contraposição, pretende-se mostrar que parte da configuração do *dilema lógico* entre interativos e indiferentes deve-se à confusão entre tipos indiferentes e tipos naturais. Ao mesmo tempo, tipos interativos ocupam um lugar necessário, mas insuficiente para a determinação do estatuto das classificações psiquiátricas. Para sustentar tal argumento é imprescindível remeter à distinção e relação entre tipos naturais e tipos interativos, e reconhecer que se toda classificação psiquiátrica *não pode ser menos que um tipo interativo*, resta saber quais seriam tipos naturais e em que sentido.

O confronto entre teorias divergentes de tipos naturais tem relevância decisiva para a determinação de quais classificações psiquiátricas são candidatas a tipos naturais. No entanto, nos importa partir da crítica ao entusiasmo essencialista de tipos naturais. Como temos dito, a referência a tipos em geral, e aos tipos naturais em particular, é epistemicamente importante na prática científica porque são tipos que indicam uma relação com propriedades e relações causais, o que os tornam apropriados para a explicação e o raciocínio científico indutivo e preditivo. Nos importa discutir duas linhas de trabalho que sustentam duas teorias de tipos naturais em psiquiatria. Qualquer linha de trabalho sobre tipos naturais deve especificar o que distingue tipos naturais e as condições que determinam a adesão de indivíduos particulares a uma classificação. Na literatura sobre o tema, podem ser posicionadas duas maneiras distintas de pensar que orientam o entendimento atual sobre tipos naturais. Essas linhas de pensamento e de trabalho são realistas sobre tipos naturais com base em definições *a posteriori*. Logo, a situação atual de tipos naturais em filosofia da ciência toca diretamente no realismo e nos problemas do essencialismo. O realismo de tipos em Putnam (1972, 1975a, 1975b) e Kripke (1971, 1972) produziu grande empolgação e confiança ao pensar tipos científicos fixando referencialmente os termos de tipos com base em essências naturais. As convicções sobre tipos científicos estariam fundamentadas no julgamento de que tipos naturais são definidos pela posse de essências microestruturais. Para tradição essencialista, a linha de trabalho sobre tipos naturais está na identificação de agrupamentos de propriedades de superfície explicadas por propriedades intrínsecas que se mostram em estruturas microscópicas. Tais propriedades intrínsecas seriam reveladoras de essências metafísicas que determinariam as propriedades de superfície que indivíduos exibem e manifestam. Por outro lado, a linha de trabalho mais

recente de Richard Boyd assume tipos naturais como agrupamentos sobre as quais podemos fazer generalizações confiáveis. Porque não há propriedades necessárias, intrínsecas e inerentes, que uma família de propriedades fixas não pode definir de forma exaustiva um tipo natural. Ao mesmo tempo, a combinação entre família de propriedades e mecanismos subjacentes definem de forma exclusiva um tipo natural, de tal modo que um tipo natural é melhor determinado pelas propriedades agrupadas regularmente e pelos mecanismos subjacentes que causam a unidade e coesão desse agrupamento. Assim, a combinação entre família de propriedades e mecanismos subjacentes definem cada classificação de tipo natural de forma aberta, pois nenhuma propriedade é necessariamente exclusiva do agrupamento de superfície, e nenhum componente causal é necessariamente exclusivo de um conjunto de mecanismos subjacentes. Dessa maneira, a família de propriedades pode vir a incluir novas propriedades e desfazer-se de antigas. Do mesmo modo, certos componentes e mecanismos causais atuais podem deixar de operar, não exibindo propriedades ou mecanismos causais subjacentes que todos e apenas membros do tipo exibem. Esse modelo posiciona uma linha de trabalho flexível para acomodar os vários tipos de classificações que caracterizam várias ciências, inclusive a psiquiatria.

Essa distinção entre linhas de trabalho sobre tipos naturais injeta o fôlego necessário ao debate sobre o estatuto de classificações psiquiátricas como tipos naturais mostrando que o essencialismo não pode ser tomado como a única alternativa realista. Com isso, se algumas entidades psiquiátricas são candidatas a tipos naturais, estão longe de serem tipos naturais tradicionais, já que não exibem condições de definição e de adesão necessárias e suficientes (Szasz, 1974; Zachar, 2000).<sup>3</sup> As definições e critérios diagnósticos fornecidos pelos manuais possuem dada fluidez a ponto de não fornecerem um conjunto de condições necessárias e suficientes sobre o que é essencial para determinar o pertencimento a uma dada classificação. E se classificações psiquiátricas são tipos caracterizados por uma rede difusa de itens e características vagamente interligadas, a concepção boydiana parece ser aquela em melhor condições de discutir em que sentido poderiam ser tipos naturais sem que o caráter natural seja determinado por exigências essencialistas, preservando uma dose de realismo científico.

---

<sup>3</sup> "Como afirma o DSM-IV, classificação não é um caso de livro de receitas; às vezes requisita julgamento clínico que leve o contexto em consideração. No DSM, pacientes são diagnosticados de acordo com a forma com que eles correspondem aos critérios estabelecidos, mas nenhum critério ou grupo de critérios é necessário e suficiente." (Zachar, 2000, p. 169).

O capítulo 1 visou apresentar o entusiasmo e a crítica ao essencialismo de tipos naturais, apresentar a concepção acomodacionista boydiana como promissora porque contempla tipos científicos diversos, incluindo ciências humanas e sociais. Após, confrontamos a tendência contemporânea de assimilar tipos humanos aos tipos naturais com os tipos interativos de Hacking, argumentando que tipos humanos exercem efeito semântico e sofrem efeitos *looping*. Por fim, situamos os tipos naturais ante a distinção entre tipos interativos e tipos indiferentes.

O capítulo 2 foi redigido com o objetivo de explicitar o nominalismo dos tipos interativos. Buscamos identificar os interesses de Hacking em Foucault e Sartre. O seu nominalismo é uma análise filosófica sobre tipos humanos a partir dos três eixos de análise foucaultianos (saber, poder e ética). Os tipos humanos se mostram enquanto tipos interativos porque são classificações que interagem com pessoas existencialmente caracterizadas enquanto campo de possibilidades. A partir da apropriação de Hacking sobre Foucault e Sartre, os tipos humanos são analisados como possibilidades do mundo que determinam maneiras de constituir pessoas, mas somente porque ser pessoa é ser um campo de possibilidades determinado historicamente. Nesse cenário que tipos humanos são melhor distinguidos enquanto tipos interativos, isto é, classificações capazes de exercerem efeitos semânticos e de sofrerem efeitos *looping*.

O capítulo 3 interroga a ontologia dos tipos de Hacking. Observamos que os tipos de Hacking contém dois componentes fundamentais: a ocorrência de classificações e a ocorrência de indivíduos concretos (coisas/pessoas). Partimos da não redução dos indiferentes aos naturais, mostramos com passagens do próprio texto de Hacking que (1) os tipos interativos e os tipos indiferentes exibem a conjunção de universais linguísticos e indivíduos concretos dados simultaneamente, (2) a não redução dos indiferentes aos naturais está presumida pelo próprio Hacking nos exemplos sobre os indiferentes, (3) a ontologia dos tipos de Hacking é um nominalismo onde universais linguísticos se encontram pareados com os indivíduos concretos, seja nos interativos, seja nos indiferentes, seja nos interativos e indiferentes.

O capítulo 4 interroga a noção de *tipos interativos e indiferentes* alegando que essa noção recebeu uma atenção incompleta em Hacking e um tratamento inadequado por parte dos críticos. Mostramos que os críticos partem de uma noção vaga de tipos naturais e negligenciam tipos indiferentes. Tentamos tirar as consequências e os ganhos de não reduzir e

equiparar os indiferentes aos naturais. A ontologia nominalista dos tipos em Hacking reposiciona esse debate. A correta aproximação do efeito *looping* com os tipos naturais é pela via dos tipos indiferentes. Assim, os indiferentes e os interativos não são categorias mutuamente excludentes e antagônicas. Ao mesmo tempo, o que é dado nos tipos indiferentes continua sendo descritivamente diferente do que é dado nos tipos interativos. E a existência do efeito *looping* não chega a inviabilizar que tais classificações possam ser naturalizadas em certos aspectos, mesmo que descrições sobre bases naturais não sejam vulneráveis aos efeitos do *looping*. Se podemos neutralizar a redução do indiferente ao natural, o caráter natural dos indiferentes nos *tipos* simultaneamente *interativos e indiferentes* continua em aberto. Considerando que grande parte das classificações psiquiátricas não podem deixar de ser tipos interativos, mas dentro dessas há aquelas que seriam passíveis de naturalização, isto é, indiferentes, nesse ponto avançamos para uma discussão mais decisiva: naturais em que sentido?

O capítulo 5 buscou aprofundar a discussão com Hacking e ligar de maneira específica a noção de tipos interativos e indiferentes aos tipos naturais. A ligação entre ontologia e história se mostrou na análise dos tipos humanos enquanto tipos interativos. Ao mesmo tempo, os *tipos interativos e indiferentes* evidenciam a relação entre tipos humanos e tipos naturais. Ao lidar com tipos humanos passíveis de serem naturalizados, a ontologia histórica não é apenas a análise filosófica dos tipos interativos, mas dos *tipos interativos e indiferentes*. A psiquiatria foi a ocasião para desenvolver a ontologia histórica de Hacking e indicar que a naturalização dos tipos humanos não elimina o nominalismo. Se na ontologia histórica de Hacking, os tipos humanos constituem o espaço de experiências e possibilidades de ser, quando esses mesmos tipos humanos são assimilados aos naturais, temos uma situação em que ambos participam de maneira diversa da constituição do espaço de experiências. Partimos da rejeição ao essencialismo de tipos naturais e avançamos para a concepção boydiana como mais promissora para classificações psiquiátricas que exibem em sua estrutura descritiva uma acomodação em fatores causais relevantes. Indicamos que os *tipos interativos e indiferentes* de Hacking desenvolvem o campo de análise da ontologia histórica incorporando tipos naturais boydianos. Ilustramos através de dois casos psiquiátricos a constituição desse espaço de experiências e de possibilidades de ser dos indivíduos. Num primeiro momento, os naturais ingressam através de uma alteração qualitativa no campo de possibilidades dos indivíduos que caem sob um transtorno cuja estrutura descritiva cede aos naturais. Examinamos o transtorno

neurocognitivo por doença de Alzheimer de instalação precoce. Num segundo momento, examinamos os tipos interativos e indiferentes cuja estrutura descritiva não cede aos naturais, ilustrando com o transtorno do déficit de atenção e hiperatividade (TDA/H). Neste último caso, posiciona-se a discussão sobre inúmeras classificações psiquiátricas que não são descritivamente assimiladas aos tipos naturais mas que se encontram associadas às acomodações realizadas pela farmacologia. Para essas classificações, o que vem à tona através dos naturais participa do nominalismo dos interativos porque serve de base estável para a constituição de novas formas de vida e de sociabilidade. E uma vez que classificações de tipos humanos *não podem ser menos que tipos interativos*, a psiquiatria foi a ocasião para examinarmos os modos pelos quais os naturais emergem enquanto indiferentes em meio aos interativos. Com isso, indicamos que os naturais emergem no campo relacional dos interativos introduzindo novos elementos para a compreensão da ontologia histórica de Hacking.

# CAPÍTULO 1

## CRÍTICA ACERCA DE TIPOS NATURAIS

### **Introdução**

O objetivo deste capítulo é circunscrever a noção filosófica de tipos naturais de Richard Boyd através da crítica ao entusiasmo essencialista dos naturais e pela delimitação da atualidade da concepção acomodacionista. A atualidade dessa noção se mostra principalmente no seu realismo de tipos naturais como estratégia de deferência à natureza e nos tipos científicos que emergem da interação prática com a natureza, por exemplo, os tipos sintéticos artificiais. Primeiro iremos mostrar a indução como cenário comum dos Tipos de S. Mill e dos tipos naturais contemporâneos. Em seguida apresentaremos a concepção essencialista de tipos naturais e os questionamentos levantados pela filosofia da química e das espécies biológicas. A situação atual dos tipos naturais em filosofia mostra que o vínculo entre naturalismo de tipos e essências vai do entusiasmo à crítica. Ao colocarem em questão a abrangência do argumento essencialista dos naturais para os tipos químicos e para as espécies biológicas, aprofunda-se ainda mais a ruptura da noção de tipos naturais com a posse de propriedades essenciais. O problema do essencialismo faz olhar para o acomodacionismo de Richard Boyd como alternativa mais abrangente de teoria de tipos naturais que contemple a riqueza das descrições científicas disponíveis nos vários domínios científicos. O rompimento entre realismo e essências se dá nos tipos naturais boydianos onde as concessões ao realismo não se justificam mais por uma adoção do essencialismo. Assim, a concepção boydiana desenvolve um realismo que equilibra abrangência e consistência. Ao final, avançaremos da lida com tipos naturais não humanos para a tendência contemporânea de naturalização dos tipos humanos e confrontaremos os tipos naturais boydianos com a distinção entre tipos interativos e tipos indiferentes de Hacking como um problema que a naturalização de tipos humanos precisa responder.

### **1.1 - A indução como cenário comum dos Tipos de S. Mill e dos tipos naturais contemporâneos**

Tipos naturais nos reportam obrigatoriamente à J. S. Mill (1843) e W. Whewell (1840) não porque ambos tenham introduzido alguma noção de tipos naturais.<sup>4</sup> Ao contrário, os tipos naturais assumem sua significação contemporânea com Kripke e Putnam e em seguida com Richard Boyd. Segundo Hacking (1991) e Magnus (2014a; 2014b), Stuart Mill não formulou nem utilizou a expressão "tipo natural", embora tenha definido Tipos em um sentido filosófico como *uniformidades de coexistência*. Posteriormente, a concepção de Tipos de Stuart Mill foi interpretada como sendo de tipos naturais. No entanto, segundo Magnus (2014b), embora existam linhas históricas que vão de Stuart Mill para Kripke, a noção de Tipos de Mill não é uma dessas linhas de ligação, e por isso seria importante reconhecer a descontinuidade entre os Tipos de Stuart Mill e os tipos naturais de Kripke e Putnam, e acrescentaríamos aos de Richard Boyd, justamente para melhor compreender a especificidade dos Tipos de Stuart Mill e das versões de tipos naturais contemporâneas.

Contudo, com J. S. Mill e W. Whewell o terreno dos tipos naturais começa ser preparado. Em 1843, J. S. Mill introduziu a noção de Tipos em meio a debates sobre as espécies biológicas. Antes, em 1840, Whewell discutia sobre classes naturais e arbitrárias, interrogando se taxonomias são construções intelectuais ou expressam a realidade biológica (Hacking, 1991). No cenário dessa discussão, surgiu como pano de fundo uma inquietação sobre o que nas classificações naturais suportaria inferências indutivas. Posteriormente, tipos naturais surgem como a melhor resposta para embasar generalizações, transmitindo confiabilidade na formulação de inferências indutivas, e fazendo da questão acerca da indução

---

<sup>4</sup> A confusão entre a significação técnica e filosófica dos "Tipos" de Stuart Mill e a significação técnica e filosófica da expressão "Tipos Naturais" remete ao século XIX. Segundo Hacking (2007), foi John Venn quem rebatizou a terminologia "tipos reais" em "tipos naturais". Assim, John Venn usa a expressão "tipo natural" para descrever categorias que são como os "tipos reais" de Stuart Mill. Ele próprio escreve: "a uniformidade que nós podemos traçar nos resultados é devido (...) a esse arranjo de coisas em tipos naturais (...)" (Venn, 1866, p. 26). Em 1877, Carveth Read interpretará Stuart Mill dizendo que "toda Lei de Causação é a Definição de uma Classe de Instâncias Causais; e toda Definição de Tipo Natural é uma Lei de Co-existência" (1877, p. 334). John Venn em 1907 dirá que "ele [Mill] introduziu o termo técnico de 'tipos naturais' para expressar tais classes como essas" (Venn, 1907, p. 84). E Carveth Read em 1920, argumenta que "Mill (...) introduziu a doutrina de tipos naturais como um campo de indução suplementar (...) De acordo com a teoria da evolução (...) Tipos - isto é, espécies de plantas, animais e minerais - com suas qualidades são todos devidos a causação" (Read, 1920, p. 166). Embora, Hacking (1991) atribua à Venn esse batismo, na virada do século XIX para o século XX, a expressão "tipo natural" não tinha arraigado-se como parte do léxico filosófico, sendo apenas uma das várias maneiras que os filósofos se remetiam à visão de Tipos reais de Stuart Mill. Assim como Hacking (1991), Magnus (2014) irá argumentar que embora John Venn e Carveth Read atribuam à Mill o batismo de tipos naturais, forjando seu sentido técnico, a expressão "Tipos Naturais" não aparece em Mill. Posteriormente, B. Russell reintroduziu o termo em 1948, em seu *Human Knowledge: Its Scope and Limits*. E W. Quine (1969, p. 192), sem endossar a noção de tipos naturais, a caracterizou como "agrupamentos funcionalmente relevantes na natureza". Contudo, ambos W. Quine e B. Russell, dirá Hacking (1991, p. 112), "concordaram que, apesar de tipos naturais possam ser de alguma utilidade para entender a nossa capacidade de fazer induções modestas, eles são inúteis quando se trata de ciência mais reflexiva".

o cenário comum aos Tipos de Stuart Mill e os tipos naturais contemporâneos. No caso de Stuart Mill,<sup>5</sup> é conhecido que Tipos são marcados por uma multiplicidade e diversidade de propriedades compartilhadas, a partir das quais seus membros diferem justamente pela posse dessa multiplicidade e diversidade. Se propriedades compartilhadas revelam diferenças a partir das quais se estabelecem distinções entre tipos, seus membros são definidos pela posse de uma amplitude de similaridades capazes de fundamentar uma classificação natural com base na distinção específica procedente das próprias coisas:

(...) onde uma diferença aparente entre as coisas (embora talvez em si mesma de pouca importância) corresponda a não sabemos que número de outras diferenças, permeando não apenas suas propriedades conhecidas, mas propriedades ainda não descobertas, não é opcional, mas sim imperativo, reconhecer essa diferença como o fundamento de uma distinção específica. (Mill, 1874, p. 123).

Segundo Stuart Mill (1874, p. 126), "toda classe que é um Tipo real, isto é, que se distingue de todas as outras classes por uma multidão indeterminada de propriedades não derivável de uma outra", permite traçar propriamente tipos em vez de classes artificiais ou de interesse ou por convenção. Os *Tipos reais* são caracterizados por um grande número de propriedades que não são simplesmente dedutíveis umas das outras. As divisões naturais que marcam as diferenças entre esses tipos refletem fronteiras entre entidades reais, onde a diferença efetiva, por exemplo, entre prata e ouro, não é apenas uma diferença entre dois grupos naturais, mas uma diferença quantitativa entre duas entidades qualitativamente distintas, já que "há classes nas quais as coisas contidas diferem de outras coisas apenas em certos detalhes que podem ser enumerados, enquanto outros diferem mais do que se pode enumerar, mais ainda do que poderíamos esperar conhecer" (Mill, 1874, p. 122). Essa diferenciação entre classes artificiais e tipos reais do ponto de vista qualitativo acerca das similaridades envolvidas, é o ponto chave da definição de Stuart Mill (1874, p. 122):

algumas classes têm pouco ou nada em comum para caracterizá-las, exceto o que precisamente é conotado pelo nome: coisas brancas, por exemplo, não são distinguidas por propriedades em comum

---

<sup>5</sup> Stuart Mill introduziu a expressão "Tipo" na filosofia inglesa, em seu *A System of Logic* (1843), em meio ao debate sobre espécies biológicas, ao mesmo tempo que Whewell, com sua filosofia das ciências indutivas, já discutia classes naturais e artificiais desde 1840. Nesse período, o interesse da discussão sobre tipos e grupos naturais realizava um tratamento do chamado problema da indução dentro das ciências (Hacking, 1991; 2007). Em 1866, John Venn formulou a expressão "tipo natural" (*natural kinds*) que aparece em seu *The Logic of Chance*.



exceto brancura. (...) Mas uma centena de gerações não tem esgotado as propriedades comuns de animais ou de plantas, de enxofre ou de fósforo; nem nós supomos serem esgotáveis, mas procedemos à novas observações e experimentos, na total confiança de estar descobrindo novas propriedades de nenhuma maneira implicadas naquelas que previamente conhecíamos.

Ao contrário de tipos reais, classes arbitrárias, tais como "coisas brancas", se mostram pela impossibilidade de serem objetos de investigação frontal por alguma ciência que se ocupe em determinar quais propriedades comuns que diversos objetos que venham a ser brancos possuem, e isso justamente pelo fato de exibir uma estrutura correlacional de coocorrência mínima. No exemplo acima, ao indicar a propriedade "branco", se distingue a classe de coisas brancas, apesar dos membros dessa classe não terem nada em comum além da propriedade evocada. Assim, enquanto classificação artificial, qualquer determinação arbitrária de propriedades pode distinguir uma classe. Por isso, a categoria definida como "coisas brancas" inclui cadeiras brancas, mas exclui cinzas ou azuis; inclui bolas brancas de sinuca, mas exclui bolas de sinuca de qualquer outra cor; inclui paredes brancas, mas exclui paredes vermelhas, quer dizer, um objeto ser efetivamente branco não revela sobre esse objeto além do simples fato de que se é branco, não possuindo em comum mais do que a propriedade "coisas brancas", e por consequência, não são distinguidas outras propriedades comuns exceto "brancura", além do que "não temos uma teoria científica de coisas brancas em que confiar, nem esperamos que exista uma estrutura profunda, oculta que é comum a todas as coisas brancas" (Markman, 1989, p. 91). Ao contrário, os membros de um *Tipo real* guardam similaridades em muitos aspectos. E quando a diferença global entre as coisas é acompanhada de uma quantidade ou uma série de outras tantas diferenças específicas, deve-se reconhecer que tal diferença fundamenta uma distinção específica nas próprias coisas, considerando que "as diferenças, contudo, são feitas pela natureza em ambos os casos, enquanto o reconhecimento dessas diferenças como fundamentos da classificação e do ato de nomear é, igualmente em ambos os casos, ato do homem" (Mill, 1874, p. 123). Hacking (1991, p. 118) esclarece que ao chamar branco um "tipo finito", e "reservando o rótulo de 'real' para uma outra classe de tipo, Mill não estava negando que tipos finitos são encontrados na natureza. Em ambos os casos, a classificação é o ato de pessoas, mas as diferenças são obra da natureza". Portanto, diante de uma classificação natural em contraposição a uma classificação arbitrária, a classificação natural é fundamentada em *Tipos reais* cujas características são discerníveis por meio de uma observação da própria natureza.

Como temos relatado, os Tipos de Stuart Mill são semelhantes nas propriedades que conhecemos e nas propriedades que não conhecemos, isto é, a coexistência e coocorrência de propriedades que descrevem os Tipos são inesgotáveis e indeterminadas, pois sempre haverá mais e mais características compartilhadas do que aquelas que já descrevemos e documentamos. Se, para Mill, Tipos possuem mais propriedades compartilháveis do que aquelas que foram enunciadas na descrição vigente, a diferença entre Tipos e classes arbitrárias não se configura numa diferença de grau, mas em um modo diverso de ser. Foi assim que as primeiras tentativas de fundamentar classificações naturais em *Tipos reais* já se movimentavam no interior da ideia de similaridades, na esperança de que a fixação de semelhanças e diferenças fornecesse um sistema cada vez mais rico e seguro de inferências. Nesses termos que similaridades em *tipos reais* é de um caráter diferente de similaridades de classes arbitrárias. Desde muito, Whewell (1840, p. 469) já advertia que "se não tivéssemos o poder de perceber nas aparências que nos rodeiam, semelhança e dessemelhança, não poderíamos considerar objetos como distribuídos em tipos". E no que diz respeito ao caráter de tipo, vemos em Stuart Mill o quanto a similaridade de *Tipos reais*, fundamentalmente distinta da similaridade apresentada em classes artificiais, se encontra radicada nas características passíveis de serem descritas no exame das próprias coisas.

O desenvolvimento posterior da discussão sobre tipos naturais estará sob o pano de fundo do debate Mill-Whewell<sup>6</sup>, segundo o qual os objetos de investigação nas ciências indutivas são *tipos reais*, isto é, "classes em que não temos um corpo finito mas inesgotável de semelhanças entre indivíduos e grupos feitos pela natureza, não por mera definição" (Whewell, 1971/1860, p. 290). Os *Tipos reais* de Mill são marcados, fundamentalmente, pelo fato de que os critérios utilizados para identificar e separar membros de não membros, não esgotam a multiplicidade e diversidade de características efetivas que une no mundo todos os membros. Nesse ponto, cabe trazer uma observação de Magnus (2014a; 2014b) a respeito da descontinuidade entre o debate Mill-Whewell e o essencialismo de tipos naturais. Com base na definição consagrada de Stuart Mill (1874, p.199) de que "*um Tipo real ... é distinguido de todas as outras classes por uma multidão indeterminada de propriedades não deriváveis umas das outras*", para Magnus (2014a; 2014b) o termo "real" nessa explanação não define um conceito técnico de "Tipos reais" uma vez que Stuart Mill significaria o termo "real"

---

<sup>6</sup> Hacking (1991, p. 110) alega que a tradição dos tipos naturais é uma parte pequena e local do discurso filosófico sobre a classificação, de tal modo que essa "tradição é nominalista por inclinação, mas realista em concordar que os tipos surgem na natureza".

apenas no sentido de genuíno, de modo que por meio de *Tipos reais* ele estaria apenas indicando o que se pode afirmar sobre Tipos.<sup>7</sup> Essa distinção entre os Tipos de Mill-Whewell e o essencialismo de tipos naturais conquista mais clareza quando consideramos que os trabalhos de Kripke e Putnam sobre tipos naturais é determinado pela busca de essências, enquanto os Tipos de Stuart Mill dispensam propriedades essenciais em sua definição. Embora ser um tipo natural na concepção contemporânea de Kripke e Putnam não é o mesmo que a concepção de Tipos de Mill, entre Tipos de Mill e os tipos naturais contemporâneos existe um pano de fundo comum que é a constatação de que certas classificações, e não outras, servem de base confiável para inferências indutivas. Se por um lado concordamos com Magnus (2014b) a respeito da descontinuidade do significado técnico entre Tipos de Stuart Mill e tipos naturais que seguem após Kripke-Putnam, por outro lado, é simples de enxergar o interesse por aquilo que tornam induções confiáveis, seja em Stuart Mill, seja em toda a tradição de tipos naturais após Mill, algo que liga os Tipos de Mill com as linhas de trabalho contemporâneas sobre tipos naturais. Assim, não devemos tirar dos Tipos de Stuart Mill lições sobre tipos naturais contemporâneos, mas encará-los como esforços em obter respostas distintas para o problema sobre o estatuto ontológico e epistemológico de classificações científicas que suportam generalizações indutivas. Por isso, um terreno comum que atravessa essa tradição dos tipos naturais encontra apoio na motivação da discussão que relaciona indução e Tipos de Stuart Mill. O encaminhamento de Mill está justamente em sua concepção de Tipos como classificações definidas pela descrição de propriedades independentes que coexistem simultaneamente, de tal modo que os membros de um Tipo estão separados dos não membros porque são semelhantes em muitas e indeterminadas características. Posteriormente, esse mesmo problema animará as discussões contemporâneas sobre tipos naturais desde Kripke e Putnam até Richard Boyd, de tal modo que a resposta dada pelos trabalhos contemporâneos sobre tipos naturais não é a mesma de Stuart Mill. Assim, entendemos que embora Stuart Mill não seja um precursor dos tipos naturais, o problema das classificações que suportam inferências indutivas constituiu um dos horizontes de formulação

---

<sup>7</sup> Embora os exemplos dados de Tipos por Stuart Mill - isto é, espécies de plantas, animais e minerais - não afastam Tipos de tipos naturais, para Magnus (2014b, p. 03) "na virada do século XIX para o século XX, a frase 'tipo natural' não se tornou enraizada como parte do léxico filosófico. Era apenas uma das várias maneiras pelas quais filósofos podiam falar sobre a visão de Mill sobre Tipos". Com isso quer afirmar que nesse período, a visão de Tipos de Mill foi discutida sob o rótulo de tipos naturais, indicando a recepção da concepção de Tipos de Stuart Mill.

dos Tipos de Stuart Mill, sendo retomado explicitamente nos trabalhos contemporâneos sobre tipos naturais.

Portanto, ao definir Tipos reais de Mill como uma classe que se distingue não por uma ou poucas propriedades definidas, mas por uma multiplicidade desconhecida delas, vemos aparecer o problema da unidade entre as características descritivas: o que mantém e sustenta a coesão e unidade das similaridades? O problema da unidade e coesão das similaridades como aquilo que contribui para explicar a realização de inferências já se anuncia na definição de Tipos reais de Stuart Mill, embora permaneça em aberto. No essencialismo de tipos naturais, esse mesmo problema reaparecerá postulando um outro nível que não o das propriedades observáveis. E a noção de essência fará remissão para algo além das propriedades de superfície para organizar a unidade e coesão do espaço das similaridades. Para a concepção boydiana, realismo sobre tipos naturais implica que a unidade e coesão da coexistência e coocorrência de itens característicos descritivamente presentes e possuídos conjuntamente pelos membros de uma dada classificação é causal, em vez de nominal ou conceitual (Boyd, 1990, 1999, 2000). Assim, tipo natural é uma noção que surge emaranhada em discussões sobre a indução (Boyd, 1990 e 1991; Hacking, 1991; Machery, 2009; Mill, 1843; Quine, 1969), e ao consolidar-se como classe marcada por uma proeminência no interior das ciências, torna-se pivô de investigações ao explicar porque determinadas regularidades viabilizam a realização de inferências confiáveis e outras não. E uma vez aceito que a ciência é muitas vezes bem-sucedida, resta o esforço por entender o seu êxito, uma vez que esquemas de classificação considerados cientificamente confiáveis dependem da própria capacidade de capturar divisões reais, reproduzindo segmentações naturais das coisas, objetivamente fundadas. E se tipos naturais devem, por princípio, capturar e delimitar no mundo divisões naturais, o problema sobre o fundamento de suas classificações expõe o quanto a questão sobre o caráter natural domina o debate sobre tipos naturais. Por essa razão, na trajetória histórica dessa noção é recorrente argumentar que o caráter "natural" dos tipos naturais consiste em sua aptidão para inferências indutivas a partir de uma distinção fundamental entre dois tipos de classes: aquelas sobre as quais generalizações indutivas podem ser formuladas e aquelas sobre os quais pouca ou nenhuma generalização pode ser formulada (por exemplo, coisas brancas, coisas que pesam mais de 121 kg ou que são menores que 102 metros). Embasar generalizações e predições é uma função importante da prática classificatória de tipos naturais em função do seu trabalho explicativo. A inadequação dos juízos de

similaridades como critério último de identidade e pertinência para tipos naturais indica que padrões de similaridade não são capazes de decidir sobre o caráter natural, já que por si mesmos não fornecem restrições adequadas para a pertinência dos casos particulares sem dependência completa da circunstância. Se toda e qualquer determinação da similaridade requisita um horizonte no interior do qual certas propriedades aparecem como relevantes, padrões de similaridades entregue a si mesmos não podem explicar por que certos membros pertencem a um determinado tipo. Gelman & Coley (1991, p. 154) afinados com o essencialismo dos naturais alegam que "o epítome de tipos naturais são conceitos científicos que por definição têm um compromisso persistente de ir além da similaridade". A controvérsia se desenvolve, quando ao contrário, o critério de pertinência ou de identidade dos tipos naturais são estipulados tanto pela similaridade de superfície quanto pelo nível subjacente, passível de ser descrita por mecanismos causais, como proposto por Richard Boyd. Assim, a discussão sobre as relações mantidas entre similaridade e indução atravessa o interior do campo de definições sobre a identidade de tipos naturais e pode ser retomada e interrogada da seguinte maneira: se tipos naturais deve envolver a idéia de semelhança e diferença, em que sentido propriedades privilegiadas explicam regularidade e indução? Esse questionamento também se movimenta no interior de uma pergunta levantada por Whewell (1840, p. 485), segundo a qual, "na elaboração de uma classificação de objetos, devemos atender às suas semelhanças e diferenças". Contudo, dirá, "mas aqui a questão ocorre, a que semelhanças e diferenças? uma seleção diferente dos pontos de semelhança levaria à resultados diferentes (...). Que conjunto de caracteres que estamos a tomar como nosso guia?" (Whewell, 1840, p. 485). Nesse sentido, quando tipos naturais são melhor encontrados no interior de inferências e generalizações indutivas bem-sucedidas e tal êxito pretende por si mesmo servir de evidência sobre a consistência das entidades descritas e nomeadas, abre-se um espaço de discussão que é novo e antigo, espaço esse atravessado pelos tipos reais de Stuart Mill, passando pelo entusiasmo essencialista sobre tipos naturais até alcançar a concepção acomodacionista de Richard Boyd. Enquanto a semelhança plural é um fator de definição de Tipos em Stuart Mill, os trabalhos contemporâneos sobre tipos naturais - principalmente de Richard Boyd - caracterizam classificações associadas com bases naturais capazes de manter, de maneira causal, a unidade e a coesão da coexistência de características do tipo sem que seus membros precisem de compartilhar todas as características típicas. Veremos mais adiante que a atualidade dos tipos naturais boydianos está em sua crítica ao

essencialismo e abrangência. Como não há um conjunto de características comuns compartilhadas por todos os membros, os tipos boydianos não são individualizados apenas por juízos de similaridades, mas incluindo o conjunto de fatores causais subjacentes que sustentam a coexistência de características. Essa combinação determina um tipo natural de maneira singular: um tipo é determinado pelas características que ocorrem juntas em seus membros somadas aos fatores causais subjacentes que sustentam a coesão e unidade da coexistência dessas características, de tal maneira que um realismo e o naturalismo bem desenvolvidos devem ser entendidos em termos da satisfação de demandas de acomodação.

## **1.2 - A concepção essencialista de tipos naturais**

A discussão contemporânea responsável pelo status cientificamente relevante de tipos naturais decorre de Hilary Putnam e Saul Kripke. Em *Is semantics possible?*, Putnam (1970/1975, p. 139) introduz "tipos naturais - isto é ... classes de coisas que consideramos de importância explicativa; classes cujas características de distinção normais são 'mantidas unidas' ou mesmo explicadas por mecanismos profundos". Os tipos naturais de Putnam são introduzidos inicialmente no contexto da semântica, para num segundo momento incorporar a designação rígida de Kripke como a maneira pela qual é realizada a referência das classificações. Apesar das diferenças entre Putnam e Kripke sobre tipos naturais, a síntese Kripke-Putnam acaba por ser mais relevante para nosso propósito de caracterizar a tradição essencialista de tipos naturais.

O recuo às essências para explicar a série de propriedades de superfície mostra o quanto similaridades entre membros deve-se justamente à atuação causal de uma mesma e invariável essência. Isso implica que indivíduos que caem sob um tipo possuem as mesmas propriedades consideradas típicas, ao mesmo tempo que indica uma propriedade ou conjunto de propriedades invariáveis cuja posse é condição necessária e suficiente para pertencimento ao tipo. A concepção essencialista sobre tipos naturais assume que essências são propriedades intrínsecas comuns aos seus membros, isto é, propriedades não relacionais presentes na constituição material e compartilhadas por cada membro, sem as quais tais membros não poderiam ser o que são, e cuja posse é condição necessária e suficiente para algo no mundo ser apontado, capturado e discriminado enquanto instância do tipo. E uma vez que essências respondem pela série de propriedades comuns aos membros, elas justificam o papel

desempenhado por classificações naturais em inferências indutivas: infere-se dos membros que possuem a mesma essência a posse de outras tantas propriedades em comum. A atuação causal de uma mesma essência fundamenta ontologicamente a divisão e agrupamento natural que capturamos nas classificações assumidas enquanto tipos naturais, responsável pelas similaridades entre membros. Putnam (1975, p. 140-141) caracteriza o caráter natural dos tipos naturais a partir da estrutura essencial:

Se descrevo algo como um limão ou como um ácido, indico que esse algo provavelmente tem certas características (casca amarela, gosto amargo quando diluído em água, conforme o caso); mas também indico que a presença dessas características, se estiverem presentes, é provavelmente explicável por alguma "natureza essencial" que esse algo compartilha com outros membros do seu tipo natural. O que seja essa natureza essencial não é uma questão de análise lingüística, mas de construção de teorias científicas; hoje diríamos que é a estrutura cromossômica, no caso dos limões, e a característica de ser um doador de prótons, no caso dos ácidos.

Nesse sentido que não ter a posse da teoria sobre a estrutura oculta essencial de determinado tipo é não estar em condições de determinar se indivíduos particulares são ou não pertencentes àquele tipo.<sup>8</sup> Contudo, ainda não será suficientemente precisa a afirmação que um tipo natural seja um termo cujo papel na teoria científica é justamente apontar propriedades essenciais comuns. Abrindo espaço e anunciando as relações entre tipos naturais e investigação científica, Putnam (1975, p. 141) argumenta que "não é analítico que tipos naturais são classes que desempenham certos tipos de papéis em teorias". Putnam (1975, p. 141) dirá que o que efetivamente "distingue as classes que contam como tipos naturais é por si só uma questão de (nível alto e muito abstrato) investigação científica e análise, não apenas o significado". Nesse sentido, postular essências de tipos naturais, em vez de apenas descrever suas propriedades observáveis, serve a três objetivos muito claros: determinar referência/extensão, explicar a posse de um conjunto típico de propriedades de superfície em comum e dar conta de membros anormais. Por isso, toda tentativa de utilizar propriedades de superfície para identificar categorias de tipos naturais não funciona como critérios necessários e suficientes, como atesta o caso da existência de membros anormais. A existência de

---

<sup>8</sup> Ainda sobre pressupor uma estrutura oculta e descrever essa estrutura: "é claro, se conhecêssemos a estrutura oculta, poderíamos formular uma descrição em termos dela; mas não a conhecemos neste momento. Nesse sentido, o uso de palavras para tipos naturais reflete um fato importante sobre nossa relação com o mundo: sabemos que existem tipos de coisas com estruturas ocultas em comum, mas não temos ainda o conhecimento para descrever todas essas estruturas ocultas." (Putman, 1975, p. 244).

membros anormais traz à cena o problema da coocorrência de similaridades na determinação da identidade do tipo natural, transferindo para uma propriedade essencial o encargo de decisão. Putnam (1975, p. 140) retoma o exemplo do termo limão: "as supostas 'características definidoras' de limão são: cor amarela, gosto azedo, certo tipo de casca, etc. Porque o termo 'limão' não é definível pela simples conjunção dessas 'características definidoras'?". Putnam (1975, p. 140) argumenta que "a dificuldade mais óbvia é que um tipo natural pode ter membros anormais. Um limão verde ainda é um limão - mesmo se, devido a alguma anormalidade, nunca ficar amarelo. Um tigre de três pernas ainda é um tigre. Ouro no estado gasoso ainda é ouro. Somente limões normais que são amarelo, azedo, etc.; apenas tigres normais que são de quatro patas; somente ouro, em condições normais, que é duro, branco ou amarelo, etc.". Com a advertência de que um tipo natural pode ter membros anormais, "dizer que algo é um limão é (...) dizer que pertence a um tipo natural, cujos membros normais têm certas propriedades; mas não quer dizer que necessariamente tenham aquelas propriedades em si. Não há verdades analíticas da forma todo limão tem P" (Putnam, 1975, p. 141). E embora os estereótipos governem o uso cotidiano desses termos, membros atípicos ou anormais mostram que a posse de uma série de propriedades não pode ser considerada analiticamente verdadeira. Por isso, é importante assinalar "o fato de que uma característica (por exemplo, as listras) esteja incluída no estereótipo associado a uma palavra X, não significa que seja uma verdade analítica que todos os Xs têm essa característica, nem que a maioria dos Xs tem essa característica, nem que todos os Xs normais têm essa característica, nem que alguns Xs têm essa característica" (Putnam, 1975, p. 250).<sup>9</sup>

Já que o estereótipo é ele próprio parte do significado, determinar a extensão também será parte da delimitação do significado, de modo que a certeza da posse do "uso normal" ou do "significado habitual" exige a tarefa de assegurar - através de investigação científica ou consulta aos especialistas - o uso do termo sob a extensão correta. Isso porque as divisões mundanas do trabalho "engendram uma divisão do trabalho lingüístico: todas as pessoas para as quais o ouro é importante por alguma razão, têm de adquirir a palavra 'ouro'; mas não têm

---

<sup>9</sup> Aprofundando a exposição de Putnam (1975, p. 250), o cerne do seu argumento depende do entendimento de que "tigres de três pernas e tigres albinos não são entidades logicamente contraditórias. Descobrir que nosso estereótipo tem se baseado em membros não representativos ou não normais de um tipo natural, não é descobrir uma contradição lógica. Se os tigres perdessem suas listras, não deixariam de serem tigres, nem borboletas necessariamente deixariam de serem borboletas se perdessem suas asas". Vemos então que segundo sua concepção, "há um sentido perfeitamente aceitável em que ser listrado é parte do significado de 'tigre'. Mas não se segue, em nossa concepção, que 'tigres são listrados' seja analítica. Se uma mutação ocorresse, todos os tigres poderiam tornar-se albinos." (Putnam, 1975, p. 256).



de adquirir o método de reconhecer se algo é ou não ouro" (Putnam, 1975, p. 227-228). Essa divisão do trabalho linguístico consolida o cientificismo da tese essencialista sobre tipos naturais, pressupondo a existência de estruturas profundas ou ocultas ou subjacentes que determinam o leque das propriedades superficiais, considerando que na maioria das vezes dependemos de especialistas - que baseiam suas decisões sobre o melhor conhecimento científico disponível na época - para tomar uma decisão final sobre a propriedade subjacente que determina a identidade do tipo natural e sua série de propriedades superficiais.

Com o aumento da divisão do trabalho na sociedade e o avanço da ciência, mais e mais palavras começam a exibir esse tipo de divisão de trabalho. "Água", por exemplo, não exibia isso de modo algum antes do surgimento da química. Hoje é obviamente necessário a todo falante estar apto a reconhecer água (confiavelmente sob condições normais), e provavelmente todo falante adulto conhece até mesmo a condição necessária e suficiente "água é H<sub>2</sub>O", mas apenas alguns poucos adultos falantes conseguiriam distinguir água de líquidos que superficialmente parecem água. Em caso de dúvida, outros falantes dependem do julgamento desses falantes "especialistas". (Putnam, 1975, p. 228).

Os especialistas, enquanto membros específicos da comunidade linguística, possuem os recursos técnicos e científicos para determinar se indivíduos particulares caem ou não sob uma classificação. E a posse dos recursos técnicos e científicos pelos especialistas indica sua capacidade de fornecer os meios para identificar as propriedades necessárias e suficientes delimitadoras de um tipo natural. Assumimos acima que há uma distinção que o especialista é capaz de reconhecer. Logo, se a maioria das pessoas não conhece a diferença entre "olmos" e "faias", o botânico será o especialista capaz de resolver esse problema de identidade e distinção. Assim, o conhecimento das propriedades superficiais não é suficiente para discriminar se tal indivíduo particular é ou não membro do tipo natural em questão - se tal coisa é ou não limão, se tal coisa é ou não ácido, se tal coisa é ou não ouro -, e isso porque características de superfície não se qualificam como critério de identidade para o essencialismo natural. Mesmo que propriedades superficiais sofram modificações, o termo continuará estabelecendo sua referência orientando-se por alguma coisa que não são as propriedades de superfície. A partir da descrição fornecida para termos designativos de tipos naturais podemos compreender que a extensão dos termos dependerá da própria natureza das coisas, de tal modo que essa própria natureza não é, de início e na maioria das vezes, plenamente conhecida pelos falantes. Portanto, não utilizamos tipos naturais como sinônimos

de suas descrições de superfície porque conhecemos o bastante sobre tais termos para saber que os indivíduos particulares por eles capturados possuem uma estrutura oculta associada à descrição de suas similaridades. Se há condições necessárias e suficientes para algo ser um ácido, um tigre ou um limão, e se o que determina o caráter natural de uma dada classificação de tipo natural é a constatação de que seus membros se encontram em uma relação de semelhança uns com os outros compartilhando uma estrutura oculta ou subjacente, o realismo desse naturalismo é sustentado por essências encontradas no mundo.

### **1.3 - O questionamento da filosofia da química sobre propriedades essenciais de substâncias**

A afirmação de que tipos naturais são individuados por propriedades intrínsecas de seus membros pode ser contestada no interior da filosofia da química. Antes mesmo do debate com a teoria evolucionista das espécies biológicas, os tipos químicos (como ouro e H<sub>2</sub>O) já apareciam como os melhores candidatos a tipos naturais com base em propriedades essenciais. Muito mais do que os tipos da botânica e da zoologia, as microestruturas químicas seriam as mais prováveis e menos controversas. O essencialismo de tipos naturais adotou a posição de que os tipos de substâncias químicas - elementos ou compostos - são identificados pela estrutura microscópica, alegando que o caráter natural do tipo ouro é possuir o número atômico 79 e o caráter natural do tipo água é possuir a estrutura molecular H<sub>2</sub>O. Portanto, se o número atômico individualiza qualquer elemento químico, o microestruturalismo é forte para elementos químicos. No entanto, quando avaliamos a pertinência dessa abordagem para substâncias químicas ou moléculas (menor amostra da substância),<sup>10</sup> surge a controvérsia na literatura, desafiando o essencialismo de tipos naturais nesse domínio. A fórmula "água = H<sub>2</sub>O" foi o exemplo frequentemente citado por Putnam. Com isso, muitas vezes a literatura posicionou a discussão em torno da declaração "água é H<sub>2</sub>O". van Brakel (1986) no artigo *The chemistry of substances and the philosophy of mass terms* interroga se estruturas moleculares são propriedades essenciais, e nesse sentido, se substâncias químicas (e não elementos químicos) têm uma estrutura essencial fundamental. A discussão se detém na alegação tradicional de que "água é H<sub>2</sub>O" mesmo em casos anormais nas quais a amostra não se

---

<sup>10</sup> A discussão de van Brakel (1986) é também se essa redução ao caráter de menor amostra da substância (molécula de H<sub>2</sub>O) ainda possui as mesmas propriedades da substância.

encaixa no estereótipo de água. Se "H<sub>2</sub>O" designa moléculas que consistem em dois átomos de hidrogênio e um de oxigênio, então essa declaração significa que qualquer amostra de água consiste em muitas dessas moléculas. Contudo,

isso simplesmente não é o caso, e é difícil imaginar um mundo físico em que seria o caso. As substâncias químicas em geral têm uma composição fixa - existem casos de linha de fronteira nos sistemas bioquímicos, mas deixemos isso no momento. Mas substâncias raramente, se alguma vez, têm uma estrutura molecular fixa. No gelo, não é possível identificar moléculas individuais de H<sub>2</sub>O. Água líquida contém moléculas de H<sub>2</sub>O, mas também H<sub>4</sub>O<sub>6</sub> e outras. Além disso, contém íons como OH<sup>-</sup> e H<sub>3</sub>O<sup>+</sup>. Nem todas as substâncias químicas contêm íons na fase líquida, mas eu poderia falar sobre enantiômeros, homeômeros, compostos isoquímicos, radicais e assim por diante, o que perturbaria a ideia de fornecer uma descrição simples da estrutura molecular. (van Brakel, 1986, p. 299).

Vemos uma objeção que informa heterogeneidade e impurezas. As afirmações do essencialismo de tipos naturais consideram uma molécula isolada de H<sub>2</sub>O. O que nos faz pensar também em contextos cada vez mais particulares e concretos. Como diz van Brakel (1986), sem contextos mais concretos a afirmação "água é H<sub>2</sub>O" informa menos sobre substâncias, e mais sobre um exercício de lógica. Segundo van Brakel (1986), pretender que afirmações do tipo "água é H<sub>2</sub>O" sejam verdadeiras é uma alegação vaga e imprecisa, o que lhe faz concluir que "como se verifica que nenhum significado claro, se algum, pode ser dado à noção de estrutura molecular, não é possível especificar qual é a referência e essência da água em termos de sua estrutura molecular" (van Brakel, 1986, p. 303).<sup>11</sup> Portanto, o conceito de "H<sub>2</sub>O" é controverso enquanto propriedade essencial, pois sua vagueza cria dificuldades para determinar se por ele se quer indicar uma molécula, um conjunto de moléculas

---

<sup>11</sup> No contexto da discussão sobre elementos e substâncias (ou moléculas), a alegação de que podemos explicar as propriedades químicas de um elemento apelando para seu número atômico é problematizada por van Brakel (1986, p. 307): "Embora sem dúvida seja verdade que a Lei Periódica explica muito, não está claro em que sentido ela conteria por assim dizer a essência de toda substância, na qual essências explicam porque a mesma coisa se comporta da mesma maneira nas mesmas circunstâncias. Em primeiro lugar, embora o número atômico de ouro possa percorrer um longo caminho para explicar as propriedades químicas do ouro, isso não é óbvio no caso do oxigênio, que normalmente ocorre como uma molécula que consiste em dois átomos de oxigênio. Torna-se ainda mais complicado se o mesmo conjunto de átomos puder se combinar em diferentes moléculas. Em segundo lugar, na medida em que o número atômico explica alguma coisa, explica algo sobre as propriedades químicas que dependem principalmente das camadas externas de elétrons. Mas isso não nos diz nada sobre propriedades tão simples como a densidade ou o peso atômico, que também dependem dos constituintes do núcleo, e muito menos que a Lei Periódica pode explicar quais elementos são radioativos ou adequados para extrair energia nuclear. Se realmente quisermos pedir uma explicação em termos de estrutura fundamental, a única coisa que podemos fazer é apresentar o todo da ciência, o que nos leva de volta à afirmação (12), 'a ciência está de algum modo descobrindo a essência da matéria', e não uma explicação do que é ser um tipo *particular* de matéria."

semelhantes, uma composição química ou algum outro conceito (van Brakel, 1986). Ao mesmo tempo, o apoio empírico indica que descrições da composição química da água no mundo macroscópico informam uma sobreposição de microestruturas moleculares, logo uma heterogeneidade, e não uma declaração empírica de que a estrutura molecular fundamental da água é H<sub>2</sub>O. Assim, a afirmação "a água é H<sub>2</sub>O" refere-se ao fato de que a água é feita da estrutura molecular H<sub>2</sub>O, de modo que "água é H<sub>2</sub>O" não deve ser uma declaração de identidade.<sup>12</sup> Portanto, surgem problemas conceituais e inadequações empíricas quando começamos a interrogar o que se pretende significar com a afirmação de que água é H<sub>2</sub>O. Segundo van Brakel (1986), esses problemas apontam para a diferença entre o conceito empírico de substância e o conceito teórico de molécula.

No mesmo caminho, Needham (2000, p. 13) no artigo *What is water?* entende "que a microestrutura não desempenha o papel principal na individuação dos tipos químicos que as discussões recentes pressupõem; em vez disso, há uma complexidade e variedade no nível micro que é unificado apenas se visto em relação a tipos únicos macroscopicamente distintos". Para Needham (2000) haveria uma imprecisão e uma vagueza no esforço de fixar a identidade do tipo macroscópico "água" pelo o tipo microestrutural "H<sub>2</sub>O". Delimitar uma quantidade de matéria do tipo macroscópico "água" requer fixar um período de tempo. Mas o que se pretender dizer com fixar o que é água num determinado intervalo de tempo é demasiadamente vago e confuso quando comparado ao que seria uma estrutura molecular em intervalos extremamente curtos de tempo. Assim, questões de dimensão temporal surgem em ambos os casos em uma escala diferente. Soma-se a essa imprecisão o fato de que o tipo "H<sub>2</sub>O" é usado para denotar uma única molécula, na qual

deve-se salientar que uma única molécula de água não pode ser identificada com uma quantidade de matéria de proporções macroscópicas. De fato, uma molécula de água não é água - não mata a sede e não se pode dizer que ela exibe um ponto triplo; nem pode ser atribuída uma temperatura. Assim, a interpretação de uma única molécula não pode estar em questão na identidade putativa. A expressão "H<sub>2</sub>O" deve ser entendida como estando numa relação logicamente coerente com "água", e é claro a

---

<sup>12</sup> van Brakel (2012, p. 197, p. 198) reitera a mesma posição no capítulo *Substances: The Ontology of Chemistry*, do livro *Philosophy of Chemistry*, acusando uma baixa sofisticação científica do essencialismo de Kripke e Putnam: "(...) muito frequentemente os filósofos ainda pensam que uma substância pura pode ser definida como 'uma coleção de moléculas do mesmo tipo'. No entanto, essa definição apenas se aplica em casos raros, se é que alguma vez; água líquida pura não consiste exclusivamente em um tipo de molécula. A definição não funciona para metais e inúmeras outras substâncias químicas. A variante mais conhecida do microestruturalismo pseudocientífico, a popularizada por Kripke e Putnam, não será revisada aqui, dada a sua falta de sofisticação científica."

partir do que acabamos de dizer que a última deve ser entendida em termos de um predicado de dois lugares "é água" aplicado a uma quantidade de matéria e um tempo. (...) Os proponentes da visão de que os predicados se referem podem ver nisso uma relação de identidade de propriedade, embora talvez não seja uma relação de identidade. (...). (Needham, 2000, p. 18).

Assim, o que na prática chamamos de "água" encontra dificuldades em se mostrar como H<sub>2</sub>O puro porque o que rotulamos normalmente por água não possui uma composição química uniforme. No seu conjunto, essas considerações de Brakel (1986) e Needham (2000) parecem sugerir que as amostras de "água" são mais heterogêneas do que pretendiam as análises de Kripke e Putnam sobre tipos naturais. Após van Brakel (1986) e Needham (2000) colocarem em questão a abrangência do argumento essencialista de tipos naturais para os tipos químicos, aprofunda-se ainda mais a possibilidade de ruptura da noção de tipos naturais com o posse de propriedades essenciais.<sup>13</sup> O problema do essencialismo natural com as moléculas faz olhar para o acomodacionismo de Richard Boyd como alternativa de teoria de tipos naturais que equilibra abrangência e consistência, que contempla melhor a riqueza das descrições científicas disponíveis nos vários domínios e que também são casos apropriados de generalizações estáveis.

#### **1.4 - Espécies biológicas como problema para o essencialismo de tipos naturais**

Espécies biológicas foram tradicionalmente interpretadas como exemplos paradigmáticos de tipos naturais em sua roupagem essencialista. Essa abordagem visa marcar os particulares que caem sob um mesmo tipo pela posse individual de propriedades essenciais e intrínsecas, estabelecendo condições necessárias e suficientes para adesão e pertencimento de cada membro, e a partir da qual propriedades subjacentes são o critério de identidade e individuação.<sup>14</sup> Contudo, o essencialismo de espécies biológicas se tornará um adversário a

---

<sup>13</sup> No artigo *Elements, Compounds, and Other Chemical Kinds*, Hendry (2006, p. 873) retoma os problemas do microestruturalismo de substâncias químicas, e como van Brakel (1986) e Needham (2000), esclarece um pouco mais como a relação entre elementos químicos e estrutura atômica é um forte argumento para o microestruturalismo de tipos naturais, mas problemática para moléculas: "Uma única propriedade microestrutural, carga nuclear, persiste através das várias manifestações de um elemento e é central para explicar o comportamento que figuras históricas, como Lavoisier, usaram para classificar substâncias e nomeá-las. Compostos (...) são mais problemáticos e complexos, de modo que o microestruturalismo sobre compostos precisará ser avaliado caso a caso, e a água é apenas um."

<sup>14</sup> Após Darwin colocar fim à visão aristotélica para a qual espécies biológicas são determinadas por essências naturais, surge o problema sobre o que são as espécies biológicas em geral: "Vários autores (Mayr 1980; Hull, 1965) apontam para uma tradição essencialista dentro da biologia, antes da consolidação da revolução

ser combatido por filósofos da biologia de postura anti-essencialista. Diversos trabalhos questionaram a validade das posições essencialistas sobre tipos naturais (Boyd, 1999; Dupré, 1981; Hull, 1965, Mellor, 1977), e a maior objeção refere-se à dificuldade em lidar com espécies biológicas após Darwin, de modo que o caráter restritivo da posição essencialista torna-se evidente no interior da discussão sobre a identidade de espécies como indivíduos ou tipos naturais.

Enquanto o essencialismo de tipo natural sobre tipos biológicos conquista repercussão através dos trabalhos de Putnam (1975) e Kripke (1980), cresce a oposição de Hennig (1966), Ghiselin (1974) e Hull (1976) argumentando a tese de espécies como indivíduos, isto é, entidades históricas individuadas no espaço-tempo. A tese de que espécies não são tipos naturais, mas indivíduos, é desenvolvida nos trabalhos de Ghiselin (1974, 1987, 1997), Hull (1976, 1977) e Hennig (1966), cujo argumento central retém a ideia de que espécies biológicas não são melhor definidas em termos de propriedades essenciais, mas diversamente, como entidades particulares delimitadas segundo quadros espaço temporais, de origens evolutivas, e por consequência, desprovidas de regularidades invariáveis e imutáveis. A interpretação de Ghiselin (1974) e Hull (1976, 1978) simplesmente retira consequências essencialistas do tratamento evolutivo realizado sobre espécies biológicas: se o modo mais adequado de classificar evolutivamente espécies é através de sua história e relações genealógicas,<sup>15</sup> então a historicidade das espécies depõe a favor de determiná-las como indivíduos e não tipos naturais caracterizados por essências.<sup>16</sup> Quando espécies são indivíduos

---

darwiniana. De acordo com o essencialismo que eles têm em mente, espécies biológicas como outros tipos naturais, devem possuir definições essenciais para defini-los em termos de propriedades a-históricas, imutáveis, intrínsecas, necessárias e suficientes (...). Eles atribuem a influência desta concepção tradicional de espécies e de tipos de ciência, em geral, à influência de uma série de filósofos, incluindo Platão e Aristóteles (...)." (Boyd, 1999, p 146). Para Dupré (1999, p. 03), em *On the Impossibility of a Monistic Account of Species*, "a maioria das dificuldades filosóficas que cercam o conceito de espécie pode ser atribuída a um fracasso para assimilar plenamente a revolução darwiniana. É amplamente reconhecido que a teoria da evolução de Darwin considerou insustentável a concepção essencialista clássica das espécies."

<sup>15</sup> Isso quer dizer que espécies são individualizadas de acordo com sua história causal: "Muitos biólogos e filósofos da biologia considerariam um organismo indistinguível de um tigre que é encontrado em outro planeta não ser um tigre genuíno se não fizer parte da mesma linhagem. A razão, nesse caso, é que uma história de evolução e seleção natural é considerada o que faz de um organismo um membro de certo tipo." (Khalid, 2016, p. 234).

<sup>16</sup> Reydon (2014, p. 130-131) marca com bastante clareza a diferença ontológica entre considerar espécies como possuindo essências e como sendo indivíduos: "(...) Espécies, afinal, estão sujeitas a mudanças evolutivas e a variação genética em aberto entre os organismos de uma espécie não é apenas o resultado da evolução, mas também um requisito necessário para que a evolução ocorra. Essas considerações levaram o biólogo Michael Ghiselin e o filósofo David Hull a sugerir uma visão alternativa da natureza das espécies que poderia evitar os problemas encontrados pela visão de que as espécies eram tipos naturais essencialistas. Ghiselin e Hull argumentaram que o fracasso dos biólogos em descobrir a verdadeira natureza do *Homo sapiens* ou a essência intrínseca que caracteriza todas e apenas as plantas da *Arabidopsis thaliana* é devido a um simples fato: não há

e não mais tipos naturais, ao mesmo tempo que similaridades sustentadas sobre essências perdem sua função individualizante, o centro dos interesses se organizará em torno do modo mais adequado de classificar evolutivamente. O fundamento da recusa de espécies biológicas enquanto tipos naturais (em sua versão essencialista) está na própria teoria evolutiva<sup>17</sup> segundo a qual não existe um conjunto de propriedades capaz de responder pela essência, já que toda propriedade está sujeita à variação histórica (Hull, 1965; Ereshefsky, 2001). Ao mesmo tempo, se no período pré-darwiniano a teoria essencialista era dominante, o advento da teoria da evolução ao satisfazer explicações sobre a variação de propriedades dentro de uma mesma espécie, também dará visibilidade para o fato de que as fronteiras entre as espécies possuem limites difusos<sup>18</sup> e que essa imprecisão é incompatível com a suposição de propriedades essenciais, uma vez que definições essencialistas requisitam limites bem demarcados entre tipos (Hull, 1965). Pelo fato do processo evolutivo ser marcado por um caráter temporal dilatado, extenso e gradual, e que por isso se desenvolve na ausência de limites nítidos e precisos entre espécies, impossibilita [ele próprio] a fixação e universalização de propriedades comuns e singulares sem situá-las no espaço-tempo. Por isso, com o darwinismo, não existem propriedades individuais privilegiadas que expliquem a distribuição e fixação de similaridades, de tal modo que a universalidade de quaisquer propriedades em uma espécie padecerá de fragilidade. Espécies não são resultados de uma essência atuante no interior de cada ser vivo através da qual propriedades variantes seriam interpretadas como desvios de uma orientação típica normatizada pela essência. A perda do privilégio da essência desarma os relatos de atribuição causal às supostas propriedades essenciais que pretensamente produziriam a série de similaridades típicas. E o argumento dessa recusa é simplesmente que a evolução não isola algumas propriedades no interior de uma espécie protegendo-a contra sua variação. Portanto, é aceito que Darwin tornou possível a ruptura com a posição essencialista

---

nada lá para ser encontrado! De acordo com Ghiselin e Hull, espécies não devem ser entendidas ontologicamente como classes ou tipos, mas como indivíduos (Ghiselin 1966, 1974; Hull 1976, 1978). Isto é, uma espécie não é um tipo com organismos particulares como seus membros, mas ela própria uma entidade particular concreta com organismos como suas partes constituintes. Espécies, no máximo, têm essências individuais, mas não tipos de essências (...)."

<sup>17</sup> As duas pilstras da teoria evolutiva darwiniana: ancestralidade comum e evolução por seleção natural (Sober, 2003).

<sup>18</sup> O darwinismo frustrou essa expectativa essencialista: "Se organismos entrassem em tipos naturais nitidamente distintos, internamente homogêneos e confiavelmente distinguíveis dos membros de qualquer outro tipo, em seguida, a identificação de tais tipos seria o objetivo inequívoco de taxonomia. Um sistema de classificação que reconheceu tais tipos naturais seria, inequivocamente, o mais adequado para a organização e disseminação de informações biológicas. Mas isso é apenas o que Darwin nos mostrou que não podemos esperar (ver, por exemplo, Hull, 1965)." (Dupré, 1999, p. 04).

mostrando que "a teoria da evolução exige uma mudança (...) no status ontológico de espécies como unidades de evolução. Em vez de serem classes, elas são indivíduos" (Hull, 1976, p. 175). É assim que de acordo com Hull (1976, p. 175), qualquer tentativa de assumir espécies como tipos cria um impasse irresoluto, tal que "se as espécies são classes, é difícil ver como podem evoluir". Hull (1976, p. 189) procura mostrar que "do ponto de vista da teoria da evolução com seu forte princípio da hereditariedade, espécies devem ser interpretadas como indivíduos", onde os mecanismos (genealogia, isolamento reprodutivo, fluxo gênico, etc.) que se encontram subjacentes às similaridades e diferenças observáveis entre espécies são primários e por consequência, as semelhanças superficiais, por vezes, tornam-se irrelevantes em função de sua variação e diferença. Como argumentou Ghiselin (1969, p. 83), o conceito de espécie torna-se marcado pela busca de potencial indutivo, visando propriedades não óbvias e incorporando anomalias, pois "em vez de encontrar padrões na natureza e decidir que devido à sua conspicuidade eles parecem importantes, descobrimos os mecanismos subjacentes que impõem ordem nos fenômenos naturais, (...) então deriva a estrutura dos nossos sistemas de classificação desta compreensão". Com isso, o essencialismo deixa de ser uma posição plausível para espécies biológicas, tornando-se supérfluo e cedendo lugar para a noção de espécies como indivíduos. E já que espécies apresentam heterogeneidade no espaço tempo e são caracterizadas em suas fronteiras por linhas de demarcação pouco claras [dada a própria historicidade das espécies], deixa de fazer sentido postular propriedades essenciais universalmente instanciadas, e por consequência, o papel causal e explicativo desempenhado torna-se supérfluo. Curiosamente, a diferença ontológica que situa tipos nas demais ciências físicas e indivíduos nas ciências biológicas abre o espaço para uma concepção de tipos naturais sensível a toda essa heterogeneidade evidenciada pelas espécies biológicas.

Vimos acima que a resposta padrão para a rejeição do essencialismo sobre espécies tem sido argumentar que as espécies não são tipos mas indivíduos (Ghiselin 1974; Hull 1978). Contudo, a tese de espécies como tipos naturais tem sido rediscutida e reinterpretada nas últimas décadas através da *teoria dos clusters de propriedades homeostáticas* de Richard Boyd (1999), segundo a qual, o fenômeno da homeostase em espécie biológicas forneceria um modelo para tipos naturais em geral.

Organismos são estruturados de modo a manter-se em certos estados. Por exemplo, muitos animais têm sistemas para manter a temperatura dos seus corpos dentro de certos limites; células de plantas têm paredes celulares que são destinadas a manter a pressão de dentro da parede em equilíbrio com a



pressão do lado de fora. Em geral, o que se vê nestes casos de homeostase é um *cluster* de propriedades que trabalham em conjunto de modo a manter a si próprio, mesmo em face de mudanças no ambiente. Boyd sugere que esta consideração da automanutenção em organismos pode fornecer um modelo para todos os tipos naturais. Um tipo natural é um *cluster* de propriedades que, quando realizados em conjunto na mesma substância, trabalham para manter e reforçar-se mutuamente, mesmo em face de mudanças no ambiente. (Kornblith, 1995, p. 35).

Segundo essa reinterpretação de tipos naturais, a automanutenção de propriedades explica a maneira pela qual espécies sustentam o êxito de inferências indutivas, não através do compartilhamento de propriedades intrínsecas e essenciais, mas de propriedades relacionais. E uma vez que características de superfície podem reforçar-se mutuamente, dirige-se o interesse para a presença de mecanismos de homeostase - como transmissão genética e pressões ambientais - capazes de responder pela coocorrência frequente dessas similaridades, explicando como instâncias de um mesmo tipo natural mantêm sua própria integridade apesar das inúmeras variações, incluindo semelhanças estáveis e diferenças persistentes.

A situação atual dos tipos naturais em filosofia mostra que o vínculo entre naturalismo de tipos e essências vai do entusiasmo à crítica. O rompimento entre realismo e essências que se apresenta nos tipos naturais boydianos indica que uma adesão ao realismo não se justifica mais por uma concessão ao essencialismo. Assim, uma concepção realista de tipos naturais que rompe com essências desenvolve um realismo mais abrangente.<sup>19</sup> Por esse privilégio de espécies biológicas, a discussão com filósofos da biologia é uma das portas de entrada mais importantes para a teoria dos tipos naturais de Richard Boyd (1999a, p. 167), uma vez que "espécies são pelos menos muito parecidas com tipos naturais: elas refletem soluções para as demandas de acomodação da biologia".<sup>20</sup> Nesses termos, a concepção acomodacionista de

---

<sup>19</sup> A concepção boydiana de tipos naturais depende do conceito de mecanismo. E o conceito de mecanismo tem um compromisso com um nível subjacente. A ideia do mecanismo homeostático ilustra mecanismos amparando e acomodando regularidades generalizáveis em estruturas causais. Não há exigência de que os mecanismos homeostáticos sejam exclusivamente internos aos indivíduos concretos que caem sob essas entidades. Nas espécies biológicas, o isolamento reprodutivo é um exemplo de mecanismo externo que funciona como barreira ao fluxo gênico estruturando a diferenciação biológica de espécies, enquanto a transmissão genética por reprodução sexuada é um mecanismo interno à reprodução. Assim, os mecanismos podem ser internos e externos às entidades classificadas. Logo, o mecanismo é uma parte da estrutura causal da realidade que pode ser descrita para explicar como a coesão das similaridades de superfície é produzida e mantida em sua unidade.

<sup>20</sup> Segundo (Boyd, 1999a, p. 167), as explicações evolutivas em biologia já pressupõe que a multiplicidade se encontra acomodada em estruturas causais: "Todos os tipos padrão de explicações evolutivas, (...) pressupõem que membros de cada uma das várias espécies em questão apresentam uma grande variedade de características fenotípicas compartilhadas do tipo sustentadas por mecanismos de propriedade homeostática, e que habitualmente pressupõem a ação de muitos destes mecanismos homeostáticos". Nesse sentido que ma definição explicativa de tipos naturais boydianos é fornecida pela co-ocorrência de similaridades agrupadas por

Boyd (1999b, p. 81-82) possui maior abrangência que a teoria evolucionista, porque busca explicar como a acomodação das práticas classificatórias às estruturas causais é alcançada na biologia em geral, para além da biologia evolutiva em particular, de tal modo que "a referência a eles desempenha um papel central na indução e explicação, não apenas na biologia evolutiva, mas no resto da biologia também". Portanto, a problematização decisiva nesse contexto da biologia não se organiza em torno das noções de "propriedades essenciais" nem de "indivíduos", já que para o acomodacionismo boydiano o que estará em jogo é em que medida "espécie", mesmo entendida enquanto indivíduo, contribui para o êxito de práticas indutivas nas ciências biológicas. A concepção de que espécies biológicas são "indivíduos" foi redimensionada pelo próprio Richard Boyd (1999a) em *Homeostasis, Species, and Higher Taxa*. Como a acomodação realiza a individuação incluindo historicidade e imprecisões, "o debate sobre se espécies são tipos ou indivíduos é menos importante metafisicamente e metodologicamente do que se poderia suspeitar à primeira vista, e que mesmo aqueles que estão convencidos que espécies são indivíduos devem concluir que elas também são tipos naturais" (Boyd, 1999a, p. 141). Nesse sentido que Boyd afirma não haver problema na consideração de que espécies biológicas são indivíduos, desde que se reconheça que antes de mais nada são tipos naturais. No seu conjunto, este questionamento nos lança diretamente para o centro da argumentação em que se sustenta a reinterpretação dos tipos naturais de Richard Boyd, a saber, a tese da acomodação, cuja implicação mais importante é que fazer referência a "espécies" é fundamental para a satisfação das demandas de acomodação da própria biologia.

### **1.5 - A concepção acomodacionista de tipos naturais**

A história dos tipos naturais no interior das ciências coincide com a delimitação de categorias que permitem identificar generalizações sustentadas por estruturas causais relevantes.<sup>21</sup> Logo, práticas epistêmicas bem-sucedidas supõem que o êxito indutivo de suas classificações revele algo de determinado sobre a estrutura causal do mundo, de modo que

---

mecanismos homeostáticos: "Uma definição explicativa de uma espécie biológica, por exemplo, é fornecida por uma família de características aproximadamente compartilhadas, juntamente com os mecanismos de agrupamento que sustentam sua unidade homeostática." (Boyd, 2000, p. 71)

<sup>21</sup> Grande parte da argumentação de Boyd (1999a, p. 164) se organizará em torno dessa constatação: "o conhecimento científico (...), muitas vezes depende de sermos capazes de identificar generalizações causalmente sustentadas que não sejam nem eternas nem a-históricas nem sem exceções, e nossa habilidade de fazê-lo depende da nossa coordenação da linguagem e das categorias classificatórias com fenômenos causais".

entidades são naturalizáveis porque capturam traços causais se acomodando a eles. Assim, "somos capazes de identificar generalizações verdadeiras na ciência e na vida cotidiana porque somos capazes de acomodar nossas práticas indutivas aos fatores causais que as sustentam" (Boyd, 1999a, p. 148). Essa concepção lida com a inclusão de uma rede de fatores causais na estrutura explicativa de uma dada classificação, exibindo conceitualmente as maneiras pelas quais a satisfação da demanda de acomodação dessa classificação é efetivamente alcançada.

O que requer explicação, e que a teoria de tipos naturais ajuda a explicar, é como somos capazes de identificar *regularidades causalmente sustentadas* que vão além de dados efetivamente disponíveis e como somos capazes de oferecer explicações causais precisas de fenômenos particulares e de tais regularidades causalmente sustentadas. (Boyd, 1999a, p. 152).

A concepção boydiana relata uma definição abrangente o bastante para contemplar tipos e práticas explicativas da diversidade de ciências. De maneira semelhante ao essencialismo, essa noção filosófica de tipos naturais continua trabalhando com um nível subjacente e com um nível de superfície. Mas diferentemente do essencialismo, a relação entre o nível subjacente e o nível de superfície é uma relação entre mecanismos e coesão de características, de tal modo que mecanismos que produzem estabilidade tornam possíveis a coesão, frequência e coocorrência da série de características de superfície. Com isso, temos um abandono do essencialismo e um espectro maior de matizes quando essências subjacentes não estão no objetivo que governa a classificação, pois o sucesso indutivo existe inclusive nas ciências que não formulam ou dispõem de leis. Assim, o caráter natural dos tipos naturais é discriminado não porque estariam ontologicamente sob o governo de leis naturais - pois a referência a eles [aos tipos naturais] é fundamental para, inclusive, ser possível a formulação de leis científicas - de tal modo que essa referência [a tipos naturais] se torna decisiva para a formulação de generalizações explicativamente relevantes. O arco argumentativo da teoria de Boyd (1999a, p. 147) é aprofundado e sedimentado na formulação da sua tese da acomodação:

O caráter natural [*naturalness*] dos tipos naturais consiste em sua aptidão para induções e explicações (...). A tese que eu defendo aqui [a tese da acomodação] assume além disso que o que está em questão no estabelecimento da fiabilidade das práticas indutivas e explicativas, fiabilidade tal que é possível

graças a representação do fenômeno em termos de tipos naturais, é a acomodação das práticas inferenciais à estruturas causais relevantes.

Devemos encarar a *polivalência* de tipos naturais<sup>22</sup> a partir de sua utilização para satisfazer demandas de acomodação, considerando que a estrutura causal do mundo desempenha um papel normativo e decisivo nessa acomodação, uma vez que tipos naturais não seriam entidades marcadas por propriedades essenciais desprovidas de historicidade, pois "tipos naturais são características não do mundo fora de nossa prática, mas das maneiras com que essa prática se engaja com o resto do mundo" (Boyd, 1999a, p. 174). A concepção boydiana aciona as diversas maneiras com que tipos naturais descritos por esquemas classificatórios contribuem para práticas epistêmicas, considerando que "a estrutura objetiva relevante é a estrutura causal e que a correspondência relevante é uma questão de satisfação de demandas de acomodação" (Boyd, 1999a, p. 174). O que anuncia certo caráter produtivo e operativo na própria definição, já que "um tipo natural, apenas é a implementação - na linguagem e na prática conceitual, experimental e inferenciais - de (...) uma forma de satisfazer as demandas de acomodação de uma matriz disciplinar" (Boyd, 1999a, p. 174).<sup>23</sup> Diferentemente do essencialismo que reivindica uma identidade de essência, o acomodacionismo visa a estrutura causal que mantém unida as propriedades de superfície:

Água = H<sub>2</sub>O? Não. (...) Em primeiro lugar, a forma lógica de qualquer definição explicativa (como a definição de água em termos de estrutura molecular) não é a de uma declaração de identidade, mas a de uma explicação causal. Quando alguém diz que água é H<sub>2</sub>O, ou que a água não é nada além de H<sub>2</sub>O, ou que "H<sub>2</sub>O" é a definição de água, ou (...) que água é "essencialmente" H<sub>2</sub>O, o que ela relata é o fato de que (a) a maioria das coisas que chamamos "água" é principalmente feita de moléculas de H<sub>2</sub>O (b) esse fato explica a utilidade indutiva e explicativa do termo "água". (Boyd, 2000, p. 81).

---

<sup>22</sup> Segundo a definição do próprio Boyd (1999, p. 157), "tipo natural é uma categoria polivalente, referência a qual facilita a satisfação de um grande número de demandas de acomodação dentro de uma matriz disciplinar".

<sup>23</sup> Por demandas de acomodação "de uma matriz disciplinar, M, vamos entender a exigência de 'encaixe' ou acomodação entre os recursos conceituais e classificatórios de M's, e as estruturas causais relevantes que seriam necessárias para que a característica indutiva, e objetivos explicativos (ou práticos) de M sejam alcançados" (Boyd, 1999a, p. 148). Assim, a referência a tipos naturais é fundamental para operar a satisfação de demandas de acomodação, o que também é dizer o quanto seu caráter natural é relativo aos campos de conhecimento, bem como uma questão "da contribuição que a referência a ele faz para a satisfação das demandas de acomodação de uma matriz disciplinar, no contexto de um sistema de recursos linguísticos de composição para a representação de fenômenos" (Boyd, 1999a, p. 158).

No exemplo acima, a referência à estrutura molecular H<sub>2</sub>O não declara identidade de essência, mas explica a coesão entre as propriedades de superfície da água tal como conhecemos. Como vimos nas considerações de van Brakel (1986), a dificuldade de uma identidade de essência aparece quando uma única molécula de H<sub>2</sub>O não apresenta uma amostra de água. E afirmar que as regularidades empíricas que caracterizam nossa experiência da água está sustentada em estruturas moleculares H<sub>2</sub>O é algo diferente da alegação essencialista de que toda água é intrinsecamente H<sub>2</sub>O, que essa propriedade microestrutural determina a experiência empírica desse tipo natural, e que por consequência todo tipo natural seria imutável, estático e fixado por uma propriedade intrínseca. Inúmeros tipos naturais não possuem propriedades essenciais, mas fronteiras difusas, imprecisas e nebulosas. Muitos fenômenos meteorológicos, como os tornados e furacões não possuem propriedades essenciais na definição do seu caráter natural, mas mecanismos causais que atuam na formação e estabilização dos fenômenos descritos e classificados. Da mesma maneira, tipos biológicos e patológicos são definidos por propriedades relacionais e não intrínsecas. Assim, o essencialismo também apresenta limitações para captar o caráter natural dos tipos das ciências biológicas e médicas. Nessas várias ciências, o discernimento de generalizações verdadeiras ocorrerá porque esquemas de classificação capturam no mundo estruturas causais, de modo que suas práticas indutivas permitem identificar a generalização que está "adequadamente relacionada com as estruturas causais dos fenômenos em questão" (Boyd, 1999, 147), o que reitera certo caráter produtivo e operativo dos próprios tipos naturais no interior desse espaço de realização da acomodação.

Contudo, não podemos fazer toda e qualquer espécie de afirmação sobre o caráter natural dos tipos naturais sem a anuência das estruturas causais, de modo que os limites para a autoridade da legislação linguística são os limites da legislação do mundo (Boyd, 2000). Tendo em vista que o caráter marcadamente natural de tipos naturais está vinculado às práticas epistêmicas das diversas ciências, seu naturalismo é relativo aos respectivos domínios ou, como o próprio Boyd (1999a) irá dizer, matrizes disciplinares. Para discutir a relatividade contextual do caráter marcadamente natural de tipos naturais, Boyd (1999a, p. 148) se refere à "matrizes disciplinares como as situações de prática inferencial em relação às quais acomodações são realizadas". Matrizes disciplinares não se referem às divisões canônicas entre disciplinas da comunidade científica, mas a uma família de práticas epistêmicas que se movimentam sobre uma família de conceitos. Com isso, tipos naturais não se limitam a serem

encontrados nas disciplinas das ciências naturais, mas também as ciências humanas e sociais possuem seus próprios tipos naturais. De maneira mais específica,

estados psicológicos são tipos naturais para a psicologia, mas, provavelmente, também para a sociologia, antropologia, história intelectual e outras disciplinas. Ácidos formam um tipo natural para química, mas também para a geologia, mineralogia, metalurgia, e assim por diante. Por uma matriz disciplinar entendi uma família de práticas indutivas e inferenciais unidas por recursos conceituais comuns, mesmo que estes correspondam a disciplinas acadêmicas ou práticas de outra forma compreendidas. (Boyd, 1999a, p. 148).

Por conta desse enraizamento dos tipos naturais no contexto da investigação científica, "questões de 'realismo' ou 'realidade' são, em primeira instância, questões sobre uma família de práticas classificatórias incorporadas às práticas inferenciais de uma matriz disciplinar, em vez de questões sobre tipos particulares ou mesmo sobre famílias de tipos abstraídas do contexto de práticas disciplinares" (Boyd, 1999a, p. 159). Por isso, como já foi dito, o que está em jogo em sua tese de acomodação é o engajamento prático dos tipos naturais, incessantemente remetidos para a questão sobre "como o uso dos termos de tipos naturais e conceitos (...), contribui para a satisfação das demandas de acomodação de matrizes disciplinares" (Boyd, 1999a, p. 148). Portanto, a prática de classificar tipos naturais não é separada da prática de identificar inferências bem-sucedidas, e inferências são bem-sucedidas quando as descrições de suas regularidades e generalizações se encontram sustentadas em estruturas causais. E se o que está em jogo é operar a acomodação de práticas inferenciais às estruturas causais relevantes, então "a 'realidade' de um tipo consiste na contribuição que a referência a ele faz para tal acomodação" (Boyd, 1999a, p. 159). Logo, o não-realismo será uma questão da incapacidade de uma dada classificação em contribuir de modo eficaz para a realização de uma acomodação, de modo que o questionamento sobre o "realismo" de tipos naturais deve ser redefinido como uma resolução prática sobre relevância ou não para cada acomodação em particular (Boyd, 1999a). E uma vez que tipos naturais boydianos abandonam condições de adesão necessárias e suficientes, "a lição que devemos tirar da tese de acomodação é que a teoria de tipos naturais apenas é (nada mais) a teoria de como a acomodação é (às vezes) alcançada entre nossas práticas linguísticas, classificatórias e inferenciais e a estrutura causal do mundo" (Boyd, 1999a, p. 174). E com isso,

qualquer discussão sobre a 'realidade' de tipos ou a respeito de 'realismo sobre' algum tipo ou família de tipos é melhor entendida como um modo impreciso de abordar a questão da natureza das contribuições (se houver) que a referência a esse tipo faz para a satisfação das demandas de acomodação da matriz disciplinar relevante. (Boyd, 1999a, p. 170).

Ao romper com a concepção tradicional, Richard Boyd (1999a, p. 142) consolida uma nova teoria de tipos naturais tecnicamente denominada *teoria dos clusters de propriedades homeostáticas*, segundo a qual, tipos naturais são definidos por "uma família de propriedades (F) que estão contingentemente agrupadas (*clustered*) na natureza, no sentido que elas são coinstanciadas (coocorrem) em um importante número de casos". Por *cluster* se faz remissão ao fato que esse conjunto é definido por propriedades que são coinstanciadas com frequência (e não necessariamente) pelos membros do tipo. Segue que 1) (F) não é um conjunto de propriedades necessárias ou suficientes, mas um conjunto *cluster*, isto é, um conjunto definido por propriedades frequentes, onde nenhuma é necessária para ou exclusiva do conjunto; 2) todos os membros de um tipo natural não precisam instanciar cada uma ou todas as propriedades de (F), tampouco somente propriedades que membros do tipo compartilham; 3) todos os membros instanciam algumas propriedades de (F), ou seja, cada membro instancia um subconjunto de (F), não necessariamente o mesmo, de modo que tal instanciação é critério de inclusão no tipo natural. Vemos então que o critério de inclusão é flexibilizado e que a instanciação de subconjuntos de (F) determina pertencimentos ao tipo natural. Ao mesmo tempo, a coinstanciação das propriedades de (F) - ou tendência ao aparecimento conjunto das propriedades de (F) - apoiam-se em mecanismos homeostáticos que atuam na retenção de propriedades de (F) para que sejam frequentemente coinstanciadas. Os conteúdos de (F), denominados propriedades homeostáticas, possuem sua coinstanciação ancorada em mecanismos homeostáticos que se mostram como processos subjacentes atuantes na formação do tipo, gerando, transmitindo ou retendo as diferentes propriedades de (F), assim como sustentando e mantendo a inter-relação estável entre elas. Ao mesmo tempo, muitas propriedades de (F) são dotadas da capacidade de se reforçarem mutuamente, de exercerem influência umas sobre as outras. Com isso, a teoria de Richard Boyd apresenta dois níveis: 1) o conjunto *cluster* de propriedades marcadas pela homeostase e 2) os mecanismos capazes de produzir, sustentar e mantê-la.<sup>24</sup> A conjugação entre ambos os níveis explica de que maneira

---

<sup>24</sup> Esclarecendo ainda mais este ponto, para Reydon (2014, p. 134) a teoria boydiana "concebe os dois elementos da definição de um tipo de maneira aberta. Nenhuma propriedade ou combinação de propriedades é

os agrupamentos generalizáveis de similaridades sustentados em estruturas causais permitem o êxito de práticas indutivas, fornecendo tanto o critério de identidade dos tipos naturais quanto de pertencimento, tornando possível a diferença entre membros segundo a variação de características e de mecanismos que compartilham. Apresentando-se enquanto alternativa vantajosa às limitações do essencialismo, os conjuntos *clusters* (F) não precisam possuir invariavelmente as mesmas características e mecanismos, mas podem ser alterados sem deixar de definir um mesmo tipo natural, pois "o *cluster* de propriedades é individuado como um (tipo ou *token* de) objeto ou processo histórico: certas mudanças ao longo do tempo (e no espaço) nas propriedades do *cluster* ou nos mecanismos homeostáticos subjacentes preservam a identidade do *cluster*" (Boyd, 1999a, p. 144). Quando tipos naturais são definidos por apresentar características que frequentemente coexistem, ou seja, tipos naturais são classificações identificadas conforme um agrupamento de características correlacionadas de forma contingente e sustentadas por um mecanismo ou rede de mecanismos que explicam essa coocorrência, a concepção boydiana se coloca "contra uma concepção de tipos naturais de acordo com o qual devem ser definidos por condições de adesão imutáveis, necessárias e suficientes" (Boyd, 1999a, p. 164).<sup>25</sup> Assim, um dos ganhos principais dessa concepção é a descentralização do lugar de decisão sobre identidade e pertencimento que se encontrava sob o domínio de essências, uma vez que "em alguns tipos naturais, as propriedades que são causalmente explicativas não são condições necessárias à adesão, pois nem todos os membros possuem estas propriedades" (Machery, 2005, p. 448).<sup>26</sup>

A concepção boydiana obriga a repensar o quanto a pluralidade de matrizes disciplinares com suas demandas de acomodação específicas tornam o essencialismo de tipos

---

necessariamente única para um agrupamento de propriedades, o agrupamento de propriedades associado a um tipo pode vir a incluir novas propriedades, e as propriedades presentes podem deixar de serem exibidas por membros do tipo. Similarmente, nenhum fator causal ou combinação de fatores é necessariamente único para o conjunto de 'mecanismos homeostáticos' associados a um tipo e fatores causais podem começar ou deixar de operar nos membros do tipo. Se houvesse um conjunto característico fixo de propriedades para todo tipo, a teoria de HPC seria meramente uma forma tradicional de essencialismo de tipos (...)." Por exibir uma definição aberta de tipos naturais, a concepção boydiana reconhece "os diferentes tempos em que o mesmo tipo pode ser caracterizado por conjuntos de propriedades e causas subjacentes totalmente diferentes (fazendo com que exibam as mesmas propriedades pelas mesmas razões que não são necessárias para a adesão de membros), embora em princípio (...) tipos diferentes podem com o tempo vir a ser caracterizados por agrupamentos de propriedades e causas subjacentes semelhantes (exibindo as mesmas propriedades pelas mesmas razões não suficientes para adesão ao tipo)." (Reydon, 2014, p. 136).

<sup>25</sup> A posição de Boyd (1999a, p. 165) enfatiza "a unidade homeostática das propriedades compartilhadas (imperfeitamente, claro) por todos ou quase todos os membros do tipo relevante".

<sup>26</sup> Machery (2005, p. 448) ilustra esse ponto com o exemplo dos "partidos políticos nas sociedades democráticas" como um tipo natural na ciência política, onde "as condições de adesão a esta classe são indiscutivelmente diferentes das propriedades causais que explicam porque a maioria dos partidos políticos democráticos compartilham muitas propriedades".



naturais oneroso ou pelo menos pouco vantajoso. Partindo do êxito de práticas inferenciais indutivas, a concepção boydiana assume um âmbito estratégico onde tipos naturais estão realizando tarefas e se orientando por estruturas causais. Tipos naturais, então, se movimentam no interior dos limites demarcados por seu próprio engajamento prático com o esforço de buscar acomodações. E uma vez que tipos naturais são operadores de acomodação, não possuem apenas um componente descritivo, mas também um componente produtivo pois estão engajados praticamente com a própria realização da acomodação. E se a classificação de tipos naturais não é apenas descritiva, mas também produtiva, nomear tipos naturais já engaja praticamente classificações de tipos naturais com o espaço de realização da acomodação requisitada por matrizes disciplinares.

Com isso, o âmbito pragmático de sua teoria termina de se expor. Ao se encontrar epistemicamente orientada pelo decurso da prática científica, sua teoria comporta ganhos e inovações ao incluir simultaneamente flexibilidade, variabilidade e integridade explicativa (Wilson, Barker & Brigandt, 2007). O afrouxamento em torno de critérios necessários e suficientes permite que membros de um mesmo tipo natural variem no compartilhamento de similaridades generalizáveis sem supressão do pertencimento ao mesmo tipo. E por incluir variabilidade, outro ganho é sua capacidade de antecipar casos difusos e limítrofes, e encontrar coesão empírica em uma *homeostase imperfeita*. Assim, as imperfeições na homeostase são explicadas por contingências históricas que participam da produção individual das regularidades empíricas. Nas definições explicativas de tipos naturais, a homeostase imperfeita - com suas interferências e perturbações, dificultando um acabamento final e conclusivo -, não constitui obstáculo às definições naturais. Assim, tipos naturais manifestam uma estabilidade homeostática que depende de uma configuração espaço temporal específica,<sup>27</sup> isto é, a série de características coocorrentes possuídas por membros,

---

<sup>27</sup> Ainda no exemplo sobre as classificações meteorológicas de padrões de tempestades e sobre as classificações de minerais, Boyd (1999b, p. 83) sugere que os mecanismos meteorológicos ou de formação geológica que levam à produção de fenômenos (tempestades e minerais) dependem de configurações espaço temporais reprodutíveis em outras condições ambientais que não as do planeta Terra: "Tampouco esses tipos [tempestades ou minerais] são propriamente considerados como necessariamente restritos a determinados locais históricos. Os tipos meteorológicos e geológicos dependem quase certamente de suas possíveis realizações em condições bastante particulares que podem ser peculiares à Terra. No entanto, o fato de que os mecanismos homeostáticos relevantes não envolvem qualquer coisa como transmissão histórica significa que se condições relevantemente similares obtivessem na 'Terra Gêmea', uma boa metodologia nos exigiria implantar ou incluir categorias meteorológicas e geológicas atuais, da mesma forma que às vezes aplicamos agora o mesmo termo mineralógico a espécimes de diferentes locais e tempos geológicos.". Essa sugestão nos faz pensar se tais configurações espaço temporais reprodutíveis, especificamente determinantes da emergência das regularidades empíricas descritas como tipos naturais, podem ser artificialmente produzidas sem comprometimento ontológico do caráter

juntamente com os mecanismos homeostáticos subjacentes, exibem um arranjo determinado que varia ao longo do tempo e do espaço (Boyd, 2000). Queremos com isso reiterar que uma homeostase imperfeita não implica um déficit no caráter natural dos tipos. Uma homeostase imperfeita faz parte da definição explicativa de suas classificações uma vez que a integridade e coesão dos tipos naturais continua assegurada inclusive nessas circunstâncias. Precisamente nesse sentido que temos um modelo que contempla a heterogeneidade própria ao mundo vivo, onde "membros do tipo variam de acordo com sua própria natureza, em vez de examinar a variação como aberração de uma norma" (Wilson, Barker & Brigandt, 2007, p. 197).

### **1.6 - Realismo de tipos naturais como estratégia de deferência à natureza**

A concepção acomodacionista de tipos naturais de Richard Boyd (1989, 1991, 1999) é um modelo que se articula pela maneira segundo a qual as estruturas causais do mundo orientam decisões classificatórias. Para que essa noção filosófica apresente a articulação entre realismo e naturalismo de maneira consistente, é assumido a integração entre acomodação e deferência à natureza. O requisito geral para que tipos naturais promovam induções confiáveis é o critério de deferência à natureza alegando que "tipos úteis para indução ou explicação devem sempre 'cortar o mundo em suas articulações' neste sentido: indução e explicação bem-sucedidas exigem sempre que acomodemos nossas categorias à estrutura causal do mundo" (Boyd, 1991, p. 139-140). A exigência básica é que a ligação ou coesão entre as características que cada membro de um tipo natural exhibe seja uma coocorrência causal e não nominal ou convencional, ou seja, "na indução e explicação devemos nos referir a tipos cujas definições são especificadas *a posteriori* em deferência à natureza, em vez de nominalmente" (Boyd, 1991, p. 139-140).

Tipos que satisfazem acomodações exibem mecanismos subjacentes que assumem a coesão e unidade do espaço de similaridades não mais definidos sob condições necessárias e suficientes especificadas em termos de propriedades intrínsecas. Com isso, a ampliação da noção de tipos naturais torna visível ganhos epistêmicos, apresentando grande extensão para além dos tipos consagrados nas ciências físicas, já que não somente entidades físicas ou químicas, mas galáxias, formações geológicas, espécies biológicas, entidades utilizadas

---

natural. Não vemos obstáculos a essa possibilidade na concepção acomodacionista que define o "natural" como uma questão prática de acomodação à estrutura causal relevante.

pelas ciências econômicas como capitalismo, patologias médicas e artefatos, se qualificam como tipos naturais. Inclusive, a antiga oposição entre artefatos e tipos naturais perde sua força, uma vez que esse modelo torna possível a localização de artefatos como tipos naturais nas ciências da ergonomia e arqueologia, para citarmos dois exemplos. Vemos assim, que sua teoria se esquivava dos danos e retém os ganhos da posição essencialista sem suprimir a historicidade dos tipos naturais no momento de determinar extensões e explicar similaridades de superfície. Apresenta-se também como um modelo que não se aliena das próprias ciências em sua diversidade, tornando possível certo pluralismo de tipos naturais em função de sua flexibilidade, ao mesmo tempo que preserva integridade explicativa mantendo compromissos com uma visão realista sobre tipos naturais (Wilson, Barker & Brigandt, 2007).

Por isso, na concepção boydiana chama atenção como o jogo entre classificações, demandas de acomodação e estruturas causais do mundo assumem o primeiro plano em sua análise dos tipos naturais.<sup>28</sup> E a pergunta fundamental acerca de tipos naturais não visa mais defini-los pela localização de uma propriedade essencial, mas especificar o papel que classificações de tipos naturais desempenham no interior de um contexto teórico-científico particular em virtude de quê a tese da acomodação faz sentido. Tipos naturais se mostram como ferramentas que somente se deixam segurar por sua utilização em práticas inferenciais indutivas, de tal modo que o sucesso de tais práticas fica subordinado à aptidão dos mesmos tipos naturais para capturarem e se ajustarem às estruturas causais no mundo. A partir dessa concepção, tipos naturais são reivindicados no interior do êxito empírico das práticas inferenciais indutivas, ao mesmo tempo que a confiabilidade dessas mesmas inferências indutivas decorre justamente da evidência da acomodação, "uma vez que começamos a pensar em tipos naturais como características de arquiteturas inferenciais humanas - como artefatos que como entidades platônicas - como a tese de acomodação requer" (Boyd, 1999, p. 162). Como no interior do campo científico é requisitado acomodar esquemas classificatórios à estrutura causal do mundo, tipos naturais são categorias que realizam o espaço de acomodação entre regularidades generalizáveis e estrutura causal. Tal acomodação revela o caráter produtivo desses mesmos tipos, pois a atividade de identificar classificações de tipos

---

<sup>28</sup> E este é o ponto principal a se ater: "(...) O que requer explicação, e o que a teoria dos tipos naturais ajuda a explicar, é como somos capazes de identificar *regularidades causalmente sustentadas* que vão além dos dados atualmente disponíveis, e como somos capazes de oferecer explicações causais precisas de fenômenos particulares e de tais regularidades causalmente sustentadas. Essas regularidades não precisam ser eternas, sem exceções, nem espaço temporalmente universais, para que o nosso sucesso epistêmico, então, exija o tipo de explicação que a teoria dos tipos naturais fornece." (Boyd, 1999a, p. 182).

naturais não é diferente daquela que verifica a ocorrência da acomodação. Ao mesmo tempo, permite pensar tipos de classificações que não satisfazem demandas de acomodação a uma estrutura causal específica, como posteriormente veremos em casos da psiquiatria.

### **1.7 - A tese da acomodação pressupõe a possibilidade da não acomodação**

Quando Boyd introduz a noção de acomodação entre práticas classificatórias e estruturas causais, e mostra porque a realização da acomodação é necessária para a indução bem-sucedida, deixa implícito que é necessário observar quando as pretensões de acomodação falham. Se o caráter natural e o realismo dos tipos naturais está na contribuição que a referência a eles faz para a acomodação, o fracasso em satisfazer essa exigência revela o que epistemicamente podemos esperar sobre aquelas entidades que buscam uma estrutura descritiva naturalizada. Por isso, a instância crítica da noção filosófica de tipos naturais não depende de inovações científicas porque a acomodação boydiana é também um critério negativo de exclusão que permite interrogar entidades com base nas expectativas de acomodação. Nesse cenário, identificar classificações de tipos naturais é o mesmo que reconhecer que inferências são bem-sucedidas quando as descrições de suas regularidades se encontram sustentadas em estruturas causais. E uma vez que classificações de tipos naturais são entidades que visam essa acomodação, a satisfação da acomodação envolve o reconhecimento de quando ela **não ocorre**, como condição mesma da sua presença efetiva. Sem essa possibilidade, a acomodação perderia sua diferença específica. Quando Boyd conclui o princípio da acomodação com o argumento de que generalizações científicas fazem deferência à natureza, a noção filosófica de tipos naturais deve poder indicar quando falham as classificações utilizadas nas ciências. Portanto, se relatos filosóficos sobre tipos naturais capturam o sucesso das classificações científicas, devem ser capazes de capturar o fracasso.

A atualidade dos tipos naturais não é apenas sua relevância em limitar o entusiasmo essencialista, mostrar que o essencialismo não é a única alternativa ou a última das opções, e que ainda podemos ser realistas. A atualidade dos tipos naturais boydianos está em mostrar negativamente, por um critério de exclusão, onde classificações não chegam a ser naturalizadas porque uma acomodação falhou ou não veio a ocorrer. Há uma dialética entre resistência e acomodação no cerne da concepção boydiana. O mundo resiste às nossas pretensões sobre ele, de modo que nossas práticas descritivas, classificatórias, experimentais e

indutivas devem-se acomodar à essa resistência oferecida pela estrutura causal do mundo. Quando fracassa, essa acomodação ainda pode ser alcançada pela correção ou revisão das descrições e classificações disponíveis buscando um ajuste entre generalizações e estruturas causais. Logo, a concepção boydiana é capaz de reconhecer que muitas classificações utilizadas pelas ciências não contribuem na acomodação. Classificações que caem em desuso, são abandonadas ou mesmo revisadas assumem implicitamente que fazer referência a elas não introduz diferença para a satisfação das demandas de acomodação colocadas pelo campo científico na qual essas classificações se movimentam. Logo, verificar a satisfação da acomodação responde questões sobre realismo e naturalismo de tipos porque permite avaliar e identificar a arbitrariedade ou o convencionalismo de classificações que falham na acomodação. Se classificações são tipos naturais no sentido exigido pela acomodação, a referência a uma relação de acomodação realizável é capaz de avaliar declarações sobre entidades que são posicionadas como naturais. E podemos reconhecer quando não estamos identificando classificações cuja generalização é causalmente sustentada e que um realismo e um naturalismo consistente não foi desenvolvido sobre certas entidades. Esse discernimento elucida o que devemos esperar epistêmica e ontologicamente a respeito de muitas classificações. Se não fosse possível restringir a estrutura descritiva das classificações de tipos naturais a uma definição explicativa, não seríamos capazes de desfazer e excluir confusões, de modo que o esforço de naturalização ocorreria sem critério.

### **1.8 - Tipos que emergem da interação prática com a natureza**

Uma das consequências da concepção acomodacionista são os tipos que emergem da nossa interação prática com a natureza em contextos epistêmicos específicos, mais particularmente, os tipos artificiais-sintéticos. Keekok Lee (2005), em *Philosophy and revolutions in genetics: deep science and deep technology*, relaciona tipos naturais e tipos artificiais segundo a ideia de que inúmeros tipos artificiais são construídos com base em tipos naturais. Tendo em vista essa remissão aos naturais, propõe graus de artefaticidade para os tipos sintéticos. Comparando organismos geneticamente modificados e brinquedos de plástico, irá dizer, por exemplo que "o organismo transgênico não é diferente do cavalo de balanço de plástico, pois ambos são artefatos que possuem um grau similar de artefaticidade. Organismos transgênicos são construídos a partir de tipos naturais existentes e, portanto, são

derivados deles. De maneira similar, brinquedos de plástico são construídos a partir de um tipo natural existente e, portanto, são derivados dele." (Lee, 2005, p. 10).<sup>29</sup> Lee (2005) enumera três níveis ascendentes de artefaticidade,

1. Uma estátua de granito, por exemplo, pode ser produzida por uma tecnologia de jateamento, lascamento, usando ferramentas como martelo, cunha e assim por diante. O material, no entanto, é granito, um tipo natural, encontrado na natureza e não é, portanto, um artefato. 2. Uma estátua de plástico, por outro lado, é produzida por uma tecnologia completamente diferente, que é informada pelas ciências da química, geologia e assim por diante. O material, plástico, não é encontrado na natureza, mas é um artefato, embora seja derivado de um material natural, a saber, o óleo. 3. Uma estátua feita, no futuro, a partir de um material que é criado através da nanotecnologia molecular; ao contrário do plástico, esse tipo de material não é derivado de um material que ocorre naturalmente, como óleo ou areia, mas construído *de novo* a partir de átomos e moléculas de um dos elementos, como o carbono.<sup>30</sup>

Portanto, nos relatos acima de Keekok Lee (2005), graus de artefaticidades estão em relação com tipos naturais. O grau de artefaticidade depende da matéria da qual o tipo artificial é feito. Nesse sentido, é encontrado ocorrendo naturalmente na natureza como tipo natural (areia, ferro, óleo), derivado de algo encontrado na natureza (como querosene e plástico que são derivados do petróleo), ou fabricado com átomos e moléculas de elementos fornecidos pela natureza (grafeno). Em resumo, tal grau depende se o material é um tipo natural ou derivado de um tipo natural macroscópico ou microscópico. O argumento mais forte lançado por Keekok Lee (2005) para demarcar regiões ontológicas distintas entre o que conta como natural e o que conta como sintético é a improbabilidade de uma configuração

---

<sup>29</sup> Para esse autor, a biotecnologia transforma um organismo vivo em um artefato de tal maneira que a causa interna desse organismo não é mais intrínseca a ele, mas separada e atribuída aos propósitos e interesses humanos. Definindo organismos vivos a partir de uma teleologia, prossegue: "Organismos transgênicos perderam seu próprio *telos* intrínseco/imaneente, enquanto brinquedos de plástico não contam com nenhum. O *telos* de tais organismos foi projetado e imposto a eles pelos seres humanos. Humanos são seus criadores. Eles se tornaram criaturas para servir a fins humanos da mesma maneira que humanos criaram mesas de plástico para promover outros objetivos humanos. O fato de estarem vivos, isto é, respirarem, ingerirem nutrientes, reproduzirem, é, sob essa perspectiva, totalmente irrelevante, uma vez que essas capacidades foram capturadas pelos humanos, de modo que, como organismos 'projetados' não vivem mais sua respectiva *tele*." (Lee, 2005, p. 10).

<sup>30</sup> Esses níveis de artefaticidade referem-se aos artefatos abióticos. No caso de artefatos bióticos, Keekok Lee (2005, p. 11) enumera três níveis ascendentes de artefaticidade: "1. Produzido através do método de tentativa e erro de seleção e criação tradicional por agricultores e horticultores. 2. Produzido através da contribuição combinada da genética mendeliana e da tecnologia de hibridação pelos cientistas. 3. (a) Produzido através da contribuição combinada de genética molecular e engenharia genética; b) ser produzido através da contribuição combinada da engenharia genética molecular, da nanotecnologia molecular, bem como da tecnologia de microcomputadores e das várias ciências que as sustentam."

espaço temporal específica na natureza como condição da produção dos tipos sintéticos, como ele mesmo argumenta ao dizer que "os materiais genéticos que constituem organismos transgênicos não teriam se reunido sem uma ordem extremamente alta de precisão e controle envolvidos em tal forma de manipulação humana deliberada" (Lee, 2005, p.11). Sua conclusão é que "o grau de artefacticidade é, portanto, o mais elevado quando humanos conseguem projetar o artefato a partir do zero, a partir dos próprios átomos" (Lee, 2005, p.11).<sup>31</sup>

Contrariando Keekok Lee, não podemos dizer que tipos sintéticos como os organismos geneticamente modificados são o produto total da agência humana. E como ele próprio argumenta, não é certo que somos capazes de traçar com clareza quando algo é natural ou artificial. Para Schyfter (2012) em *Technological biology? Things and kinds in synthetic biology*, as entidades geneticamente modificadas não apenas recebem a alteração nelas introduzidas, ou se reduziram ao mero resultado do artifício humano, mas possuem um grau de autonomia equivalente às entidades biológicas não modificadas: "como consequência, seus produtos são vistos como entidades dentro do tipo de objetos tecnológicos. No entanto, os artefatos biológicos sintéticos se encaixam nesse tipo de maneira imperfeita, já que eles fazem o tipo de coisas naturais" (Schyfter, 2012, p. 45). Schyfter quer indicar o problema do modo de ser dessas entidades que são distintas das entidades naturais porque não ocorrem naturalmente no mundo, mas também são distintas dos artefatos tecnológicos convencionais porque possuem grau de autonomia como as entidades não modificadas. Gelfert (2013) tem

---

<sup>31</sup> Todo o argumento de Lee (2005, p.11) se orienta pela ideia de graus de artefacticidade diante de uma teleologia intrínseca passível de ser manipulada: "Por comparação, pode-se dizer que organismos que são os produtos da genética mendeliana e sua tecnologia de hibridização (...) possuem um grau relativamente baixo de artefacticidade. Embora suas causas formais, finais e eficientes possam ser o trabalho dos humanos, pelo menos os seres humanos não projetaram sua matéria genética da maneira como a engenharia genética molecular conseguiu fazê-lo. Hibridização, como tal, poderia e, de fato, ocorre sem a intervenção humana, isto é, naturalmente, enquanto os organismos transgênicos, por sua própria natureza, não poderiam ter surgido sem um projeto e execução humana deliberada. A genética mendeliana deu origem a uma tecnologia que melhora a eficiência da hibridização sob a tecnologia tradicional de criação doméstica e de campo. (...) Como o controle não é tão preciso (...), ainda há algo, mesmo que diminuído, deixado para o *telos* intrínseco de tais organismos. Pelo menos, pode-se dizer que, mesmo que certas características tenham sido extraídas de seu genótipo, ainda é verdade que elas retêm algo do que seus antepassados tiveram antes dos humanos interviem. Eles podem ser artefatos, mas eles não são a personificação de uma teleologia imposta / extrínseca na mesma extensão que organismos transgênicos parecem ser. Seu *telos* intrínseco mínimo é preservado na medida em que a genética mendeliana e sua tecnologia de hibridização operam dentro do arcabouço teórico da herança do material genético. Em contraste radical, genética molecular e engenharia genética molecular, de uma só vez, substituem essa herança por manipulação humana direta e rearranjo de material genético entre organismos e espécies individuais. É por isso que se pode dizer que organismos transgênicos possuem um grau de artefacticidade muito maior comparado com aqueles organismos produzidos pelos métodos tradicionais de reprodução - suas causas eficientes, finais e formais são inspiradas, impostas e executadas, enquanto sua causa material é derivada tecnologicamente de tipos naturais existentes."

uma posição parecida no artigo *Synthetic Biology Between Technoscience and Thing Knowledge*. Segundo ele, é preciso tratar essas entidades como portadoras potenciais de conhecimento, de modo que "artefatos biológicos sintéticos mantêm um grau adicional de autonomia em virtude de suas propriedades 'herdadas' de evolutividade e auto-reprodução que (...) não são - ou pelo menos ainda não - facilmente esgotadas por uma lista de especificações técnicas" (Gelfert, 2013, p. 149). Para Gelfert (2013, p. 141) esses tipos híbridos "devem ser vistos como objetos de pesquisa parcialmente autônomos que, literalmente, incorporam conhecimento sobre o mundo natural - conhecimento que, enquanto constituição material de seus portadores, pode muito bem ultrapassar a de seus criadores e que requer uma interrogação [experimental] contínua para se tornarem acessíveis."

Contudo, à luz da concepção acomodacionista, a descrição filosófica usual de tipos sintético baseados na distinção entre natural e artificial, falha. Para a concepção acomodacionista boydiana, essa diferença entre um tipo encontrado ocorrendo naturalmente na natureza e um tipo sintetizado pelas mãos do homem não ameaça a determinação do caráter natural de um tipo. A tese da acomodação expôs os detalhes do tratamento oferecido aos tipos naturais. Raramente a acomodação é alguma coisa simplesmente dada no mundo, pedindo contemplação desinteressada na natureza.<sup>32</sup> Para Boyd, acomodação é uma construção social humana e não existem tipos naturais independentemente das práticas descritivas, classificatórias, experimentais e inferenciais. Rompendo ainda mais com o essencialismo dos naturais a partir desse engajamento prático, nos textos *Kinds, Complexity, and Multiple Realization* (1999b) e *Kinds as the "workmanship of men": realism, constructivism and natural kinds* (2000), Boyd dirá que em uma visão filosófica, os tipos naturais são artefatos sociais, que as estruturas causais no mundo são independentes de nossas práticas descritivas<sup>33</sup> e que os limites dos mecanismos dependem do que estamos tentando explicar.

---

<sup>32</sup> Reydon (2014, p. 136) explicita esse mesmo elemento da concepção boydiana para a qual "tipos naturais não são simplesmente encontrados 'lá fora' no mundo, nem emergem (como tipos artificiais fazem) de qualquer maneira de classificar coisas que podemos achar adequado aos nossos propósitos. Em vez disso, como Boyd (1999a, 2000) - na minha opinião, com razão - enfatizou, tipos naturais emergem das interações humanas com a natureza em práticas epistêmicas - em práticas de coleta de conhecimento, explicação de fenômenos observados, previsão de eventos futuros, etc. Segue-se que qualquer teoria de tipos deve referir-se não àquelas propriedades das coisas que as tornam membros de tipos particulares, (...), mas àquelas propriedades que tornam as coisas membros de tipos *dentro de um contexto epistêmico particular*. Assim, o contexto em consideração determina quais das inúmeras propriedades das coisas determinam a adesão ao tipo e quais são irrelevantes a esse respeito."

<sup>33</sup> Vimos que o caráter marcadamente natural de tipos naturais é determinado por sua capacidade de operar a acomodação dos esquemas de classificação à estrutura causal do mundo: "as estruturas objetivas existentes independentemente da prática humana são estruturas causais, e a 'realidade' de um tipo consiste na contribuição



Pense nos tipos naturais como sendo estabelecidos por uma espécie de legislação linguística bicameral na qual nós e o mundo legislamos conjuntamente. Nosso papel legislativo consiste em implementar matrizes disciplinares com suas demandas de acomodação associadas. O papel legislativo do mundo consiste em determinar como e em que medida essas demandas podem ser atendidas. Juntos, estabelecemos as definições explicativas dos tipos naturais. (Boyd, 1999b, p. 89).

Embora seja lugar comum falar que tipos naturais são descobertos, numa concepção boydiana "descoberta" deve ser entendido como o direcionamento dos recursos conceituais para a conquista de acomodações em estruturas causais do mundo. Nesse contexto, a relação pragmática com tipos naturais remete para a ciência aplicada uma vez que nas sociedades contemporâneas a prática experimental vigente é feita de tecnologia. Por isso, o engajamento prático de tipos naturais faz com que essas entidades sejam ferramentas da prática científica que podem ser manipuladas para produzir novos fenômenos, como sugerem Hacking (1983) e Kroes (1994). Assim, o princípio de deferência à natureza (Boyd, 2000) é reiterado, e se exemplifica de maneira clara e precisa, no engajamento prático de tipos naturais que se apresenta no contexto do laboratório. De fato, a concepção boydiana permite interrogar a alegação tradicional de que enquanto tipos sintéticos artificiais são feitos, os tipos naturais ocorrem naturalmente.<sup>34</sup> Como afirma Thomas Reydon (2014, p. 133-134), em *Metaphysical*

---

que a referência a ele - no contexto de práticas disciplinares - faz para a acomodação dessas práticas às estruturas causais relevantes" (Boyd, 1999a, p. 170).

<sup>34</sup> Nessa visão, se tipos sintéticos são feitos e o processo de fabricação envolve intenções, os tipos sintéticos são dependentes da mente, surgindo o contraste com tipos naturais que na visão tradicional seria independente da mente. Sem discutir diretamente o caráter natural, Khalid (2016, p. 225) em *Mind-Dependent Kinds* argumenta que a independência da mente não é um critério que ameaça o realismo sobre tipos artificiais-sintéticos. Tipos de substâncias sintéticas e organismos modificados são dependentes da mente e da agência humana em um sentido bastante específico: "Não é difícil mostrar que há tipos discutidos em física, química e biologia que podem ser considerados dependentes da mente, pelo menos em algum sentido. Tomemos, por exemplo, os elementos transurânicos que não ocorrem naturalmente, produtos químicos sintéticos, plantas geneticamente modificadas e animais artificialmente selecionados. Todos esses dependem de algum modo dos seres humanos e de suas mentes, e podem não ter sido instanciados sem eles." (Khalid, 2016, p. 225). Ao final, lança o argumento da *sustentação mental* para diferenciar tipos sociais dos tipos sintéticos artificiais, alegando que enquanto tipos sociais requisitam sustentação mental contínua para permanecerem existindo, tipos sintéticos-artificiais dependem da agência humana apenas para vir à existência: "Há uma distinção relacionada, porém mais reveladora, a ser feita entre os tipos que requerem intervenção humana em cada instância ou para cada manifestação. Entre os membros desse tipo, alguns exigem que mentes os sustentem para que permaneçam na existência (como membros desse tipo), enquanto outros não exigem sustento mental contínuo em cada caso. (...) Pode-se dizer que a diferença real entre o primeiro e o segundo é que, no último caso, cada instância particular do tipo simplesmente deixa de ser uma instância desse tipo se mentes pararem de concebê-lo dessa maneira ou tratá-lo de acordo (...). Em contraste, no primeiro caso, instâncias desse tipo não exigem, literalmente, que mentes as sustentem como membros desse tipo. Embora átomos de *roentgenium* possam requerer intervenção humana toda vez que eles são instanciados, eles permaneceriam em existência sem o envolvimento das mentes humanas, ainda que muito brevemente (desde que uma vez manifestadas, elas decaem muito rapidamente em

*and epistemological approaches to developing a theory of artifact kinds*, a respeito da teoria de Richard Boyd: "não é necessária a concepção de tipos naturais como necessariamente independentes da mente e distingui-la de tipos artificiais dependentes da mente. Ao contrário, tipos naturais também são grupos dependentes da mente, pois dependem crucialmente das práticas epistêmicas humanas".<sup>35</sup> Podemos pensar os exemplos do laser, do plutônio, do ácido ascórbico e dos antipsicóticos. Uma vez que o experimentador está submetido às restrições da natureza, a prática experimental apenas traz à existência as regularidades empíricas do laser, do plutônio, do ácido ascórbico e do antipsicótico,<sup>36</sup> não cria o caráter de regularidade, de coocorrência de propriedades ou características específicas dessas entidades. Tendo em vista essa conquista da acomodação na concepção boydiana, entidades como laser, plutônio e organismos geneticamente modificados podem ser lidos enquanto casos de tipos naturais que vieram à existência por meio do uso da tecnologia em experimentos que nada mais são do que condições adequadas para a ocorrência dessas regularidades, e que ao mesmo tempo apenas podem ter o caráter de regularidades empíricas porque possuem restrições ou resistências ditadas pela natureza. Essa discriminação entre condições de ocorrência e a ocorrência do

---

outros átomos e partículas elementares). Similarmente, plantas *triticale* existentes presumivelmente viveriam por um curto período de tempo na ausência de mentes humanas, mesmo que não se reproduzissem e, portanto, não sobrevivessem muito tempo após a extinção dos seres humanos. Instâncias de tipos sociais, por outro lado, são tais que exigem que mentes humanas as sustentem em todos os momentos e não possam sobreviver como membros desses tipos na ausência de processos mentais humanos. Isso não quer dizer que seres humanos precisem concebê-los como tais ou pensar neles sob qualquer descrição ou teoria particular, apenas que eles precisam adotar certas atitudes mentais, responder apropriadamente e, de outra forma, comportar-se de certas maneiras." (Khalid, 2016, p. 240).

<sup>35</sup> Esclarecendo ainda mais esse ponto, "duas noções de dependência da mente devem ser distinguidas aqui: intenções humanas desempenham um papel na definição de tipos dentro de contextos epistêmicos específicos e intenções humanas fundamentam esses próprios contextos epistêmicos. No caso de tipos naturais como agrupamentos dependentes da mente, ambos tipos de dependência mental estão envolvidos. No tradicional contraste entre tipos naturais independentes da mente e tipos artificiais dependentes da mente, ambas noções de dependência da mente estavam envolvidas, mas não eram claramente distinguidas. Lá, a idéia central era que, para tipos independentes da mente, a natureza forneceu uma base única e privilegiada para agrupar coisas em tipos tais que - embora o agrupamento de coisas em tipos seja feito por humanos no contexto de várias práticas epistêmicas - o resultado das práticas de agrupamento (quando feitas corretamente) não dependem de intenções humanas. Para tipos artificiais, não existe tal base exclusiva privilegiada (ou porque não existe ou porque em princípio não temos acesso epistêmico a ela), de tal forma que o agrupamento de coisas em tipos depende crucialmente dos interesses humanos." (Reydon, 2014, p. 133).

<sup>36</sup> van Brakel (2012, p. 197) no capítulo *Substances: The Ontology of Chemistry*, do livro *Philosophy of Chemistry*, sugere que não há obstáculos para considerar os tipos químicos sintetizados em laboratórios como tipos naturais: "Muitas novas substâncias químicas foram sintetizadas, mas não diferem de alguma forma fundamental de candidatos naturais. Embora existam muitas classificações de ordem superior na química, como grupos funcionais ou tipos de ligações de carbono na química orgânica, como regra, elas não podem ser combinadas hierarquicamente. Na mesma página, desce uma nota que esclarece ainda mais esse ponto: "Uma definição satisfatória da distinção entre tipos naturais e artificiais não existe. Para os propósitos desse artigo, presume-se que tipos químicos são tipos naturais, tomando o último no sentido bastante amplo de 'assunto de investigação científica detalhada', incluindo vidro, ar e até creme dental, para mencionar três substâncias (...)."

fenômeno propriamente dito, mantém a distinção e a relação entre o artificial e o natural. Como o contexto de muitas entidades científicas marcadas pelo sucesso indutivo é o laboratório, a relação entre o natural e o artificial na experimentação científica apresenta entidades que se comportam naturalmente, exibindo suas restrições ou resistências em meio a um ambiente artificial. Nesse sentido, tipos naturais não seriam apenas regularidades descobertas no mundo a espera de uma representação, como é o caso da astronomia e das espécies biológicas. Da mesma maneira, alegar que os antipsicóticos foram descobertos na década de 1950 não implica que sejam entidades que ocorram espontaneamente na natureza. Por isso, na situação de laboratório, a postura do mero espectador não dá conta de tipos naturais que vêm à existência através da experimentação científica. Nesse cenário, podemos olhar para a concepção boydiana e reconhecer que ela não reduz os tipos naturais apenas às classificações independentes do artifício humano, permitindo casos de tipos naturais cuja acomodação somente pode ser alcançada, e tornada pública, a partir do contexto do laboratório. Com essa ampliação do escopo dos tipos naturais, o campo epistêmico se abre para o realismo e o naturalismo de tipos cuja articulação depende do artifício humano que reconhece as inúmeras restrições para se alcançar novas regularidades empíricas e satisfazer a acomodação. O laser, o plutônio, ácido ascórbico sintetizado artificialmente, os organismos geneticamente modificados, são bons exemplos de novos tipos naturais que vieram à existência através do artifício humano, e nesse sentido refletem a estrutura causal do mundo natural, exibindo características objetivas e específicas desse mundo.<sup>37</sup> Esse tipos mostram que a coesão de propriedades que os descreve é uma possibilidade de configuração da estrutura causal da natureza. Na experimentação de laboratório, a acomodação é um dado alcançado por resoluções práticas que podem, inclusive, obrigar a revisão dos esquemas descritivos e explicativos. O laser, por exemplo, é uma regularidade empírica sustentada causalmente que emerge de uma complexa acomodação alcançada em laboratório entre teorias, artefatos tecnológicos e estruturas causais do mundo natural. Em função da prática científica exibir ou não essa acomodação que tipos naturais boydianos são, em primeiro lugar, maneiras de encontrar o ajustamento de uma classificação à estrutura causal do mundo natural, inclusive quando a acomodação apenas possa vir a ser satisfeita dentro de uma configuração experimental apropriada. Antes da acomodação em laboratório ser alcançada,

---

<sup>37</sup> O laser é uma importante ilustração da operação bem sucedida de artefatos tecnológicos em trazer à existência regularidades empíricas causalmente sustentadas, que por consequência, são bem sucedidas ao serem utilizadas como ferramentas nos vários domínios e segmentos de aplicação.

não está previamente determinada a configuração que essa acomodação assumirá. A acomodação alcançada, por exemplo na síntese dos psicofármacos, é contingente enquanto regularidades que vem à existência, mas não menos natural porque não encontramos esses compostos no mundo natural à espera de serem descobertos.<sup>38</sup> Podemos ampliar a afirmação boydiana de que as diferentes maneiras de acomodar-se à resistência que as estruturas causais do mundo natural oferecem não é apenas uma questão de representações verdadeiras, reconhecendo a capacidade científica de encontrar diferentes formas de acomodação prática ao mundo natural tendo em vista a resistência de suas estruturas causais. Somente assim classificações como plutônio, laser, ácido ascórbico e psicofármacos podem ser entidades que vem à existência sob condições determinadas e ao mesmo tempo são tipos naturais boydianos porque suas regularidades são generalizações sustentadas causalmente.<sup>39</sup>

### **1.9 - A assimilação dos tipos humanos aos tipos naturais e o problema dos tipos interativos**

Até o momento, lidamos diretamente com tipos naturais não humanos. Contudo, tipos humanos podem participar de processos causais. No artigo *Three Kinds of Social Kinds*, Khalidi (2015) se pergunta se alguns tipos humanos/sociais poderiam ser tipos naturais. Em tese, os tipos humanos/sociais podem satisfazer a condição que é a de aparecer em generalizações ancoradas em fatores causais. E o que impede alguns tipos humanos/sociais de serem tipos naturais é ter suas propriedades unificadas por elos convencionais e não causais. O exemplo explorado por ele é o de um decreto legislativo que determina aos residentes permanentes a aquisição da capacidade de nadar 100 metros abaixo da superfície, de modo que essa capacidade se torne propriedade típica de todos os residentes permanentes. Khalidi

---

<sup>38</sup> Khalid (2016, p. 235) reforça o realismo da relação entre tipos sintéticos e tipos naturais: "Em primeiro lugar, tipos químicos sintéticos, ao contrário dos tipos de artefatos, pertencem a tipos naturais superordenados estabelecidos, nomeadamente o elemento químico e o composto químico (...). Em segundo lugar, substâncias químicas sintéticas são muitas vezes ricas em características e propriedades que seus inventores e criadores não previram ou explicitamente projetaram (testemunham os efeitos colaterais das drogas) (...)."

<sup>39</sup> Ser produzido pela mãos humanas não nega que seja um tipo natural, essa falsa oposição é explicada por Reydon (2014, p. 138, grifos nossos): "Como uma falsa aproximação, filósofos comumente pensam em artefatos como objetos feitos pelo homem (...). Note, no entanto, que ter sido feito por pessoas ou ser produto da ação humana não pode ser suficiente para delimitar a categoria de artefato. **Membros de tipos naturais paradigmáticos podem ser feitos intencionalmente por humanos também:** os bósons de Higgs que os cientistas esperam encontrar nas experiências do Grande Colisor de Hádrons no CERN constituem um exemplo; os elementos químicos ultra-pesados criados em configurações de laboratório são outros (embora aqui 'fazer' presumivelmente não tenha exatamente o mesmo sentido de quando se fala sobre a fabricação de artefatos mais paradigmáticos, como martelos ou laptops). (...)."

(2015) argumentará que a conexão entre os itens a) *ser um residente permanente* e b) *ser capaz de nadar 100 metros abaixo da superfície* não constitui uma ligação causal uma vez que essa coesão e unidade é resultado de decreto legislativo. Com isso, o tipo humano/social *residente permanente* não pode ser considerado um tipo natural quando a coesão entre as suas características descritivas está baseada em uma ligação por convenção social. Assim, ao determinar o que impede alguns tipos humanos/sociais de serem tipos naturais, a dependência da mente não aparecerá como obstáculo para Khalidi (2015), o que o faz separar o realismo sobre tipos do critério de independência ou dependência da mente. Contudo, seu esforço em ser realista rejeitará entidades ficcionais, que por princípio são dependentes da mente. Ao mesmo tempo, se excluir tipos ficcionais através do critério de independência da mente, esse mesmo critério irá também excluir, por consequência, inúmeros tipos científicos dependentes da mente de uma maneira específica. Assim, uma vez que o critério de independência da mente rejeita tipos ficcionais, tipos de artefatos que são criações humanas e inúmeros tipos científicos que dependem do artifício humano, como os tipos químicos e biológicos sintéticos (*roentgenium*, polietileno, plantas e animais geneticamente modificados ou artificialmente selecionados) também seriam excluídos. Portanto, enquanto o critério da independência da mente exclui automaticamente inúmeros tipos científicos, o critério de dependência da mente, dirá Khalidi (2015), coloca no mesmo plano tipos ficcionais e tipos científicos dependentes da mente. Khalidi (2015) conclui que é um erro fundar o realismo nos critérios de independência e de dependência da mente,<sup>40</sup> uma vez que por essa estratégia ora se exclui ora se reduz tipos

---

<sup>40</sup> Para isso, discute formas de dependência da mente. Entre elas, enumera as principais: causal e constitutiva, necessária e contingente. Khalidi (2015) argumenta que tipos podem depender da mente de maneira causal ou constitutiva, sem que o primeiro caso seja uma ameaça ao realismo sobre tipos. A dependência mental causal não ameaçaria o realismo sobre tipos, mas sim a dependência mental constitutiva, como o próprio Boyd (1989, p. 22), em *What Realism Implies and What It Does Not*, afirma: "O realista difere do construtivista em que (como o empirista tradicional nesse caso) ele nega, enquanto afirma o construtivista, que a adoção de teorias, paradigmas, estruturas conceituais, perspectivas, etc. de alguma forma, constitui ou contribui para a constituição dos poderes causais e relações causais entre os objetos que os cientistas estudam no contexto dessas teorias, estruturas, etc. O realista não nega (na verdade ele deve afirmar) que a adoção de teorias, estruturas conceituais, linguagens, etc. é em si um fenômeno causal e, portanto, contribui causalmente para o estabelecimento, por exemplo, daqueles fatores causais que são explicativos na história da ciência e das idéias. O que ela nega é que haja algum outro tipo de contribuição (lógica, conceitual, socialmente construtiva ou similar) que a adoção de teorias, etc. faz ao estabelecimento de poderes e relações causais." Contudo, dirá Khalidi (2015) que a distinção entre dependência da mente por causação e por constituição ao ser usada fará com que tipos humanos/sociais (por exemplo tipos psiquiátricos) sejam colocados no mesmo plano dos tipos ficcionais. Num exemplo, se minotauros são constituídos pela mente, também seriam tipos psiquiátricos, como os transtornos neurocognitivos, tipos psicológicos, etc. Uma outra tentativa explorada por ele foi modificar o critério, afirmando que a dependência da mente pode ser necessária ou contingente. Os tipos que são necessariamente dependentes da mente podem ser ficcionais, aqueles que são dependentes da mente de modo contingente podem ser naturais. Enquanto plástico e plutônio poderiam ter surgido na ausência da agência humana, minotauros não poderiam. Da mesma maneira, essa modificação colocará tipos sociais, psicológicos e psiquiátricos no mesmo plano que tipos ficcionais, já que

humanos/sociais aos tipos ficcionais. Portanto, se na argumentação de Khalidi (2013, 2015) o status ontológico dos tipos humanos/sociais indica que a dependência da mente não é relevante para a questão do realismo sobre esses tipos - assim como o realismo dos tipos naturais boydianos não é questão de independência da mente, mas de dependência do mundo (Boyd, 2000) - abre-se o espaço não apenas para que tipos humanos/sociais sejam reconduzidos para relações causais, mas para que ocorra a sobreposição entre tipos naturais e tipos humanos.

A exigência de que tipos naturais existam independentemente do mundo humano contrasta com a existência de muitas classificações bem-sucedidas nas ciências humanas, sociais, médicas e econômicas que são sustentadas em sua existência pelo mundo humano. Devemos incluir também os tipos das ciências naturais como as substâncias químicas sintéticas, os organismos geneticamente modificados e os animais e plantas artificialmente selecionados. Esses são tipos científicos bem-sucedidos que vieram à existência pelo artifício humano. Assim, pedir que tipos naturais sejam independentes do mundo humano é um critério demasiadamente rigoroso e excludente - não apenas no caso das substâncias químicas sintéticas, dos organismos geneticamente modificados e artificialmente selecionados, mas também no caso das ciências humanas, sociais, médicas e econômicas - uma vez que elimina automaticamente classificações bem-sucedidas que satisfazem objetivos epistêmicos mas são sustentadas pelas maneiras com que pessoas dividem o mundo humano (Root, 2000). Perguntar se um tipo humano é assimilável aos tipos naturais boydianos é interrogar pelo tipo de unidade que mantém a coesão entre as características que coocorrem e que descrevem dada classificação. Se A, B e C são características do tipo humano X, o que sustenta a coesão entre A, B e C deve fazer referência a uma acomodação em estruturas causais para que o tipo humano X também seja um tipo natural. Portanto, a concepção acomodacionista é uma teoria de tipos naturais que não exige que tipos naturais sejam independentes da mente, e ao mesmo tempo, realiza o trabalho de capturar o sucesso da classificação científica. Toda a questão passa a ser distinguir classificações dependentes da mente que se acomodam em estruturas

---

a dependência da mente é necessária para esses tipos. Com isso, abandonará a dependência da mente enquanto critério para o realismo sobre tipos científicos: "Uma consideração do status ontológico dos tipos sociais sugere que a dependência da mente simplesmente não é relevante para a questão do realismo sobre os tipos. A dependência da mente é um obstáculo nesse contexto porque não consegue distinguir tipos sociais de meros tipos imaginários ou ficcionais. O que parece diferenciar tipos sociais que são (...) candidatos a tipos naturais daqueles que não são é que os primeiros estão associados com propriedades que são causalmente relacionadas, enquanto os últimos estão associados com propriedades que são convencionalmente relacionadas. Esse aspecto convencional, não a dependência da mente, é o que desqualifica alguns tipos sociais de serem tipos naturais." (Khalidi, 2015, p. 111-112).

causais e por isso ajudam a entender e manipular regularidades empíricas, e por outro, classificações dependentes da mente que não satisfazem demandas de acomodação. E como mencionamos, embora muitas vezes sejamos capazes de demarcar, por um lado, quando algo é natural porque ocorre naturalmente na natureza, e por outro, de algo que é sintético ou socialmente construído porque vem à existência de maneira artificial, essa distinção não ameaça o caráter natural desses tipos científicos em uma concepção boydiana. Nesse sentido, a questão passa a ser em qual matriz disciplinar os tipos laser, plutônio, tipos biológicos modificados artificialmente, capitalismo, fígado humano, esclerose múltipla, transtorno neurocognitivo devido a múltiplas etiologias e outros tipos humanos/sociais, são tipos naturais porque satisfazem demandas de acomodação.

A concepção boydiana expressa uma tendência de identificar nas várias ciências (naturais e humanas), tipos naturais. Tudo se passa como se tipos humanos pudessem ser reconduzidos para bases naturais e capturados segundo nexos causais. Contudo, surgem alguns obstáculos para a assimilação dos tipos humanos aos tipos naturais. O primeiro deles, contornável pela própria concepção acomodacionista, é a afirmação de que tipos humanos não podem ser naturais porque são o resultado da mão de obra e do artifício humano, cuja existência é sustentada pelo mundo humano. Por esse critério, tipos humanos são tipos artificiais, são artefatos, e como tudo que é artificial não possui ocorrência natural. De fato, todos os tipos humanos sofrem os efeitos das ações humanas que sustentam e moldam a unidade e coesão de suas características definidoras. Por isso, o conteúdo descritivo dos tipos humanos em geral é sustentado e modificado por forças sociais e culturais. Todo o trabalho da construção social nas ciências humanas é uma crítica do necessário e uma revelação da historicidade e contingência. Mas como vimos anteriormente, tipos humanos podem acomodar estruturas causais. Mallon & Kelly (2012), em *Making Race Out of Nothing: Psychologically Constrained Social Roles*, perguntam "se não há base biológica de raça, por que categorias raciais são úteis para cientistas sociais?". Anos anteriores, Michael Root (2000), no artigo *How we Divide the World*, já argumentava que os tipos humanos estudados pelas ciências sociais não se encontram na natureza aguardando uma observação desinteressada, mas se encontram nos próprios modos dos indivíduos de dividirem o mundo, e como tal, são tipos que capturaram generalizações locais sustentadas em fatores causais. Embora tais categorias sejam confeccionadas, e nenhuma delas participe em leis da natureza, Root (2000) procura mostrar como tipos de pessoas podem ser inventados, como tipos

humanos podem ser socialmente construídos, estabilizados por fatores causais e se tornarem objeto de investigação científica. O exemplo trabalhado por ele é o tipo de pessoa "negra" e "norte-americana". Uma das características que descrevem essa classificação são crenças e práticas racistas mantidas por norte-americanos sobre negros. Como tais crenças e práticas se associam com estatísticas sobre níveis de escolaridade, renda, saúde e mortalidade, as relações entre crenças/práticas racistas e seu impacto sobre negros americanos são mensuráveis e generalizáveis porque mostram como crenças racistas afetam causalmente níveis de escolaridade, saúde, doença e mortalidade de negros americanos (Root 2000). Nesse tipo humano social, mais do que conjunções constantes nas quais itens característicos aparecem juntos, afirma-se umnexo causal cuja evidência é reforçada por uma relação estatística na qual é possível observar um vínculo de simultaneidade e coocorrência entre crenças/práticas racistas e condições de vida de negros norte-americanos. Uma vez que não existe base biológica para raça, a razão pela qual tipos humanos baseados em categorias raciais servem como ferramentas bem-sucedidas de generalizações científicas nas ciências médicas e sociais pode ser explicada pela capacidade que esses tipos tem de acomodarem suas descrições em fatores causais relevantes.

O segundo obstáculo para assimilar tipos humanos aos tipos naturais é a distinção entre tipos interativos e tipos indiferentes de Ian Hacking. O interesse de Ian Hacking por tipos em geral o conduziu aos problemas centrais das ciências humanas: seus objetos de estudo são pessoas e seus conceitos são tipos humanos. O que distingue um tipo humano de um tipo natural? As coisas são indiferentes<sup>41</sup> às formas com que são descritas e classificadas, enquanto as pessoas reagem às tentativas de serem estudadas, conhecidas, descritas e classificadas. Por essa distinção, tipos humanos são tipos interativos<sup>42</sup> porque produzem

---

<sup>41</sup> Considerando um realismo de tipos mais exigente que demarca uma separação ontológica entre tipos naturais e tipos artificiais, é importante observar que todos os tipos naturais atendem ao critério dos indiferentes assim como todos os tipos artificiais. Sem pretender esgotar a discussão, para os propósitos da distinção entre os interativos e os indiferentes é suficiente reconhecer que tipos naturais e tipos sintéticos artificiais já satisfazem aos indiferentes, quer dizer, embora os tipos naturais sejam bons casos dos indiferentes como tantas vezes Hacking (1995; 1999; 2002) sinalizou, os tipos sintéticos artificiais também atendem perfeitamente ao que é ser um tipo indiferente (da engenharia de entidades biológicas à psicofarmacologia, podemos compreender o que vem à tona com os tipos indiferentes). E na concepção boydiana são tipos naturais não porque são encontrados ocorrendo naturalmente na natureza, mas porque são regularidades empíricas que satisfazem demandas de acomodação em estruturas causais relevantes.

<sup>42</sup> Em grande medida, o caráter interativo dos tipos humanos é decorrente do aspecto valorativo dos tipos humanos estudados cientificamente, como sublinha Hacking (2013, p. 17): "(...) A maior parte de nossas escolhas sobre pessoas são avaliativas. Mas as escolhas científicas, escolhas da medicina ou da ciência social positivista não o são? Sim, essas também. Muitos dos tipos que emergiram nas ciências sociais são tipos de desvio, que tipicamente despertam interesse, já que é indesejável que as pessoas sejam assim tipificadas. As



efeitos semânticos sobre as pessoas que caem sob essas classificações, e ao mesmo tempo são vulneráveis (enquanto tipos) a um efeito retroativo que obriga a revisão do seu conteúdo descritivo com base nas mudanças dos indivíduos por efeito semântico.<sup>43</sup> Assim, tipos humanos formulados pelas ciências são tipos interativos. Esse fenômeno foi batizado por Hacking (1995) de *efeito looping* ou efeito retroativo. Essa plena interação é um jogo de ir e vir que mostra, primeiro que classificações afetam as pessoas classificadas, e em segundo lugar, que os efeitos sobre pessoas alteraram essas mesmas classificações. Logo, lida-se com o fato de que há entre pessoas e classificações um campo relacional de plena interação onde experiências humanas estão sendo redescritas e classificações transformadas. Hacking ilustrou os desdobramentos dos tipos interativos com algumas classificações - entre elas a homossexualidade e o abuso infantil - para mostrar que toda tentativa de descrever tipos humanos produz efeitos sobre pessoas interferindo no curso do fenômeno estudado. Hacking (2002/2009, p. 128) menciona dois vetores que estruturam a interação, sendo que o primeiro deles "é o vetor de rotulação a partir de cima, de uma comunidade de especialistas que criam uma 'realidade' que algumas pessoas adotam para si". Já o segundo, "é o vetor do comportamento autônomo da pessoa que foi assim rotulada, que pressiona por baixo, criando uma realidade que cada especialista tem de encarar" (Hacking, 2002/2009, p. 128).<sup>44</sup> O peso e a relevância desses vetores varia conforme a classificação e o momento histórico da classificação, no sentido das forças e dos atores que atuam no campo relacional de

---

ciências sociais desse tipo têm por objetivo oferecer informação para ajudar pessoas em apuros. As classificações avaliam quem está em apuros, ou criando problemas. Portanto, elas apresentam tipos carregados de valor, coisas a serem feitas ou coisas a não serem feitas. Tipos de pessoas para ser ou não ser. Parcialmente graças a valores implícitos, as pessoas definidas como pertencentes a tais tipos mudam ou retrabalham os tipos. (...)."

<sup>43</sup> Após Hacking, classificações não podem ser menos que tipos interativos quando descrevem tipos humanos. A classificação e os indivíduos classificados se encontram dentro de contextos históricos e interagem a partir de múltiplos elementos relacionais: "É um tema comum na teoria da ação humana que realizar um ato intencional é fazer algo 'sob uma descrição'. À medida que tipos humanos são feitos e moldados, o campo de descrições altera-se e assim as ações que eu posso executar, isto é, o campo de tipos humanos afeta o campo de ações intencionais possíveis. (...). Há mais maneiras possíveis de ver a si mesmo, mais papéis a serem adotados. Eu não acredito que as personalidades múltiplas escolhem intencionalmente sua desordem, ou que são treinadas por seus terapeutas. No entanto, se esta forma de ser não estava disponível no momento, dificilmente alguém seria daquele modo. É um modo para pessoas com problemas expressarem suas dificuldades (...). Tipos humanos têm (o que poderia ser apresentado como) um poder ainda mais surpreendente do que o de abrir possibilidades para a ação futura. Eles nos permitem redescobrir nosso passado, na medida em que pessoas podem vir a experimentar novos passados." (Hacking, 1995, p. 368).

<sup>44</sup> Assim, o que Hacking (1995, p. 359-360) chama "de tipos humanos começa nas mãos de cientistas de vários tipos. Os tipos humanos vivem lá por um tempo. Um tempo? Meu exemplo do homossexual anuncia algo a ser discutido mais tarde. Pessoas desse tipo podem se levantar contra os especialistas. O conhecido pode dominar os conhecedores."

interações.<sup>45</sup> No caso da classificação pessoa homossexual, o segundo vetor foi decisivo para a história do conceito. Isso porque no segundo vetor temos esforços por parte das pessoas classificadas em recuperar o controle sobre o significado dessas classificações e se tornarem os especialistas em suas condições. No caso do tipo "abuso infantil", a partir do momento que foi nomeado e descrito em 1960, os indivíduos puderam alterar os seus comportamentos, abstendo-se do abuso ou envolvendo-se com ele de forma discreta ou velada. Por isso, à medida que a prática foi nomeada e descrita, sua manifestação pode ser alterada, ocultando-se, tornando-se menos tangível. Uma vez que os indivíduos que praticam o abuso infantil sofrem efeitos semânticos e alteram seus comportamentos, a manifestação desse fenômeno muda de fisionomia. Essa mudança obriga a revisão da classificação e o que se entende sobre essas pessoas, o que por sua vez, inicia novos efeitos semânticos sobre esses indivíduos, e assim novos ciclos de looping são reiterados. Nesse sentido que nomear, descrever e classificar já é interferir no curso do fenômeno que se busca conhecer e estudar. Os tipos humanos enquanto objetos de estudo científico acabam sendo "alvos em movimento": "novos conhecimentos sobre 'o criminoso' ou 'o homossexual' tornam-se conhecidos pelas pessoas classificadas, mudam a maneira como esses indivíduos se comportam e retroagem de volta para forçar mudanças nas classificações e no conhecimento sobre elas." (Hacking, 1999, p. 105).<sup>46</sup>

Assim, segundo Hacking (1995), quantificar, contabilizar estatisticamente, medicalizar e biologicizar produzem efeitos sobre pessoas a quem as classificações são aplicadas. Como vimos, o tipo "negro americano" é um tipo de pessoa estudado pelas ciências sociais e medicina. Esse tipo humano parece ser, ao mesmo tempo, um tipo natural boydiano porque dele é possível extrair generalizações causalmente sustentadas, e também um tipo interativo, uma vez que suas descrições interagem com os indivíduos assim classificados, que modificam seus comportamentos com base na formas com que foram descritos, e podem inclusive assumir o controle da definição da classificação, como ocorreu com os homossexuais. Assim, tipos humanos podem, por um lado, ser conduzidos para bases naturais, embora sejam, por outro lado, definidos pelos efeitos que suas descrições têm sobre a percepção e a

---

<sup>45</sup> Nesse sentido, os tipos interativos fornecem um esquema que "no máximo ressalta sobre o quê é a disputa. Não dá respostas." (Hacking, 2002/2009, p. 128).

<sup>46</sup> A revisão do conteúdo descritivo da classificação se torna necessário porque "o que se conhecia sobre pessoas de um tipo pode se tornar falso porque pessoas desse tipo mudaram em virtude de como elas foram classificadas, do que elas acreditam sobre si mesmas ou por causa de como elas tem sido tratadas como classificadas. Existe um efeito *looping*." (Hacking, 1999, p. 104).

autopercepção de pessoas. Tipos humanos seriam eles próprios "fenômenos causais" quando descrições disponíveis produzem efeitos semânticos sobre o espaço de experiências pessoal e social dos indivíduos. Consideramos a tentativa de assimilação dos tipos humanos aos tipos naturais, mas nos deparamos com o fenômeno do efeito semântico e do efeito looping que ocorre com tipos humanos porque suas classificações são tipos interativos. Formula-se aqui o problema que iremos perseguir ao longo desta pesquisa. Qual o sentido dos tipos naturais após a introdução dos tipos interativos de Hacking?

## CAPÍTULO 2

### O NOMINALISMO DOS TIPOS INTERATIVOS

#### **Introdução**

Tipos interativos introduziram um progresso considerável na discussão sobre o modo de ser das classificações psiquiátricas ao determinarem ontologicamente que espécie de entidades são tais classificações antes mesmo de poderem ser ou não naturalizadas<sup>47</sup>. Classificar seres humanos abre um campo relacional onde pessoas e suas classificações estão numa situação de plena interação e evolução bilateral, e isso porque pessoas que caem sob tipos formam crenças ou tornam-se autoconscientes sobre como são descritas e classificadas. Essa plena interação introduz diferença para pessoas e para o conteúdo descritivo das classificações, fazendo com que tipos interativos sejam definidos circularmente, abrindo caminho para uma análise filosófica sobre as condições históricas de possibilidade da mútua transformação entre sistemas de nomeação e indivíduos / populações lançadas nessas classificações.

Dado que a circularidade está suposta nas formulações gerais de Hacking (1986; 1995b), para acompanhar e analisar tal movimento se faz necessário considerar que tipos interativos funcionam em matrizes heterogêneas cujas redes referenciais implicam relações entre: (a) constituição histórica dos campos de uso das classificações e as transformações desses campos, já que a interação ocorre numa matriz ampla e heterogênea de instituições, práticas e narrativas que incorporam e sustentam cada classificação; (b) os efeitos da produção de diferenciações específicas nos indivíduos que caem sob classificações, que por sua vez modificam as crenças que pessoas possuem sobre si mesmas e alteram as formas da sua experiência social e pessoal. E ambos (a) e (b) sendo dois pólos básicos em que ocorre essa circularidade, o aspecto nominal de toda descrição de comportamentos, condutas, ações, concepções de si mesmo, desempenhará um papel central na análise filosófica chamada *nominalismo dinâmico*. Nesse sentido, o que está em jogo nessa circularidade implica a um só tempo, de uma forma que pretendemos mostrar ao longo deste capítulo, uma apropriação

---

<sup>47</sup> Há inúmeros tipos humanos que são científicos sem necessariamente serem naturais. Nesses casos são interativos e não indiferentes: "Um tipo pode estar embebido na ciência assim compreendida, sem ser indiferente ou 'natural'." (Hacking, 2013, p. 16).

metodológica de Foucault e a retenção de uma posição existencial de Sartre, como fez notar Hacking nas obras *Construção Social de Quê?* e *Ontologia Histórica*.

Nos interessará o cenário nominalista anunciado pelos tipos interativos. Em primeiro lugar, porque as classificações que caem sob esses tipos são entidades que possuem uma consistência nominal e conceitual, isto é, o caráter conceitual dessas entidades é estruturante, não alguma coisa secundária. Em segundo lugar, para essa espécie de nominalismo situado historicamente, não há condições necessárias e suficientes definindo essas entidades. Seus universais são nomes (e não substâncias nos indivíduos) e melhor caracterizados pelos efeitos sobre os indivíduos por eles descritos e classificados. Esse nominalismo tem a característica negativa de reduzir o universal à realidade linguística e a característica positiva de revelar o campo de interações entre pessoas e classificações. A partir desse pano de fundo que Hacking se projetou como um profundo conhecedor dos problemas centrais da psiquiatria desenvolvendo uma abordagem nominalista sobre classificações psiquiátricas, como ficou evidenciado em seus principais trabalhos: *Reescrevendo a Alma: Múltipla personalidade e as ciências da memória* (1995), *Viajantes loucos: reflexões sobre a realidade das doenças mentais transitórias* (1998), *Construção Social de Quê?* (1999) e *Ontologia Histórica* (2002). Examinar sua abordagem nominalista das classificações psiquiátricas faz ver, por contraste, que os manuais da psiquiatria (DSM) pressupõe, incessantemente, enquanto horizonte investigativo, a realidade substancial dos seus universais. Iremos mostrar que Hacking tirou consequências do nominalismo dos tipos interativos principalmente na utilização da psiquiatria e suas classificações enquanto objeto de análise filosófica.<sup>48</sup>

---

<sup>48</sup> Em algumas passagens da obra *Rewriting the Soul: Multiple Personality and the Sciences of Memory*, originalmente de 1995, o DSM ganha destaque nas reflexões de Hacking. Em um fragmento, ele faz afirmações sobre a ausência de condições necessárias e suficientes na definição de muitas classificações psiquiátricas. Primeiro argumenta que a estrutura conceitual dessas entidades é satisfatoriamente explicada por semelhanças de família (Wittgenstein), e depois pela noção de protótipos (Eleanor Rosch): "(...) Os distúrbios são constituídos de um grupo de sintomas e não, em geral, de condições necessárias e suficientes. Isso aplica-se à maioria das categorias de coisas comuns também. Como escreveu em 1840 o grande filósofo inglês da ciência, William Whewell, 'qualquer um pode fazer afirmações verdadeiras sobre cachorros, mas quem pode definir um cachorro?'. Os rótulos geralmente funcionam bem sem rígidas condições necessárias e suficientes. Os linguistas e psicólogos cognitivos propuseram recentemente uma maneira de explicar esse fato. Eles usam uma ideia de Wittgenstein, que sugeriu que muitas palavras relacionam objetos através de 'semelhanças familiares'. Não há um traço que seja comum a todos os membros de uma família. Pai, filha e sobrinha têm nariz arrebitado; sobrinha, filho e dois primos têm cabelo ruivo; mãe e apenas um primo apresentam pés pequenos; e assim por diante. Só a sobrinha possui nariz arrebitado e cabelo ruivo; ninguém tem todos os traços da família. Wittgenstein também comparou nomes de classe com uma antiga corda de cânhamo: ela é muito forte, mas nem uma única fibra corre por cem metros da corda. Não é preciso haver um monte de coisas em comum - condições necessárias e suficientes - para que a mesma palavra ('cachorro' ou 'múltipla personalidade') se aplique a uma classe de indivíduos." (Hacking, 2000/1995, p. 33-34). A estrutura conceitual dessas entidades também se mostra pela noção de protótipos, que completará a estrutura das semelhanças de família. Segundo Hacking (2000/1995, p.

Neste capítulo, nosso trabalho não será somente evidenciar como a ontologia histórica de Hacking é um nominalismo que se revela em análise filosófica com os tipos interativos. Neste capítulo, iremos mostrar que Hacking direciona seu interesse para Foucault e Sartre porque tem em vista certos elementos que irá reter, conforme se atesta em várias passagens em que Hacking cita esses autores. Com isso, pretendemos especificar de que maneira certas posições de Foucault e Sartre são recebidas e apropriadas por Hacking, considerando que esse interesse é um passo de fundamentação dos tipos interativos. O que faremos de maneira mais geral é mostrar como o nominalismo de Hacking é um procedimento de análise filosófica que é corroborado pela apropriação particular de algumas posições de Foucault, Sartre e Anscombe, e argumentaremos que o resultado desse interesse é uma metodologização filosófica dos tipos interativos como ferramenta de análise filosófica capaz de apresentar a operacionalização do seu nominalismo. Conduziremos nosso tema - elucidar os tipos interativos explicitando seus pressupostos - em direção aos elementos-chave que Hacking reteve desses três autores, procurando pensar como Hacking pode derivar a partir desses elementos uma forma peculiar de nominalismo. Nossa posição não será outra senão que *tipos interativos* extraem concretamente do *nominalismo* a sua eficácia: se com tipos interativos temos dois pólos principais unidos por uma rede complexa de relações intermediárias, então nos deparamos com uma concreta direção de pesquisa filosófica voltada para as condições históricas de possibilidade do surgimento, evolução e transformação desses dois pólos principais.

---

34), a "ideia do protótipo está implícita na psiquiatria", organizando nosso entendimento e estruturando conceitualmente as classificações. E prossegue: "Os linguistas teóricos acham mais estrutura nas classes que a mera semelhança de família. Cada classe tem os melhores exemplos (de cachorros, de múltiplos), e depois outros que derivam dos melhores. Assim, quando se pede um exemplo de uma ave, muita gente diz 'sabiá'. Raramente alguém diz logo 'avestruz' ou 'pelicano'. O sabiá é um exemplo melhor, é o que a psicolinguista Eleanor Rosch chama de *protótipo*. O avestruz difere do sabiá de algumas formas, os pelicanos diferem de outras. Não é possível organizar todas as aves numa única ordem, dizendo que os pelicanos são mais aves que os avestruzes e menos aves que os sabiás. Se tivermos que desenhar um diagrama, devemos fazer um círculo ou esfera, com avestruzes e pelicanos mais longe dos sabiás que os gaviões e os pardais, mas não numa linha reta. A classe das aves pode ser considerada uma *radial*, com diferentes aves relacionadas por diferentes cadeias de semelhanças familiares, as cadeias levando a um protótipo central. Da mesma forma em relação à doença mental, os pacientes individuais não podem ser organizados simplesmente como 'mais próximos' ou 'mais distantes' dos casos-padrão. Isso porque as formas com que um paciente difere do padrão podem ser estruturadas. Uma paciente sem amnésia não será também especial por falhas na sua história pessoal, ou por ter vários guarda-roupas distintos que ela não compreende. Também se espera de uma paciente com personalidades persecutórias que apresente comportamentos autodestrutivos e tendência a ferir-se. A paciente não-amnésica não está nem mais perto nem mais distante do protótipo da múltipla personalidade que a paciente autodestrutiva. Há um conjunto de semelhanças familiares entre os pacientes, sendo os melhores exemplos da enfermidade os de alguns pacientes protótipos." (Hacking, 2000/1995, p. 34).

Também iremos discutir o lugar da formulação da teoria da "ação sob uma descrição" na elucidação dos tipos interativos. Não poderemos deixar de mencionar que Anscombe foi a filósofa a partir da qual Hacking derivou essa teoria, utilizada inclusive para esclarecer sua noção de contágio semântico. Embora a posição de Hacking sobre Anscombe seja um tanto quanto vaga e genérica, o que dificulta avaliar um compromisso filosófico mais particular, iremos indicar que em sua formulação, a "ação sob uma descrição" possui um fundo existencial. Para relacionar descrições disponíveis e ações passíveis de se adotar ou escolher, Hacking se utiliza da categoria da possibilidade, argumentando que descrições disponíveis já é abertura de um campo de ações possíveis. Portanto, procuraremos colocar em evidência na teoria da "ação sob uma descrição" a relação existencial entre ações possíveis e descrições disponíveis, derivando consequências para o futuro e para o passado, isto é, seus efeitos sobre a experiência da temporalidade, exemplificados por meio do fenômeno da redescrição retroativa. Arriscaremos afirmar que há um distanciamento de Anscombe aqui, por meio da ligação com a visão existencial de Sartre, e que ambos os movimentos participam da construção da sua argumentação sobre a ontologia histórica e sobre os tipos interativos.

Adotaremos a leitura de que a relação entre as passagens de Foucault e de Sartre selecionadas por Hacking em vários momentos corroboram seu argumento mais geral de que a ligação entre ontologia e história se articula plenamente na análise nominalista dos tipos interativos. O nominalismo de Hacking acompanha as transformações do conteúdo descritivo das classificações a partir da multiplicidade de elementos que compõe o campo relacional, evidenciando um livre jogo entre identidade e diferença. Procuraremos mostrar que sua ontologia histórica se apresenta como uma espécie de nominalismo ao reduzir as possibilidades de ser às possibilidades linguísticas do espaço histórico, e que seu nominalismo é uma maneira de tornar a diferença pensável no campo relacional entre classificações e pessoas. Assim, as classificações que caem sob os tipos interativos evidenciam o problema do princípio de unidade dessas mesmas classificações, e que Hacking encontrou nas entidades psiquiátricas bons candidatos para examinar esse problema.

## **2.1 - A apropriação metodológica de Hacking sobre Foucault**

A trajetória filosófica de Foucault possui uma periodização canônica no mais das vezes dividida em três fases: arqueologia (do saber), genealogia (do poder), e ética (sobre a

liberdade e o cuidado de si).<sup>49</sup> Neste último momento,<sup>50</sup> relações de saber-poder e modos de subjetivação encontram-se num vínculo metodológico indissociável e reunidas no mesmo espaço de análise filosófica.<sup>51</sup> Contudo, nem sempre arqueologia, genealogia e ética aparecem de modo equilibrado nas suas obras. Em leituras como a de Kraemer (2011) sustenta-se essa ordenação argumentando que as três fases não devem ser consideradas de forma independente, mas simultâneas e inseparavelmente: enquanto uma das três temáticas assume o primeiro plano e é desenvolvida, as outras duas retraem-se e permanecem no horizonte de fundo da argumentação (Kraemer, 2011). Ainda assim, mesmo que poder-saber percorra as linhas mais gerais de seus trabalhos, o próprio Foucault (1998/1984, p. 11) anuncia os deslocamentos da sua obra justamente segundo os três momentos:

Um deslocamento teórico me pareceu necessário para analisar o que frequentemente era considerado progresso dos conhecimentos: ele me levava a interrogar-me sobre as formas de práticas discursivas que articulavam o saber. E foi preciso também um deslocamento teórico para analisar o que frequentemente se descreve como manifestações do "poder": ele me levava a interrogar-me sobretudo sobre as relações múltiplas, as estratégias abertas e as técnicas racionais que articulam o exercício dos poderes. Parecia agora que seria preciso empreender um terceiro deslocamento a fim de analisar o que é designado como "o sujeito"; convinha pesquisar quais são as formas e as modalidades da relação consigo através das quais o indivíduo se constitui e se reconhece como sujeito.

Por esse terceiro deslocamento, temos uma via de análise que aborda não somente a constituição histórica dos mecanismos de saber, poder e verdade que atravessam os espaços sociais e institucionais, mas mecanismos de saber, poder e verdade constituindo historicamente indivíduos segundo as múltiplas formas de relação consigo mesmo a partir de

---

<sup>49</sup> Segundo Kraemer (2011) em *Ética e Liberdade em Michel Foucault - uma leitura de Kant*, temos o seguinte roteiro: na primeira fase *História da Loucura até A Arqueologia do saber* (1969); a segunda fase terminaria no primeiro volume de *História da sexualidade – A Vontade de saber* (1976); e por fim, a terceira fase indo até o segundo e o terceiro volume da *Historia da sexualidade – O Uso dos prazeres e O Cuidado de si* (1984).

<sup>50</sup> Foucault (1998/1984, p. 27) tem em vista o modo como se dá a "*determinação da substância ética*, isto é, a maneira pela qual o indivíduo deve constituir tal parte dele mesmo como matéria principal de sua conduta moral."

<sup>51</sup> Segundo Foucault (1990/1978, p. 48), a "palavra *saber* se refere a todos os procedimentos e a todos os efeitos de conhecimento que são aceitáveis em um momento dado e em um domínio específico; (...) o termo *poder* recobre toda uma série de mecanismos particulares, definíveis e definidos, que parecem suscetíveis de induzir comportamentos ou discursos. Vê-se já que esses dois termos não têm outro papel que o metodológico: não é o caso de localizar através deles princípios gerais de realidade, mas de fixar de alguma forma a frente de análise, o tipo de elemento que deve ser para ela pertinente." Conferir em *Qu'est-ce que la critique? [Critique et Aufklärung]*. *Bulletin de la Société française de philosophie*, Vol. 82, n° 2, p. 35- 63, 1990 (Conferência em 27 de maio de 1978).



elementos provenientes do próprio mundo histórico. Se na investigação arqueológica e genealógica temos um olhar sobre as condições históricas pelas quais é possível formular determinados enunciados como verdadeiros, os jogos de saber, poder e verdade conduzirão Foucault à questão sobre a constituição do sujeito enquanto uma relação consigo mesmo que se estabelece a partir da dinâmica histórica desses jogos de saber, poder e verdade. Tal deslocamento introduz a possibilidade de pensar modos de subjetivação onde a relação consigo não é algo simplesmente dado, mas constituída em meio às práticas históricas de saber-poder e o quanto elas tornam possíveis certo saber e agir sobre si. Embora nesse ponto já seja possível posicionar uma abordagem da relação de Hacking com Foucault, não faremos sem antes passar pelo relação de Foucault com Kant.

Nem sempre é salientado que o contexto mais geral desse deslocamento é o interesse filosófico de Foucault em Kant. Nos textos *Qu'est-ce que la critique? Critique et Aufklärung* (1978), *Qu'est-ce que les Lumières?* ou *What is Enlightenment?* (1983) e nos cursos *O governo de si e dos outros* (2011) temos um Foucault leitor de Kant estabelecendo a relação da atitude crítica da *Aufklärung* com a *Crítica* kantiana no combate às diversas formas de sujeição e heteronomia. O que se mostrará antes de mais nada é a própria inscrição de Foucault na tradição *Crítica* inaugurada por Kant.<sup>52</sup> E será no vínculo entre o texto de Kant - *Resposta à pergunta: Que é esclarecimento?* - e as três críticas que guiam a *Crítica da Razão Pura* que Foucault detém seu interesse. Se a *Crítica* kantiana é necessária à realização da *Aufklärung* porque estabelece os limites do que se pode conhecer, do que se deve fazer e do que se pode esperar, o que irá reter o interesse de Foucault na conexão entre *Crítica* kantiana e o processo da *Aufklärung* é justamente essa última pergunta, pois abre a dimensão do futuro através do agir humano. Ponto em que surge a compreensão do texto de Kant como uma reflexão sobre a relação entre filosofia e atualidade: *o que nos é permitido esperar?* quer dizer não uma promessa futura a que se espera, mas uma atuação no presente.

---

<sup>52</sup> O verbete *Foucault* para o *Dictionnaire des Philosophes*, escrito pelo próprio Foucault em 1980 menciona que sua obra se inscreve na tradição crítica inaugurada por Kant: "nomear seu empreendimento *História crítica do pensamento*. (...) Caso entenda-se por pensamento o ato que põe, em suas diversas relações possíveis, um sujeito e um objeto, uma história crítica do pensamento seria uma análise das condições nas quais são formadas ou modificadas certas relações do sujeito ao objeto, na medida em que estas são constitutivas de um saber possível". (Foucault, em: *Dits et Écrits II*, p. 1450. Texto n°. 345). Organizado por D. Huisman e publicado no Brasil: Huisman, Denis (Dir): *Dicionário dos Filósofos*. Trad. de Cláudia Berliner et alli. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2001.

Esta parece ser a primeira vez em que um filósofo liga assim, de maneira estreita e do interior, a significação de sua obra em relação ao conhecimento, uma reflexão sobre a história e uma análise particular do momento em que ele escreve e em função do qual ele escreve. A reflexão sobre a "atualidade" como diferença na história e como motivo para uma tarefa filosófica em particular me parece ser a novidade desse texto. (Foucault, 1984, p. 38).

Segundo os desdobramentos da presença kantiana em Foucault por meio do procedimento da arqueologia-genealogia, a *Crítica* kantiana conquistou novo vigor. O procedimento da arqueologia-genealogia implica processos históricos e opera fazendo vir à tona a rede referencial complexa e histórica que possibilita a emergência de conceitos, classificações, objetos, discursos e práticas que irão incidir na constituição dos sujeitos que pensam, fazem e agem. Assim, o elemento kantiano que Foucault irá reter em seu procedimento arqueológico-genealógico é justamente a crítica das condições de possibilidade de nosso ser histórico, levada às últimas consequências na sua terceira fase. Foucault irá deslocar o interesse de uma crítica segundo compromissos kantianos para uma crítica que, retendo o gesto kantiano, incidirá sobre o presente: "a crítica vai se exercer não mais na pesquisa das estruturas formais que têm valor universal, mas como investigação histórica através dos acontecimentos que nos levaram a nos constituir e a nos reconhecer como sujeitos do que fazemos, pensamos, dizemos" (Foucault, 1984, p. 45-46). Segundo a tradição *Crítica* kantiana, a razão crítica se volta para condições de possibilidade através de um trabalho prévio ao conhecimento, buscando as condições a partir das quais o próprio conhecimento é possível. Portanto, a retomada desse elemento da *Crítica* se dará pela tematização das relações entre as condições de possibilidade e o *a priori* histórico, de modo que a natureza do seu objeto de estudo não é o conhecimento do ser das coisas, mas das condições históricas que tornam esse conhecimento possível. Se Foucault visa não o conhecimento do ser do objeto, mas as condições de possibilidade para seu aparecimento enquanto objeto e a constituição histórica do conhecimento sobre ele, torna-se compreensível uma semelhança de estrutura entre o procedimento *Crítico* kantiano e o procedimento arqueológico-genealógico, isto é, uma mesma postura metodológica na investigação.<sup>53</sup> Contudo, se arqueologia-genealogia

---

<sup>53</sup> Veremos que a apropriação de Hacking (2009, p 95) tem em vista o "*a priori* histórico" que se evidencia nos procedimentos foucaultianos: "(...) Foucault aceitou brevemente o rótulo de '*a priori* histórico' atribuído a sua obra por Georges Canguilhem (1967). Enquanto Kant havia encontrado as condições para a experiência possível na estrutura da mente humana, Foucault o faz com as condições históricas, e portanto transientes, para o discurso possível."

expõe a condição da experiência e do conhecimento, ainda não temos uma ontologia, apenas uma analítica tal como a *Crítica*, embora historicizada.

Ao discutir o texto de Kant *Resposta à questão: o que é o esclarecimento?* Foucault menciona uma *ontologia histórica de nós mesmos*. É assim que a ideia de uma ontologia histórica aparece em Foucault, como bem notou Hacking no livro *Ontologia História* (2002/2009). Essa recepção e apropriação de Hacking ficou registrada nos créditos filosóficos que publicizam sua filiação em Foucault: "retirei esse título de um autor a quem ninguém considera árido (...). Em seu notável ensaio '*What Is Enlightenment? (O que é Iluminismo?)*', Michel Foucault (...) refere-se duas vezes à 'ontologia histórica de nós mesmos'" (Hacking, 2002/2009, p. 14). Os próprios fragmentos em que Foucault formula a terminologia utilizada por Hacking elucidam o sentido dessa proveniência: "(...) um *ethos* filosófico consistindo em uma crítica do que dizemos, pensamos e fazemos, através de uma ontologia histórica de nós mesmos" (Foucault, 1984, p. 45) e "Isso significa que a ontologia histórica de nós mesmos deverá se afastar de todos os projetos que pretendem ser globais e radicais" (Foucault, 1984, p. 46).<sup>54</sup> A expressão *ontologia histórica de nós mesmos* também aparece duas vezes na *Aula de 5 de janeiro de 1983 - segunda hora*, no livro *Governo de si e dos outros* (2011), curso ministrado em 1983.

Digamos que, em sua grande obra crítica - a das três *Críticas*, principalmente a da primeira *Crítica* -, Kant colocou, fundou essa tradição da filosofia crítica que coloca a questão das condições em que um conhecimento verdadeiro é possível. E, a partir daí, pode-se dizer que toda uma seção da filosofia moderna, desde o século XIX, se apresentou, se desenvolveu como a analítica da verdade. É essa forma da filosofia que vamos encontrar agora na forma da filosofia, digamos, analítica anglo-saxã. Mas existe, no interior da filosofia moderna e contemporânea, outro tipo de questão, outro modo de interrogação categórica: a que vemos nascer justamente na questão da *Aufklärung* ou no texto sobre a Revolução. Essa outra tradição crítica não coloca a questão das condições em que um conhecimento verdadeiro é possível, é uma tradição que coloca a questão de: o que é a atualidade? Qual é o campo atual das nossas experiências? Qual é o campo atual das experiências possíveis? Não se trata, nesse caso, de uma analítica da verdade. Tratar-se-ia do que poderíamos chamar de uma ontologia do presente, uma ontologia da atualidade, uma ontologia da modernidade, uma ontologia de nós mesmos. E me parece que a opção filosófica com a qual nos vemos confrontados atualmente é a seguinte. É preciso optar ou por uma filosofia crítica que se apresentará como uma filosofia analítica da verdade em geral, ou por um pensamento crítico que tomará a forma de uma ontologia de nós mesmos, de uma ontologia da

---

<sup>54</sup> Conferir: Foucault, M. (1984). "What is Enlightenment?". (Trad. C. Porter). Em: Rabinow, P. (Ed.): *The Foucault Reader*. New York, Pantheon Books, (p. 32-50).

atualidade. E é essa forma de filosofia que, de Hegel à Escola de Frankfurt, passando por Nietzsche, Max Weber, etc., fundou uma forma de reflexão à que, é claro, eu me vinculo na medida em que posso. (Foucault, 2011, p. 21-22).

Comprometido com um projeto de filosofia como ontologia do presente a qual opõe à analítica da verdade, Foucault especifica sua relação com Kant distinguindo-se da investigação analítica que interroga as condições de possibilidades do conhecimento verdadeiro e vinculando-se à ontologia histórica do presente que interroga o caráter específico da historicidade que nos atravessa e nos constitui. A distância que separa esses dois tipos de projetos é o que permite Foucault uma atitude kantiana sem replicar Kant.<sup>55</sup> Se Kant investigou as condições de possibilidade (transcendentais) da constituição dos objetos de conhecimento, por seu turno, a agenda de Foucault direciona a tarefa filosófica para o relato sobre as condições históricas de possibilidade da emergência de objetos através das redes complexas de saber-poder. Delimitado o âmbito do seu trabalho filosófico, o projeto da ontologia do presente não é senão a maneira com que Foucault modula a tradição crítica kantiana enquanto diagnóstico da atualidade.<sup>56</sup>

Enquanto modulação da *Crítica* kantiana, o procedimento arqueológico-genealógico realiza investigações de caráter histórico que progressivamente serão direcionadas para condições de possibilidade a partir das quais se constituem indivíduos históricos e suas experiências em meio às formas de saber e às práticas de poder. Nesse sentido que o procedimento genealógico possui a fase ética incluída como seu horizonte de fundo, o que permitirá Foucault relacionar ética e poder, uma vez que já se encontra no âmbito das práticas

---

<sup>55</sup> Retendo o gesto kantiano, Foucault (1984, p. 42) dirá que "não pretendo resumir nesses poucos traços, o acontecimento histórico complexo que foi a *Aufklärung* no final do século XVIII, nem tampouco a atitude de modernidade, sob as diferentes formas que ela pôde tomar durante os dois últimos séculos. Eu gostaria, por um lado, de enfatizar o enraizamento na *Aufklärung* de um tipo de interrogação filosófica que problematiza ao mesmo tempo a relação com o presente, o modo de ser histórico e a constituição de si próprio [*soi-même*] como sujeito autônomo; gostaria de enfatizar, por outro lado, que o fio que pode nos ligar dessa maneira à *Aufklärung* não é a fidelidade aos elementos de doutrina, mas, de preferência a reativação permanente de uma atitude; quer dizer, de um *ethos* filosófico que se pode caracterizar como crítica permanente de nosso ser histórico." Conferir: Foucault, M. (1984). "What is Enlightenment?". (Trad. C. Porter). Em: Rabinow, P. (Ed.): *The Foucault Reader*. New York, Pantheon Books, (p. 32-50).

<sup>56</sup> Sobre o diagnóstico da atualidade, há uma passagem elucidativa do próprio Foucault (1995, p. 239) a esse respeito: "Quando, em 1784, Kant perguntou: *Was heisst Aufklärung?* ele queria dizer: o que está acontecendo neste momento? O que está acontecendo conosco? O que é este mundo, esta época, este momento preciso em que vivemos? Em outras palavras: o que somos, enquanto *Aufklärer*, enquanto parte do Iluminismo? Façamos uma comparação com a questão cartesiana: quem sou eu? Eu, enquanto sujeito único, mas universal e a-histórico - eu para Descartes é todo mundo, em todo lugar e a todo momento? Kant, porém, pergunta algo mais: o que somos nós? num momento muito preciso da história. A questão de Kant aparece como uma análise de quem somos nós e do nosso presente."

de sujeição e dos exercícios de autonomia. Para além das formas de sujeição sistematizadas na arqueologia e na genealogia, a fase ética explora a constituição do sujeito enquanto agente moral, ou seja, o modo como cada qual pode agir sobre si a partir das formas de poder que os atravessam. Com isso, as relações entre ética e ontologia não são desenvolvidas pelo afastamento da arqueologia e genealogia. Ao contrário, através das práticas do saber-poder Foucault irá aprofundar a análise histórica e filosófica das diversas maneiras de constituição prática do si mesmo. Assim, a dimensão *Crítica* da arqueologia-genealogia situa a discussão sobre a constituição de si (os modos de sujeição e as formas de subjetivação) no campo das relações efetivas e históricas. Para Foucault, forma-se um campo de interesse no interior do qual a filosofia surge como problematização da atualidade e a partir da qual se pode interrogar a relação do presente com o modo de ser histórico e seus modos de subjetivação.

Mas tais desdobramentos encontram seu ponto de descontinuidade no fato de que Foucault historicizava Kant, e que nenhum "si mesmo" poderia ter anterioridade às formas de descrição e ação disponíveis publicamente para uma pessoa: "é uma tese foucaultiana que todas as maneiras como consigo pensar em mim mesmo como pessoa e agente é algo que foi constituído dentro de uma rede de acontecimentos históricos. Esse é mais um passo na destruição de Kant: o *self* numênico nada é" (Hacking, 2002/2009, p 99). E desse kantismo em Foucault segue-se a principal descontinuidade, tal como observado por Hacking (2002/2009, p. 15):

"O modo como constituímos a nós mesmos como agentes morais" - esse é o programa da ética de Kant. Foucault regularmente historicizava Kant. Ele não achava que a constituição de agentes morais fosse algo universalizável, adequado a todos os seres racionais. Pelo contrário, constituímos a nós mesmos em um local e em uma época, usando materiais que têm uma organização característica historicamente formada.

Se Foucault estava filosoficamente interessado nas relações entre conhecimento e poder, assim como na constituição de pessoas quando o objeto do conhecimento passam a ser elas mesmas, Hacking irá generalizar esse procedimento e examinar inúmeros modos de constituição de si dependentes de sistemas de nomeação e de classificação, desde conceitos organizadores até tipos de pessoas: trauma psicológico, desenvolvimento infantil, abuso infantil, classificações psiquiátricas como transtorno de personalidade múltipla, etc. Dessa proveniência, Hacking irá reter a visão metodológica de Foucault apoiada em seus três

momentos - arqueologia, genealogia e ética - compondo uma estrutura mais geral da ontologia histórica de nós mesmos:

Esse poderia ser o título de um estudo, disse ele, que dissesse respeito à "verdade por meio da qual constituímos a nós mesmos como objetos de conhecimento", ao "poder por meio do qual constituímos a nós mesmos como sujeitos que agem sobre outrem", e à "ética por meio da qual constituímos a nós mesmos como agentes morais". Ele chama a esses os eixos do conhecimento, do poder e da ética. (Hacking, 2002/2009, p. 14).

Será nas relações de saber-poder que o próprio poder se revelará em seu caráter anônimo e autônomo. Contudo, pensar o sujeito apenas como passividade que sofre a ação de um poder retiraria o sentido da ontologia histórica mencionada por Foucault, ontologia essa onde o *si mesmo* estaria reduzido ao conjunto das determinações históricas. Ao contrário de uma concepção de subjetividade como pura determinação proveniente do exterior, passiva frente às formas de saber e práticas de poder, somente a partir da terceira fase do pensamento de Foucault que se torna compreensível um espaço deixado para a liberdade, onde o sujeito não se encontra diluído nas redes complexas do saber-poder.

Não se deixe enganar pelo segundo eixo, chamado de eixo do poder. Muitos leitores se valeram casualmente do *Power/Knowledge* (1908) de Foucault. As discussões resultantes muitas vezes pareceram concentrar-se em dominação exercida de fora. Em língua inglesa, frequentemente pareceu-se obscurecer o conceito de poder no sentido de influência política, social ou bélica, por um lado, e eficácia causal por outro. Quando Foucault escrevia sobre poder, ele em geral não tinha em mente o poder exercido sobre nós por um agente, autoridade ou sistema discernível. Somos antes nós que participamos dos arranjos anônimos, sem dono, que ele chamava de poder (...). Era tanto nosso próprio poder quanto o de qualquer outro que o preocupava: "poder por meio do qual constituirmos a nós mesmos como sujeitos que agimos sobre outrem", não a nós mesmos como vítimas passivas. (Hacking, 2002/2009, p. 15).

Uma vez que o poder não é alguma coisa exercida de cima, mas aquilo na qual todos nós já tomamos parte, Hacking reconhecerá em Foucault o gancho para uma abordagem filosófica voltada para a análise do poder anônimo de entidades linguísticas e suas consequências ontológicas. Se no terceiro momento do pensamento de Foucault (ética e o cuidado de si) a arqueologia e a genealogia são explicitações do espaço de visibilidade que

constituem historicamente as experiências sociais e pessoais dos indivíduos, as classificações de pessoas e a história das ideias são pontos organizadores de uma análise filosófica sobre a ontologia de nós mesmos, isto é, sobre os modos de constituição de nós mesmos a partir de um espaço de visibilidade organizado por conceitos e classificações. Com isso, o horizonte de análise da ontologia histórica não deixará de investigar "em que medida o que sabemos, as formas de poder que aí se exercem e a experiência que fazemos de nós mesmos constituem apenas figuras históricas determinadas por certa forma de problematização que define objetos, regras de ação, modos de relação a si mesmo" (Foucault, 1984, p. 49). E se inicialmente pensamos os desdobramentos da presença kantiana em Foucault, não será muito difícil agora fixarmos os desdobramentos da presença foucaultiana em Hacking,<sup>57</sup> bem como seu ponto de descontinuidade. Quando Hacking indica que faz um uso generalizado dos métodos foucaultianos, essa é a principal forma de repercussão da influência de Foucault sobre Hacking: "A genealogia a ser desenredada é a de como nós, como povos em civilizações que têm história, nos tornamos agentes morais por meio da constituição de nós mesmos como agentes morais de modos bastante específicos, locais e históricos" (Hacking, 2002/2009, p. 15-16).<sup>58</sup> Nesses termos que um deslocamento metodológico acontece quando o centro do interesse volta-se para os espaços de liberdade.

Foucault estava interessado no modo como "nós" constituímos a nós mesmos. Irei generalizar e examinar inúmeros modos de constituir. (...). Mas, acima de tudo, como esses vários conceitos, práticas e instituições correspondentes, que podemos tratar como objetos de conhecimento, ao mesmo tempo revelam novas possibilidades de escolha e ação humana. (Hacking, 2002/2009, p. 16).

Quando para Foucault, o louco entra na clínica do psiquiatra e imediatamente aparece como doente mental, Hacking entenderá que há um nominalismo peculiar passível de se derivar dessa análise dos espaços de visibilidade que se abrem a partir de determinadas entidades linguísticas, universais, que surgem em contextos históricos determinados. Como temos argumentado, a leitura de Hacking sobre Foucault é uma apropriação que generaliza as

---

<sup>57</sup> Esse desdobramento é reiterado várias vezes pelo próprio Hacking (2002/2009, p. 18): "(...) agora deixei claro que Foucault assoma no pano de fundo de minha discussão. Não quero examinar sua obra, mas sim usá-la para combinar história e filosofia de um modo que pode ou não dever muito a ele."

<sup>58</sup> O procedimento de Hacking (2002/2009, p. 87) é genealógico, no sentido foucaultiano, exibindo uma configuração que combina ontologia e história na análise de tipos humanos: "Meu trabalho é também (...) a história do presente no sentido pretendido por Foucault. Faz-se a análise das palavras em seus lugares, a fim de entender como pensamos e por que parecemos obrigados a pensar de determinados modos."

investigações de Foucault como uma forma particular de nominalismo que se distingue pela capacidade de historicizar as condições de possibilidade da constituição de pessoas.<sup>59</sup> A noção generalizada de ontologia histórica analisa as trajetórias particulares das entidades linguísticas que emergem ao mesmo tempo que descrevem tipos de pessoas. A análise filosófica que advém com a ontologia histórica de Hacking inclui o estudo do conjunto histórico – noções correlacionadas, práticas institucionais, medidas jurídicas, terapêutica moral, conceitos e intervenções científicas – de elementos que compõe as condições que tornam possíveis o nascimento e a constituição de novos objetos e de novas formas de conhecimento de tais objetos, através de processos históricos e da participação ativa e decisiva de pessoas. Os termos "inventar", "construir", "constituir" são sinônimos para um mesmo sentido que pretende Hacking à expressão corrente *making up people*, semântica essa marcada pelos trabalhos de Foucault: "ao pensar que constituímos a nós mesmos, devemos pensar num constituir *dessa e dessa maneira*; estamos interessados, no final das contas, em modos possíveis de ser uma pessoa. Foucault falou de três eixos nos quais constituímos a nós mesmos" (Hacking, 2002/2009, p. 15). Portanto, o seu nominalismo também se caracterizará como crítica permanente de nosso ser histórico, se movimentando no interior de uma interrogação filosófica que problematiza, na relação com a atualidade, a constituição de nós mesmos como sujeitos autônomos e morais no interior de campos relacionais históricos organizados pelo poder anônimo de entidades linguísticas.

Após acompanhar as implicações foucaultianas em seu pensamento, entraremos na apropriação filosófica de Hacking sobre algumas posições de J. P. Sartre, onde as relações de saber-poder e modos de subjetivação cedem espaço para a noção de campo de possibilidades.

## 2.2 - O gesto existencial de Hacking

---

<sup>59</sup> A apropriação de Hacking (2002/2009, p. 64) sugere que sua ênfase está em tipos humanos investigados cientificamente: "(...) o nominalismo dinâmico de Foucault é um nominalismo historicizado. Mas há algo fundamentalmente diferente. A história representa um papel essencial na constituição dos objetos, em que os objetos são pessoas e os modos como elas se comportam. (...) As categorias criadas por aquilo que Foucault chama de anatomopolítica e biopolítica, e o 'aglomerado intermediário de relações' entre as duas políticas, são constituídas em um cenário essencialmente histórico. E é em termos exatamente dessas categorias que as ciências humanas ousam nos descrever. Além do mais, elas trazem à vida novas categorias que, em parte, trazem à vida novos tipos de pessoas."



O projeto de uma ontologia histórica conduziu o interesse de Hacking até Sartre.<sup>60</sup> Foi preciso pressupor ou já ter determinado o modo de ser da "pessoa" para afirmar que pessoas não são indiferentes às classificações sob as quais se encontram, caracterização padrão dos *tipos interativos*. Que é o modo de ser da "pessoa" que em Hacking fundamentará o seu nominalismo? Sartre é um passo necessário em relação à Foucault, fornecendo maior rigor ao que seria a constituição da experiência pessoal e social na interação com conceitos, descrições e classificações. Por isso, entraremos na determinação do modo de ser da pessoa a partir do pensamento fenomenológico e existencial de Sartre.

O pensamento sartreano é *fenomenológico* por influência da noção de intencionalidade de Husserl e *existencial* por seu diálogo com Heidegger. Em Heidegger, a multiplicidade dos atos intencionais husserlianos se encontram reunidos em uma estrutura intencional formalizada na noção de ser-no-mundo ou ser-aí ou existência.<sup>61</sup> Sartre segue as consequências da radicalização heideggeriana do conceito de intencionalidade afirmando que a consciência é pura exterioridade, movimento para fora, e que a realidade humana conquista o seu ser fora de si, no mundo histórico. Em síntese, o bordão *a existência precede à essência* repercutirá como o núcleo duro do seu pensamento.<sup>62</sup> Nesses termos, um ente marcado por indeterminação ontológica, por não-ser, somente poderia se compreender aberto para possibilidades, ser para fora em direção a um mundo. E com isso, a realidade humana é caracterizada como existência, como um movimento de exposição da intencionalidade, um movimento de abertura para um horizonte de possibilidades ou mundo, um processo que somente se totaliza com a morte. A ilustração do garçom de café irá fornecer um pequeno exemplo da caracterização fenomenológica do existente humano enquanto aquele ente caracterizado pela abertura de mundo para um campo de possibilidades de ser.

Vejamos esse garçom. Tem gestos vivos e marcados, um tanto precisos demais, um pouco rápidos demais, e se inclina com presteza algo excessiva. Sua voz e seus olhos exprimem interesse talvez demasiado solícito pelo pedido do freguês. Afinal volta-se, tentando imitar o rigor inflexível de sabe-se lá que autômato, segurando a bandeja com uma espécie de temeridade de funâmbulo, mantendo-a em equilíbrio perpetuamente instável, perpetuamente interrompido, perpetuamente restabelecido por ligeiro

---

<sup>60</sup> As menções ao pensamento existencial de Sartre na argumentação de Hacking aparecem principalmente no artigo *Between Michel Foucault and Erving Goffman: Between discourse in the abstract and face-to-face interaction* (2004) e no livro *Ontologia Histórica* (2009).

<sup>61</sup> As formulações do próprio Sartre nascem de sua familiaridade com noções heideggerianas de *Ser e Tempo*, fundamentais para o próprio projeto filosófico de *O Ser e o Nada*, tais como ser-no-mundo.

<sup>62</sup> Heidegger manifestará divergência com Sartre com relação a esse bordão no texto *Carta sobre o humanismo*.

movimento do braço e da mão. Toda sua conduta parece uma brincadeira. Empenha-se em encadear seus movimentos como mecanismos regidos uns pelos outros. Sua mímica e voz parecem mecanismos, e ele assume a presteza e rapidez inexorável das coisas. Brinca e se diverte. Mas brinca de quê? Não é preciso muito para descobrir: brinca de ser garçom. Nada de surpreendente: a brincadeira é uma espécie de demarcação e investigação. A criança brinca com seu corpo para explorá-lo e inventariá-lo, o garçom brinca com sua condição para *realizá-la*. (...) Vemos quantas precauções são necessárias para aprisionar o homem no que é, como se vivêssemos no eterno temor de que escape, extravase e eluda sua condição. Acontece que, paralelamente, o garçom não pode ser garçom, de imediato e por dentro, à maneira que esse tinteiro é tinteiro, esse copo é copo. (...) Todavia, não resta dúvida que, em certo sentido, *sou* garçom - caso contrário, poderia designar-me diplomata ou jornalista. Porém, se o sou, não pode ser à maneira do ser-Em-si, e sim *sendo o que não sou*. Não se trata apenas, por outro lado, de condições sociais; jamais sou qualquer de minhas atitudes ou condutas. Loquaz é aquele que *brinca* de loquacidade, porque não pode *ser* loquaz: o aluno atento que quer *ser* atento, o olhar preso no professor, todo ouvidos, a tal ponto se esgota em brincar de ser atento que acaba por não ouvir mais nada. (...) Não posso dizer que sou quem está aqui nem que não o sou, no sentido em que se diz "o que está em cima da mesa é uma caixa de fósforos": seria confundir meu "ser-no-mundo" com "ser-no-meio-do-mundo". (Sartre, 1943/1997, p. 105-107).

O pensamento fenomenológico e existencial afirma que "não somos", que não possuímos determinações essenciais, mas ao contrário, determinações existenciais. Assim, o existente humano não é fenomenologicamente caracterizado da mesma maneira com que fazemos afirmações sobre as coisas. Sartre, como Heidegger, está buscando aquelas determinações existenciais que acompanham a dinâmica do existir.<sup>63</sup> Temos no exemplo do garçom de café uma estrutura existencial básica que cabe explicitar: Sartre descreve a antecipação de si num campo de possibilidades, quer dizer, existindo em situação, o existente se encontra projetado em um campo de significados e sentidos (historicamente determinado) que irá delimitar as suas possibilidades. Vemos uma clara determinação existencial tematizada na ilustração do garçom de café que realiza sua situação de garçom não à maneira que uma mesa é uma mesa, um copo é um copo, ou seja, não ao modo das coisas. O modo de ser das coisas não é o modo de ser da pessoa, daquele cuja situação é ser um garçom de café, embora ao mesmo tempo "garçom de café" seja um tipo de pessoa, uma descrição disponível que orienta os comportamentos em geral daquele indivíduo particular. Dessa breve caracterização do existente enquanto antecipação de si num campo de possibilidades, Sartre

---

<sup>63</sup> Assim, a noção de ser-no-mundo é uma determinação existencial para Heidegger, e a noção de ser para-si é uma determinação existencial para Sartre, e ambos partem da mesma radicalização da intencionalidade husserliana (realizada inicialmente por Heidegger), da redução da consciência intencional à estrutura intencional.

conclui mostrando a distinção fenomenológica entre um ente dotado do caráter de poder-ser ou ser-no-mundo (pessoas em geral caracterizadas fenomenologicamente) e um ente dotado de propriedades (coisas em geral), distinção essa muito pertinente aos interesses de Hacking. E a distinção anunciada por Sartre entre *ser-no-mundo* e *ser-no-meio-do-mundo* é básica para a compreensão da concepção de pessoa em jogo no pensamento fenomenológico, onde "mundo" não é um espaço empírico dentro do qual a pessoa como objeto estaria posicionada, e tampouco pessoa seria uma coisa entre coisas. Ao mesmo tempo, enquanto ente dotado do caráter de poder-ser, a situação de ser um garçom de café não é uma escolha possível para um *ser-no-mundo* em qualquer época, e isso delimita essa situação como uma escolha de si mesmo em um campo de possíveis historicamente determinados. Assim, cada pessoa somente chega a se projetar e se compreender naquelas possibilidades disponíveis no seu mundo histórico.<sup>64</sup> Entretanto, quando Hacking se apropria da noção de campo de possibilidades de Sartre, pretenderá com isso indicar a plenitude de possibilidades do mundo no interior do qual toda pessoa já se movimenta e chega a se reconhecer como uma pessoa de determinado tipo. Essa apropriação injetará um fôlego existencial em sua argumentação posterior sobre o nominalismo dos tipos interativos. O caráter histórico do campo de possibilidades refere-se ao fato de que uma pessoa não pode chegar a ser, dizer ou fazer qualquer coisa em qualquer época. Nesses termos, a compreensão de que certas possibilidades de ser e de agir fazem sentido, dependerá da situação histórica na qual essas possibilidades surgem, significam e evoluem:

Os genes de um indivíduo determinam os limites extremos de possibilidades, mas são escolhas que criam um caráter, uma essência verdadeira, uma alma. Eis aqui um credo de um existencialismo sem dogma para nossa época: nossa essência genética não é a nossa essência. As possibilidades que estão abertas para alguém, caráter e potencialidades, são formadas durante uma vida, mesmo que para muitos se tornem petrificadas em uma idade precoce. Como Sartre bem sabia, em qualquer lugar e tempo somente algumas possibilidades fazem algum sentido. (Hacking, 2004, p. 287).

Um ponto que agora alcança melhor esclarecimento é a noção de "pessoa" suposta na noção de *inventando pessoas* de Hacking. O que está pressuposto na idéia de "pessoa" é uma atitude existencial capaz de suspender teorias e concepções tradicionais sobre o ser da pessoa

---

<sup>64</sup> A fundamentação do argumento de Hacking (2009, p. 125) se mostra bastante afinada com a fenomenologia existencial: "Muitos dentre nós poderiam ter escolhido ser um garçom ou garçonete e vários o foram por algum tempo. Poucas pessoas poderiam ter escolhido ser algo mais específico, um *garçom de café* parisiense."

enquanto essência ou substância. A atitude existencial adotada por Hacking quer indicar que a resposta para a interrogação sobre o ser da pessoa, sobre "quem somos nós", sobre nosso "si mesmo", dependerá daquilo que se torna possível em nosso espaço existencial. O interesse de Hacking não é tanto a reflexão sobre os meios pelas quais nossa liberdade é limitada pelas restrições da circunstância, mas pela reflexão fenomenológica sobre possibilidades que somente fazem sentido e são inteligíveis num determinado tempo e espaço. Nossas possibilidades de ser, agir, sentir dependem de contextos historicamente determinados para serem inteligíveis e tornadas possíveis. Com isso, certas possibilidades somente podem se mostrar enquanto possibilidades para indivíduos concretos uma vez que essas possibilidades são possibilidades do mundo histórico desses indivíduos. Esse gesto existencial permitirá Hacking relacionar descrições historicamente disponíveis e o campo de possibilidades aberto por essas descrições, e em seguida, que classificações de tipos humanos ocorrem dentro de práticas e instituições, dentro de um campo relacional de plena interação entre pessoas e classificações. Hacking quer afirmar algo mais do que a nomenclatura por si mesma, mas que a introdução de novas descrições e classificações abrem novos campos de possibilidades de ser. Quando a concepção de pessoa relaciona descrições historicamente disponíveis com possibilidades de ser, pressupõe a distinção entre pessoa como coisa dotada de propriedades e pessoa como abertura para um poder-ser. E isso porque uma coisa dotada de propriedades no espaço empírico já teria seu campo do possível fixado em um conjunto finito de possibilidades invariáveis. Se pessoa aqui não é um ente extenso dotado de propriedades, o "quem" de cada pessoa diz respeito ao que se torna possível para ela em seu espaço existencial, e como seu espaço existencial é constituído historicamente, certas possibilidades não aparecem enquanto possibilidades para ela. Nesse ponto, a atitude existencial na caracterização da distinção entre pessoas e coisas participa da fundamentação da ontologia histórica de Hacking.

Venho dando exemplos de conceitos organizadores que passam a existir através de processos históricos bem específicos. Eles nos levam à ontologia histórica propriamente dita. Somos dirigidos para o que é possível ser ou fazer. Não é surpresa que haja um certo existencialismo residual nesse modo de pensar. A existência vem antes da essência; somos constituídos por aquilo que fazemos. Mas nossas escolhas livres só podem ser feitas entre as ações que nos estão disponíveis, as ações possíveis. E nossos modos de ser, escolhidos livremente ou não, encontram-se entre modos possíveis de ser. (Hacking, 2002/2009, p. 35).

Assim, o que aparece no horizonte do possível nunca é desarticulado das possibilidades do mundo, e inversamente, toda concretização de possibilidades é concretização de possibilidades do mundo no interior do qual a própria pessoa já se encontra aberta para certas possibilidades. Por isso, Hacking menciona um gesto existencial em suas formulações: o existente humano, a pessoa, é um ente dotado do modo de ser da abertura para um campo de possibilidades constituído historicamente, no qual descrições e classificações disponíveis abrem um espaço existencial que organiza significativamente modos de experiências sociais e pessoais dos indivíduos. Ao mesmo tempo, esse campo do possível determinado historicamente, que delimita possibilidades de ser, é um horizonte contra o qual não se pode remeter sem ao mesmo tempo ratificar esse próprio horizonte. Nesse sentido, o campo do possível não se abre sem uma delimitação histórica do que é possível, incluindo nessa delimitação seus modos privativos.

Sem dúvida, um contemporâneo de Duns Scotus ignora o uso do automóvel ou do avião, mas ele só aparece como ignorante do nosso ponto de vista, *nós* que o captamos privativamente a partir de um mundo onde o automóvel e o avião existem. Para ele, que não tem relação de espécie alguma com tais objetos e as técnicas referentes a estes, há uma espécie de nada absoluto, impensável e indecifrável. Semelhante nada não poderia *limitar de forma alguma* o Para-si que escolhe a si mesmo: não poderia ser captado como uma falta, qualquer que seja o modo de considerá-lo. (Sartre, 1943/1997, p. 640).

Vemos que faz parte do campo de possibilidades disposto em cada mundo histórico a presença de certas *impossibilidades técnicas* que modulam o poder ser do existente segundo o modo da privação. Por isso, um guerreiro medieval que não pode vir a ser um soldado do exército dos EUA não é uma impossibilidade da ordem da privação de um poder ser simplesmente negado. E isso porque ser um soldado do exército dos EUA não chega a ser algo apreendido como negação, na verdade, não chega nem a se colocar como negação.<sup>65</sup> Essa

---

<sup>65</sup> Essas ilustrações de Sartre fazem referência à hermenêutica da facticidade de Heidegger. Em *Ser e Tempo* de Heidegger, na parte da analítica existencial do ser-aí, o poder-ser do ser-aí é determinado pelo seu "aí" ou mundo. Não havendo possibilidades fora desse "aí" - pois tudo que aparece enquanto possibilidades são possibilidades historicamente disponíveis -, toda tentativa de negação desse espaço existencial termina por ratificá-lo. Como Sartre, Hacking ilustra de modo bem didático direcionado para seus interesses filosóficos: "Não é uma impossibilidade técnica. Os servos podem ter outrora sonhado com viagens à lua; certamente seus superiores letrados escreviam ou liam aventuras de viagens à lua. Mas viajar até a lua era impossível para eles, enquanto não é exatamente impossível para o jovem garçom de hoje. Um jovem garçom irá, em uns poucos anos, estar servindo filés em um satélite. Sartre teve muito trabalho para dizer que mesmo limitações técnicas não significam que você tem um número menor de possibilidades. Para cada pessoa, em cada época, o mundo é

impossibilidade é da ordem do impensável, do inconcebível para o espaço existencial do guerreiro medieval, a própria facticidade do horizonte histórico, um limite à qual toda tentativa de se remeter contra ele acaba por ratificá-lo.

Desse modo, a noção de campo de possibilidades tem repercussões para a caracterização de pessoa não como presença efetiva, não como coisa simplesmente dada e presente à vista, mas como um ente cujo modo de ser é o de se encontrar projetado para possibilidades de ser determinadas historicamente: "Como é o espaço de possíveis e ação real não determinado apenas por barreiras físicas e sociais e oportunidades, mas também pelas maneiras às quais podemos conceituar e realizar quem nós somos e o que nós podemos ser, neste aqui e agora?" (Hacking, 2004, p. 287). Nesses termos, novas classificações sobre pessoas abrem o campo em que a experiência de si mesmo é possibilitada e organizada, e assim, "pareceu-me que uma nova maneira de descrever pessoas não só cria novas maneiras de ser, mas também novas maneiras de escolher - na filosofia existencialista, novas maneiras de escolher quem se é" (Hacking, 2004, p. 285). Por meio do gesto existencial, Hacking caracteriza a "pessoa" não por uma essência ou substância, mas como campo de possibilidades - campo que projeta o existente para possibilidades de ser -, situando o conceito de *inventar pessoas* no universo da temporalidade e da experiência histórica do existente humano, na qual a elaboração temática sobre si é um modo tardio, uma vez que cair sob uma classificação é poder ser compreensivamente em certas possibilidades, e por meio da qual se chega a poder saber reflexivamente algo sobre si mesmo. Por isso, o surgimento de novas classificações - como as psiquiátricas - que descrevem comportamentos e tipos de pessoas, organizam a estrutura do mundo enquanto espaço de experiências possíveis.

Assim, a idéia de inventar pessoas é enriquecida; ela se aplica não aos desafortunados eleitos, mas a todos nós. Não é apenas a invenção de pessoas de um tipo que não existia antes: não são apenas a pessoa dividida e o garçom inventado, mas cada um de nós é inventado. Somos não apenas o que somos como também o que poderíamos ter sido, e as possibilidades do que poderíamos ter sido são transformadas. (Hacking, 2002/2009, p. 127).

---

uma plenitude de possibilidades." (Hacking, 2009, p. 126). Portanto, a influência de Sartre sobre Hacking (2009, p. 126) se mostra no desenvolvimento existencial do seu argumento sobre a constituição de pessoas: "'Um nada absoluto, impensável e indecifrável' é uma grande expressão. Era exatamente isso que ter uma personalidade múltipla, ou ser um *garçon de café*, era para o vassalo de Raimundo. Muitos de vocês não poderiam, de fato, nem ser garçom parisiense nem ter personalidade cindida, mas as duas coisas são alguma coisa pensável, decifrável."

O campo de possibilidades de ser é o que baliza e rearticula os limites da experiência social e pessoal dos indivíduos. Se o mundo histórico precede à pessoa e delimita a antecipação de si, quer dizer, o campo de possibilidades em que a pessoa vem a se projetar e se compreender, ao mesmo tempo, não limita o universo do possível às formas historicamente determinadas. É justamente isso o que permite Hacking (2002/2009, p. 123) relacionar *espaço de possibilidades* aberto por tipos humanos e *possibilidades de ser* que cada qual já se encontra imerso e com as quais se vê solicitado: "quando classificações surgem, isso altera o espaço de possibilidades para se ser uma pessoa". Podemos então, concluir que o gesto existencial esclarece como novos modos de classificar criam ou eliminam possibilidades de ser, fornecendo inteligibilidade ao que Hacking chama de fazer ou inventar pessoas. O nominalismo de Hacking quer colocar acento e trabalhar a partir da dimensão linguística, nominal e semântica desse campo de possibilidades organizador do espaço de experiências. Esse gesto existencial será muito fecundo para a compreensão sobre como nossas formas de sofrer se estruturam pelos modos de descrição historicamente disponíveis, e se mostram enquanto formas social e culturalmente sancionadas de expressar sofrimento (Hacking, 1995/2000).

### **2.3 - A teoria da "ação sob uma descrição" e o efeito semântico**

O interesse filosófico de Hacking em classificações de pessoas se aprofundou na ligação entre ações possíveis e descrições disponíveis. Com a teoria da "ação sob uma descrição", Hacking se apoia em um fenômeno muito frequente que ocorre a partir da circulação pública de classificações de tipos humanos, sistematicamente ilustrado com exemplos retirados da psiquiatria. Esse fenômeno é o *contágio semântico*<sup>66</sup> que se desenvolve

---

<sup>66</sup> Em primeiro lugar, essa é uma expressão definida por Hacking, (1995/2000, p. 278) visando seu aspecto lógico: "(...) O termo 'semântica' ao menos tem a virtude de deixar claro que estou falando mais de um espaço da lógica que desse batido campo chamado 'construção social'." Em segundo lugar, é delimitada por Hacking (2000/1995, p. 276) como uma dinâmica que se mostra na própria utilização pública dessas classificações: "O contágio semântico é um efeito que tende a levar a extremos. Se algumas ocorrências são descritas como do tipo A, então podem ser redescritas como ocorrências extremamente boas ou extremamente ruins." No caso da descrição retroativa aplicada às nossas próprias recordações, dirá Hacking (2000/1995, p. 277) que "ao recordar uma cena você começa a pintá-la, usando a palheta da descrição genérica, mas retroativa (...)". O contágio semântico, nesse sentido, se mostra como uma intensificação do efeito propriamente semântico que a disponibilidade de novas descrições exerce sobre a estruturação da experiência social e pessoal dos indivíduos: "O efeito semântico é proveniente da forma pela qual podemos aplicar descrições presentes retroativas a ações de um passado remoto, menos determinado. Outro fenômeno, que se alimenta do primeiro, é o contágio semântico. Mais ações vêm à memória, ações produzidas por descrições cada vez mais específicas, que se

a partir do *efeito semântico* de redescrições do passado e sobre o futuro,<sup>67</sup> ilustrado com estudos sobre os conceitos de trauma psíquico, abuso infantil e "epidemias" de transtornos mentais, como o transtorno da múltipla personalidade, autismo, classificações que sofreram descontinuidades e crescimento estatisticamente significativos. Novas descrições produzem um efeito cujo contágio semântico estrutura um novo campo conceitual organizador do espaço de experiências. Esse efeito está diretamente relacionado com a publicidade de novas descrições de tipos de comportamentos capazes de cobrir progressivamente uma grande variedade de ações diferentes em função da variação possível dos contextos de uso, abrindo campos de ações possíveis e redescrições do passado. Assim, o efeito semântico, que se amplia pelo contágio semântico, é um fenômeno que fornece evidência para a alegação filosófica de que toda ação é ação sob uma descrição. Esse efeito semântico tende a capilarizar e difundir porque as descrições, os conceitos ou as classificações envolvidas na atribuição retroativa são classificações científicas e morais, isto é, tipos humanos.

Justamente por esse aceno prospectivo para o futuro e retroativo para o passado que a compreensão do efeito e do contágio semântico depende da elucidação da teoria da "ação sob uma descrição" de Hacking, inspirada na filósofa Anscombe, mas com características de fundo marcadamente existenciais, como pretendemos mostrar. Hacking busca em Anscombe reforçar sua teoria sobre a indissociabilidade entre ação possível e descrição disponível. Anscombe em sua obra *Intention* (1957) desenvolveu uma investigação sobre o caráter da ação através de uma compreensão das descrições que acompanham as ações. Numa ação intencional, as intenções de agir fornecem um tipo de explicação da própria ação sem determiná-la ao modo de uma causa e seu efeito. Com isso, a intenção de uma ação se esclarece pela ideia de descrição, fornecendo um contexto que amplia ou restringe o campo significativo. Enquanto Anscombe busca um entendimento específico da ação humana onde a ligação entre ação e descrição é interna, portanto, lógica e não causal, a utilização que Hacking faz da "ação sob uma descrição" parece se conduzir para um outro âmbito do que

---

encaixam sob a tônica genérica da primeira descrição." (Hacking, 1995/2000, p. 278). A afirmação mais precisa sobre o efeito semântico, assim como sobre o contágio semântico, é que se estendem na experiência da temporalidade, isto é, sobre o futuro, presente e passado.

<sup>67</sup> Essa relação com a temporalidade está implícita no gesto existencial do argumento de Hacking (1995/2000, p. 256), onde tipos humanos abrem campos de possibilidades no mundo: "(...) Quando novas descrições tornam-se disponíveis, quando elas entram em cena, ou mesmo quando se tornam coisas sobre as quais se pode falar e pensar, então existem novas coisas a se escolher para fazer. Quando novas intenções se abrem para mim, porque novas descrições e novos conceitos tornam-se disponíveis, vivo em um novo mundo de oportunidades." (Hacking, 1995/2000, p. 256). A compreensão do efeito e do contágio semântico dependem desse horizonte existencial.



pretende filosoficamente Anscombe. Hacking se apropria da expressão "ação sob uma descrição" para responder algo diverso de Anscombe: por que certas descrições tornam-se mais relevantes do que outras? De fato, certas descrições são mais relevantes porque sua disponibilidade possui desdobramentos ontológicos e impacta a pessoa que somos, modificando o espaço de experiências de uma população de indivíduos. Por isso aplicamos com muita facilidade descrições retroativas. Mas a facilidade com que aplicamos descrições retroativas mostra que certas descrições são mais relevantes do que outras. Para Hacking não se trata de fazer avaliações, mas de entender a questão conceitual que nos acompanha. As redescrições retroativas que modificam as relações com o passado deixam isso claro, assim como as descrições disponíveis que abrem novas possibilidades de ser, fazer e conviver em sociedade, interferindo na abertura de futuro dos indivíduos. Hacking (1995/2000, p. 264) faz um emprego particular da teoria da "ação sob uma descrição" ao indicar o quanto é decisivo para o que significa ser uma pessoa que eventos biográficos se encontrem temporalmente sob descrições diferentes, e que por isso, "no mínimo, reescrevemos o passado, não porque descobrimos mais coisas sobre ele mas porque apresentamos ações sob novas descrições". Para ele é um limite lógico que se as descrições sobre "múltipla personalidade", por exemplo, não estavam disponíveis em 1855, então não era possível para uma pessoa agir, se comportar, desenvolver sentimentos e conviver em sociedade sob aquela linguagem e descrições, logo em 1855 essa não era uma forma de se experimentar e expressar sofrimento. A sua teoria de que ações, comportamentos e sentimentos são indissociáveis de descrições disponíveis é reforçada pelo argumento de que a linguagem e as descrições disponíveis tem o poder de estruturar a experiência social e pessoal possível, de maneira prospectiva e retroativa. Uma das consequências dessa teoria é a advertência sobre a utilização de descrições retroativas sobre o passado, isto é, uma vez que o efeito de introduzir novas descrições de tipos de comportamentos (de tipos de pessoas) é semântico, a descrição retroativa do passado pela atribuição de ações intencionais revelará certa indeterminação do significado das ações humanas realizadas no passado. Um exemplo é a aplicação do conceito de *transtorno depressivo* sobre acontecimentos vivenciados antes do surgimento do espaço conceitual dessa classificação. Quando hoje possuímos esse conceito, aplicamos com facilidade aos comportamentos e ações de outrora porque esse é um tipo de conceito que exerce um contágio semântico sobre nosso campo de possibilidades interpretativas, diversificando o leque de situações que se encaixam sob essa descrição. Esse efeito semântico exerce sua força nas

inúmeras vezes que olhamos para o passado remoto sob a luz das descrições do nosso presente. Os estudiosos do "trauma psíquico" interessados na recuperação das memórias das vítimas formam um outro grupo de exemplos. Dentre eles, destacamos os psicanalistas (que colocam acento na sexualidade como traumática) e os psiquiatras especializados no transtorno do estresse pós-traumático, principalmente quando esse conhecimento se difunde da prática clínica para a conhecimento público. O "trauma psíquico" da teoria e prática dos psicanalistas e o "transtorno do estresse pós-traumático" dos psiquiatras fornecem boas indicações sobre descrições retroativas do passado. Pessoas e suas ações podem ser encaradas sob a descrição de um trauma psicológico cuja memória precisa ser recuperada deitadas em um divã, e seu sofrimento medicado sob a descrição de um estresse pós-traumático. São classificações cujo espaço conceitual possui conteúdos descritivos que estão formando o entendimento de quem somos e organizando a história que narramos a respeito de nós mesmos. São conceitos, que na sua aplicação, também atestam a facilidade com que atribuímos ações intencionais a terceiros, seja quando esses terceiros participaram de uma situação comum no passado, seja quando esses terceiros pertencem a um passado remoto. Nesse caso, um trauma psíquico depende de uma ação pretérita de um terceiro, que ocorreu sob uma descrição específica, no mais das vezes disponível posteriormente. Essa possibilidade de atribuição de ações intencionais a uma situação passada já vivenciada ocorre posteriormente ao surgimento de novas descrições que retrospectivamente atuam sobre o modo de experimentar e pensar esse passado, rearticulando a significação dos acontecimentos sob a luz de novas descrições.<sup>68</sup> Portanto, redescrições do passado são atribuições de novas ações intencionais às situações e personagens referidos, e uma vez que os acontecimentos desse passado são experimentados e narrados sob novas descrições disponíveis, uma reformulação desse passado se apresenta. E de fato, a redescrisção

---

<sup>68</sup> A seguir um exemplo sobre como as redescrições retroativas podem, em vez de ampliar o horizonte de possibilidades de ações intencionais no passado, criar uma limitação, uma diminuição ou até mesmo suprimir a possibilidade de uma ação intencional e voluntária: "Eis aqui talvez o exemplo mais simples possível de redescrisção retroativa. Há um processo no Parlamento britânico para que seja concedido perdão a 307 jovens soldados ingleses e canadenses que enfrentaram uma corte marcial e foram fuzilados durante a Primeira Guerra Mundial, de 1914 a 1918. A acusação mais comum era deserção, ou recusa a obedecer ordens ou a ir para o *front*. Os detalhes desses julgamentos secretos foram finalmente publicados em 1990; pouco gente pode hoje em dia sentir alguma empatia pelos oficiais que conduziram as cortes marciais. O autor do processo declara que atualmente aqueles homens seriam considerados portadores de distúrbio de estresse pós-traumático, e que necessitavam de ajuda psiquiátrica, não de fuzilamento. Essa é uma descrição retroativa com vingança. Mesmo esse exemplo não é de todo transparente, e torna patológico um comportamento antigo. (...) De um ponto de vista lógico, essa redescrisção retroativa proposta é interessante, pois não aumenta o número de coisas que os soldados poderiam ter feito intencionalmente. Na verdade, diminui. Não se diria mais que os homens desertaram ou, de forma alguma, que desertaram 'em primeiro grau'. Isto porque se eles estavam sofrendo de estresse pós-traumático, não estariam, no sentido estrito da palavra, agindo voluntariamente." (Hacking, 1995/2000, p. 261-262).

retroativa ocorre porque a indeterminação do campo significativo de certas situações do passado vem a se determinar, tornando a memória recordada e narrada povoada de novas ações intencionais. Esse efeito semântico se espalha por contágio, ou seja, novas descrições são capazes de redescrever os eventos passados simplesmente porque estão disponíveis e se apresentam científica e moralmente relevantes, ampliando o campo compreensivo e interpretativo, afetando a autocompreensão, se propagando nas atribuições de novas ações intencionais aos gestos, às atitudes, aos comportamentos de terceiros. Esse fenômeno inventa, constitui pessoas, para Hacking. Por isso insistimos que sua teoria da "ação sob descrição" se pronuncia de um fundo existencial, uma vez que descrições disponíveis já são abertura de um campo de ações possíveis em relação ao futuro e ao passado.

Antes de destacarmos melhor o fundo existencial da teoria da "ação sob uma descrição", devemos sublinhar nas observações de Hacking um questionamento implícito a respeito da tendência de descrevermos ações passadas sob configurações que essas ações não poderiam ter sido descritas no período em que ocorreram, dada a indisponibilidade pretérita da linguagem que hoje as descreve. Posto isso, Hacking reitera inúmeras vezes que se trata de uma questão lógica a ligação da ação sob uma descrição. Contudo, essa reiteração não esclarece como a disponibilidade de novas descrições sobre tipos humanos estrutura o espaço de experiências possíveis. De fato, declarar que se trata de uma questão lógica não esclarece esse ponto. Assim, apesar de Hacking parecer um seguidor de Anscombe, o fundo existencial do seu argumento deve ser melhor explicitado.<sup>69</sup> Para reforçar a teoria de que toda ação ocorre sob uma descrição, Hacking alega que há uma dimensão lógica no fato de que se novas descrições tornam-se disponíveis, então novas ações e comportamentos possíveis abrem-se para as pessoas. É um fato lógico que num mundo onde determinada descrição não existe, ações daquele tipo não são possíveis, escolhas dessas ações e comportamentos não são possíveis de serem adotadas. Contudo, esse aspecto lógico somente se torna plenamente compreensível pela caracterização existencial de pessoa. Sem essa caracterização existencial, as ações não se mostrariam num campo de possibilidades e as descrições não se apresentariam como disponíveis num tempo e espaço determinados. Esse aspecto lógico ocorre sob um fundo existencial, já que para relacionar descrições disponíveis e ações possíveis de se adotar ou escolher, Hacking se utiliza da categoria da possibilidade. Se toda ação estaria relacionada

---

<sup>69</sup> O gesto existencial reaparece nos apontamentos sobre a privação de certas descrições: "Não posso me sentir limitado pela falta de uma descrição, pois se me sentisse assim, de forma consciente, teria pelo menos uma leve noção da descrição da ação, e desta forma poderia ter pensado escolhê-la." (Hacking, 1995/2000, p. 256).

logicamente com alguma descrição que a acompanha, Hacking irá seguir as repercussões da teoria de que ação e descrição mantém uma relação interna se apoiando na categoria existencial da possibilidade, ou campo de possibilidades. Aqui Hacking se aproxima de Sartre e se distancia de Anscombe: primeiro quando formula a teoria da "ação sob uma descrição" deixando implícita uma relação existencial entre ações possíveis e descrições disponíveis, e segundo quando extrai as consequências para o futuro e para o passado dessa relação, exemplificado por meio da redescrição retroativa. Nesse ponto, ele afirma os efeitos sobre a temporalidade da relação existencial entre ações possíveis e descrições disponíveis. Tendo em vista que na maioria dos casos pessoas narram sobre si mesmas incluindo a intencionalidade das próprias ações, é preciso levar em consideração que a matriz de descrições disponíveis para um indivíduo particular, ou para uma coletividade de indivíduos, sempre dependerá das descrições disponíveis para a sociedade e para a época na qual o indivíduo já se encontra. Nesses termos, o campo de possibilidades não é somente de ações possíveis, mas também um campo de possibilidades descritivas, nas quais certas classificações se encontram disponíveis. Por isso, uma série de contextos devem ser tomados em consideração no momento de situar a disponibilidade da descrição: contextos institucionais com suas intervenções, práticas sociais e narrativas cotidianas, contextos midiáticos, científicos, etc., fornecem e fazem circular publicamente descrições de comportamentos, ações e condutas que chegam a ser assumidas pelos indivíduos enquanto atuam, interferindo no modo como enxergam o próprio agir, além de abrir novas possibilidades de ação para o futuro e para as redesccrições do passado. Assim, ocorre um distanciamento do contexto filosófico de Anscombe na argumentação de Hacking que acaba se apresentando sob um fundo existencial,<sup>70</sup> que como ele mesmo destaca, "se novos modos de descrição passam a existir, novas possibilidades de ação passam a existir em consequência", de tal modo que "a categoria e as pessoas inseridas nela emergiram juntas" (Hacking, 2002/2009, p. 123). Nesses termos, Hacking vai além do aspecto lógico ao colocar para trabalhar a teoria da ação sob uma descrição. É o fundo existencial do seu argumento que

---

<sup>70</sup> Ao mesmo tempo, Hacking parece mais interessado em demarcar uma distinção entre pessoas e coisas do que seguir Anscombe. Neste trecho, após a exposição da teoria da "ação sob uma descrição", Hacking (2002/2009, p. 124) diz que está partindo "de um contraste entre pessoas e coisas. A não ser quando interferimos, o que as coisas estão fazendo, e de fato o que os camelos estão fazendo, não depende de como os descrevemos. Mas algumas das coisas que nós mesmos fazemos estão intimamente ligadas a nossas descrições. Muitos filósofos seguem Elizabeth Anscombe e dizem que ações intencionais humanas devem ser "ações de acordo com uma descrição" (Anscombe 1957). (...) Mas, se uma descrição não está lá, então as ações intencionais de acordo com essa descrição também não podem estar lá: isso, aparentemente, é um fato da lógica."

faz do aspecto lógico de que toda ação é ação sob uma descrição algo legível nas experiências sociais e pessoais dos indivíduos.

Vimos que Hacking (1999, p. 31) afirma o aspecto interno que liga descrições disponíveis e ações possíveis, argumentando que o campo das ações possíveis depende da disponibilidade descritiva e das classificações que temos à disposição: "Todos os nossos atos estão sob descrições, e os atos que estão abertos a nós dependem, de um modo puramente formal, das descrições disponíveis para nós". Portanto, essa apropriação da expressão "ação sob uma descrição" de Anscombe feita por Hacking já ocorre sob uma influência existencial da sua leitura de Sartre. Entre as descrições disponíveis e as ações possíveis que se abrem, temos a categoria da possibilidade, ou campo de possibilidades, animando existencialmente a teoria da "ação sob uma descrição", o que certamente distancia Hacking do cenário de Anscombe e o aproxima mais de Sartre. De todo modo, que ações se mostrem possíveis justamente por conta das descrições disponíveis, já evidencia uma ligação mais íntima com a visão existencial na construção da sua argumentação sobre a ontologia histórica e sobre os tipos interativos. E a partir dessa relação existencial entre ações possíveis e descrições disponíveis, Hacking (1995/2000, p. 255) desenvolverá um aspecto relevante para a compreensão da sua proposta, afirmando que a teoria de que a "ação é ação sob uma descrição tem conseqüências lógicas para o futuro e para o passado", isto é, possui efeitos sobre a experiência da temporalidade, reiterando pela segunda vez seu gesto existencial. No caso do passado, trata-se da aplicação em retrospectiva de novas descrições disponíveis que não faziam parte do espaço conceitual anterior.<sup>71</sup> Há inúmeros exemplos de redescrição retroativa na psiquiatria a partir da circulação pública das características diagnósticas de muitos transtornos, fazendo com que comportamentos antigos se tornem atualmente patológicos com base em novas descrições disponíveis. Para ficarmos num exemplo, o livro *Somos todos desatentos? O TDA/H e a construção de bioidentidades*, de Rossano Cabral Lima (2013) fornece um interessante quadro histórico e social que se desenvolve a partir do crescente acesso às descrições desse transtorno, apontando as repercussões da entidade "Transtorno do

---

<sup>71</sup> Elucidando ainda mais esse ponto, para Hacking (1995/2000, p. 264) a descrição retroativa altera qualitativamente o passado que se abre na experiência individual e social das pessoas: "(...) Mas se descrevermos ações passadas sob formas que elas não poderiam ter sido descritas na época em que ocorreram, chegamos a um resultado curioso. Pois todas as ações intencionais são ações sob uma descrição. Se uma descrição não existia, ou não estava disponível num tempo anterior, então nesse tempo a pessoa não poderia agir intencionalmente sob aquela descrição. Somente mais tarde tornou-se verdade que, naquele tempo, alguém realizou uma ação sob aquela descrição. No mínimo, reescrevemos o passado, não porque descobrimos mais coisas sobre ele mas porque apresentamos ações sob novas descrições."

Déficit de Atenção e Hiperatividade" sobre toda uma população de pessoas classificadas, interferindo diretamente sobre a concepção que os indivíduos fazem de si mesmos, estruturando o espaço de suas experiências sociais e pessoais. Podemos afirmar que a classificação TDA/H é um tipo interativo, que atualmente veio crescendo exponencialmente em suas taxas de prevalência e incidência, levantando dúvidas sobre uma base natural efetiva dessa entidade. De todo modo, temos acima o exemplo de uma categoria que fornece intensamente novos conteúdos capazes de redescrever biografias e abrir novos campos de possibilidades de futuro. Se com a teoria da "ação sob uma descrição" podemos nos colocar no horizonte descritivo a partir do qual alguém se comporta, Hacking irá tirar as consequências dessa posição se interessando pelas inúmeras situações em que esse horizonte descritivo está sintetizado numa nomeação, num esquema ou sistema de classificação.

Assim, o fundo existencial presente na teoria da "ação sob uma descrição" é capaz de esclarecer o *contágio semântico*<sup>72</sup> como um fenômeno que em primeiro lugar é revelador da interação entre populações e classificações, e em segundo lugar participa da moldagem dos conceitos dessas mesmas classificações. Hacking (1999, 2000, 2013) realizou um estudo sistemático do conceito de abuso infantil por ser ao mesmo tempo um tipo científico e moral, e capaz de ilustrar o fenômeno do contágio semântico que pode ser observado pela expansão da diversidade de ações, comportamentos, sentimentos, memória e atividades cobertas pelas descrições da categoria "abuso infantil". Com esse estudo de caso, Hacking observou um conceito nascendo enquanto objeto de conhecimento científico e evoluindo por meio da

---

<sup>72</sup> Neste trecho, Hacking irá explicar o mecanismo de expansão do conceito de "abuso infantil" pela definição de contágio semântico: "Quanto às 'epidemias' que mencionei, a menos controversa é o abuso infantil. É bem sabido de todos que as estatísticas de casos de abuso infantil continuam crescendo cada vez mais. Ninguém pode deixar de imaginar que, além de registros cada vez melhores, há também cada vez mais casos de abuso infantil. Esta seria uma conclusão consternadora, dada a imensa quantidade de esforços, dinheiro, publicidade e boa vontade que se dedicou ao controle do abuso infantil. A variedade de atividades cobertas pela descrição 'abuso infantil' expandiu-se radicalmente nas três últimas décadas. Alguns tipos de comportamento que antes passavam quase despercebidos passaram a ser vistos como abusivos. Surgiram novas formas de ser abusivo. Os adultos que querem abusar, mas que, graças a inibições bem instaladas, evitam os tipos mais explícitos de abuso, podem agora fazer atos que eles mesmos poderiam descrever como abusivos. E assim, é claro, poderiam passar a realizar ações que dificilmente ousariam cogitar. Talvez esteja ocorrendo algo que chamarei de *contágio semântico*. Quando pensamos que uma ação é de um certo tipo, nossa mente corre para outras ações desse tipo. Assim, classificar uma ação de uma nova maneira pode nos levar a outras. Mas uma vez que certas barreiras desaparecem porque muitas coisas aglomeraram-se sob nosso direcionamento semântico, o 'abuso infantil' e alguns outros atos que eram previamente repulsivos pode ter se tornado menos proibitivos. Não poderíamos descartar a possibilidade de que parte do aumento do abuso infantil deva-se à publicidade em si, pois torna disponível novas descrições de como agir, e então, por contágio semântico, leva a ações ainda piores. Abrir novas possibilidades para uma pessoa fazer alguma coisa parece algo maravilhoso. Mas nem sempre é tão bom assim. Não nos deixeis cair em tentação. Podem ser abertas possibilidades para o mal da mesma forma que para o bem." (Hacking, 1995/2000, p. 258).

diversidade de situações nas quais ele passa a ser aplicado. Em linhas gerais, a partir do momento que foi nomeado e descrito enquanto tal (em 1960), os indivíduos podem alterar os seus comportamentos abstendo-se ou envolvendo-se com o abuso de forma discreta ou velada. Assim, ao ser nomeado e descrito seu modo de manifestação pode ser alterado, o fenômeno muda de fisionomia. Essa mudança obriga a revisão da classificação e o que se entende sobre essas pessoas, o que por sua vez, inicia novos efeitos semânticos sobre esses indivíduos, e assim novos ciclos de *looping* são reiterados. Nesse sentido que nomear, descrever e classificar já é interferir no curso do fenômeno que se busca investigar. Assim, Hacking mostra que quando uma pluralidade de ações e comportamentos passam a ser concebidos como abusivos, o conceito se expande, e por consequência mais situações se encaixam sob essas novas descrições. Um exemplo extremo desse contágio são os casos de implantação de falsas lembranças de abuso infantil dentro de situações de alienação parental (Amendola, 2013; Oliveira & Russo, 2017). O que está implícito no fenômeno do contágio semântico é que classificar uma ação ou comportamento de um nova maneira, frequentemente nos faz observar as inúmeras variações de aplicação da mesma descrição, ou seja, quando descrevemos que uma ação ou um comportamento é de um certo tipo, o próprio uso da descrição faz pensar em variações desse mesmo tipo, tendo em vista que suas fronteiras são nebulosas e difusas. Ao mesmo tempo, o efeito semântico atua na própria circulação pública de tipos humanos e se mostra plenamente na inclusividade de suas descrições. Esse caráter de ser inclusivo que conteúdos descritivos de uma determinada classificação sobre pessoas podem ter, anuncia que o principal efeito da circulação pública é um efeito semântico cuja capilaridade e propagação se mostra por contágio. Assim, o efeito semântico é a própria expansão conceitual de uma classificação sendo realizada dentro de uma dinâmica pública de interação entre pessoas e conteúdos descritivos, e que pode ser observada pela crescente inclusão de ações e comportamentos sob as novas descrições disponíveis. Por isso, o desenvolvimento do efeito semântico por contágio se mostra na ampliação progressiva da pluralidade de comportamentos que caem sob novas descrições, uma vez que a generalidade e vagueza descritiva propiciam um leque de variações na aplicação do conceito conforme a variação dos contextos de uso. Se o efeito desse contágio semântico é sua capilaridade, isto é, sua capacidade de cobrir uma área heterogênea e plural de comportamentos, ações, sentimentos, memórias e intenções, o seu aprofundamento se mostrará principalmente por meio das redescrições retroativas, tendo em vista que "se novos tipos são selecionados, o

passado pode ocorrer em um novo mundo" (Hacking, 1999, p. 130). Como vimos, o que Hacking acaba por evidenciar pelas redescrições retroativas é o caráter de indeterminação do passado. O que está em jogo nessa indeterminação do passado é a mobilidade do significado dos seus acontecimentos, principalmente pelo fato de que após a introdução de novas descrições "os eventos em uma vida agora podem ser vistos como eventos de um novo tipo, um tipo que pode não ter sido conceitualizado quando o evento foi experimentado ou o ato realizado" (Hacking, 2013, p. 130). Logo, o conteúdo específico das vivências, e as próprias vivências, são modificadas, pois "o que vivemos torna-se lembrado de uma nova maneira, e pensado em termos que não poderiam ter sido pensados na época. Experiências não são apenas re-descritas; elas são re-experimentadas." (Hacking, 2013, p. 130).

Mencionamos acima que uma forma importante pela qual o contágio semântico se desenvolve é a atribuição de ação intencional. No estudo sobre a múltipla personalidade, o ponto auge da "epidemia" é o surgimento de um vocabulário descritivo das *alters* (ou fragmentos de personalidade) - tipificando comportamentos, sentimentos, memórias - que nomeia essas personalidades como se fossem centro de ações de onde partem intenções de agir. Hacking irá analisar vários relatos de intenções de agir emergindo das múltiplas personalidades, ilustrando como essa forma do contágio semântico pode se manifestar, para então indicar que o vocabulário descritivo das múltiplas personalidades já era uma atribuição de ações intencionais a essas personalidades.<sup>73</sup> Nesse contexto, a atribuição de ações intencionais se ampliará na interação com o vocabulário disponível sobre a múltipla personalidade, pois mesmo que no múltiplo "não temos uma pessoa bem organizada para formar intenções" (Hacking, 1995/2000, p. 257), a atribuição de ações intencionais ocorre a partir das descrições disponíveis. Por exemplo, a mudança de personalidade nesse transtorno é descrita como uma troca realizada por uma das personalidades que domina a situação, uma

---

<sup>73</sup> A particularidade de manifestação do contágio semântico torna sua investigação bastante atrativa, como bem desenvolveu Hacking (1995/2000, p. 257) nesse estudo de caso: "(...) A linguagem das *alters* estava proporcionando descrições nas quais se podia dizer que as ações dissociadas tinham centros, personalidades ou, em alguma escala, fragmentos de personalidade, com características suficientes de uma pessoa a quem se podia atribuí-las, fragmento por fragmento. Considerem os famosos casos legais, não apenas de assassinos e estupradores mas também da mulher da Carolina do Sul; ela alegava não ter cometido adultério, portanto merecia receber pensão, mesmo tendo sua *alter* de fato cometido adultério. Digamos que Daphne fosse como ela, e que Esther fosse a *alter* adúltera de Daphne. Esther teve um caso, do qual Daphne não tinha conhecimento. Poderia haver um caso mais claro de atribuição de ação intencional a uma *alter*, a Esther? Estou sugerindo que com as novas formas de descrição, novos tipos de ações intencionais passaram a existir, ações intencionais que não estavam abertas a um agente que carecesse dessas descrições."



ação intencional dessa personalidade que assume.<sup>74</sup> Esse tópico é uma importante ampliação da apropriação de Anscombe realizada por Hacking, onde as oportunidades de ações intencionais não ocorrem somente para pessoas conscientes de suas intenções de agir, mas principalmente pela atribuição de intenções de agir aos outros. Havendo tais descrições, pode-se conceber que o outro tenha tido a intenção de realizar tais ações (nas redescrições retroativas, por exemplo). Mas não havendo tais descrições, não se pode ter a intenção de realizar tais ações tampouco conceber que o outro tenha tido a intenção de realizá-las.

Portanto, quando novas descrições científicas sobre pessoas estão disponíveis, novas ações sob uma descrição tornam-se possíveis. E como temos dito, não apenas novas ações para o futuro, mas também novas ações no que diz respeito ao passado. Quando um novo tipo de pessoa é criado, abre-se um espaço de visibilidade no interior do qual indivíduos e populações aparecem como sendo de um tipo em particular, marcado por descrições científicas de repercussões qualitativamente morais. Ao caírem em circulação, e à medida que vão sendo utilizadas, essas classificações se tornam objeto de debates sobre seus limites e de discussões sobre as situações de aplicação. A circulação pública dessas novas descrições faz ver uma pluralidade de comportamentos e de ações como sendo daquele tipo. E à medida que são utilizadas, descrevemos e relatamos ações e comportamentos concebidos como sendo expressões do tipo em circulação. Esse espaço de visibilidade torna-se inclusivo da amostra de exemplos que temos e da série de variações possíveis de exemplos que vamos concebendo. O conceito se expande, como temos dito, por contágio semântico, ou seja, o leque de situações cotidianas em que a classificação é aplicada se amplia porque os contextos de uso sofrem variações e se diversificam. E quanto mais o número de exemplos vai se diversificando, com descrições exaustivas, cresce o número de ações, comportamentos e eventos que podem ser contabilizados porque se encaixam sob essas descrições. Por consequência cresce o número de pessoas que caem sob essa classificação porque ocorre a dilatação ou expansão dos critérios descritivos, moldando essas classificações. É justamente o fenômeno do contágio semântico que nos permite questionar se, por exemplo, a incidência e a

---

<sup>74</sup> O ponto chave de leitura é mostrar como expressões de sofrimento estão significativamente vinculadas às descrições historicamente disponíveis: "Quando Esther troca para Stan, Stan aflora, assume o comando, domina Esther e outras *alters* de Daphne, a personalidade hospedeira. Stan é um agente, é a personalidade responsável pela troca. A troca não foi uma das ações intencionais de Esther ou Daphne, mas sim de Stan. Stan tinha decidido aflorar. Até a nova linguagem e concepções de múltipla personalidade entrarem em uso, essa não foi uma opção para um fragmento de personalidade, não foi uma espécie de ação intencional. Mas a ação de Stan foi descrita como uma ação intencional, pelo menos na década de 1980. Quando o distúrbio de identidade dissociativa torna-se o diagnóstico oficial, e as personalidades tornam-se menos distintas na teoria e na prática, essas oportunidades de ações intencionais podem acabar sumindo." (Hacking, 1995/2000, p. 257).

prevalência do autismo está aumentando ou apenas possuímos definições expansivas e estamos mais atentos para possíveis diagnósticos. Esse efeito semântico por contágio a que Hacking se refere não depende apenas do caráter genérico e vago de muitas classificações de tipos humanos, mas também se expressa na utilização dessas classificações enquanto figuras de linguagem, basicamente metáfora e metonímia.<sup>75</sup>

Uma observação se faz necessária para diferenciar a expansão do conceito por *contágio semântico* de sua revisão por *efeito looping*. A expansão do conceito é um processo espontâneo. Já que sua área de cobertura não é definida por condições necessárias e suficientes, uma pluralidade de ações e comportamentos caem sob as novas descrições, mostrando que a estrutura descritiva das classificações de tipos interativos é inclusiva. Então, o conceito se expande conforme a velocidade das interações que se desenvolvem tendo em vista o seu uso e a sua aplicação, principalmente se lidamos com classificações constituídas por descrições genéricas cuja aplicação também é retroativa. Por isso, a expansão da classificação é decorrente do próprio uso do conceito que ocorre no interior do campo relacional de plena interação entre pessoas e classificações. E quando esse campo relacional implica redescrições retroativas, as interações ganham novas progressões. Já a revisão da classificação é uma necessidade decorrente do *efeito looping*. Assim, a expansão do conceito ocorre simultaneamente à reação das pessoas ao serem descritas e classificadas, já que ocorre

---

<sup>75</sup> Essa é uma janela sobre a expansão conceitual dos tipos humanos na sua utilização enquanto figuras de linguagem. Quando novos tipos humanos são selecionados enquanto relevantes para utilização, sua expansão conceitual se mostra por uso metafórico e metonímico: "Frequentemente as maneiras pelas quais um novo tipo é selecionado como relevante envolve o que, em outros contextos, chamamos de figuras de linguagem. Algumas metáforas não pegam. Assim, a metáfora da criança maltratada pela desnutrição, proposta pelo pediatra indiano para descrever crianças subnutridas no subcontinente e alhures, caiu no esquecimento. Essa metáfora não foi abastecida pelas profundas paixões da inocência, do incesto, e do colapso da família nuclear – tratava-se apenas de milhões de crianças famintas sem significado. O abuso de crianças funcionou como uma metáfora inaugural, localizada perto de sua origem. Com suas ramificações em sexo, espancamento, e emoções, ela não se refere a um tipo de comportamento. É um tipo cujo poder é o de coletar muitos tipos diferentes, frequentemente através da metáfora. Esse poder pode ser posto em uso por muitos usuários interessados. (...) Eventos com consequências também foram vinculados ao abuso de crianças. Qualquer um que tenha alguma experiência sobre a pediatria neonatal conhece os horríveis problemas morais de se oferecer cuidados para bebês com sérias lesões ou afetados. Muitos podem ser mantidos vivos, ainda que com grande custo, e não há recursos suficientes para manter vivos todos aqueles que, em princípio poderiam sobreviver. Assim, decisões duras são tomadas diariamente. Ignorando essa realidade, os legisladores declararam metaforicamente que suspender ou limitar o cuidado desses recém-nascidos era abuso de crianças. Em 3 de fevereiro de 1984, a Câmara americana votou, por 396 a 4, a favor de uma emenda da definição de abuso de crianças para incluir qualquer negação de cuidados a bebês com problemas de sobrevivência. (...)" (Hacking, 2013, p. 46-48). Sobre a expansão conceitual por uso metonímico: "(...) Um exemplo é o uso da palavra 'incesto' para nomear qualquer abuso infantil no âmbito da família, com qualquer conotação sexual. Qualquer toque ou exibição adquire assim o horror do incesto. O nome de uma coisa, 'incesto' (entendido no seu sentido literal, pré-1970) é usado como o nome de outra coisa da qual ele é parte (atos no âmbito da família que tenham alguma conotação sexual). Essa é uma das maneiras pelas quais um tipo pode ser moldado pela metonímia. Não construído, mas moldado." (Hacking, 2013, p. 49).

um crescimento da diversidade de ações e comportamentos anexadas às novas descrições. E cair sob uma classificação introduz uma diferença na experiência social e individual de pessoas, cuja redescrição abre novas possibilidades de ser e de agir. Essa mudança nos indivíduos classificados é uma realidade que os especialistas devem encarar e que obriga uma revisão do conteúdo ideal descritivo de suas classificações. Nesse sentido que a expansão rápida do conceito pode muito bem levar a uma necessidade breve de revisão da classificação.

Uma outra distinção importante a se fazer é sobre classificações que são estereótipos sociais e classificações que são tipos interativos. Nem toda classificação sobre pessoas é um tipo interativo. Estereótipos sociais não são tipos interativos, embora cair num estereótipo social modifique o auto-conceito, as crenças sobre si mesmo, crie possibilidades de ser e de agir. No entanto, para Hacking uma classificação sobre pessoas é um tipo interativo quando essa classificação é um objeto de estudo das ciências. O que distingue uma classificação de pessoas enquanto um tipo interativo é a existência de uma comunidade de especialistas comprometidos com o estudo, aplicação e revisão dessas classificações.<sup>76</sup> Enquanto estereótipos sociais caem em desuso, classificações de tipos interativos são revisadas. Mas se a revisão é sobre sua identidade, podem ser abandonadas e substituídas por uma nova nomenclatura.

Acima demos mais um passo na elucidação do nominalismo de tipos interativos de Hacking colocando em evidência as implicações da teoria da "ação sob descrição" e suas relações com o efeito semântico. O surgimento e a circulação de novos tipos humanos organizam o mundo enquanto espaço de experiências possíveis. Indivíduos e populações inteiras podem enxergar a si mesmos como sendo um TDA/H ou sendo um Bipolar porque

---

<sup>76</sup> Tipos humanos de Hacking (1995, p. 357) existem em ambientes científicos: "Uma definição operacional de um tipo humano de ponta seria: existe pelo menos uma sociedade profissional de especialistas dedicada a estudá-lo; existe conferências regulares, uma das quais é importante e várias são mais especializadas; existe pelo menos uma revista profissional recentemente estabelecida para a qual as autoridades contribuem (e que ajuda a definir quem são as autoridades)." Logo, a comunidade dos especialistas é fundamental para a revisão dos tipos humanos: "Assim, uma maneira em que alguns tipos humanos diferem de alguns tipos de coisas é que classificar pessoas fabrica pessoas, as modifica, e pode até mudar seu passado. O processo não para aqui. As próprias pessoas de um tipo são modificadas. Por isso, 'nós', os especialistas, somos forçados a repensar nossas classificações. Além disso, as relações causais entre os tipos são alteradas. Às vezes, elas são confirmadas ao ponto de se tornarem conexões essenciais de definição. Torna-se parte da essência da personalidade múltipla que é causada por repetido trauma da infância. Isto não é porque descobrimos mais sobre a desordem natural, mas porque pessoas que se veem como tendo esta desordem humana agora encontram nelas mesmas memórias de trauma, muitas vezes traumas de um tipo que eles não poderiam mesmo ter conceituado há 20 anos atrás. (...) Criar novas maneiras de classificar pessoas é também mudar a forma como podemos pensar sobre nós mesmos, mudar o nosso senso de auto estima, até mesmo como nos lembramos do nosso próprio passado. Isto por sua vez, gera um efeito *looping*, porque as pessoas do tipo comportam de forma diferente e por isso são diferentes." (Hacking, 1995, p. 369).

tem um conceito novo em termos do qual podem pensar, conviver, crescer no que sentem, entender a si próprios. Esse tópico também nos serviu de fundamentação para aquilo em jogo na ontologia histórica de Hacking como expressão do seu nominalismo. Sua proposta de ontologia histórica é um nominalismo porque é uma análise filosófica que historiciza o campo relacional na qual vivem as classificações científicas de tipos humanos. Nesses sentido que tanto em sua ontologia histórica, quanto no contágio semântico dos tipos humanos, estamos a tratar de tipos interativos, isto é, de novos conjuntos de descrições e de classificações que mudam o passado de indivíduos e populações, alterando também o campo de comportamentos possíveis, as crenças sobre si mesmos e as concepções sobre quem são e podem ser.

#### 2.4 - Ontologia histórica e o nominalismo dos tipos interativos

Hacking se destacou pelo interesse em classificações de pessoas alegando que são descrições cuja disponibilidade e publicidade *inventam pessoas*.<sup>77</sup> Com essa expressão, pretende inicialmente afirmar uma ligação da sua ontologia histórica com a biopolítica de Foucault<sup>78</sup> por meio da associação entre contabilidade estatística de desvios, enunciação de

---

<sup>77</sup> No capítulo chamado *Inventando Pessoas* do livro *Ontologia Histórica*, Hacking (2002/2009, p. 116) localiza o significado da expressão *inventando pessoas* no contexto da sua ontologia histórica: "Existiam pervertidos antes do final do século dezanove? De acordo com Arnold Davidson, 'A resposta é não... A perversão não era uma doença que estava de alcateia na natureza, esperando por um psiquiatra com poderes especialmente aguçados de observação que a descobrisse escondida em toda parte. Foi uma doença criada por um novo entendimento (funcional) de doença' (...). Davidson não está negando que existiram pessoas estranhas em todas as épocas. Ele está afirmando que a perversão, como doença, e o pervertido, como pessoa doente, foram criados no final do século dezanove. A afirmação de Davidson, uma das muitas hoje em circulação, ilustra o que eu chamo de inventar pessoas. Tenho três objetivos: quero um melhor entendimento de afirmações tão curiosas quanto a de Davidson; gostaria de saber se seria possível haver uma teoria geral de inventar de pessoas, ou se cada exemplo é tão peculiar que exige sua própria história não generalizável; e quero saber como essa ideia de 'inventar pessoas' afeta nossa ideia do que é ser um indivíduo. (...)."

<sup>78</sup> O conceito de biopolítica de Foucault (1979/1989, p. 79-99) apareceu em 1977 no texto *O Nascimento da Medicina Social* sugerindo um deslocamento no alvo do exercício anônimo do poder: "o controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade biopolítica. A medicina é uma estratégia bio-política." No conceito de biopolítica plenamente desenvolvido (Foucault, 2000), as tecnologias disciplinares do corpo são assimiladas às tecnologias regulamentadoras da vida. Nesse cenário, as tecnologias estatísticas - normatizando médias e desvios, enumerando tipos de comportamentos e tipos de pessoas - marcam um ponto de influência da biopolítica de Foucault sobre a ontologia histórica de Hacking. Para esse último, ocorrências estatísticas são intervenções sobre a população porque possuem desdobramentos ontológicos. Na biopolítica, há uma categorização do biológico que se mostra como perigo para a população. Se suas classificações incidem sobre o corpo e sobre a população, a introdução de novas classificações é a introdução de novos biopoderes de individualização dos corpos e de regulamentação da vida. A eficácia da biopolítica pode ser analisada por meio das classificações de pessoas criadas ao se descrever indivíduos e seus comportamentos, tendo em vista que as classificações são tecnologias regulamentadoras da vida sobrepostas às tecnologias disciplinares do corpo: "eu lhes assinalo aqui, simplesmente, alguns dos pontos a partir dos quais se constituiu essa biopolítica, algumas de suas práticas e as

tipos humanos e desdobramentos ontológicos dessa enunciação. Mais particularmente, tipos de pessoas são entidades que criam possibilidades de ser, pensar, fazer e agir ao serem nomeadas, descritas, estudadas, contabilizadas estatisticamente<sup>79</sup> e utilizadas. Em segundo lugar, Hacking irá tematizar a dinâmica pública dessas entidades. Quando novos modos de descrever pessoas são concebidos, não apenas novas categorias são criadas nas quais indivíduos podem ser localizados e contabilizados, mas o uso dessas classificações tem efeitos diretos e indiretos sobre o espaço de possibilidades em que se pode ser uma pessoa, ou seja, desdobramentos ontológicos. O efeito indireto ocorre quando as classificações são incorporadas por instituições, intermediando e materializando a interação entre pessoas e classificações dentro de um campo relacional constituído por uma multiplicidade de elementos. Nesse sentido, o foco de análise de Hacking é o campo relacional no interior do qual pessoas e classificações estão em plena interação e evolução de ambos os lados.<sup>80</sup> Tipos interativos definem uma classe de categorias caracterizadas por um movimento circular de mútua transformação entre esquemas de classificação e pessoas que encontram-se lançadas nessas classificações. Distinguindo o caso particular de que se é classificação, da própria

---

primeiras das suas áreas de intervenção, de saber e de poder ao mesmo tempo: é da natalidade, da morbidade, das incapacidades biológicas diversas, dos efeitos do meio, e disso tudo que a biopolítica vai extrair seu saber e definir o campo de intervenção de seu poder." (Foucault, 2000, p. 292). Com isso, temos na biopolítica um poder "que se trata essencialmente de aumentar a vida, de prolongar sua duração, de multiplicar suas possibilidades, de desviar seus acidentes, ou então de compensar suas deficiências?" (Foucault, 2000, p. 304). E uma vez que a estatística é a ciência aplicada que organiza o biopoder intervindo sobre a população como se essa fosse uma espécie biológica a ser categorizada em todas as suas variedades, as novas classificações fazem com que venham à existência novos tipos de pessoas: "como a prisão, a sexualidade tem seu próprio interesse imediato, mas as preocupações permanentes de Foucault também chamam sua atenção para um certo conhecimento positivo das populações e do que ele chama de biopolítica. Grandes redes de burocracia envolvem modos ilimitados de contar e classificar pessoas. Nascimento, morte, doença, suicídio, fertilidade: esses inauguram a era moderna, a era dos dados estatísticos." (Hacking, 2002/2009, p. 97).

<sup>79</sup> Um aspecto presente na argumentação de Hacking é a relação entre contabilidade estatística de desvios e a criação de tipos de pessoas: "Examino o mais enfadonho dos assuntos, as estatísticas oficiais do século dezenove. Elas abrangem, obviamente, agricultura, educação, comércio, nascimentos e poderio militar, mas há uma característica especialmente notável da avalanche de números que se inicia por volta de 1820. Ela é obcecada por *analyse morale*, ou seja, a estatística do desvio. É a análise numérica do suicídio, da prostituição, da embriaguez, da vadiagem, da loucura, do crime, *les misérables*. A contagem gerou suas próprias subdivisões e rearranjos. Encontramos classificações de mais de 4 mil diferentes motivos entrecruzados para assassinato e pedidos para que a polícia classifique cada suicídio individual de vinte e uma maneiras diferentes. Não acredito que motivos ou suicídios desses tipos existissem antes que a prática de contá-los passasse a existir (...). Novos escaninhos eram criados para enquadrar e enumerar as pessoas. Mesmo censos nacionais e provinciais surpreendentemente mostram que as categorias nas quais as pessoas se encaixam se alteram a cada dez anos. Mudanças sociais criam novas categorias de pessoas, mas a contagem não é um mero relato de desenvolvimentos. Meticulosamente, muitas vezes filantropicamente, a contagem cria novas maneiras de as pessoas serem." (Hacking, 2002/2009, p. 116).

<sup>80</sup> A interação entre esses dois processos somente pode ser conhecida interrogando "como as classificações de pessoas afetam as pessoas classificadas, como mudamos em virtude de sermos classificados, e como as maneiras como mudamos têm uma espécie de efeito de *feedback* sobre nossos próprios sistemas de classificação?" (Hacking, 2009, p. 115).

classificação, Hacking (1999, p.103) faz observar que "'interativo' é uma nova concepção que não se aplica a pessoas, mas às classificações, aos tipos, para tipos que podem influenciar o que é classificado. E porque tipos podem interagir com o que é classificado, a própria classificação pode ser modificada ou substituída". Enquanto a análise dos tipos interativos trabalha com classificações afetando indivíduos concretos formadores de crenças, a análise dos tipos indiferentes, desprovidos dessa dinâmica, supõe indivíduos concretos que são conhecidos e não podem se conhecer: enquanto coisas são indiferentes<sup>81</sup> às formas com que são descritas e classificadas, pessoas reagem às tentativas de serem estudadas, conhecidas, descritas e classificadas. Observando que as ciências humanas e sociais criam e nomeiam tipos de pessoas - enquanto objeto de contagem estatística, de investigação e conhecimento - e colocam essas classificações em circulação pública, Hacking chamou a análise filosófica dos desdobramentos desse processo de ontologia histórica, cujo traço marcante é a afirmação de que tipos humanos inventam pessoas. E uma vez que classificações de pessoas fornecem um campo de sentido que sustenta certas possibilidades de ser, de pensar, sentir, agir, se comportar, isto é, alteram a compreensão de mundo, o autoconceito e a compreensão de si mesmo, os conceitos utilizados pelas ciências que se ocupam do estudo dessas classificações são instrumentos para confeccionar, para inventar e fazer pessoas. Nesse ponto, sua ontologia histórica destaca o nominalismo dos tipos humanos, um nominalismo de caráter dinâmico, em contraste com o nominalismo dos tipos indiferentes,<sup>82</sup> de caráter estático.

A ontologia histórica de Hacking expressa de maneira mais ampla a sua abordagem nominalista, isto é, uma análise filosófica sobre conceitos organizadores que participam da constituição da experiência social e pessoal de indivíduos e populações. Se classificações são conceitos que vivem em ambientes específicos, determinados espaço temporalmente, o que Hacking irá fazer, seguindo os passos de Foucault com traços existenciais de Sartre<sup>83</sup>, é

---

<sup>81</sup> O nominalismo de coisas e suas classificações revela um campo relacional de indiferença entre coisas e suas classificações, uma vez que coisas não são entidades formadoras de crenças, nem dotadas de consciência.

<sup>82</sup> Sobre a ontologia dos tipos em Hacking, conferir nosso capítulo 03.

<sup>83</sup> Um ponto a se reiterar é o argumento existencial da ontologia histórica: "Venho dando exemplos de conceitos organizadores que passam a existir através de processos históricos bem específicos. Eles nos levam à ontologia histórica propriamente dita. Somos dirigidos para o que é possível ser ou fazer. Não é surpresa que haja um certo existencialismo residual nesse modo de pensar. A existência vem antes da essência; somos constituídos por aquilo que fazemos. Mas nossas escolhas livres só podem ser feitas entre as ações que nos estão disponíveis, as ações possíveis. E nossos modos de ser, escolhidos livremente ou não, encontram-se entre modos possíveis de ser." Um pouco mais adiante, Hacking alinha Foucault e Sartre, e argumenta que a estrutura das experiências individuais é condicionada pelas possibilidades de ser que se abrem e se fecham a partir dos horizontes históricos: "Foucault observa, perto do final de *The Order of Things* [As Palavras e as Coisas], que 'A qualquer instante, a estrutura própria à experiência individual encontra um certo número de escolhas possíveis (e de

historicizar esse campo relacional no interior do qual pessoas e classificações estão em plena interação e evolução bilateral. Nesse sentido, fazer ontologia história é ser nominalista, mas obviamente não um nominalismo sobre tudo. Para caracterizar de maneira mais específica, Hacking batizou sua abordagem de *nominalismo dinâmico*<sup>84</sup>, inicialmente desenvolvido no contexto da psiquiatria. O nominalismo presente na sua ontologia histórica quer destacar o quanto as concepções sobre nós mesmos sofrem mutações com conseqüências sobre o que significa ser uma pessoa. Em uma clara apropriação de Foucault, as classificações sobre pessoas ganham a atenção filosófica de Hacking porque atuam sobre os indivíduos de forma bastante pervasiva, estruturando o espaço de experiência social e pessoal, moldando a situação existencial e a forma com que se relacionam consigo mesmo e com seu entorno. Como mencionamos, a relação de Hacking com a ontologia histórica é resultado de uma adesão aos três eixos da *ontologia histórica de nós mesmos* tal como anunciada por Foucault, mas com o acréscimo de ser sua versão uma aplicação *generalizada*: "suponha que se queira falar de um modo bem geral sobre todos os tipos de objeto, e sobre o que torna possível que eles venham a existir. É conveniente agrupá-los e falarmos sobre 'o que existe', ou ontologia" (Hacking, 2002/2009, p. 14). Em síntese, através dessa versão *generalizada* temos uma base metodológica que torna possível uma análise filosófica com um acento particular. Essa relação metodológica com Foucault imprime uma direção de análise que faz referência a locais de atuação do poder anônimo de conceitos e classificações, e que procura apresentar sua emergência e delimitação, incluindo seus campos de uso, entorno social e dispositivos institucionais. No interior desse campo relacional, constituído por uma multiplicidade de elementos, que enunciados e práticas poderão apresentar-se enquanto verdadeiros e falsos, reiterando que "a ontologia histórica versa sobre os modos como as possibilidades de escolha, e de ser, surgem na história. (...). A ontologia histórica não diz respeito tanto à formação do

---

possibilidades excluídas) nos sistemas da sociedade; inversamente, em cada um de seus pontos de escolha, a estrutura social depara com um certo número de indivíduos possíveis (e outros que não são)' (Foucault 1970, 380). A ontologia histórica versa sobre os modos como as possibilidades de escolha, e de ser, surgem na história. Não é para ser posta em prática em termos de grandes abstrações, mas em termos das formações explícitas nas quais podemos constituir a nós mesmos, formações cujas trajetórias podem ser tramadas tão claramente quanto aquelas do trauma ou do desenvolvimento infantil, ou, num segundo grau, que podem ser seguidas mais obscuramente por conceitos organizadores maiores tais como a objetividade ou mesmo os próprios fatos. A ontologia histórica não diz respeito tanto à formação do caráter quanto ao espaço de possibilidades para a formação do caráter que cerca uma pessoa, e cria os potenciais para a 'experiência individual'." (Hacking, 2009/2002, p. 36). Acreditamos que a relação entre as posições de Sartre e de Foucault selecionadas por Hacking somente corroboram seu argumento mais geral de que a ligação entre ontologia e história se mostra na análise dos tipos interativos.

<sup>84</sup> Com "dinâmico", Hacking pretende destacar o caráter de interação entre classificações e pessoas.

caráter quanto ao espaço de possibilidades para a formação do caráter que cerca uma pessoa, e cria os potenciais para a 'experiência individual'" (Hacking, 2002/2009, p. 36). Segundo a proposta de Hacking, a ontologia histórica concerne a dois tipos de entes: por um lado, os universais e, por outro, os indivíduos particulares que caem sob esses universais. Se por um lado, os universais linguísticos emergem situados historicamente e seus indivíduos particulares alteram-se à medida que interagem com esses universais, por outro, a disponibilidade dos universais linguísticos situados historicamente carregam desdobramentos ontológicos para o que significa ser uma pessoa. Essa relação entre universal linguístico e indivíduos particulares introduz um nominalismo peculiar na proposta de Hacking:

De fato, acaba que "ontologia" é perfeito, pois estamos interessados em dois tipos de entidades: por um lado, universais um tanto aristotélicos - trauma ou desenvolvimento infantil - e, por outro, as particularidades que se encaixam neles - essa dor psíquica ou aquela criança em desenvolvimento. O universal não é intemporal, mas histórico, e ele e seus casos particulares, as crianças ou as vítimas de trauma, são formados e alterados na medida em que o universal emerge. Tenho chamado esse processo de nominalismo dinâmico, porque ele conecta fortemente o que passa a existir com a dinâmica histórica de nomear e o uso posterior do nome. (Hacking, 2002/2009, p. 39).

Nesse ponto, sua versão generalizada da ontologia histórica coloca em destaque um nominalismo de caráter mundano e metodológico: "vejo a mim mesmo como um 'nominalista dinâmico', interessado em como nossas práticas de nomear interagem com as coisas que nomeamos - (...), interessado nas interações entre o que existe (e o que passa a existir) e nossas concepções sobre isso" (Hacking, 2002/2009, p. 14). Assim, Hacking conquista uma distinção em relação ao nominalismo tradicional,<sup>85</sup> por meio de um nominalismo sem pretensões globais, apenas locais, se dirigindo às classificações que ganham existência e são revisadas segundo as diversas formas pelas quais afetam e interagem com os indivíduos a que se aplicam, de tal modo que a afirmação básica "do nominalismo dinâmico não é que existia um tipo de pessoa que veio cada vez mais a ser reconhecido pelos burocratas ou pelos estudiosos da natureza humana, mas sim que um tipo de pessoa passou a existir no mesmo instante em que o próprio tipo estava sendo inventado" (Hacking, 2002/2009, p. 122-123). Tal nominalismo, autoconsciente da sua própria historicidade, interroga os modos com que uma

---

<sup>85</sup> "O problema do nominalismo escolástico, disse eu, é que nele nossa interação com o mundo, e nossa descrição do mundo, permanece um completo mistério. (...)" (Hacking, 2009/2002, p. 62).



categoria e o categorizado se ajustam e se transformam mutuamente, e funda sua análise na complexidade da vida cotidiana e institucional, com implicações fortes para as ciências humanas em geral. Podemos concluir que a leitura de Foucault permitiu Hacking destacar e amplificar um aspecto presente em seu pensamento: sistema de nomes, classificações, isto é, objetos nominais, são forças reais no mundo e compõe uma parte importante da dinâmica que inclui a interação entre indivíduos classificados, instituições, conhecimento e especialistas. Ler Foucault<sup>86</sup> colocando em relevo objetos nominais requisita uma espécie de nominalismo capaz de evidenciar como classificações e populações descritas e classificadas se encontram num campo de plena interação. Dessa leitura deriva um nominalismo de caráter metodológico e historicizado que fornece um direcionamento de análise voltado para as condições históricas de possibilidade da gênese e transformação de sistemas de classificações.

Mas considere as categorias tão minuciosamente examinadas por Foucault, que envolvem loucura, criminalidade e outros tipos de desvios. Considere até sua afirmativa (na qual não acredito muito) sobre o que era um soldado na era medieval, e o que ele se tornou com as novas instituições de disciplina e uniforme: os próprios soldados tornaram-se diferentes tipos de pessoas. Podemos agora começar a entender um tipo diferente de nominalismo, que eu chamo de nominalismo dinâmico. Categorias de pessoas passam a existir na mesma hora em que tipos de pessoas passam a existir de modo a se encaixarem nessas categorias, e há uma interação de mão dupla entre esses processos. (Hacking, 2002/2009, p. 63).

Não é difícil enxergar que também em torno do nominalismo de Hacking reencontram-se boa parte dos aspectos de interesse dos três eixos foucaultianos, principalmente a terceira fase, marcando seu direcionamento de análise e por isso sua metodologização. E não por acaso que seu campo de objetos seja definido por tipos gerais nominativos que irão individuar pessoas e organizar o espaço de experiências possíveis. A

---

<sup>86</sup> Hacking (2009/2002, p. 63) cita sistematicamente Foucault com o objetivo de delimitar a particularidade do seu nominalismo: "Se pudermos mostrar que as descrições mudam, algumas aparecendo e outras sumindo, então simplesmente há uma alteração no que podemos (como uma questão de lógica) ou não fazer. É possível reler muitos dos livros de Foucault como sendo em parte narrativas sobre a conexão entre certos tipos de descrição que passam a existir ou deixam de existir, e certos tipos de pessoas que passam a existir ou deixam de existir. E o que é mais importante, esse é um tipo de trabalho que se pode adotar." (Hacking, 2009/2002, p. 63). Ao mesmo tempo, Hacking (2009, p. 120) é consciente da distância que separa sua proposta da agenda de Foucault: "Já que vou estar tão envolvido com nomes, deixe-me dizer logo que, apesar de todo o seu famoso fascínio com o discurso, dar nome é apenas um elemento naquilo que Foucault chama de 'a constituição dos sujeitos [*subjects*]' (no contexto, um jogo de palavras, mas em certo sentido a invenção do sujeito): 'Devemos tentar descobrir como é que os sujeitos são gradualmente, progressivamente, realmente e materialmente constituídos através de uma multiplicidade de organismos, forças, energias, materiais, desejos, pensamentos e etc.' (Foucault 1980, 97)."

visada histórica da *ontologia histórica* direciona o olhar para o vir a ser da possibilidade desses objetos nominais, segundo a diversidade de sistemas e esquemas de classificações. Assim, o nominalismo dinâmico retém o aspecto nominal de toda descrição sobre pessoas já presente em Foucault, podendo reinterpretá-lo dizendo que "Foucault propõe um nominalismo extremo: nada, nem mesmo os modos como posso descrever a mim mesmo, é ou isto ou aquilo senão feito pela história" (Hacking, 2002/2009, p 99). Uma vez que novas distinções são feitas na linguagem, a formulação de novos sistemas de nomeação incluirá inevitavelmente novas distinções. E uma vez que novos tipos de pessoas autonomizam-se e se estabelecem, passam a orientar a constituição da esfera de possibilidades no interior do qual a experiência social e pessoas dos indivíduos é tornada possível. Por isso acreditamos que Hacking está relendo Foucault levando em consideração não apenas os procedimentos da arqueologia-genealogia, mas tomando tais procedimentos como base para especificar que sua abordagem não é outra coisa que uma espécie de nominalismo situado historicamente, ou nos termos de Hacking (2002/2009, p. 64), "o nominalismo dinâmico de Foucault é um nominalismo historicizado. Mas há algo fundamentalmente diferente. A história representa um papel essencial na constituição dos objetos, em que os objetos são pessoas e os modos como elas se comportam".<sup>87</sup>

Desse percurso, em síntese devemos reter: 1) o fundo existencial da qual emerge as relações entre descrições disponíveis e espaço de possibilidades de ser e 2) Hacking propondo um nominalismo mundano e metodológico, autoconsciente da sua própria historicidade. Essa abordagem nominalista ergue-se como análise filosófica que coloca em destaque o campo de objetos nominais para, historicizando-o, afirmá-lo como condição de possibilidade para a constituição do espaço de possibilidades de ser e dos modos de relação consigo e com os outros. Esse nominalismo se consolida um método de análise filosófica com os *tipos interativos*, onde a historicização do campo de objetos nominais coloca em completa

---

<sup>87</sup> Vemos aqui novamente a modulação existencial da teoria da "ação sob uma descrição": se a ação intencional é ação de acordo com uma descrição, qualquer transformação no campo das possibilidades descritivas altera o campo de ações possíveis que se abre. E das relações entre a afirmação de Anscombe e a posição filosófica de Foucault emergem elementos que permitem pensar uma metodologia nominalista de investigação passível de ser adotada: "Concordo com a opinião de G. E. M. Anscombe em *Intention* [Intenção] (1957) de que, de modo geral, a ação intencional é ação de acordo com uma descrição. Então tem de haver descrições. Se pudermos mostrar que as descrições mudam, algumas aparecendo e outras sumindo, então simplesmente há uma alteração no que podemos (como uma questão de lógica) ou não fazer. É possível reler muitos dos livros de Foucault como sendo em parte narrativas sobre a conexão entre certos tipos de descrição que passam a existir ou deixam de existir, e certos tipos de pessoas que passam a existir ou deixam de existir. E o que é mais importante, esse é um tipo de trabalho que se pode adotar." (Hacking, 2002/2009, p. 63).

evidência a interação e mútua transformação entre sistemas de nomeação e indivíduos que se encontram sob esquemas de classificação. O que pretendemos aqui foi explicitar as bases de toda e qualquer análise de tipos interativos, o operador do seu nominalismo. Nos tipos interativos, a dinâmica desse nominalismo se manifesta pela intensificação das interações entre pessoas e classificações, intermediada por instituições. Essa interação é um processo que se desdobra do efeito semântico inicial de cair sob descrições e classificações. Quando indivíduos caem sob uma classificação, eles caem no campo que estrutura e organiza suas experiências sociais e pessoais enquanto um tipo específico de pessoa. Quando surge uma nova classificação, indivíduos particulares ou populações são lançados em um novo horizonte ou espaço de possibilidades para se movimentarem. Se quando surge uma nova classificação, novas possibilidades de ação passam a existir, então cair sob uma dada classificação será encontrar-se imediatamente projetado para as possibilidades abertas por essa classificação. Cabe observar que não se trata aqui, de modo algum, de uma redução à auto-consciência, ou a uma apreensão temática e elaborada de si, no argumento de Hacking. A consciência de ser assim descrito e não de outro modo, não é de início uma consciência posicionadora de si mesma, mas uma consciência marcada por uma abertura de mundo, posicionada por múltiplos elementos do campo relacional classificatório, incluindo a totalidade do espaço existencial e histórico nas quais irá se movimentar.

Desse modo que a introdução da noção de tipos interativos realizou um progresso considerável ao mostrar que práticas classificatórias afetam o horizonte compreensivo e a autocompreensão de indivíduos, iniciando um fenômeno chamado por Hacking de *efeito looping* dos tipos humanos. No *efeito looping* as mudanças no conteúdo descritivo de classificações não resultam de um refinamento classificatório ou de uma melhor classificação de pessoas como puros seres em si, mas uma efetiva reclassificação dos indivíduos à luz de como esses indivíduos haviam mudado. A partir dos efeitos semânticos da circulação pública de tipos humanos, a população de indivíduos que caem sob essas classificações evoluem à sua maneira. E porque pessoas modificam-se no próprio processo de serem estudadas - e até mesmo se rebelam<sup>88</sup> contra partes ou contra a totalidade dos conteúdos descritivos de classificações, tornando dividido o campo relacional de interações - que a revisão do conteúdo

---

<sup>88</sup> O *looping* é um efeito que introduz uma tensão no campo de interações. Do lado da população classificada pode ocorrer adesões, variações ou divergências: "(...) Um modo novo e modificado de classificação pode afetar, sistematicamente, as pessoas que são assim classificadas; ou as próprias pessoas podem rebelar-se contra os classificadores, a ciência que os classifica." (Hacking, 2000/1995, p. 259).

descritivo de tipos humanos estudados cientificamente é um processo contínuo. Nesses termos, o *looping* é a espiral que ocorre quando a classificação modifica os indivíduos, o que, por sua vez, obriga a revisão do protótipo da classificação, e assim por diante, de tal modo que o processo de *looping* pode ser reiterado indefinidamente. Essa espécie de nominalismo é um círculo virtuoso entre dois limites, cujo movimento circular não produz semelhança/equivalência, mas diferença. Se o *efeito looping* ocorre quando indivíduos classificados de uma determinada maneira mudam em resposta às classificações, essa mudança faz com que as afirmações que norteiam os regimes de classificação tornem-se falsas, obrigando sua constante revisão. Nesses casos, a repercussão do *efeito looping* refere-se às mudanças nas experiências e comportamentos dos indivíduos (nem sempre de maneira uniforme) em uma escala significativa, de modo que a estrutura descritiva definidora da classificação deve ser revisada. Um ciclo de alimentação progressivo positivo é o que está em jogo aqui, quer dizer, "ciclo de realimentação progressivo positivo é o que chamo de *looping*" (Hacking, 1999, p 160). Logo, o procedimento que Hacking adota nos estudos sobre o transtorno da personalidade múltipla e sobre o autismo<sup>89</sup> é uma espécie de nominalismo que expõe a rede de ideias que participou da gênese dessas entidades. O que se destaca nessa rede de ideias é o encadeamento, a evolução, as controvérsias e a disputa<sup>90</sup> sobre a realidade de certa classificação, sobre o conjunto de descrições que concorrem, disputam sua definição conceitual, e que vão fazendo dessa entidade algo inteligível. Mas, principalmente, que esse conflito hermenêutico em jogo nos tipos humanos estudados cientificamente tem um efeito sobre pessoas. Por isso, Hacking também acompanhará como o ato de classificar pessoas abre um campo relacional onde pessoas e suas classificações estão numa situação de plena interação e evolução recíproca, e isso porque pessoas de um tipo tornam-se autoconscientes sobre como são descritas e classificadas.<sup>91</sup> Essa plena interação introduz diferença para as

---

<sup>89</sup> No capítulo 04, na seção "Autismo: um tipo natural que se mantém errante por efeito looping", sistematizamos esses estudos de Hacking sobre o autismo.

<sup>90</sup> Um ponto de relevância para os tipos interativos é historicizar o campo de disputas, o conflito de interpretações. A seguir, Hacking (2000/1995, p. 65) organiza aquilo em jogo sobre a múltipla personalidade: "Quem, finalmente, irá apossar-se da doença? Os clínicos altamente qualificados, com anos de treinamento, ou a aliança populista de pacientes e terapeutas que promovem uma cultura de múltiplos e cultiva personalidades?"

<sup>91</sup> Um tópico importante sobre o *efeito looping* é quando a população descrita e classificada assume as rédeas da situação: "Em medicina, as autoridades com conhecimento, os médicos, tendem a dominar o conhecido, os pacientes. Os objetos de conhecimento passam a comportar-se da forma que os conhecedores esperam que eles se comportem. Mas nem sempre. Às vezes os conhecidos tomas as rédeas da situação. O famoso exemplo é a liberação gay. A palavra 'homossexual' e a classificação médica e legal surgiram na última metade do século dezenove. Por algum tempo essa classificação pertenceu à medicina, aos médicos e psiquiatras. Os conhecedores determinavam, pelo menos superficialmente, como era ser homossexual. Mas depois os conhecidos tomaram as

pessoas classificadas e para o conteúdo descritivo das classificações, de tal modo que "aqueles que são classificados, e que são alterados por serem assim classificados, também mudam de uma forma que faz com que os sistemas de classificação, por sua vez, sejam modificados" (Hacking, 2004, p. 279).

#### 2.4.1 - A ontologia histórica do "trauma psíquico"

Como temos argumentado, o nominalismo de Hacking é uma abordagem filosófica que investiga as maneiras complexas pelas quais conceitos organizadores que constituem descritiva e historicamente tipos humanos podem ser fabricados e moldados, modificando a estrutura do mundo enquanto espaço de experiências possíveis. Também temos procurado argumentar que aquelas classificações que caem sob os tipos interativos evidenciam o problema do princípio de unidade dessas mesmas classificações. As classificações psiquiátricas foram bons candidatos para Hacking examinar essa questão. No livro *Reescrevendo a alma: Personalidade Múltipla e as Ciências da Memória*,<sup>92</sup> a dinâmica pública dos tipos interativos se entrelaça com a ontologia histórica de conceitos organizadores - como o trauma psicológico - sendo aprofundada por uma dinâmica mais particular de redescrição retroativa das experiências.<sup>93</sup> Hacking mostra que a personalidade múltipla é um caso bastante ilustrativo do fato de que lidamos com tipos de classificações inclusivas marcadas por uma unidade ideal, nominal e conceitual. A ontologia histórica do trauma

---

rédeas da situação. Não penso, mesmo agora, que os múltiplos venham a fazer isso. Mas tenho consciência de que as coisas mudam. No outono de 1983 eu disse: 'Arriscando-me a ser ofensivo, sugiro que a forma mais rápida de ver o contraste entre assumir a múltipla personalidade e assumir a homossexualidade é tentar imaginar bares de portadores de múltipla personalidade. Os múltiplos, à medida que são declarados como tal, passam a ser cuidados, e a síndrome, a forma de comportamento, é orquestrada por um grupo de especialistas. O que quer que os médicos forenses especialistas tenham tentado fazer ao criar categorias, o homossexual tornou-se livre do rótulo, mas o múltiplo não.' Talvez um dia eu anda venha a engolir essas palavras." (Hacking, 1995/2000, p. 49).

<sup>92</sup> Hacking (1995/2000, p. 14) interroga as maneiras pelas quais uma nova forma de conhecimento com pretensões de ciência secularizou a alma no final do século XIX, colocando a busca de conhecimento sobre memórias traumáticas no centro das investigações da época, de tal modo que sua preocupação nesse livro esteve voltada para "as tentativas de tornar a alma científica através do estudo da memória."

<sup>93</sup> Nesse estudo de caso, a redescrição do passado recebe uma atenção especial porque condiciona o espaço de experiências atual sobre quem somos: "(...) A história da múltipla personalidade é, de formas muitas distintas, a história do que chamei de inventar pessoas. Sou fascinado pela dinâmica da relação entre pessoas que são conhecidas, o conhecimento sobre elas e os conhecedores. Essa é uma dinâmica pública. Há também uma dinâmica mais particular. A teoria e prática da múltipla personalidade hoje ligam-se às memórias da infância, memórias que devem não só ser recuperadas, mas redescritas. Os novos significados mudam o passado. Ele é reinterpretado, sim, porém mais do que isto, é reorganizado, repovoado. Torna-se impregnado de novas ações, novas intenções, novos acontecimentos que fizeram com que sejamos o que somos. Desejo discutir não só a invenção das pessoas mas a invenção de nós mesmos através da reelaboração das nossas memórias." (Hacking, 1995/2000, p. 14-15).

psíquico<sup>94</sup> e a análise do transtorno da personalidade múltipla enquanto um tipo interativo é bastante ilustrativo sobre o seu nominalismo. Primeiro porque também é uma investigação sobre como e porque a memória veio a se tornar uma entidade e um conceito organizador de diversas práticas científicas, sociais e institucionais.<sup>95</sup> Essa investigação ocorre por meio do exame de um caso específico em que a memória é um conceito organizador, o transtorno da múltipla personalidade.<sup>96</sup> E em segundo lugar, dentro dessa investigação vemos uma ontologia histórica do trauma psicológico<sup>97</sup> fornecendo um outro exemplo detalhado de uma organização de noções e conceitos que surgem através de processos históricos específicos e cuja emergência tem repercussões sobre a experiência social e pessoal de populações inteiras, modificando a abertura de mundo dos seus indivíduos numa escala histórica. Nesse livro, Hacking coloca seu nominalismo em atividade e procura historicizar as ligações entre essa entidade psiquiátrica [transtorno da múltipla personalidade] e todo o campo das ciências da

---

<sup>94</sup> A gênese do trauma psíquico é de importância capital para esse estudo de Hacking (1995/2000, p. 201) porque é um conceito organizador do espaço de ideias científicas e experiências individuais desde o final do século XIX: "(...) Trauma é uma lesão psíquica. Esta palavra tornou-se uma metáfora para quase qualquer coisa que seja desagradável: 'Isso foi realmente traumático!' Anteriormente, 'trauma' era um termo utilizado por cirurgiões, e se referia a um ferimento corporal (...). O trauma pulou do corpo para a mente um século atrás. exatamente quando surgiu a múltipla personalidade na França e na época em que as ciências da memória estavam entrando em cena." O deslocamento de sentido que vem à tona com o conhecimento sobre a memória é explicitado por Hacking (1995/2000, p. 220) como determinante para a estruturação desse espaço de ideias: "As novas ciências da memória propiciaram um novo conhecimento sobre *o quê*, em oposição à arte da memória, que nos ensinou *como* lembrar." Nesse período, a memória surge como objeto de conhecimento especializado associado com o trauma psíquico: "Minha curiosidade é instigada exatamente quando alguma coisa parece inevitável. (...) Pergunto-me de forma cética: por que foi essencial organizar tantos de nossos projetos atuais em termos de memória? Pergunto-me de forma analítica: quais são os princípios dominantes que nos levam à memória como uma abordagem a tantos problemas da vida, da educação infantil ao patriotismo, do envelhecimento à ansiedade." (Hacking, 1995/2000, p. 11).

<sup>95</sup> Dentro do extenso campo de conhecimento sobre a memória surgido na segunda metade do século XIX, e que Hacking chama de *ciências da memória*, a múltipla personalidade será parte dos estudos sobre memória patológica. Sobre as ciências da memória, Hacking enumera três principais vertentes de investigação que se apoiavam "(a) nos estudos neurológicos da localização dos diferentes tipos de memória; (b) nos estudos experimentais de rememoração; e (c) no que poderíamos chamar de psicodinâmica da memória (...). Estou me referindo ao estudo da memória em termos de processos e forças psicológicas observadas ou conjecturadas." (Hacking, 1995/2000, p. 218).

<sup>96</sup> A gênese do conceito de múltipla personalidade já se encontrava ligada às ideias e práticas relacionadas com a memória: (...) "A amnésia era associada, nos critérios oficiais de diagnóstico, ao que foi recentemente denominado distúrbio de identidade dissociativa. A dissociação em fragmentos de personalidade é causada (conforme a teoria atual) pelo abuso na infância que foi esquecido durante muito tempo. A múltipla personalidade é um paradigma da memória-conceito, embora leve." (Hacking, 1995/2000, p. 12).

<sup>97</sup> Quando no final do século XIX a memória é apresentada como um elemento passível de extrair conhecimento científico, consolida-se uma estrutura conceitual no interior da qual "o conhecimento da memória se tornou um substituto da compreensão espiritual da alma. A psicologização do trauma é uma parte essencial dessa estrutura, pois o trabalho espiritual da alma, que durante tanto tempo serviu a uma ontologia prévia, passou a ser um sofrimento psicológico oculto, não o resultado do pecado que nos seduziu por dentro, mas causado pelo pecador de fora que nos seduziu. O trauma foi o pivô em torno do qual essa revolução girou." (Hacking, 1995/2000, p. 216).

memória surgido no final do século XIX a partir da ideia de memória traumática.<sup>98</sup> Em meio a esse terreno já preparado, se estabeleceu a noção de "trauma psicológico" como um conceito organizador de teorias e práticas científicas sobre a memória, com repercussões no século XX, até então, na década de 70, ser possível uma classificação como o transtorno da personalidade múltipla<sup>99</sup> cuja etiologia associada era um trauma psíquico ligado a um abuso infantil. Segundo Hacking, essa associação foi sendo forjada por inúmeros elementos que participaram do campo relacional de interação. Um dos elementos que mais contribuíram foram as práticas psicanalíticas de recordação de memórias patológicas.<sup>100</sup> Por volta de 1990, a teoria sedimentada sobre a múltipla personalidade declarava que esse transtorno era causado por trauma infantil esquecido, proveniente de abuso sexual.<sup>101</sup> A expansão da variedade de

---

<sup>98</sup> No final do século XIX, a ideia de trauma migrou do corpo para a mente, se tornando trauma ou lesão emocional ou psíquica. Antes mesmo da intensa psicologização do trauma por Freud, essa ideia já estava em circulação, mas ainda sob a conotação de trauma moral. Logo, a ligação entre trauma e memória já se encontrava formada, mas não ainda por suas consequências emocionais e psicológicas.

<sup>99</sup> Na década de 70, psiquiatras enunciaram e descreveram a personalidade múltipla, espaço temporalmente limitada aos EUA. Inicialmente, pessoas infelizes e em sofrimento manifestavam algumas características relacionadas com o transtorno, exibindo pelo menos 3 personalidades, que era o que se esperava que um múltiplo apresentasse naquele momento inicial. Mas esse quadro evoluiu rapidamente ao patamar de epidemia. A contabilidade estatística cresceu, e também a variedade de comportamentos e sintomas cobertos pelas descrições da personalidade múltipla expandiu vertiginosamente. A média estatística exibida por indivíduos acometidos pelo transtorno indicava pelo menos 12 fragmentos de personalidades múltiplas. Nesse estudo, Hacking reitera muitas vezes que está descrevendo o protótipo da múltipla personalidade da década de 80. A respeito dos fragmentos de personalidade, faz a seguinte observação: "Como são essas outras personalidades? Em 1980 o *DSM-III* dizia o seguinte: 'As personalidades individuais são quase sempre bem discrepantes e parecem, com frequência, ser opostas.' Enquanto a hospedeira é conservadora, cuidadosa e tímida, uma personalidade mais proeminente pode ser viva, galanteadora e grosseira. O *DSM* faz menção 'a uma solteirona quieta e reservada' e uma 'frequentadora de bar, promíscua e barulhenta'. O traço mais claramente partilhado pelo protótipo do múltiplo moderno e da antiga dupla personalidade há mais de um século é que a hospedeira é reservada e inibida, e a outra é viva e alegre. Mas isso é só o começo. Ao contrário dos tempos antigos, hoje um múltiplo que não ultrapassa duas personalidades é muito raro. Uma dúzia de *alters* é a configuração mais comum; em alguns casos há 25 em média por indivíduo. Há registros de pessoas com mais de cem outras personalidades, embora nesses casos menos de vinte assumam o controle com regularidade. Inevitavelmente, quanto mais personalidades surgem, mais elas parecem ser meros fragmentos." (Hacking, 1995/2000, p. 37).

<sup>100</sup> A memória traumática reconstruída por pacientes nas práticas psicanalíticas de recordação requisitou especialistas engajados com a etiologia da múltipla personalidade: "Quando os múltiplos rememoravam incestos, suas lembranças eram não só acreditadas, mas encorajadas. Desenvolveu-se uma terapia eclética, na qual as *alters* eram invocadas para que se lembrassem e elaborassem o trauma de infância. Os traumas eram considerados um fato histórico, não uma fantasia trabalhada. Então, quando o movimento do abuso infantil criou um ramo de abuso ritual, as pacientes passaram a lembrar-se cada vez mais de histórias terríveis sobre os cultos. O instinto do terapeuta era crer, pois a crença nas revelações chocantes era a estratégia correta do passado. Porém as histórias pareciam tornar-se cada vez mais impossíveis. (...)" (Hacking, 1995/2000, p. 129-130).

<sup>101</sup> Com a teoria da causação, a intervenção passa a ser reveladora da evolução da interação entre pessoas e classificações em níveis mais complexos e dinâmicos: "Muitos terapeutas tentavam apresentar umas personalidades às outras, pois acreditavam que a co-consciência completa é um passo necessário para a integração. (...) As diversas personalidades são encorajadas e cultivadas quando o terapeuta e o paciente estabelecem um relacionamento de confiança. (...) O primeiro passo da terapia pode ser fazer com que as várias *alters* se respeitem. (...) Por um lado, quase todos os múltiplos em terapia têm agora *alters* infantis. Por outro lado, essas *alters* infantis tornam-se, no tratamento, testemunhas do abuso que lhes deu origem." (Hacking, 1995/2000, p. 38-39). O argumento de Hacking ao longo dos capítulos será apontar o fenômeno de atribuição de

comportamentos e de sintomas cobertos pela classificação levou à revisão dos critérios diagnósticos,<sup>102</sup> e posteriormente, foi reclassificado para transtorno dissociativo de identidade. Portanto, é importante sublinhar que a análise do tipo interativo "transtorno da personalidade múltipla" implicou uma ontologia histórica da "memória" e do "trauma psíquico" indicando os modos pelos quais esses conceitos organizadores do espaço de experiências possíveis surgem enquanto objetos de conhecimento científico relacionados entre si. Destaque para o conceito de memória que veio se mostrando desde o final do século XIX como uma região de experiências na qual efeitos semânticos de novas descrições podem ser observados.

Portanto, tomando o transtorno da múltipla personalidade como foco de análise de um tipo interativo, Hacking apresenta a dinâmica dessa classificação através das batalhas na arena pública entre especialistas, ideologias concorrentes, onde memória e esquecimento são centrais nas disputas descritivas e nos confrontos práticos, assim como o efeito semântico sobre pessoas classificadas. A análise nominalista de Hacking evidencia que a memória foi o terreno dos confrontos e das disputas sobre a múltipla personalidade. Ao mesmo tempo, o solo para esses confrontos foi preparado desde o final do século XIX com o surgimento das ciências da memória como forma de secularização da alma. Nesse contexto que a ontologia histórica do trauma psíquico apresenta os principais eixos que tornaram possível a emergência dessa noção organizadora e o modo com que a múltipla personalidade foi uma entidade cuja constituição dependeu dessa noção para se estabelecer. Portanto, foi preciso que surgisse no final do século XIX as ciências da memória e toda uma rede subjacente de ideias sobre a memória e o esquecimento, incluindo a amnésia como objeto de estudo, práticas médicas que levam ao processo de psicologização do trauma, para então o trauma psíquico se mostrar como a sede de doenças mentais. Desse modo que a trajetória do trauma psíquico é uma história médica e social com a complexidade de muitos detalhes, indo dos estudos estatísticos e fisiopatológicos até que toda a relevância na descoberta de fatos sobre a memória passou a ancorar-se na psicodinâmica, e no conhecimento profundo que fosse possível dela extrair. Por

---

ação intencional sobre essas *alters* como constituindo a experiência e a narrativa da múltipla personalidade: "Não se deve pensar que há um tipo especial de verdade sobre os múltiplos, que cada *alter* revela uma alma secreta, mas profundamente real oculta desde a infância como uma fuga da crueldade. As *alters* são, a esse respeito, como o resto de nós, talvez um pouco mais circunscritas em sua cadeia de emoções. Elas também respondem ao seu meio ambiente, às pessoas que encontram, às histórias que assistem." (Hacking, 1995/2000, p. 43).

<sup>102</sup> Segundo a teoria e prática sobre múltiplos, o tratamento ocorria por meio de terapias que estimulavam a emergência de mais personalidades. A etiologia era psicanalítica: um abuso infantil na infância e memórias reprimidas, de modo que a teoria de um trauma emocional organizou conceitualmente essa etiologia (Hacking, 1995/2000).



isso é um conceito que surgiu num momento definido em meio a práticas específicas, entre estudos sobre a memória patológica e práticas terapêuticas baseadas nas ideias de esquecimento e recordação. As ciências da memória desenvolvem a terapêutica da recordação pressupondo a ideia de esquecimento: "a ideia de que o que esquecemos é o que forma nosso caráter, nossa personalidade, nossa alma" (Hacking, 1995/2000, p. 228). A referência inicial era a relação entre amnésias e trauma moral, mas essa referência foi ampliada para um catálogo de patologias relacionando choque emocional com desenvolvimento de doenças mentais. Nesse momento, a memória "tornou-se uma chave científica para a alma, de forma que ao investigar a memória (para resgatar seus fatos) pode-se conquistar o domínio espiritual da alma e substituí-la pelo conhecimento da memória" (Hacking, 1995/2000, p. 217). Assim, o enquadramento moral e espiritual sobre a memória sofre uma importante modulação transformando-se na procura de fatos científicos a serem descobertos e conhecidos sobre a memória.

(...) o trauma tornou-se um notável conceito organizador. Trauma costumava significar uma lesão ou ferida física. Quando passou a significar ferida psíquica? As pessoas não abriram simplesmente os olhos e notaram o trauma psíquico por toda a parte ao seu redor. Os dicionários citam Freud por volta de 1893; é possível fazer melhor do que isso, mas a questão é que essa é uma ideia totalmente nova de trauma, intimamente relacionada com a alma, e que radicalmente transformou nosso senso de nós mesmos. Comparado com o trauma, as ideias freudianas mais familiares de subconsciente e dos complexos podem revelar-se meros epifenômenos. (Hacking, 2002/2009, p. 30).

Hacking também desenvolve a ontologia histórica do trauma psíquico expondo as controvérsias e as disputas que participaram da sua gênese. Como o trauma saiu do corpo e chegou à mente - se tornando sofrimento psicológico, lesão e ferimento emocional - deixando de descrever danos ou lesões físicas no corpo para enunciar consequências psicológicas? A ligação entre trauma e memória no final do século XIX já estava presente no ambiente cultural em que Charcot, Janet, Freud estudavam as patologias da memória. Como mencionamos, a noção de trauma moral precede a ideia de trauma psíquico. Nesse ponto, podemos ter maior clareza sobre como Hacking procede nesse estudo. Para desenvolver a ontologia histórica do trauma psíquico Hacking utiliza instrumentalmente Foucault<sup>103</sup> e vai

---

<sup>103</sup> Aqui fica claro que a direção do trabalho filosófico é explicitar o *a priori* histórico: "O próprio fato de não pensarmos nessas mudanças - quem imagina como o trauma se tornou uma lesão na alma? - mostra que passamos a pensar nelas como inevitáveis, invisíveis, *a priori*." (Hacking, 2000/1995, p. 13). O que a

apresentando os surgimentos e mudanças daqueles elementos que criam e modulam a possibilidade de que algo seja passível de ser apreendido como verdadeiro ou falso. Assim, começa por descrever a industrialização como algo que alterou profundamente a visão do século XIX, não somente do mundo material mas da vida mental. O período histórico de industrialização criou o acidente (acidentes ferroviários, em minas, etc.), com seu significado atual de algo súbito e destrutivo, "alguns ferimentos eram evidentes: ossos quebrados, rosto perfurado, carne dilacerada; em suma, os traumas físicos de sempre. Porém outras coisas aconteciam. Alguns passageiros saíam ilesos dos acidentes, e mais tarde queixavam-se de dores terríveis nas costas" (Hacking, 1995/2000, p. 203). Nesse ambiente marcado principalmente pela relação entre a máquina e os acidentes que "a ferrovia é também um símbolo épico da psicologização do trauma. Se Zola criou catástrofes físicas representando lesões morais, a própria ferrovia transformou os traumas físicos em lesões psicológicas" (Hacking, 1995/2000, p. 203). O crescente registro de sintomas sem correlação com qualquer lesão corporal é concomitante ao surgimento de um campo de discussão, estudos e publicações relacionando certas noções e conceitos: 1) ausência de lesão ou dano cerebral com presença de amnésia; 2) "trauma moral" como causa de amnésias e outros sintomas 3) amnésia decorrente de choque emocional; 4) choque psicológico produzindo sintomas de histeria; 5) elos causais entre amnésia e sintomas histéricos; 6) hipnose para resgatar memórias perdidas de choques psicológicos. Assim, quando no terreno da memória se pretende extrair um conhecimento científico, surgem "novos tipos de verdades-ou-falsidades, novos tipos de fatos, novos objetos de conhecimento" (Hacking, 1995/2000, p. 217). Entre os principais elementos que formaram a matriz complexa que tornou possível a emergência e

---

historicização do trauma evidencia é que o espaço das ideias se relaciona com o espaço das experiências possíveis, ou seja, possui desdobramentos ontológicos: "A história do trauma pode ser vista como uma sequência de acontecimentos na história da psicologia e da psiquiatria. Mas minha preocupação é o modo como o conceito de trauma figura na constituição de *eus*. Podemos até dispor essa história ao longo dos três eixos ontológicos mencionados anteriormente. Primeiramente, há a pessoa que se reconhece como tendo, e que tem, um tipo de comportamento e senso de *self* que é produzido por trauma psíquico. Hoje há um vasto corpo de 'conhecimento' no florescente campo da traumatologia. Em segundo lugar, no campo do poder, temos uma pilha de possibilidades: autocalificação; o poder das vítimas sobre os ofensores; o poder dos tribunais e dos legisladores, declarando que as regras de prescrição não se aplicam àqueles que causaram sofrimento há muito tempo, quando o sofrimento foi esquecido pela vítima; o poder dos soldados de reivindicar aposentadoria especial e outros benefícios por trauma da época da guerra. Mas, mais importante, é o poder anônimo do próprio conceito de trauma que atua em nossas vidas. (...). O terceiro eixo é o ético. No nível moral, acontecimentos, atuais ou lembrados, vivenciados como trauma absolvem. Uma infância traumática é usada para explicar ou desculpar o comportamento anti social posterior de uma pessoa, que pode ser também diagnosticada como, por exemplo, tendo 'transtorno de personalidade anti social'. Lembranças traumáticas criam um novo ser moral. O trauma fornece não apenas um novo senso de quem são os outros, e porque algumas pessoas podem ser assim, como também produz um novo senso de *self*, de quem se é e porque se é como se é. (...)." (Hacking, 2002/2009, p. 31-33).

funcionamento da ideia de trauma psicológico,<sup>104</sup> temos: a) vítimas de acidentes em ferrovias transitando entre os âmbitos médicos e jurídicos; b) estudo sistemático sobre a amnésia e suas causas; c) especialistas criando hipóteses sobre as ligações entre emoção, memória e acidente; d) relação entre doenças mentais e choque emocional; e) diversidade de intervenções e tratamentos médicos e psiquiátricos incidindo sobre o corpo e sobre a mente; f) conflito de diagnósticos sobre o conteúdo específico das patologias, protagonizados por Charcot, Janet, Breuer e Freud. Charcot por exemplo relacionou memória, histeria, hipnose e trauma físico. Para ele, "na histeria é necessária uma predisposição hereditária e uma causa que provoque o distúrbio" (Hacking, 1995/2000, p. 206). Há uma diferença de gênero importante, onde a histeria feminina é provocada por um estado psicológico, enquanto a masculina por traumas físicos. Pierre Janet por sua vez relacionou histeria, amnésia, dupla personalidade e hipnose. O trauma psicológico estava no centro de sua prática clínica e "em 1888 Janet já publicara casos de histeria produzidos por um trauma psicológico passado porém esquecido, e já descrevera a cura através de lembranças induzidas durante a hipnose" (Hacking, 1995/2000, p. 212). Janet e Freud contrastavam e divergiam sobre o conteúdo específico do trauma: "por serem impessoais, os traumas de Janet não levavam a interpretações, especialmente em termos da memória. Os de Freud envolviam ações humanas, portanto conduziam a reinterpretções da memória" (Hacking, 1995/2000, p. 210).<sup>105</sup> E Freud, por sua vez, aliando-se à Breuer, propõe o alívio dos sintomas da histeria por meio de sugestão hipnótica procurando a origem do distúrbio na história psíquica.<sup>106</sup>

Vemos acima que a ontologia histórica do trauma psíquico está entrelaçada ao surgimento da memória enquanto objeto de conhecimento que supõe a existência de uma

---

<sup>104</sup> Para um aprofundamento e riqueza de detalhes, verificar o capítulo 13 do livro *Múltipla personalidade e as ciências da memória*, de Ian Hacking (1995/2000).

<sup>105</sup> "Os primeiros exemplos de Janet sobre experiências traumáticas incluíam a imersão da paciente em água gelada na época da menstruação, ou fazê-la dormir ao lado de uma criança com uma impressionante doença de pele no rosto. O trauma em si não é uma ação humana. Não é uma pessoa fazendo alguma coisa com você ou com outro. É uma ocorrência, um estado. É claro que a jovem entrava na banheira de água gelada, ou era forçada a dormir ao lado de uma criança doente. Mas o trauma real era a água fria, ou a pele infectada do rosto. A ação humana, que os filósofos chamam de ação sob uma descrição, entra nas histórias de trauma de Janet muito raramente. Nos traumas de Freud quase sempre alguém fazia alguma coisa, era uma ação intencional. As pessoas e suas ações eram centrais nos traumas de Freud; o mundo como um todo era a preocupação de Janet. Como se Janet pintasse paisagens holandesas e Freud pintasse interiores holandeses, com pessoas em ação, brigando, permutando, seduzindo" (Hacking, 2000/1995, p. 210).

<sup>106</sup> "A velha e valiosa compreensão freudiana é que a cena recuperada - seja ela em *flashback*, através de terapia da memória ou através de recordações reflexivas espontâneas mais comuns - investe-se de significados que não possuía na ocasião em que foi vivenciada. Quero acrescentar que em nossos dias de verborragia psicológica inflada, as ações humanas que ocorrem em tais cenas são em geral, descrições retroativas. Isto é, tornam-se ações sob descrições que não estavam disponíveis na ocasião em que as ações foram realizadas." (Hacking, 2000/1995, p. 275).

verdade a ser buscada na memória, e que o trauma é essa verdade. Mas o que se destaca é o espaço de confrontação entre diferentes posições, onde correlações de ideias são forjadas e reorganizadas a partir dos elementos da histórica médica e social do século XIX, de modo que "podemos facilmente construir uma cadeia de ideias que nos leva da lesão cerebral - trauma físico e neurológico - para a noção de trauma psicológico, que produz sintomas histéricos e pode ser aliviado através de recordações de memórias perdidas" (Hacking, 1995/2000, p. 202). Hacking está pensando foucaultianamente o trauma psíquico, afirmando que é (a) um conceito geral e organizador que se materializou em instituições e práticas terapêuticas dentro do campo das ciências da memória e (b) um conceito que figura na constituição da experiência social e pessoas de indivíduos. Com isso, também pode afirmar que desde o seu surgimento no final do século XIX, a noção de trauma psicológico veio organizando, transformando e constituindo o senso de nós mesmos, tornando possível a amplitude de um mundo em que indivíduos de todas as idades podem descrever e vivenciar a si mesmos como tendo sofrido uma ferida ou um trauma psicológico emocional. É um conceito cuja história permite entender os modos como constituímos a nós mesmos de maneira concreta, tendo em vista que esse conceito se materializou em instituições, obteve o engajamento de cientistas, a legitimação política, jurídica e cultural.<sup>107</sup> E no interior desse campo relacional que a pessoa que somos se movimenta e se compreende com base nessas práticas e em seu campo semântico. O caso do conceito "trauma psíquico" é demasiadamente esclarecedor dessa constituição de nós mesmos na atualidade também porque se associou a um diagnóstico psiquiátrico atual e vigente no DSM-5, o *Transtorno de Estresse Pós-Traumático*,<sup>108</sup> cuja

---

<sup>107</sup> Inúmeras teorias em psicologias - principalmente aquelas que ainda possuem ligações com a psicanálise de Freud - estão construídas sob esse conceito de trauma, influenciando em pleno século XXI a prática clínica de abordagens psicológicas.

<sup>108</sup> As repercussões do trauma psicológico como um conceito organizador de ideias, práticas e experiência de si mesmo chega em nossa época fundamentando o tipo *Transtorno de Estresse Pós-Traumático*. Mas o que Hacking sublinha é que essa ideia é mais difusa do que parece, o que reitera sua característica de conceito organizador: "A traumatologia tornou-se a ciência da alma perturbada, sendo a vitimologia um de seus amargos frutos. Todo esse interesse joga com o que é hoje um alvo móvel, a ideia de memória. Então, temos aqui um exemplo de um modo como o entendimento histórico de um conceito empírico, o trauma psíquico, pode ser essencial para o entendimento dos modos como constituímos a nós mesmos. Parte da história do trauma psíquico é contada no meu *Rewriting the Soul* (1995) [Reescrevendo a Alma], e muito mais é elaborado em *A Genealogy of Trauma* [Uma Genealogia do Trauma] de Ruth Leys (2000). *The Harmony of Illusions* [A Harmonia das Ilusões], de Allan Young (1995), é uma colossal arqueologia do transtorno do estresse pós-traumático, mesmo que ele identifique seu trabalho como antropologia médica. Seus materiais primários foram observações, feitas nos hospitais da *Veterans's Administration* (EUA), de entrevistas de veteranos americanos da guerra do Vietnã. Young agora faz a extraordinária sugestão de que esse transtorno está tomando o lugar das neuroses nos atuais manuais de diagnóstico. Em 1980, disseram aos psiquiatras americanos que nunca mais deveriam falar em

disputa sobre sua realidade está em curso. A respeito dessa capacidade do conceito de trauma psíquico em determinar o espaço de experiências possíveis da atualidade, Hacking dirá que "em nenhuma vida adulta há ausência de acontecimentos que podem agora ser contados como 'traumáticos' - relatados, contados, vivenciados, como traumáticos" (Hacking, 2002/2009, p. 31).

## 2.5 - A abordagem nominalista de Hacking e a psiquiatria

A ontologia histórica é uma abordagem e uma análise nominalista que implica historicizar palavras em seus locais de uso. Essa ênfase sobre tipos nos locais em que o uso se desenvolve, guarda íntima ligação com Foucault que também enfatizava os locais de atuação dos micropoderes anônimos (clínica, prisão, fábrica, exército, etc.). Portanto, os desdobramentos ontológicos da historicidade dos tipos humanos está na base dos tipos interativos, uma vez que a fabricação e a modelagem de classificações de tipos interativos está formando pessoas. Na análise do trauma psíquico, do abuso infantil e da múltipla personalidade, Hacking situa a história desses conceitos na história das disputas epistêmicas entre especialistas e nas interações das descrições com as populações classificadas. A história das controvérsias e das interações foi formadora dessas classificações, o que revela a dinâmica própria aos tipos interativos. Hacking se refere constantemente à *dinâmica pública* da classificação (1995; 1999; 2002). Uma classificação se torna pública quando se torna objeto de atenção e de disputas, as quais diferentes posições se confrontam para caracterizar e definir a realidade da entidade em questão. Nesses termos que a ontologia histórica é a base comum dos tipos interativos, que são tipos caracterizados pelos efeitos que produzem sobre pessoas. Os tipos interativos mostram que o campo relacional assume configurações que dependem das posições estabelecidas nas disputas e das relações estabelecidas com as classificações, de modo que uma classificação de tipo interativo não existe fora de um mundo

---

neuroses. Esse conceito foi abolido pelo novo guia de diagnóstico. É claro que ainda continua fazendo parte do discurso comum. Um cartum de sindicato mostrava um cartaz na ala psiquiátrica de um hospital: 'Primeiro andar, neuróticos. Segundo andar, psicóticos. Terceiro andar, gente que realmente acredita que quer ser presidente' (*Non Sequitur*, 27 de maio de 1999). Mas a provocativa tese de Young é que esse transtorno está rapidamente absorvendo todas as características básicas dos sintomas das velhas neuroses, com um extra não opcional. O neurótico de outrora deve agora, por uma questão da lógica e da definição de transtorno de estresse pós-traumático, ter tido uma experiência traumática. Mas esse requisito definidor é satisfeito facilmente, porque em nenhuma vida humana adulta há ausência de acontecimentos que podem agora ser contados como 'traumáticos' - relatados, contados, vivenciados, como traumáticos." (Hacking, 2002/2009, p. 31).

de relações. O que Hacking faz é estudar essas classificações no momento em que as controvérsias estão nascendo, evoluindo e se encontram em aberto. Quando examinamos as controvérsias e as disputas na origem e na evolução de uma dada classificação de tipo interativo, estamos apresentando as diversas posições e relações históricas sobre essa classificação. O procedimento de análise é expor o terreno conflitivo, as disputas descritivas com suas transformações e deslocamentos de sentido, percorrendo controvérsias, rastreando associações de ideias, destacando o agenciamento de práticas. Esse solo na qual ocorrem as disputas é um campo de plena interação, onde o procedimento de Hacking é apresentar a multiplicidade dos pontos de vista a partir dos quais a disputa sobre o conteúdo descritivo da classificação em questão veio sendo historicamente abordado.

Assim, temos nos estudos sobre o trauma psíquico, abuso infantil e personalidade múltipla não apenas uma análise que apresenta a evolução da disputa sobre em quais domínios epistêmicos as descrições e definições vieram se deslocar ou permanecer. Mas uma disputa epistêmica em meio a uma interação com instituições e pessoas capaz de criar associações entre ideias e forjar historicamente correlações das mais diversas, incluindo correlações que pretendem informar causalidade. O exemplo de maior destaque é a correlação histórica ocorrida entre "trauma psíquico", "abuso infantil" e "transtorno da personalidade múltipla", que culminou numa organização de ideias nas quais um trauma psíquico por abuso sexual infantil era a causa do transtorno da personalidade múltipla. Essa correlação não ficou reservada ao âmbito da teoria, mas formou instituições, embasou práticas e se difundiu no senso comum sobre o transtorno, midiaticamente inclusive, de tal modo que a análise da rede referencial de eventos que tornaram possíveis o encadeamento e a formação dessa correlação é evidenciada pelos locais em que essas ideias foram utilizadas, bem como pela consequência desse uso sobre pessoas. Mapear esses eventos, como Hacking fez, é expor as disputas epistêmicas entre especialistas e as interações das descrições com instituições e populações. Esse campo de plena interação entre descrições e pessoas é também um terreno em que se travam batalhas sobre o que é verdadeiro e falso sobre determinada classificação. Foi assim com o conceito de abuso infantil e com o transtorno da personalidade múltipla: em cada etapa de evolução desses conceitos, as afirmações que foram sendo determinadas como verdadeiras e falsas a respeito dessas entidades sofreram transformações muitas vezes radicais, como por exemplo, as mudanças na estrutura descritiva que levou ao abandono da categoria de transtorno da personalidade múltipla.

Portanto, em seus estudos sobre os conceitos de "trauma psíquico", "abuso infantil" e "transtorno da múltipla personalidade", Hacking não deixa dúvidas de que seu nominalismo é um método que busca historicizar a evolução dos campos de sentido que reorganizam o significado das classificações de tipos humanos e determinam como verdadeiros ou falsos os enunciados sobre essas entidades. A correlação entre "trauma psíquico", "abuso infantil" e "transtorno da múltipla personalidade" na década de 80 dependeu da formação de um campo de possibilidades descritivas dentro do qual a associação entre essas três entidades aparecesse como associação plausível e fosse encarada como verdadeira. Esse é o questionamento implícito de Hacking quando afirma, em outro exemplo, que o conceito de "desenvolvimento infantil"<sup>109</sup> surgiu e se estabeleceu posteriormente ao conceito de "crueldade com crianças", mas não antes do conceito de "abuso infantil". Nesses estudos, o que é passível de ser afirmado ou negado, incluindo a disponibilidade de descrições, nunca se separou dos campos de sentido que atuam determinando como verdadeiros ou falsos os enunciados sobre tipos humanos. É um nominalismo que responde ao questionamento sobre porque determinada associação de ideias passou a ter sentido num espaço e num tempo particular, e não antes. Um método de análise que expõe progressivamente o campo de sentido que tornaram certas descrições disponíveis, assim como as suas transformações materiais (práticas, instituições e

---

<sup>109</sup> A noção de "desenvolvimento infantil" é outro exemplo de conceito organizador passível de se tornar objeto de investigação para a ontologia histórica. Com base nessa noção, organiza-se o espaço de ideias, práticas e intervenções sobre crianças, essas por sua vez se tornam seres em desenvolvimento: "O primeiro fato a ser anunciado depois do nascimento do bebê (cujo sexo, a essa altura, provavelmente é conhecido antecipadamente) é o peso no momento do nascimento, um valor que é, sem dúvida, útil, embora de uso limitado, para a enfermeira, a parteira ou o pediatra. Mas é ritualmente transmitido para a família e os amigos, anunciado no local de trabalho, como se fosse um número sagrado, como se fosse a essência da criança. É o sinal de que daí em diante a criança irá se desenvolver. Cada característica do desenvolvimento físico, intelectual e moral deve ser comparada com padrões de normalidade, a começar por seu peso. (...) Nossa ideia do que uma criança é tem sido moldada por uma teoria científica do desenvolvimento. Ela molda todo o nosso corpo de práticas de criação de crianças hoje, e, por sua vez, molda nosso conceito de criança. Essas ideias e práticas moldam as próprias crianças, e também os pais. A criança, seus companheiros de brincadeiras e sua família são constituídos dentro de um mundo de conhecimentos sobre o desenvolvimento infantil. (...) Desenvolvimento infantil e trauma psíquico não são conceitos transcendentais do tipo que poderiam ser atraentes para Kant. São, em sua terminologia, conceitos empíricos. Mas são usados para a organização intelectual e prática de uma panóplia de atividades. São historicamente localizados, e suas versões atuais são altamente coloridas por suas predecessoras. Parecem ser inescapáveis. Inescapáveis? O célebre Dr. Spock tentou desfazer o regime de desenvolvimento normal com sua máxima de que a criança deve se desenvolver em seu próprio ritmo - mas, de qualquer forma, *desenvolver-se*, e em um ritmo, se bem que seu próprio. Spock ele mesmo estava apenas modificando as leis draconianas de desenvolvimento infantil estabelecidas por aquele guru do período entre as grandes guerras, o Dr. Gessell, o médico da família para toda uma geração de mães americanas - inclusive *minha* mãe - que estavam aprendendo como seus filhos iriam desenvolver-se, e o que as mães devem fazer para otimizar o mundo de seus filhos." (Hacking, 2002/2009, p. 33-34).

artefatos<sup>110</sup>) e conceituais. Um campo de sentido cuja evolução é heterogênea, pois quando essas classificações aparecem como objeto científico surgem as controvérsias, de modo que na própria formação do campo relacional de interações estão os confrontos e as disputas na arena pública redefinindo o conteúdo descritivo, a posição dos atores, suas ações, isto é, a própria rede referencial heterogênea na qual se movimenta essas classificações. As controvérsias que incessantemente Hacking destaca, mostram que classificações de tipos interativos possuem uma vida coletiva, da qual participam uma multiplicidade de elementos. A abordagem nominalista de Hacking sobre os tipos interativos é um método histórico porque mapeia as controvérsias, as conexões e as disputas que formam o campo relacional de interação e que participam do surgimento e da evolução das classificações de tipos humanos. Se nos vários trabalhos, Hacking dá indicações que o nominalista procede expondo o terreno conflitivo e as suas mudanças, o trabalho de especificar como um terreno conflitivo surge e sofre mutações é de extrema relevância para a análise dos tipos interativos, uma vez que as formas dessas mudanças são indissociáveis das afirmações e posições sobre conceitos e descrições que participam da tarefa de estabelecer definições sobre as classificações em estudo. Portanto, se essas classificações vivem em ambientes específicos - marcados por uma rede complexa de ideias, práticas, artefatos e instituições - nas quais disputas epistemológicas evoluem reorganizando o campo de interações entre pessoas e classificações, a tarefa do nominalista é a de historicizar o terreno conflitivo mostrando os desdobramentos ontológicos por onde a complexa série de interações se desenvolveu. E como temos dito, não se trata apenas de mapear a disputa pelas determinações conceituais e a evolução dos critérios utilizados para fundamentar a classificação. Sabemos que onde aparece as disputas de

---

<sup>110</sup> Hacking menciona não apenas ideias, práticas e instituições que participam compondo o mundo do desenvolvimento infantil, mas principalmente artefatos e objetos materiais: "Note que, mais uma vez, não estamos falando de 'ideias'. Estamos falando de instituições, práticas e objetos muito materiais: jogos feitos de plástico e cordas para amarrar recompensas em torno do pescoço de uma criança. Sem esses artefatos materiais e institucionais, muitos dos quais entulham os lares da classe média por todos os Estados Unidos, não haveria qualquer conceito de desenvolvimento infantil que cada vez se difunde mais." (Hacking, 2002/2009, p. 35). Neste ponto surge uma pequena discussão com Foucault, agora acerca do papel desempenhado pelos objetos e artefatos materiais no nominalismo sobre o trauma psíquico: "Foucault realmente, de tempos em tempos, enfatizava a importância dos locais, mas frequentemente isso tem sido lido como referência a locais de ação para o poder: a clínica, a prisão. Sim, mas existem também locais materiais, prédios, escritórios, salas de entrevista da *Veterans' Administration*, dispositivos para se medir alterações elétricas e químicas supostamente associadas ao estresse pós-traumático. Em um nível mais mundano, estão gravadores e videoteipes mostrando as entrevistas para os clínicos e até para os próprios veteranos. O mundo do trauma é um mundo muito material, cheio de artefatos essenciais que pensadores orientados para as ideias tendem a não notar. Se você fosse etnógrafo, as primeiras coisas que iria descrever seriam os artefatos materiais usados pelos traumatologistas." (Hacking, 2002/2009, p. 32-33). Portanto, nunca é demais sublinhar que Hacking dá destaque ao *mundo* do desenvolvimento infantil, ao *mundo* do trauma psíquico.



argumentos e as construções de associações está a evolução da classificação, ou seja, da ideia sobre o que é ser um caso deste tipo. E de fato, na análise de um tipo interativo devemos mostrar os antecedentes do debate, a formação e evolução das controvérsias e o pós debate, explorando e visualizando as polêmicas, os confrontos, as disputas, as alianças e as controvérsias que participaram da gênese e da evolução das descrições. Mas não apenas isso. As controvérsias entre especialistas sobre definições de uma classificação têm efeitos sobre pessoas assim descritas e classificadas, bem como sobre seu entorno social. Soma-se à evolução das controvérsias as maneiras com que pessoas e populações evoluem nas formas com que são descritas e classificadas. Por isso o efeito semântico é parte fundamental da análise dos tipos interativos. E enquanto o efeito semântico se dá nas descrições retroativas, a visibilidade da dinâmica da classificação também se mostra nas controvérsias que surgem entre os especialistas. Dessa maneira, a análise dos tipos interativos não é uma tentativa de apresentar respostas mais verdadeiras sobre classificações, mas de indicar as formas pelas quais descrições e classificações passam a carregar o critério de enunciação do verdadeiro e do falso. Assim, o sentido da análise dos tipos interativos não é fechar uma melhor explicação sobre determinada entidade, mas acompanhar a sua trajetória de transformação e de evolução conceitual e seus desdobramentos ontológicos.

Será nesse contexto que a ligação de Hacking com a psiquiatria aparece 1) como um interesse por classificações científicas de tipos humanos - os manuais psiquiátricos caracterizam *tipos* de pessoas, não indivíduos; 2) como uma reflexão sobre os desdobramentos ontológicos da historicidade dos tipos humanos utilizados pela psiquiatria, documentada em vários textos: *Reescendo a Alma: Múltipla personalidade e as ciências da memória* (1995), *Viajantes loucos: reflexões sobre a realidade das doenças mentais transitórias* (1998), *Construção Social de Quê?* (1999) e *Ontologia Histórica* (2002). Ele observou que antes mesmo de tipos humanos poderem informar sobre bases naturais, a plena interação entre pessoas e classificações introduz uma diferença nas pessoas e, por consequência, sobre as classificações. Logo, antes mesmo da interrogação sobre o destino dos tipos naturais em psiquiatria, classificações psiquiátricas se apresentam como entidades que *não podem ser menos do que tipos interativos*, uma vez que se distinguem muito mais pelos efeitos que ser classificado tem sobre pessoas. Por isso, após o nominalismo de tipos de Hacking, taxonomias não podem ser menos que tipos interativos quando são formuladas sobre e aplicadas aos seres humanos.

Nesse cenário, os modos de expressão de sofrimento humano ascendem a "tipos" de pessoas a respeito das quais um conhecimento especializado é possível. O lugar da psiquiatria no pensamento de Hacking é oferecer bons candidatos aos tipos interativos, porque são classificações que sofrem revisões, reformulam-se em aspectos periféricos e centrais. E é papel da sua abordagem nominalista interrogar tais conceitos em sua constituição histórica, isto é, descrever o encadeamento de ideias, as práticas sociais, culturais e científicas que formam o conflito de interpretações sobre determinados conceitos e classificações. Temos com isso o desenvolvimento de uma análise filosófica interrogando universais em psiquiatria utilizando a história como método crítico. Portanto, a psiquiatria não é um tema ocasional ou secundário nos textos de Hacking, pelo contrário, o campo psiquiátrico possui uma estrutura que permite reconstruir a sistematicidade da sua proposta.<sup>111</sup> Hacking detectou o caráter fluido das definições de classificação psiquiátricas, e acompanhou o movimento de transformação conceitual, a evolução e desenvolvimento de algumas delas. O DSM fornece inúmeros exemplos (como veremos em capítulos adiante) de classificações de transtornos mentais que não são definidas em geral, nem identificadas no caso concreto, por critérios biológicos mensuráveis.<sup>112</sup> A impossibilidade de identificar um TDA/H, um transtorno de ansiedade generalizada, um transtorno depressivo etc., tal como se mede glicemia, hipertensão ou colesterol, é uma constatação reveladora de que lidamos muito mais com conceitos cujos limites são maleáveis e imprecisos. Portanto, o nominalismo surge como um problema no nível da semântica (significação) e da dinâmica (interação) das classificações. Nesse último caso, um nominalismo em ação cujo desdobramento ontológico abre e fecha campos de possibilidades humanas já que a emergência de novas classificações tem repercussões sobre a experiência social e pessoal de indivíduos, modificando a abertura de mundo.

Nesse sentido, sua ontologia histórica é o ponto de partida de sua abordagem nominalista, que conquista todo seu desenvolvimento por meio da análise dos tipos

---

<sup>111</sup> Os tipos psiquiátricos formam uma rede de conceitos e descrições que saem do ambiente médico e caem na vida social e cultural.

<sup>112</sup> A respeito do *transtorno da múltipla personalidade*, Hacking faz uma observação semelhante: "Alguns clínicos acreditam que as distinções fisiológicas ou bioquímicas associam-se às trocas de personalidade. Esse é um bom projeto de pesquisa, mas atualmente não há comprovação de que essas diferenças sejam tão grandes quanto as mudanças de humor de gente saudável. Acredita-se que as reações do sistema nervoso autônomo aos estímulos prejudiciais passam de uma personalidade para outra, sem modificação. Espera-se, no entanto, que haja todo tipo das chamadas diferenças objetivas entre as *alters*. A raiva em geral cria pressão alta; o medo faz a pessoa suar. Seria incrível saber que não se percebe uma mudança fisiológica quando uma personalidade persecutória sai, ou quando uma garçonete abrutalhada transforma-se numa menina aterrorizada." (Hacking, 1995/2000, p. 41).

interativos. Classificações de pessoas miram em alvos que são móveis: uma vez que o estudado e o conhecido nessas classificações está em plena interação com as pessoas de que elas são classificação, quando pessoas caem sob classificações, isso alteram as crenças sobre si mesmas e modifica a experiência social e pessoal desses indivíduos. Cair sob um diagnóstico psiquiátrico tem efeitos na forma como as pessoas pensam, sentem e se comportam em relação aos outros e a si mesmas. Ocorrendo essa alteração no senso de si mesmas, pessoas classificadas já não se encaixam nas mesmas descrições de antes. E por terem a própria experiência de si mesmas modificada, Hacking (2006) dirá que "o alvo foi movido", de modo que esse efeito sobre pessoas, obriga a revisão das classificações. Como explicamos mais acima, o *efeito looping* se apresenta como um ciclo de mudanças,<sup>113</sup> que começa no efeito sobre pessoas que são classificadas e retorna com a revisão do conteúdo descritivo da classificação. Essa revisão, por sua vez, afeta as pessoas classificadas, e o *looping* prossegue indefinidamente. Podemos concluir que o *efeito looping* mostra não apenas que a adequação entre descrições e pessoas descritas deve sempre ser revisada e que suas correções não aumentam necessariamente a especificidade dos critérios definidores, mas também que embora todas essas entidades, classificações e descrições tenham sido selecionadas como relevantes,<sup>114</sup> devemos ser capazes de fazer afirmações mais específicas

---

<sup>113</sup> A respeito da múltipla personalidade como um tipo interativo, Hacking (2000/1995, p. 31-32) faz a seguinte observação: "Alguns médicos tinham pacientes múltiplos na década de 1840, mas o quadro de distúrbio deles era muito diferente do quadro comum da década de 1990. A visão dos médicos era diferente porque seus pacientes eram diferentes; mas os pacientes eram diferentes porque as expectativas dos médicos eram diferentes. Esse é o exemplo de um fenômeno muito comum: o encadeamento dos tipos humanos. As pessoas classificadas de certa forma tendem a se adaptar ou a crescer da forma como são descritas; mas também evoluem de seu próprio jeito, de maneira que as classificações e descrições precisam ser constantemente revistas. A múltipla personalidade é uma ilustração quase perfeita desse efeito de *feedback*."

<sup>114</sup> No livro *The social construction of what?* temos o capítulo *Kind-making: the case of child abuse* que ilustra a classificação abuso infantil como um tipo interativo. Nesse capítulo Hacking (1999, p. 129-130) faz a seguinte observação a respeito dos tipos relevantes de Nelson Goodman, o que sugere os tipos interativos de Hacking como uma categoria capaz de maior especificidade que os tipos relevantes de Goodman, sem com isso negá-los: "A seleção e a organização de tipos determinam, conforme Goodman, o que chamamos de mundo (...). Provavelmente não há uma teoria geral sobre a seleção de tipos. Há várias espécies de tipos, e ninguém fez mais do que Goodman para lembrar-nos disso. No entanto, embora ele escreva regularmente sobre 'entidades heterogêneas', até ele tende a por todos os tipos num cesto, precisamente para desenfatizar prioridades absolutas e enfatizar o fato de que tipos artificiais são tão importantes para nós quanto os tipos que encontramos na natureza. Não há nenhum dano em usar um grande cesto etiquetado 'tipos relevantes'. Um cesto não é um processador de alimentos que anula a diferença. O cesto das festas da colheita é abundante justamente porque exibe uma coleção tão variada de grãos, flores, frutas e vegetais. No entanto, colocar as coisas no cesto faz com que as vejamos de uma só forma, como colheita, como abundância, como merecendo ação de graças, por exemplo. Quero tirar algumas do cesto, e olhar para elas de maneiras diferentes. Este capítulo vai olhar para apenas um exemplo, para mostrar quão rica, variável e confusa massa de materiais se esconde debaixo desse agradável eufemismo, 'seleção de tipos relevantes'." Essa discussão com os tipos relevantes de Goodman fica mais explícita a seguir: "O abuso infantil é um tipo interativo. Tipos interativos interagem com pessoas e seu comportamento. Concluo este capítulo com algo ainda mais difícil de entender. Podemos entender bem como

sobre elas do que o fato de que são relevantes para os propósitos de descobertas científicas, de controle, ajuda e terapêutica de pessoas em sofrimento mental. Os tipos interativos mostram em que sentido específico determinadas entidades são relevantes enquanto tipos científicos e morais.

---

novos tipos criam novas possibilidades de escolha e de ação. Mas o passado, é claro, é fixo! Nem tanto. Como Goodman poderia dizer, se novos tipos são selecionados, então o passado pode ocorrer em um mundo novo. Eventos de uma vida podem agora ser vistos como eventos de um novo tipo, um tipo que pode não ter sido conceitualizado quando o evento foi vivido ou o ato realizado. O que vivemos torna-se lembrado de uma nova maneira, e pensado em termos que não poderiam ser pensados naquela época. As experiências não são apenas re-descritas; elas são re-experimentadas. Isso acrescenta uma notável profundidade à visão de Goodman sobre a construção do mundo através da construção de tipos." (Hacking, 1999, p. 129).

## CAPÍTULO 3

### A ONTOLOGIA DOS TIPOS EM HACKING

#### Introdução

Em suas obras, a apresentação dos tipos interativos e dos tipos indiferentes é um tanto quanto padronizada, conferindo aos tipos humanos<sup>115</sup> e aos tipos naturais sempre os melhores casos daqueles, e não sem exagero, os respectivos paradigmas de tipos estudados. Por esse motivo que iremos não apenas fornecer o apoio textual a essa constatação, mas responder à questão sobre o compromisso ontológico dos tipos em Hacking. Há um ponto não esclarecido dentro de suas exposições sobre tipos que se refere em parte à universalização com que exprimimos sua generalidade. O que pretendemos fazer é recuar um passo atrás em relação aos interativos e aos indiferentes para interrogarmos sobre a ontologia dos tipos em geral. Sabemos que para os tipos interativos ocorre um tratamento direto e claro de Hacking, e todas as suas declarações a esse respeito estão acompanhadas de consequências nominalistas sobre as classificações a que se referem. Enquanto tipos humanos são as classes com as quais tipos interativos são reiteradamente exemplificadas, o que ocorre com tipos indiferentes é algo diverso. O conjunto de exemplos utilizados por Hacking, no mais das vezes, são elétrons, *quarks*, plantas, cavalos e planetas. Portanto, se dos tipos interativos é possível derivar consequências nominalistas, que tratamento devemos oferecer a essa questão nos tipos indiferentes? No que segue, iremos verificar o papel dos tipos naturais como casos paradigmáticos enumerados por Hacking e avaliar em que medida nominalismo e realismo são adequados à sua ontologia dos tipos. Argumentaremos também qual seria a perspectiva mais defensável, além de avaliar qual dentre elas está mais de acordo com o que Hacking sugere textualmente. Por fim, iremos examinar se a questão da ontologia dos tipos pode ser separada do caráter indiferente e do caráter interativo. Acreditamos que a resposta ao

---

<sup>115</sup> "Por tipos humanos quero dizer tipos sobre os quais gostaríamos de ter conhecimento sistemático, geral e preciso; classificações que poderiam ser usadas para formular generalizações verdadeiras sobre pessoas; generalizações suficientemente fortes que pareceriam ser leis sobre pessoas, suas ações ou seus sentimentos. Queremos leis precisas o suficiente para predizer o que indivíduos irão fazer, ou como responderão às tentativas de ajudá-los ou modificar seus comportamentos. O modelo é o das ciências naturais. Apenas um tipo de causalidade é considerada relevante: causação eficiente." (Hacking, 1995, p. 352).

tratamento a ser dado aos tipos indiferentes ajudará no encaminhamento da questão sobre a ontologia dos tipos em geral.

### **3.1 - A anterioridade da distinção entre "coisas" e "pessoas"**

Aprender sobre tipos é conhecer determinada correlação entre propriedades que podem ou não requisitar um fundamento na natureza. Assim, elétrons, planetas, cavalos, fígado humano, personalidade múltipla e autismo chegam a ser tipos marcados por um padrão de características coocorrentes que estão correlacionadas por uma boa razão, seja essa razão natural ou historicamente constituída. O fato é que para elétrons, rochas, cavalos e planetas, temos tipos nos quais o padrão de características coocorrentes permanece relativamente estável em suas propriedades ao longo de um tempo muito maior do que personalidade múltipla, obesidade, mulheres refugiadas e autismo. Contudo, os vários tipos humanos também possuem propriedades muitas das quais permanecem as mesmas dentro de um certo tempo e espaço. Essa característica fundamental de duração e de persistência, relativa ou absoluta, explicada por razões históricas ou naturais, permite aos tipos de Hacking se movimentarem entre induções confiáveis e generalizações incertas. Nesse sentido que aprender sobre um tipo é ter ideia do que é susceptível de persistência, duração e constância. Lidar com tipos é lidar com tipificações disponíveis e conhecidas que orientam de maneira confiável ou não nossas generalizações. Nesse ponto, entendemos porque Hacking ilustra suas argumentações com uma grande variedade de tipos, incluindo *quarks*, íons, elétrons, rochas, plantas, mulheres refugiadas, autistas, planetas e luas. Todos esses tipos suportam generalizações, fortes ou fracas, mas ainda assim utilizáveis.

Mas com tipos, Hacking pretende mais do que generalizações que são utilizadas. Quando a posição de que parte é tomar a relação entre membros e classificação como algo basilar e fundamental, o modo de resposta de coisas não se confunde com o modo de resposta de indivíduos humanos. O fato de que indivíduos e classificações são dados conjuntamente, faz ver que os membros dos indiferentes são de um tipo distinto dos membros dos interativos. Em Hacking, os indivíduos que caem sob classificações estão relacionados com aquilo de que são tipos, mas aquilo de que um tipo é tipo não é o mesmo no caso dos interativos quando confrontados com os indiferentes. Se nos tipos de Hacking a relação entre classificações e indivíduos membros é tomada como algo basilar e fundamental - quer dizer, dados

conjuntamente - a resposta de pessoas e de coisas às tentativas de serem classificadas apresentam uma distinção decisiva que funciona no nível de tipos.<sup>116</sup> Lama seca, elétrons polarizados, *quarks*, hemoglobina, mulheres refugiadas, múltipla personalidade. Todas essas classificações são tipos utilizados em generalizações, mas somente os tipos humanos interferem naqueles assim descritos e classificados. Essa distinção na resposta de pessoas e de coisas às tentativas de serem nomeadas é assumida como um fato por Hacking. Enquanto coisas respondem com indiferença, pessoas respondem interagindo com as formas com que foram descritas e classificadas.

Mas para prosseguirmos pensando os tipos em Hacking é preciso entender suas partes componentes. A existência empírica de indivíduos concretos que entram ou não em relação com a maneira com que são classificados compõe o pano de fundo de sua tipologia. O cenário que sempre se desenha está incorporado do mesmo gesto: existe a classificação e existe aquilo que cai sob a classificação. Classificações e indivíduos são elementos irreduzíveis tanto nos tipos indiferentes quanto nos tipos interativos, condição mesma de qualquer afirmação sobre presença de interação ou de indiferença. Portanto, não se pode querer dizer o que sabemos sobre tais tipos sem assumir a existência de classificações e de indivíduos. E para dizer o que são tipos, Hacking depende ao menos de indivíduos concretos e de suas classificações, para que assim tenhamos os tipos (indiferentes ou interativos) a que tais classes se referem. Assim, indivíduos particulares concretos precisam ter presença efetiva e ocorrer empiricamente no mundo para que uma dada classificação faça sentido ao ser interpretada como um tipo interativo ou como um tipo indiferente.

A existência empírica de indivíduos concretos e suas respectivas classificações é a primeira posição prévia que se deve assumir para ter condição de formular tipos indiferentes,<sup>117</sup> assim como tipos interativos. Contudo, os tipos em Hacking são classificações

---

<sup>116</sup> "As respostas de pessoas para tentativas de ser entendidas ou alteradas são diferentes das respostas de coisas. Este fato banal é o cerne de uma diferença entre as ciências naturais e humanas, e funciona a nível de tipos. Existe um efeito *looping* ou *feedback* envolvendo a introdução de classificações de pessoas. Nova triagem e teorização induz mudanças na auto-concepção e no comportamento das pessoas classificadas. Essas mudanças exigem revisões da classificação e teorias, as conexões causais, e as expectativas. Tipos são modificados, classificações revisadas são formadas, e a mudança classificada novamente, *looping* sobre *looping*." (Hacking, 1995, p. 370).

<sup>117</sup> A definição de tipos indiferentes apesar de restrita é pouco discutida, sendo que numa primeira leitura pode sugerir que as classificações que caem sob seu domínio seriam todas as demais classes que não são tipos interativos. Não serem tipos interativos é um critério vago que não captura com precisão o que distingue classificações dessa ordem. Contudo, classes não-naturais como "unicórnios", "anjos" ou "espíritos" não seriam candidatos aptos aos tipos indiferentes pois são classificações sem referência empírica a indivíduos concretos, de modo que não ocorrendo efetivamente no mundo não faz sentido falar de indiferença.

que se mostram indiferentes ou interativas no processo mesmo de serem conhecidas, de serem estudadas. Pensar sobre esses tipos é manter-se dentro do âmbito das classificações sobre coisas e pessoas investigadas e utilizadas pelas ciências em geral. É deter-se nas classes que vivem nos ambientes científicos. Entretanto, tipos interativos são entidades que modificam-se no próprio ato de estudá-las,<sup>118</sup> pois ao serem conhecidos seus membros adquirem novas crenças sobre si mesmos e atuam conforme essas novas descrições. As classificações utilizadas modificam a estrutura da experiência social e pessoal que indivíduos concretos podem ter de si mesmos. De modo diverso, classificações utilizadas e estudadas pelas ciências naturais - como física, química e biologia - trazem bons exemplos de tipos indiferentes. É suposto na própria idéia de tipos indiferentes que os indivíduos membros que não são afetados pela maneira com que foram classificados sejam justamente indivíduos que não podem ter consciência desse fato. Não há ciclos de retroatividade nos indiferentes, o comportamento dos indivíduos não se altera porque foram classificados, assim como a classificação não é revisada já que os indivíduos não vieram a se modificar. Nesse sentido, o que se descobre a cada vez sobre essas classificações é a regularidade que são capazes de exibir.

A consequência dessa diferença não é outra senão estabelecer regiões distintas. O que é pedido aos tipos diverge nos interativos e nos indiferentes: por um lado, descrições atuam e alteram descrições, e por outro, descrições não alteram regularidades. Portanto, se a noção de tipos é a mesma, isto é, figurar generalizações específicas, o trabalho de análise pode caminhar separadamente. Enquanto a análise dos interativos supõe classificações afetando indivíduos concretos formadores de crenças, ao contrário, a análise dos indiferentes, desprovidos dessa dinâmica, supõe indivíduos concretos que são conhecidos sem poderem se conhecer.

Neste ponto, a anterioridade da distinção entre "coisas" e "pessoas" marcará a formulação dos tipos em Hacking. Pelo contraste entre pessoas e coisas temos uma posição prévia de que ele irá partir e sem a qual não pode formular a distinção básica entre interativos e indiferentes. Ao partir de duas classes de indivíduos - pessoas e coisas, respectivamente - para em seguida determinar uma distinção entre tipos, ele estará sempre antevendo um limite que separam ambas as classes, um limite que ele já teve de pressupor. O que faz com que essa distinção entre pessoas e coisas não seja um produto dos tipos indiferentes ou dos tipos

---

<sup>118</sup> "Minha ontologia histórica diz respeito a objetos, ou a seus efeitos, que não existem em qualquer forma reconhecível até que sejam objetos de estudos científicos." (Hacking, 2002/2009, p. 23).



interativos, mas algo anterior a eles. E se Hacking tem uma posição prévia que concebe duas categorias básicas - pessoas e coisas -, a anterioridade dessa distinção mostrará uma relação prévia com o conteúdo das classificações que cairão sob os tipos indiferentes e sob os tipos interativos. Embora Hacking não tematize se com esse contraste entre pessoas e coisas estamos descobrindo (realistas) ou inventando (nominalistas) distinções, não é tão difícil reconhecer que essa distinção fornece boas indicações a respeito do pressuposto de que parte para ter condições de formular a diferença entre tipos indiferentes e tipos interativos.

### **3.2 - Delimitação da questão sobre tipos indiferentes**

Como mencionamos, não seria apenas o modo da relação entre indivíduos empíricos e suas classificações aquilo que leva Hacking a categorizar indiferença ou interação. O contraste entre coisas e pessoas, reiterado sistematicamente para marcar a diferença entre o modo de ser das coisas e o modo de ser de indivíduos humanos em relação às classificações a eles aplicadas, supõe algo mais que ele próprio chega a mencionar. Será pelo tipo de resposta das coisas que as classificações se mostram como tipos indiferentes e não apenas porque seus indivíduos não possuem o modo de resposta de pessoas. Ao mesmo tempo, a interpretação que se limita a dizer que os membros das classificações que caem sob os tipos indiferentes não possuem o tipo de resposta dos indivíduos humanos não explicará por que praticamente todos os exemplos dados sobre tipos indiferentes são de classificações científico-naturais.<sup>119</sup>

A problematização aqui deve assumir uma forma ainda mais clara. Nota-se que Hacking não menciona outras classificações que não as naturais e científicas para exemplificar seus tipos indiferentes. Por que Hacking reitera continuamente o contraste entre coisas e pessoas para explicar a diferença entre tipos indiferentes e tipos interativos, e somente se utiliza de tipos naturais e científicos para exemplificar os tipos indiferentes?<sup>120</sup> Como o próprio Hacking argumenta, indiferente não implica ser passivo. Os exemplos sobre o plutônio e sobre micróbios são esclarecedores do quanto, na maior parte das vezes, ele está

---

<sup>119</sup> "(...) as coisas classificadas por termos de tipos naturais preferidos pela escrita filosófica não são conscientes de como são classificados, e não interagem com as suas classificações. Os exemplos canônicos tem sido: água, enxofre, cavalo, tigre, limão, esclerose múltipla, calor e cor amarela." (Hacking, 1999, p. 107).

<sup>120</sup> "Se N é um tipo natural e Z é N, não faz diferença direta a Z, se for chamado N. Não faz diferença direta a qualquer lama ou uma poça de lama ao chamá-la de 'lama'. Não faz diferença direta ao hormônio liberador de tireotrofina ou uma garrafa de TRH ao chamá-la de TRH." (Hacking, 1995, p. 367).

tratando de classificações com as quais é possível lidar e fazer algo com elas, observar para que servem e interferir no que são úteis.

O que eu quero é um contraste com tipos interativos. Indiferente irá bastar. A classificação 'quark' é indiferente no sentido de que chamando um *quark* de *quark* não faz diferença para o *quark*. Indiferente não implica passivo. A classificação plutônio é indiferente, mas o plutônio é singularmente não passivo. Ele mata. Ele existe apenas porque os seres humanos o criaram. (...) Mas o plutônio não interage com a idéia de plutônio, em virtude de ser consciente de que é chamado plutônio, ou experimentando existência nas instituições de plutônio como reatores, bombas e tanques de armazenamento. Então, eu chamo-lhe indiferente. (Hacking, 1999, p. 105).

Quando indiferente não supõe indivíduos concretos e singulares marcados pela propriedade de serem passivos - plutônio e micróbios são atuantes e exibem certas regularidades - devemos nos inclinar para um nominalismo ou um realismo científico de sobre tipos indiferentes? Como veremos adiante, Hacking parece sempre deixar a decisão final sobre as consequências do caráter indiferente de determinada classificação para o realismo científico. Nesse ponto cabe o questionamento que segue: como classificações que pressupõe um forte realismo científico podem ser os melhores candidatos aos tipos indiferentes se a ontologia dos indiferentes for nominalista? E mais: o realismo dos naturais comprometeria ontologicamente os indiferentes com esse realismo? Se tipos naturais são apresentados como paradigmas de tipos indiferentes, isso se deve ao fato de que satisfazem plenamente as condições dos indiferentes. Mas disso não se deve concluir necessariamente uma ontologia realista dos indiferentes. Essa não-redução dos indiferentes aos naturais é alguma coisa que parece acompanhar toda a apresentação de Hacking.

### **3.3 - Tipos em *Making Up People***

Em *Making Up People: clinical classifications*, Hacking (2006a) traça algumas distinções elucidativas comparando a "múltipla personalidade" como tipo *exclusivamente* interativo e o "autismo de alto funcionamento" como tipo *ao menos* interativo.

Para a classificação "personalidade múltipla", temos as seguintes opções a serem determinadas como verdadeiras ou falsas: (A) *não existiam múltiplas personalidades em 1955, contudo vieram a existir muitas a partir de 1985; Igualmente, (B) em 1955, essa não*

*era uma maneira de alguém ser uma pessoa, as pessoas não experimentavam a si mesmas desse modo, tampouco podiam interagir com seu entorno social desse modo. Contudo, em 1985 essa era uma maneira de alguém ser uma pessoa, um modo de experimentar a si mesmo, de viver em sociedade.* Segundo Hacking (2006a), ambos, (A) e (B) são verdadeiros.

Passando o foco de análise da classificação "múltipla personalidade" para o "autismo de alto funcionamento", temos as seguintes opções a serem determinadas como verdadeiras ou falsas: (A) *não existiam "autistas de alto funcionamento" antes de 1950, contudo, eram muitos os "autistas de alto funcionamento" em 2000;* (B) *Em 1950 essa não era uma maneira de ser uma pessoa, as pessoas não experimentavam a si mesmas desse modo, tampouco interagiam com os seus amigos, suas famílias, seu trabalho desse modo. Contudo, em 2000 esta era um maneira de ser uma pessoa, de experimentar a si mesma, de viver em sociedade.* Posto que (A) tenha sido verdadeiro para "personalidade múltipla", será absolutamente falso, diz Hacking (2006a), para a classificação "autismo de alto funcionamento". Assim, não podemos afirmar que o autismo não existia antes de Leo Kanner em 1943 introduzir o nome, a classificação. No entanto (B) será verdadeiro: antes de 1950 o "autismo de alto funcionamento" não era uma maneira de alguém ser uma pessoa, as pessoas não experimentavam a si mesmas como um "autista de alto funcionamento", tampouco interagiam com seu entorno social da maneira como fazem agora.

O que Hacking faz nesse relato é apresentar duas sentenças para cada classificação e afirmar sua verdade ou falsidade. No que diz respeito à "múltipla personalidade", a redução a um tipo interativo é justificável, (A) e (B) são verdadeiros e a obra *Múltipla Personalidade e as Ciências da Memória* historiciza essa classificação muito bem. Quanto ao "autismo de alto funcionamento", que (B) seja verdadeiro é compreensível, já que a experiência de si mesmo como "um autista de alto funcionamento" depende do surgimento da classificação "autismo de alto funcionamento". Contudo, argumentará que (A) é falso para autismo, e que embora a nomenclatura não existisse antes de 1943, a classificação talvez possua correlações na natureza. É preciso fazer notar que Hacking - como ele próprio sugere nos últimos parágrafos de *Making Up People: clinical classifications* (2006a) - não colocará um universal "autismo" como existente nos indivíduos concretos autistas, mas apenas fará o exercício de consideração da hipótese de que talvez exista no espaço biológico e cerebral algumas anomalias que possam ser responsáveis pelos casos de autismo. O caráter hipotético anunciado e discutido nos últimos parágrafos desse texto permite a interpretação de que Hacking faz um exercício

de abrir a possibilidade para que certas classificações reúnam tipos humanos e tipos naturais, ou nos termos de *The Social Construction of What?*, tipos interativos e tipos indiferentes. Como ele próprio dirá, se a investigação científica descobrir posteriormente correlações naturais, a classificação autismo será um alvo fixo à qual visamos. Desse modo, *as anomalias - se existirem - causam uma pessoa a ser autista*, mas ao mesmo tempo, tais bases biológicas não determinariam os modos de vida para as pessoas autistas. E como a introdução da classificação "autismo de alto funcionamento" modifica os contornos da experiência de vida dos indivíduos a quem ela foi aplicada, essa classificação é um alvo em movimento. Tocando nesse último ponto, a declaração (B) também é verdadeira porque após a introdução e circulação pública da categoria "autismo de alto funcionamento" temos um subtipo de autismo com prognóstico muito mais otimista do que o subtipo de autismo de baixo funcionamento, já que esse tipo de pessoa é capaz de desenvolver habilidades de interação e comunicação sociais, por exemplo. Logo, não foi apenas pela introdução da nomenclatura que a partir de 2000 o autismo de alto funcionamento era uma maneira de ser uma pessoa, de experimentar a si mesmo e de conviver em sociedade. Uma vez que é uma entidade que classifica déficits na infância que acompanham os indivíduos por toda a vida, a introdução da classificação "autista de alto funcionamento" levou muitos adultos, nunca antes diagnosticados como autistas, a uma situação de redescreverem suas dificuldades da infância, sendo vistos atualmente como tendo possuído na infância déficits semelhantes ao protótipo de autismo infantil. Portanto, é também por meio desse efeito de redescrição de experiências passadas que a classificação "autismo de alto funcionamento" se expandiu, pois suas descrições e características definidoras passaram a cobrir uma ampla variedade de ações e comportamentos atuais e passados de indivíduos adolescentes e adultos.

Nessa linha de pensamento que Hacking prossegue até concluir que se bases naturais do autismo efetivamente existirem, e se a ciência chegar a conhecer tal conjunto de anomalias, elas poderão redefinir o autismo, excluindo as pessoas que são pensadas para serem autistas por conta somente de seu comportamento. Devido ao caráter hipotético das considerações sobre (A) no que diz respeito ao "autismo de alto funcionamento", seria razoável fixar classificações como "autismo de alto funcionamento" como tipos *ao menos* interativos, quer dizer, classificações que podem também ser tipos indiferentes e/ou tipos naturais. Contudo, Hacking parece avançar um pouco além de simplesmente afirmar tipos *ao menos* interativos.

Ainda nos últimos parágrafos, Hacking faz entrar em cena a distinção entre as classificações "autismo" e "obesidade" apoiando essa diferença na noção de tipos reais de Stuart Mill. Considerando classes como cavalos, fósforos, árvores e planetas, Stuart Mill dirá que existem características intermináveis associadas com cada uma dessas classificações. Numa comparação, enquanto planetas, árvores, cavalos e fósforos têm inumeráveis características em comum - para além de apenas compartilharem os próprios nomes - a classe "coisas brancas" não possuem praticamente nada em comum exceto a propriedade de serem brancas, isto é, compartilham o atributo brancura. Desse modo, se é a nível de tipos que Hacking está pensando, nos parece que é também a nível de tipos que o problema continuará se desenhando. Quando Hacking dirá que o "autismo de alto funcionamento" - ou o autismo em geral - existe antes de receber o nome autismo, poderia muito bem estar se referindo que o autismo é um tipo real (S. Mill) antes mesmo de ser um tipo de pessoa, enquanto que personalidade múltipla é apenas um tipo de pessoa que veio a existir somente quando do surgimento da classe e da atribuição do nome. Nesse sentido, o autismo existir antes de ser nomeado porque indivíduos compartilhavam inúmeras características semelhantes - um padrão amplo e extenso de similaridades -, é argumentar nos termos de tipos reais. O que não se aplica à classe "obesidade", pois seus membros não possuem quaisquer outras características em comum exceto a de serem gordos.

Nesse momento, considerar que não podemos afirmar que o autismo não existia antes da confecção e atribuição da classificação não compromete Hacking com um realismo científico nos moldes de *Representar e Intervir*, como veremos a seguir. Não há atividade experimental ali, apenas um registro de similaridades de características que coexistem simultaneamente. A consideração da hipótese de que uma classificação como autismo possua a determinação de bases biológicas com propriedades causais definidas, nada mais é que deixar aberta a porta para que um realismo científico no futuro entre e justifique padrões de similaridades e coocorrência de características através da delimitação de propriedades causais além das correlações ou regularidades registradas. Vemos nessa consideração da hipótese causal um modo de mostrar o quanto certas classificações podem ser redefinidas nos seus critérios mais elementares a partir do progresso e do êxito das investigações empíricas.

Nessa reconstrução dos elementos em jogo em *Making Up People: clinical classifications* (2006a), nossa leitura é que a classificação "autismo" é posicionada por Hacking como um tipo *ao menos* interativo. Embora as inflexões do texto exercitem o caráter

hipotético das bases naturais, não é difícil captar a intenção de manter o campo aberto para a possibilidade de ocorrência de tipos naturais com um forte apelo ao realismo científico. Se a classificação "autismo" pode ser determinada como tipo *ao menos* interativo, também podemos dizer de uma certa hesitação de Hacking entre tipos reais e tipos naturais para determinar *o mais além que interativo* nessa classificação.

### 3.4 - Fatos sobre tipos naturais e fatos sobre tipos indiferentes

Assim como nos tipos interativos, a universalidade e a generalidade com que exprimimos classificações perpassa o conjunto das formulações sobre tipos indiferentes. A discussão sobre as relações mantidas entre tipos naturais e tipos indiferentes aparece diluída e dispersa em alguns fragmentos do livro *Ontologia Histórica* (2002). Para começar, acompanharemos a reconstrução de um debate em que Hacking organiza o diálogo entre um nominalista e um realista a respeito do que sustenta a unidade de características cuja semelhança é exibida por membros. A reconstrução de argumentos nessa disputa poderia indicar certa indefinição do próprio Hacking, o que não acreditamos que seja o caso.

Um nominalista tradicional diz que as estrelas (ou as algas, ou a justiça) não têm nada em comum com outras de sua espécie a não ser o nome que demos a elas ('estrelas', 'algas', 'justiça'). O realista tradicional, em contraste, acha espantoso que o mundo possa tão gentilmente organizar a si mesmo segundo nossas categorias. Ele protesta que existem tipos definidos de objetos no mundo, pelo menos estrelas e algas, que penosamente viemos a reconhecer e classificar corretamente. O realista robusto não tem de argumentar com muita insistência que as pessoas também vêm classificadas. Algumas são atarracadas, outras esguias, algumas estão mortas, algumas vivas. Talvez seja um fato sobre os seres humanos que notamos quem é gordo e quem está morto, mas o fato em si de que alguns de nossos companheiros são gordos e outros estão mortos não tem nada a ver com nossos esquemas de classificação. O realista prossegue: a consumpção era não apenas uma doença como também uma falha moral, causada por falhas de caráter. Esse é um importante fato social do século dezenove sobre a tuberculose. Descobrimos a seu devido tempo, entretanto, que essa doença é transmitida por bacilos que se dividem muito lentamente e que podemos matar. É um fato sobre nós que primeiro fomos moralistas e, mais tarde, fizemos essa descoberta, mas é um fato bruto sobre a tuberculose que ela é uma doença específica transmitida por micróbios. Ao nominalista resta admitir debilmente que muito embora um tipo particular de pessoa, o tísico, possa ter sido um artefato do século dezenove, a doença propriamente dita é uma entidade por seus próprios méritos, independentemente de como a classificamos. (Hacking, 2002/2009, p. 121).

Nominalismo e realismo sobre classificações é uma disputa recorrente sobre o papel dos universais no tratamento do problema das similaridades exibidas entre indivíduos concretos. Ambos interrogam sobre o que sustenta a unidade e coesão das características que compõem classificações quando indivíduos concretos, que são numericamente distintos, caem sob um mesmo tipo. O ponto de partida de Hacking desenha um contraste: enquanto para o nominalista a unidade da classificação tem seu fundamento na linguagem, para o realista a unidade e coesão encontra seu fundamento nas coisas e não nas palavras. Vemos no que segue um exercício de moderação onde nenhuma das posições é realizada absolutamente. Mas parece que a diferença entre classificar segundo interesses humanos e classificar segundo o que se encontra delimitado pela natureza é uma outra posição prévia de que parte o próprio Hacking para pensar tipos em geral, já que no desfecho da própria disputa deparamos com a distinção entre o que seriam fatos sobre indivíduos humanos e o que seriam fatos sobre coisas. Na ausência dessa distinção entre pessoas e coisas a nível de tipos não teríamos outra alternativa senão acreditar numa certa hesitação do próprio Hacking. Contudo, à medida que a disputa entre o nominalista e o realista vai sendo direcionada para um contexto particular, as pretensões de um nominalismo ou de um realismo sobre tudo deixam de fazer sentido. Nesse caso, o contexto particular é o ambiente científico em que foi possível a descoberta dos bacilos da tuberculose como patologia médica. Nesse ponto, a disputa chega a um desfecho realista para os bacilos da tuberculose e nominalista para o tísico como tipo de pessoa. Assim, a reconstrução da disputa marca com clareza uma solução realista que Hacking anuncia para certas classificações que, não por mera coincidência, são científico-naturais. A princípio, para afirmar o realismo sobre classificações naturais como "bacilos de tuberculose" bastaria indicar que correspondem a um agrupamento que reflete a estrutura do mundo natural e não os interesses e ações dos seres humanos, um agrupamento que não é convencional nem arbitrário. Porém, uma vez que há certos fenômenos a serem explicados - a semelhança entre indivíduos e a ocorrência de regularidades - uma boa explicação envolverá a postulação de fatores causais que sustentam generalizações, e por isso, não será apenas em virtude de exibir certas regularidades que classes como "bacilos de tuberculose" seriam naturais.

Mas em virtude de quê certas classificações naturais são indiferentes? Qual é a relação entre o natural e o indiferente e em que medida se distinguem? Hacking não irá fornecer um relato direto que esclareça tais perguntas, mas em várias passagens é possível extrair

indicações que irão apontar para um realismo das classificações que melhor satisfazem tipos indiferentes.

O contraste que estabeleço com as ciências sociais é o seguinte. Na ciência natural, nossa invenção de categorias não muda "realmente" o modo como o mundo funciona. Muito embora criemos novos fenômenos que não existiam antes de nossos empreendimentos científicos, nós o fazemos apenas com a permissão do mundo (ou pelo menos é o que achamos). Mas no caso dos fenômenos sociais, podemos gerar tipos de pessoas e tipos de ações na medida em que imaginamos novas classificações e categorias. Minha afirmação é que "inventamos pessoas" em um sentido mais forte do que "inventamos" o mundo. A diferença está relacionada com a antiga questão do nominalismo. Está relacionada também com a história, porque os objetos das ciências sociais - pessoas e grupos de pessoas - são constituídos por um processo histórico, enquanto os objetos das ciências naturais, aparelhagens experimentais particulares, são criados no decorrer do tempo mas, em um certo sentido, não são constituídos historicamente. (Hacking, 2002/2009, p. 54-55).

As formulações de Hacking emergem de uma abordagem peculiar a respeito do nominalismo. Essa abordagem não constitui um nominalismo abrangente, mas um nominalismo particular. Para o nominalismo de Hacking sobre tipos humanos, o universal linguístico é suscetível de transformações, possui um caráter provisório e encontra seu conteúdo descritivo em circunstâncias historicamente determinadas. Esse nominalismo tem uma característica negativa que reduz o conteúdo universal das classificações a sua realidade linguística. À medida que Hacking adota uma postura nominalista e suspende a crença na realidade natural efetiva dos universais que compõe as classificações de tipos humanos, faz ver, por contraste, que há uma dependência fraca e muito menor da história no que diz respeito aos tipos que se encontram nas ciências da natureza. Segue disso que a estabilidade das classificações que se encontram no domínio dos tipos indiferentes é alguma coisa que somente é compreensível porque exibem regularidades, supondo que existem de fato divisões naturais entre as coisas que formam a base material de tais classificações. Um ponto a se destacar é o argumento da "permissão do mundo" que retomaremos na seção seguinte. Não basta que indivíduos particulares concretos não sejam afetados pela classificação na qual se encontram, a "permissão do mundo" se refere ao fato de que se encontram localizados numa dada classificação científica estudada justamente porque exhibe uma determinada regularidade. A indiferença dessas classificações ocorre porque seus indivíduos exibem regularidades diante das quais o fato de a eles ser aplicada uma classificação em nada altera essa mesma



regularidade. Mas que uma regularidade ocorra e seja exibida na generalidade de uma classificação não endossa necessariamente uma posição realista sobre tipos indiferentes. Precisaremos entender melhor o argumento da "permissão do mundo".

Considere quatro categorias: cavalo, planeta, luva e personalidade múltipla. Seria grotesco sugerir que a única coisa que os cavalos têm em comum é que nós os chamamos de cavalos. Podemos traçar os limites de forma a admitir ou excluir os pôneis Shetland, mas as semelhanças e as diferenças são reais o suficiente. Os planetas servem como um dos exemplos dados por T. S. Kuhn de alteração conceitual (Kuhn 1961, 115). É possível provar que os céus pareceram diferentes depois que agrupamos a Terra com os outros planetas e excluímos a Lua e o Sol, mas tenho certeza de que pensadores argutos haviam descoberto uma diferença real. Sustento (a maior parte do tempo) que o nominalismo estrito é ininteligível para cavalos e planetas. Como poderiam cavalos e planetas ser tão obedientes a nossas mentes? As luvas são uma outra história: nós as fabricamos. Não sei o que veio primeiro, o pensamento ou as luvas, mas eles evoluíram juntos. Que o conceito "luva" se encaixe nas luvas tão bem não é uma surpresa; nos as fizemos assim. Minha alegação sobre inventar pessoas é que em alguns aspectos interessantes, as personalidades múltiplas (e muitas outras coisas) são mais como luvas do que como cavalos. A categoria e as pessoas inseridas nela emergiram juntas. (Hacking, 2002/2009, p. 123).

O mesmo argumento da "permissão do mundo" reaparece acima caracterizado por uma unilateralidade. A ênfase que Hacking pretende dar é tal que a distribuição dos membros em classificações naturais não ocorre arbitrariamente ou por convenção. Se nomes comuns são aplicáveis e servem para expressar semelhanças e diferenças, cada classificação natural tem características que a distingue de outras e seus membros possuem certas marcas pelos quais podem ser descritos, de tal modo que a composição mesma dessas classificações se orientará pelo comportamento capaz de ser manifestado por membros dessas entidades. É claro que, com tudo isso que mencionamos acima, o que se busca é reconhecer classificações que não seriam de nossa própria invenção, mas dependentes de algo externo, que exista nas relações das próprias coisas, que estão fora da mente, no mundo, uma ordenação natural. A respeito de "bacilos de tuberculose", o que orientaria a definição da classificação não seriam as similaridades por elas mesmas. Nesse sentido, a correlação de semelhanças não chega a ser tomada como um fato primitivo e não analisável. Ao mesmo tempo, as classificações que surgem e se delimitam no contexto da experimentação são aquelas que mais evidenciam um realismo sobre tipos. E o êxito nesse contexto funciona como critério que transfere para a natureza a tarefa de determinar a unidade e coesão das características que descrevem a

classificação. O êxito que advém da experimentação serve de instância de controle que delimita o espaço e o tempo que começam e terminam tipos de coisas como "bacilos de tuberculose".

Se eu for a esse extremo, não estará a distinção que proponho entre ciência humana e natural arruinada? Não será o caso de os objetos da ciência natural passarem a ser "historicamente constituídos"? Não acredito. De fato, desenvolvi o retorno a uma séria consideração da ciência experimental precisamente para instigar um bom número de conclusões realistas, anti-idealistas, antinominalistas. Afirmo, na metade "que representa" de *Representing and Intervening* (1983a) [Representar e Intervir], que em princípio nenhum debate no nível da teoria irá resolver qualquer uma dessas disputas entre realismo e antirrealismo na filosofia da ciência natural. Insisto, na metade "que intervém", que o reconhecimento dos fatos da vida experimental e da modificação do mundo leva convincentemente ao realismo científico. Dá para detectar uma fonte de minha admiração pelo materialismo direto de Brecht que coloca "manipulação", ao invés de "pensamento", como a fonte do realismo. Meu "realismo experimental", assim como o materialismo de Brecht, não induz ao nominalismo. Os fenômenos físicos que são criados pelos seres humanos são bem resistentes a mudanças teóricas. O exemplo dado pelo próprio Kuhn, da célula voltaica, serve-me muito bem. (Hacking, 2002/2009, p. 58).

Trabalhando acima com o argumento central de *Representar e Intervir* (1983), que retomaremos na próxima seção, a posição de Hacking procura evidenciar que a ciência experimental fornece a base segura para um realismo de classificações. Para esse realismo científico de entidades, os particulares de um mesmo tipo compartilham uma mesma identidade natural. Manipular experimentalmente essas entidades é poder afirmar que os universais que caracterizam essas classificações ocorrem efetivamente no mundo como constituintes das coisas às quais essas classificações se aplicam. Da fabricação do TRH sintético na endocrinologia, da criação dos *lasers* pela física, da dolomita na geologia e na química experimental, *quarks*, íons, elétrons, bactérias, são exemplos de classificações que irão se mostrar por nossa capacidade de interferir no curso da natureza por meio dessas entidades. Se a ontologia desses tipos naturais fosse nominalista não teríamos critérios para determinar se as razões para a estabilidade dessas entidades são externas ou internas à própria ciência, tampouco separar as generalizações que são acidentais daquelas que não são acidentais. Do mesmo modo, considerar um nominalismo sobre tudo é prontamente rejeitado por Hacking porque torna incompreensível nossa relação linguística com inúmeros indivíduos que ocorrem no mundo:

O problema do nominalismo escolástico, disse eu, é que nele nossa interação com o mundo, e nossa descrição do mundo, permanece um completo mistério. Podemos muito bem entender porque a palavra "lápiz" distingue habilmente alguns objetos. Nós fabricamos lápis; é por isso que eles existem. Nominalismo a respeito de artefatos humanos não é um problema. É o nominalismo a respeito de grama, árvores e estrelas que é o problema. Como podem nossas palavras adequarem-se a céu e terra se não existe, antes de nós, grama, árvores e estrelas? Um nominalismo universal e estrito é um mistério absurdo. No entanto, e sobre as categorias que se aplicam às pessoas? (Hacking, 2002/2009, p. 62).

Ao polemizar contra um nominalismo abrangente sobre tipos de coisas como "lama seca", "grama", "cavalo", "árvores" e "estrelas" que Hacking define uma direção. Interessa Hacking afastar o anti-realismo problematizando que inúmeros indivíduos particulares que caem sob classificações naturais são do mesmo tipo não porque a mesma palavra é aplicada a eles. Ao apontar o problema de um nominalismo sobre tais classificações, estará a meio passo de restringir o nominalismo para as categorias que se aplicam às pessoas, isto é, aos tipos interativos, e com isso rejeitar a inteligibilidade nominalista fora dos tipos humanos. E por consequência, se "lama seca", "grama", "cavalo", "árvores" ou "estrelas" são classificações naturais candidatas aptas aos tipos indiferentes, vemos um cenário ratificador dos tipos indiferentes onde as coisas a que essas classificações se referem não rejeitam nem obedecem às nossas descrições sobre elas. Desse modo, se um nominalismo forte sobre classificações naturais é um problema para Hacking porque ignora a participação da natureza na delimitação da classificação, um nominalismo fraco ainda não conseguiria dar conta do fato de que inúmeras classificações científicas apoiam suas generalizações em fatores causais, oferecendo em uma ontologia realista um tratamento satisfatório ao problema da semelhança entre os indivíduos. E se conduzirmos o foco da análise sobre classificações naturais em geral e olharmos mais detidamente para classificações científico naturais em particular, tudo se passa como se fosse pouco plausível ser nominalista forte ou fraco acerca de entidades científicas que surgem dos contextos de experimentação. Dessa maneira, caberia apenas um nominalismo sobre tipos humanos uma vez que são tipos interativos. Abaixo Hacking (2002/2009, p. 122) especifica o caráter dinâmico do seu nominalismo sobre tipos interativos:

O nominalismo que é possível extrair de Hobbes, Goodman e seus vibrantes predecessores escolásticos, como Ockham e Duns Scotus, ainda empalidece frente a um tipo talvez inexistente de nominalista que pensa que (a) todas as categorias, classes e taxonomias são criadas e fixadas por seres humanos ao invés

de serem encontradas na natureza, e que (b) as classificações podem crescer ou ser revistas, mas, que, uma vez instauradas, são basicamente fixas e não interagem com o que é classificado. Acredito que esse tipo de nominalismo estático está duplamente errado: acho que muitas categorias vêm da natureza, e não da mente humana, e acho que nossas categorias não são estáticas.

Acima vemos claramente a posição que Hacking adotou acerca do nominalismo sobre tipos humanos, e que o seu nominalismo não é um nominalismo sobre toda e qualquer entidade. Se o nominalismo tradicional - e chamado por ele de "estático" - é incompreensível e está "duplamente errado" como diz, e além disso, se o nominalismo dos tipos interativos é dinâmico,<sup>121</sup> nos resta concluir uma rejeição e que seria inconcebível qualquer nominalismo de classificações que satisfazem tipos indiferentes? Como vimos, a definição de tipos interativos apresenta uma situação de plena interação entre descrições, enquanto a definição de tipos indiferentes insinua uma relação unilateral de não interferência das descrições sobre o comportamento usual das coisas. Nesse sentido, os membros de uma classificação indiferente acabam por exibir séries de similaridades que possuíam antes das descrições aplicadas sobre eles. Parece que se o argumento nominalista de que somos nós quem organizamos o mundo em tipos ganhasse força aqui, não teríamos membros particulares de uma classificação natural exibindo uma coocorrência de características independente das descrições.

Entrando em pormenores a respeito dessa diferença entre pessoas e coisas: o que camelos, montanhas e micróbios estão fazendo não depende de nossas palavras. O que acontece com os bacilos da tuberculose depende de se os envenenamos ou não com vacina BCG, mas não depende do modo como os descrevemos. É claro que os envenenamos com uma determinada vacina em parte porque os descrevemos de certa maneira, mas é a vacina que mata, não nossas palavras. A ação humana está mais intimamente relacionada com a descrição humana do que a ação bacteriana está. Há um século, eu teria dito que a consumpção é causada por ar ruim e mandado o paciente para os Alpes. Hoje, posso dizer que a tuberculose é causada por micróbios e prescrever uma série de injeções por dois anos. Mas o que está acontecendo com os micróbios e o paciente é totalmente independente de minha descrição correta ou incorreta, muito embora não seja independente da medicação prescrita. As possibilidades dos micróbios são delimitadas pela natureza, não por palavras. O que é curioso a respeito da ação humana é que, de modo geral, o que estou deliberadamente fazendo depende das possibilidades de descrição. (Hacking, 2002/2009, p. 124-125).

---

<sup>121</sup> "O nominalismo dinâmico continua sendo uma doutrina intrigante, afirmando que vários tipos de seres humanos e atos humanos passam a existir junto com nossa invenção dos modos de nomeá-los. É para mim a única espécie inteligível de nominalismo, a única que pode, pelo menos, dar uma indicação de uma explicação de como nomes comuns e as coisas nomeadas poderiam se encaixar tão bem." (Hacking, 2002/2009, p. 130).

Como mencionado no trecho acima, não é difícil ver que "bacilo" e "vacina" se apresentam como tipos que se encontram numa relação de necessidade já que a vacina possui propriedades causais sobre os bacilos da tuberculose. Poderíamos aqui abrir a janela para um realismo científico sobre tipos naturais. Contudo, gostaríamos de notar algo diverso. A alegação de que "*o que acontece com os bacilos da tuberculose depende de se os envenenamos ou não com vacina BCG, mas não depende do modo como os descrevemos*" parece uma afirmação que revelaria fatos sobre tipos indiferentes, e que não se confundiria com a alegação de que "*é a vacina que mata, não nossas palavras*", uma afirmação reveladora de fatos sobre tipos naturais. Desse modo que alegações e fatos sobre tipos naturais ("*que a tuberculose é causada por micróbios e prescrever uma série de injeções*") podem ser distinguidos de alegações e fatos sobre tipos indiferentes ("*o que está acontecendo com os micróbios e o paciente é totalmente independente de minha descrição correta ou incorreta*").

Nossa pretensão foi observar que por meio das formulações dos fragmentos acima encontramos indicações nos próprios relatos de Hacking que sugerem fatos sobre tipos naturais mas também fatos sobre tipos indiferentes. Aprofundaremos esse ponto na seção posterior. Antes, retrocederemos até *Representar e Intervir* (1983) onde Hacking admite a ocorrência de atributos causais para dar um tratamento satisfatório ao êxito das classificações científicas. Se a estabilidade é a característica principal da definição de tipos indiferentes, e *Representar e Intervir* é uma obra que desenvolve o argumento que dá conta da estabilidade de certas entidades, então nos deparamos com os melhores candidatos aos tipos indiferentes.

### **3.5 - O argumento experimental de *Representar e Intervir***

Desde o início da obra *Representar e Intervir*, Hacking anuncia sua posição anti-realista acerca de *teorias* e sua posição realista sobre *entidades*. Ao deslocar o realismo da *representação* das coisas e situá-lo na *intervenção* sobre as coisas, Hacking se inspira no pragmatismo (de Peirce, James e Dewey) com o objetivo de reposicionar o debate realismo/anti-realismo tradicional, argumentando que a decisão sobre a disputa realismo-nominalismo apenas se resolve no campo da intervenção e se dá em favor do realismo, restituindo a importância da experimentação. Na introdução à edição brasileira redigida pelo próprio Hacking (2012, p. 41, grifo do autor), ele dirá que é um realista sobre classes

científicas desde que sob fundamentação pragmática, e que sua posição reflete que "os debates padrão sobre realismo científico eram sempre indecisivos porque eram conduzidos no nível da teoria e, frequentemente, no da semântica. (...) As controvérsias prolongavam-se exaustivamente, como se apenas olhássemos e falássemos, e nunca *fizéssemos* nada nas ciências".<sup>122</sup> Em seu realismo de tipos, tais classes correspondem a entidades concretas que podem ser manipuladas e se tornam ferramentas para interferir em e descobrir sobre outros tipos de coisas.<sup>123</sup>

O aparato e as invenções envolvidos foram construídos pelo homem. Mas tendemos a sentir que os fenômenos que foram revelados no laboratório são criações de Deus que ficaram esperando ser descobertos. Assumir uma atitude como essa é o natural para toda essa filosofia dominada pela atenção à teoria. Segundo os pensadores que seguem essa tendência, nós formulamos teorias a respeito do mundo e conjecturamos acerca das diversas leis da natureza. Os fenômenos são, portanto, regularidades, ou consequência dessas leis. Porquanto nossas teorias visam àquilo que sempre foi verdade para o universo - afinal, as leis foram escritas por Deus em Seu Livro, antes do princípio dos tempos -, os fenômenos sempre estiveram por aqui, esperando ser descobertos. Em contraste com esse entendimento, minha sugestão é que o efeito Hall não existe fora de certos tipos de aparatos, e que, de fato, sua versão contemporânea transformou-se em parte de nossa tecnologia, sendo confiável e rotineiramente produzido. O efeito, pelo menos em seu estado puro, só pode ser presentificado por meio de dispositivos como esse. (Hacking, 1983/2012, p. 325-326).

O ponto auge do argumento experimental é a engenharia de fenômenos, onde a atividade decisiva não é registrar regularidades, mas estabilizá-las. Nessa produção artificial de regularidades controláveis em laboratórios, o realismo sobre tipos é dado quando podemos utilizar certa classe de coisas para investigar outros fenômenos, isto é, um realismo fundado

---

<sup>122</sup> "O realismo científico não é uma doutrina de carta branca em que toda entidade proposta em qualquer teoria seja 'real'. Trata-se de uma doutrina que diz que, *quando alguém está usando tal entidade para investigar outras entidades, o anti-realismo sobre isso não faz sentido*". (Hacking, 2012, p. 43, grifos do autor).

<sup>123</sup> Na introdução à edição brasileira de *Representar e Intervir*, o próprio Hacking (2012, p. 39, grifo do autor) faz uma declaração interessante a respeito das mudanças nas ciências desde a publicação da primeira edição de seu livro e situa a biotecnologia: "Muitas coisas aconteceram nas ciências e na filosofia das ciências desde 1983, quando este livro foi publicado pela primeira vez. Uma delas é que, já naquele momento, embora a física ainda fosse a rainha das ciências, estava claro para qualquer um que ela seria substituída em breve pela biotecnologia. Não tentarei atualizar o texto, porque isso significaria um livro totalmente novo". Enquanto a física forneceu o embasamento para o realismo de entidades, a biotecnologia surge como um campo de bons exemplos. Nesse conjunto de atividades desenvolvidas há milhares de anos, a biotecnologia que acompanha a produção de alimentos fermentados como pão, vinho, iogurte, cerveja, e outros, incluindo o desenvolvimento mais recente de antibióticos, mais uma vez temos bons candidatos aos tipos indiferentes. Assim, como os inúmeros usos dos elétrons para investigar uma variedade de fenômenos, o uso de organismos vivos, ou parte deles, para a produção e investigação empírica pressupõe uma capacidade de interferir e controlar, um alto grau de realismo sobre universais.

numa pragmática que se baseia naquilo que é possível fazer, não sendo expectador, mas um agente que interfere. E quando pensamos a respeito de classes nas ciências naturais - classificações que chegamos a distinguir porque podemos fazer coisas com elas - o argumento que podemos considerar como sendo o mais forte ainda é aquele fornecido pelo realismo científico. Nesse sentido que é possível dividir as classificações mencionadas por Hacking para ilustrar tipos indiferentes entre aquelas que surgem da descrição de observadores que não intervêm no mundo, e por outro lado, aquelas que advêm da intervenção humana sobre o curso da natureza, produzindo regularidades. Essa divisão corresponde em *Representar e Intervir* à diferença entre "fenômeno" e "efeito", respectivamente. Para ele, ambos, fenômenos e efeitos, apresentam e denotam regularidades. Mas o que é um efeito e por que chamar algo de efeito? Hacking (1983/2012, p. 325) irá diferenciar:

Os fenômenos e os efeitos dizem respeito mais ou menos à mesma coisas: regularidades discerníveis e dignas de atenção. De fato, os termos fenômeno e efeito podem, muitas vezes, servir como sinônimos. Entretanto, apontam em direções diferentes. Há algo na palavra fenômeno que nos faz lembrar de eventos que podem ser registrados pelo observar talentoso que não intervêm no mundo, mas que observa as estrelas. Já os efeitos nos lembram de grandes experimentos aos quais devem seus nomes e, por conseguinte, de homens e mulheres, Comptons e Curies, que intervieram junto ao curso da natureza para criar uma regularidade (...).

Esse relato que divide classificações às quais os fenômenos já se encontram estabilizados na natureza e classificações às quais os fenômenos estão sendo progressivamente estabilizados pela construção de melhores dispositivos, serve como uma explanação didática que organiza as classificações de coisas mencionadas por Hacking ao longo de sua obra posterior como modo de exemplificar tipos indiferentes. Nesse sentido de regularidade, e com uma filosofia voltada para o experimento, reformula a visão da prática científica em termos realistas:

Experimentar é criar, produzir, refinar e estabilizar os fenômenos. Se estes fossem abundantes na natureza, como amoras prontas para serem colhidas no verão, o não funcionamento dos experimentos seria estranhíssimo. Mas os fenômenos são difíceis de serem produzidos de uma maneira estável. Por isso eu falei de criar fenômenos e não simplesmente de descobri-los. É uma tarefa longa e árdua. (Hacking, 1983/2012, p. 330).

Entre as regularidades que vêm à existência, há uma forte dependência da construção de dispositivos e artefatos cujo funcionamento é capaz de isolar propriedades causais. Um dos seus exemplos favoritos são os elétrons porque figuram em generalizações no contexto da construção de dispositivos e exibição de capacidades causais:

O trabalho experimental nos fornece a mais forte evidência para o realismo científico. Isso não se deve a podermos testar hipóteses a respeito de entidades, mas sim ao fato de as entidades que a princípio não podem ser 'observadas' serem regularmente manipuladas para produzir novos fenômenos e investigar outros aspectos da natureza. Elas são ferramentas, instrumentos da prática, e não do pensamento. A entidade teórica favorita dos filósofos é o elétron. Gostaria de ilustrar como os elétrons se tornaram entidades experimentais, ou entidades de experimentadores. (...). Assim, desde o princípio, o que se fez foi muito mais interagir com os elétrons do que testar sua existência. Quanto mais conseguimos compreender alguns poderes causais dos elétrons, mais aptos ficamos a construir dispositivos capazes de nos apresentar outros fenômenos naturais compreensíveis. Quando se torna possível utilizarmos o elétron para manipular outras partes da natureza de forma sistemática, o elétron deixou de ser algo de hipotético, uma entidade inferida. É a partir desse momento que o elétron não é mais algo teórico, e sim experimental. (Hacking, 1983/2012, p. 369).

O argumento da transição do hipotético para o real permite localizar mais do que regularidades na natureza, mas propriedades causais que sustentam essas regularidades de modo que estamos aprendendo sobre generalizações. Notemos que essa relação entre uma classe com outra não pretende dizer de uma relação de associação obtida por inferência ou indução a partir da conjunção constante de eventos regulares. Não se trata de um empirismo humeano, onde tais classes e relações seriam generalizações sobre regularidades encontradas no mundo, até porque Hacking não pretende se livrar das propriedades causais. O realismo sobre elétrons não se separa da realidade de suas propriedades causais através da quais podemos formular generalizações. O atestado em favor do realismo sobre essas entidades se baseia na intervenção, e não na observação "passiva" de regularidades, que é quando a ciência utiliza seu conhecimento prático sobre propriedades causais associadas a certas classificações a tal ponto de poder manipular essas entidades a fim de produzir efeitos sobre outras coisas ou processos. Assim, o argumento experimental convida à atividade de lidar continuamente com tipos cuja regularidade podem ser explicadas causalmente.<sup>124</sup> Algo importante a ser ressaltado

---

<sup>124</sup> "Além do mais, nem mesmo a própria utilização dos elétrons num experimento nos impossibilita completamente de ter dúvidas a seu respeito. Tendo compreendido algumas propriedades causais do elétron,



é o acento privilegiado que Hacking coloca na objetividade de algumas propriedades das entidades - suas propriedades causais - que seriam o suporte para afirmações sobre o comportamento regular da classe de elétrons. Por isso, o argumento experimental para o realismo aparece com mais clareza no contexto da transição do hipotético para o real, mostrando que o poder explicativo de classificações como "elétrons" sustenta-se em propriedades de natureza causal. E à medida que aumenta a capacidade de interferência, utilizando-a para causar efeitos em outras entidades, mais nos damos conta do caráter instrutivo de sua realidade. No trecho abaixo, o *argumento experimental para o realismo* é plenamente desenvolvido:

Há uma quantidade muito grande de métodos de se construir instrumentos que, baseando-se nas propriedades causais dos elétrons, conseguem nos oferecer a enorme precisão de que necessitamos. Gostaria de ilustrar essa questão. Trata-se de um argumento que poderia ser chamado de "o argumento experimental para o realismo". (...) O que fazemos é construir um aparato, a partir de um número modesto de verdades comumente aceitas acerca dos elétrons, de modo a produzir algum outro fenômeno, o qual, este sim, desejamos investigar. Isso pode soar como se nossa justificativa para acreditar nos elétrons fosse nossa capacidade de prever o funcionamento do nosso aparato. Mas esse não é o caso. Digamos que possuímos algumas idéias gerais a respeito de como preparar elétrons polarizados. Gastamos um bom tempo construindo protótipos que não funcionam. Livramo-nos de um sem-número de defeitos. Às vezes, desistimos de um plano que vínhamos seguindo há um bom tempo, para aplicarmos-nos a outro método. A eliminação de defeitos não envolve apenas uma explanação teórica ou uma predição do que está indo errado; trata-se, principalmente, de tentar eliminar as interferências no aparato - e por interferência, muitas vezes, entende-se qualquer tipo de evento que não pode ser compreendido por teoria alguma. O instrumento precisa ser capaz de, fisicamente, isolar as propriedades das entidades de que desejamos fazer uso, desconsiderando todos os demais efeitos de interferência. *Nós nos convencemos completamente da realidade dos elétrons quando regularmente tentamos - e frequentemente conseguimos - construir novos tipos de artefatos que utilizam diversas propriedades causais dos elétrons para interferir em outras partes mais hipotéticas da natureza.* (Hacking, 1983/2012, p. 372-373, grifos do autor).

---

pode-se supor como construir um dispositivo engenhoso e complexo que torne possível organizar os elétrons de uma determinada forma, de modo a fazê-los interagir com outra coisa. Uma vez de posse da ideia experimental correta, tem-se já uma noção de como construir o dispositivo necessário, pois já se sabe qual é a forma de fazer os elétrons se comportarem deste ou daquele modo. Nesse estágio, os elétrons não são mais formas de organizar nossos pensamentos ou de salvar os fenômenos observados; eles se tornam maneiras de se criar fenômenos em outros domínios da natureza. Ou seja, eles se tornam ferramentas." (Hacking, 1983/2012, p. 370).

De acordo com o *argumento experimental*, o controle das propriedades causais da classe dos elétrons seria alguma coisa mais básica do que as regularidades que exibem, que inclusive são obtidas e passíveis de serem manipuladas a partir do nosso conhecimento sobre as primeiras. É inevitável que com a experimentação, a manipulação de tal entidade pressuponha uma postura realista quanto às classificações que são utilizadas, já que se depara com o fato de que pelo controle dos efeitos a realidade das causas também é objetivada. Assim, mais precisamente, "a realização de experimentos a respeito de uma entidade não significa necessariamente comprometimento com a crença em sua existência. É apenas a *manipulação* de uma entidade que acarreta tal comprometimento" (Hacking, 1983/2012, p. 370, grifo do autor). O que está em jogo na visão de Hacking é que a utilização experimental de certas entidades posicionará as condições objetivas de lidar com a capacidade delas de prever e de fornecer uma explicação causal. E nesses casos, se conquista um grau de controle do comportamento das coisas cobertas por essas classificações, isto é, quando entidades hipotéticas se tornam efetivas porque utilizadas como ferramentas manipuláveis na investigação de outras entidades.

Prescott e os demais, entretanto, não explicam qualquer fenômeno por meio dos elétrons; seu mérito está em saber utilizá-los. Ninguém em pleno domínio de suas faculdades mentais pode dizer que os elétrons 'na realidade' são apenas pequenas bolinhas que giram e que, se tivéssemos a mão suficientemente pequena, poderíamos agarrá-los de modo a descobrir a direção de seu *spin* com o nosso polegar. O que existe é uma família de propriedades causais com base nas quais experimentadores competentes podem descrever e fazer uso de elétrons de modo a promover investigações a respeito de outras coisas, como correntes neutras fracas ou bósons neutros. Sabemos muito a respeito do comportamento dos elétrons. É igualmente importante saber o que não é importante sobre os elétrons. Sabemos, por exemplo, que enrolar um feixe de elétrons polarizados em uma helicoidal magnética não afeta sua polarização de nenhuma forma. Às vezes, temos algumas desconfianças, fortes demais para serem ignoradas, mas triviais demais para serem testadas independentemente; por exemplo: a de que a poeira pode ser afetada ao ser atingida por cargas de direção de polarização. Essas desconfianças são baseadas em uma sutil consciência a respeito do tipo de coisa que os elétrons são, a qual só é obtida a duras penas, por meio de uma lida contínua com eles. Desse ponto de vista, não interessa muito se os elétrons são nuvens, ondas ou partículas. (Hacking, 1983/2012, p. 380-381).

Nota-se, portanto, que Hacking apresentou seu *argumento experimental* incluindo explicações causais. Se o que lhe interessa é saber manipular entidades para controlar e produzir efeitos em outras partes do mundo, em outras partes da natureza, não é difícil extrair

a consequência direta desse argumento: classificações naturais podem ser utilizadas para intervir no mundo e somente estratégias efetivas podem estabilizar fenômenos, distinguindo associação por regularidades de causalidade. De modo inverso, sem as propriedades causais dos elétrons não poderíamos identificar as estratégias efetivas daquelas não efetivas no que diz respeito não apenas ao funcionamento do experimento, mas à estabilização e controle dos fenômenos.

### **3.6 - A não-redução dos tipos indiferentes aos tipos naturais**

Do ponto de vista do êxito exibido por certas classificações científicas, a questão dos universais pode ser interpretada pela via de um realismo causal e local. Aliás, o realismo de entidades de Hacking é uma perspectiva completa, capaz de incluir tipos naturais advindos da prática experimental desde a física até a biotecnologia. Essa posição de *Representar e Intervir* (1983) não será abandonada por Hacking nas obras posteriores. Em *The Social Construction of What?* (1999) e *Historical Ontology* (2002), as classificações advindas do campo das patologias médicas, biológicas, elementos químicos e partículas atômicas se destacam como bons exemplos de tipos indiferentes ao mesmo tempo que apresentam regularidades estáveis determinadas no contexto do laboratório. A grande vantagem dos relatos de *Representar e Intervir* (1983) para a formulação posterior sobre tipos indiferentes é argumentar que não podemos sair da hesitação nominalismo-realismo sobre tipos ficando no nível da representação das entidades. Nossa posição é que essa hesitação é parte da análise dos tipos indiferentes, e que somente é resolvida no nível do realismo científico. O que faz dos tipos naturais os melhores candidatos aos tipos indiferentes, e justamente por isso, sistematicamente mencionadas por Hacking em suas ilustrações, principalmente em *The Social Construction of What?* (1999) e *Historical Ontology* (2002).

Aplicar o *argumento experimental* para o realismo de certas classificações é dar conta da estabilidade exibida por essas entidades, característica principal da definição de tipos indiferentes. Contudo, mesmo que para certas classificações o argumento mais forte em prol do realismo não possa ser invocado, isso não as obriga a um anti-realismo. O que está em jogo é o quanto temos mais ou menos razões que nos levam a afirmar o realismo de uma dada classificação. Se nos é possível manipular os particulares dessas classificações de maneira detalhada para intervir em outros processos, então temos clareza sobre o que podem e não

podem fazer. Quando a estabilidade das classificações está sob nosso controle temos o melhor caso dos tipos indiferentes. E se um nominalismo para tipos naturais estudados pelas ciências físicas, químicas e biológicas obscurece os êxitos dessas ciências - porque não são capazes de distinguir causas de associações -, então o realismo sobre tipos naturais é uma melhor explicação para seus sucessos, satisfazendo as condições de instanciação dos tipos indiferentes: a estabilidade. Então nos parece que as indicações sobre as consequências realistas da análise e utilização de classificações naturais que caem sob tipos indiferentes já estariam dadas desde *Representar e Intervir* (1983), considerando que: 1) se nas obras posteriores as classificações científicas das ciências naturais são os melhores casos de tipos indiferentes, 2) e se em *Representar e Intervir* tais classes se apóiam em explicações causais para sua estabilidade, 3) considerando que a estabilidade é definidora das classificações que caem sob tipos indiferentes, então temos que 4) tipos naturais atendem satisfatoriamente às condições de tipos indiferentes. Aos nossos olhos, isso explicaria porque classificações naturais são apresentadas por Hacking como paradigmas de tipos indiferentes. O modo com que seus exemplos são dispostos nos faz pensar que se temos tipos naturais que nascem de práticas bem sucedidas, tipos indiferentes já se encontram dados. E o melhor lugar para ver a indiferença desses tipos é o contexto experimental. Por isso, tipos naturais seriam as classes que melhor satisfazem os indiferentes. E com isso, tipos indiferentes seriam exemplarmente revelados por classificações que surgem nos laboratórios, na atividade experimental mesma, a partir de equipamentos e dispositivos, de modo que "as repetições sérias de um experimento são tentativas de fazer a mesma coisa de forma melhor, ou seja, de modo a produzir uma versão do mesmo fenômeno que seja mais estável e menos poluída de interferências" (Hacking, 1983/2012, p. 331).<sup>125</sup>

Entretanto, a definição de tipos indiferentes insinua uma relação unilateral de não interferência das descrições sobre as coisas. E embora o emprego da noção de tipos seja equivalente às generalizações com que exprimimos as classes que utilizamos, a ontologia dos tipos deve ser tal que nos obrigue a explicar o que é dado nos tipos indiferentes face aos tipos interativos. Argumentamos, anteriormente, que os tipos naturais não são capazes de responder adequadamente ao que é dado nos tipos indiferentes. Enquanto os tipos de Hacking partem da existência conjunta e efetiva entre classificação e membros particulares concretos, o modo de relação entre classificação e indivíduos membros que os tipos indiferentes especificam é tal

---

<sup>125</sup> Tipos advindos da microbiologia, da bioquímica e da genética são exemplos bem atuais.

que exige uma explanação que tipos naturais não podem oferecer. Nesse sentido, cabe questionarmos considerando que 1) se os membros de tipos indiferentes não possuem consciência de si, 2) e seus melhores casos são de tipos naturais, 3) onde começam os naturais e onde terminam os indiferentes? Se direcionarmos a devida atenção aos fatos responsáveis pelo sucesso das classificações naturais, qualquer objeção nominalista não precisa ser eliminada, mas simplesmente enfrentada numa perspectiva realista.

Nas várias passagens em que Hacking exhibe tipos naturais como paradigmas de tipos indiferentes é importante distinguir a privação da consciência de si da presença efetiva de regularidades naturais. Ao preservar a possibilidade dessa distinção, Hacking consegue atender à exigência realista para tipos naturais, já que sua definição privativa não é total mas determinada. A indiferença não revelará uma ausência pura e simples, mas uma ausência relativa, isto é, ausência nas coisas da consciência de si. Mas essa ausência determinada também exibirá uma presença daquilo que resiste à alteração ao ser classificado, isto é, regularidades. Nesse caso, por serem definidos pela privação poderíamos entender que tipos indiferentes não seriam capazes de indicar a presença de algo, sob que forma fosse. Mas como argumentamos, tipos indiferentes não são definidos por uma privação total, mas por uma privação determinada. Quando a privação não é tida como uma privação referida ao ser das coisas na sua totalidade - mas apenas ao ser consciente de si -, por conseguinte, a indiferença faz uma indicação para aquilo que se eleva acima de uma alteração possível. Nesses sentido, quando tipos indiferentes são tidos por uma ausência referida - não a todo ser das coisas, mas apenas ao ser consciente de si - as portas para a admissão de um realismo forte ou fraco ficam abertas, já que aquilo que resiste às práticas classificatórias ou descritivas se eleva acima de uma alteração possível. Assim, o que resiste às descrições não pode ser particularidades individuais contingentes de cada membro, mas aquelas propriedades compartilhadas entre eles e efetivamente presentes em cada qual. Desse modo, o que é tipificado não é meramente uma ordenação nossa, mas algo dado nas coisas como aquilo que é visado através do tipo. E nesse sentido, não há tipos indiferentes sem exibição daquilo que resiste às práticas classificatórias e descritivas. E aquilo que resiste às classificações seria distinto e efetivamente presente nos indivíduos membros, ou seja, aquilo compartilhado por eles.

Portanto, tipos indiferentes não apenas indicam algo que não ocorre. Numa formulação exaustiva, podemos dizer que nas classificações que satisfazem as condições para tipos indiferentes há sempre algo que ocorre sem depender de como os descrevemos, e aqui se

encontra a ênfase de Hacking. As coisas que os indivíduos dessas classificações estão fazendo não estão ligadas às nossas descrições. Do mesmo modo, o comportamento do que aparece na atividade experimental de criação e estabilização de fenômenos continua a ocorrer sem depender de como o descrevemos.

Já foi dito que nossa invenção de categorias não muda o modo *como as coisas naturais* classificadas funcionam. Essas classificações são o que são por seus próprios méritos e não porque seus membros interagem com a forma com que foram classificados. Queremos observar que as formulações sobre tipos naturais como os melhores casos - ou paradigmas - de tipos indiferentes faz ver que fatos sobre tipos naturais encontram-se reunidos com fatos sobre tipos indiferentes. Como mencionamos acima, a alegação de que casos particulares de "bacilos de tuberculose" são alguma coisa "independentemente de como classificamos" pode ser compreendida como uma afirmação que revelaria fatos sobre tipos indiferentes, e que não se confundiria com a alegação de que "a doença propriamente dita é uma entidade por seus próprios méritos", uma afirmação sobre naturais. Embora os tipos naturais sejam os melhores casos dos tipos indiferentes, fatos sobre tipos naturais não se confundem com fatos sobre tipos indiferentes.

### **3.7 - Ontologia dos tipos em Hacking**

Portanto, se a utilização e análise de tipos interativos abre consequências nominalistas, e a utilização e análise de tipos indiferentes abre consequências marcadas por um realismo científico, qual o sentido ainda em pensar sobre a determinação ontológica que tipos assumem em Hacking? Uma leitura possível é argumentar que a sua ontologia de tipos parece se determinar somente nos complementos. E que por isso precisaríamos antes saber se um dado tipo é interativo ou se é indiferente para então alegarmos nominalismo ou realismo. Assim, se o que é pedido pelos interativos diverge do que é pedido pelos indiferentes, então parece que a ontologia dos tipos seria necessariamente distinta.

Contudo, a nossa questão poderia assumir uma outra forma: a ontologia dos tipos pode ser separada do caráter interativo e do caráter indiferente? Se nos mantivermos dentro dos exemplos tradicionais e bem delimitados não conseguiremos nos movimentar no espaço dessa questão sem nos sentirmos inclinados para uma resposta negativa. De todo modo, *Making Up People* (2006a) retomou uma questão já explorada em *The Social Construction of What?*

(1999) sobre tipos que seriam *ao menos interativos*. Quando tipos humanos são estudados, como em psiquiatria por exemplo, o caráter interativo e o caráter indiferente podem se encontrar reunidos de um tal modo que somente a investigação empírica e científica chegaria a decidir se esses tipos *não são exclusivamente interativos*. Um contexto como esse torna necessário pensar a ontologia dos tipos a despeito dos complementos.

Nas seções anteriores viemos posicionando as consequências nominalistas da análise dos interativos, mas principalmente as consequências realistas da análise dos indiferentes. Mas tipos científicos não dizem apenas respeito à enunciação de juízos de similaridades, mas figuram em generalizações específicas, fortes ou fracas, que são utilizadas com êxito. A pergunta sobre a ontologia dos tipos de Hacking detém-se na expressão linguística mas visa o que nela a ultrapassa. Por meio de tipos visamos algo de específico e não algo de individual. Com tipos estamos exprimindo e pensando generalizações específicas, isto é, universais.<sup>126</sup> Quando falamos este ou aquele elétron, este ou aquele autista, tais membros estão individualmente determinados a partir de um lugar e uma posição temporal. Mas tipos não atendem às determinações individualizantes que constituem a particularidade de cada membro. Assim, cada membro individualmente não é visado pura e simplesmente. Ouro, elétron, mulheres refugiadas, autismo, são tipos, generalizações específicas, unidades ideais. A análise filosófica de Hacking acaba por mostrar que a intenção com tipos não está dirigida para indivíduos particulares ou para singularidades individuais, mas orienta-se a um conteúdo que por si mesmo não é suficiente para uma diferenciação individual particular, pois seu interesse dirige-se ao geral. Assim, quando figuramos num tipo, o elétron ou o autismo, não figuramos este elétron ou aquele autista, mas o elétron ou o autismo em geral. E a generalidade que é própria aos tipos em relação com as diversas situações dos casos particulares e individuais, é uma generalidade específica. Como não se trata de atender determinações individualizantes - pois o tipo não visa a este indivíduo ou a um traço singular neste indivíduo - muitos aspectos particulares podem ser notadas nos indivíduos membros, mas nem por isso são visadas.

---

<sup>126</sup> Hacking parece insinuar uma ligação interna entre universais e particulares nos **tipos interativos**: "De fato, acaba que 'ontologia' é perfeito, pois estamos interessados em dois tipos de entidades: por um lado, universais um tanto aristotélicos - trauma ou desenvolvimento infantil - e, por outro, as particularidades que se encaixam neles - essa dor psíquica ou aquela criança em desenvolvimento. O universal não é intemporal, mas histórico, e ele e seus casos particulares, as crianças ou as vítimas de trauma, são formados e alterados na medida em que o universal emerge. Tenho chamado esse processo de nominalismo dinâmico, porque ele conecta fortemente o que passa a existir com a dinâmica histórica de nomear e o uso posterior do nome. Mas meu plano não é dependurar uma atividade filosófica à nomenclatura tirada do século quinze, e que lembra os dias gloriosos do escolasticismo tardio". (Hacking, 2002/2009, p 39).

Enquanto que por meio de tipos é visado o específico face aos individuais, Hacking irá se apropriar de dois modos de generalidade que levam a dois modos de universalidade visados, aqueles historicizados e aqueles naturalizados. Se ele formulou um nominalismo metodológico para tipos interativos e fez do realismo de entidades dos naturais o melhor caso dos tipos indiferentes, vemos que a metodologização da análise é um traço comum aos tipos de Hacking. E por isso deve-se explorar algo que Hacking ainda não respondeu, apenas sugeriu. O que é visado com tipos é descritivamente diferente do que é visado pela distinção entre interativos e indiferentes? Mas se retermos apenas o que é visado com tipos separadamente do que é visado pela distinção entre interativos e indiferentes, não avançaremos além do fato de que tipos são exemplificados por seus particulares, que através de tipos exprimimos uma generalidade correspondente. Nesse sentido, acreditamos que a distinção entre interativos e indiferentes está estruturando a ontologia dos tipos de Hacking, pois o que é visado por essa distinção é a correlação entre particulares e universais. Em nossa leitura e interpretação, tipos figuram modos de correlação e atuação entre universais e particulares, e não apenas vetores de instanciação. O ponto principal não seria alegar que particulares instanciam universais, mas que universais e particulares encontram-se pareados, reunidos em correlações passíveis de análise e consequências filosóficas. E uma vez dados conjuntamente, aquilo que se visa com tipos não deverá ser mantido em separado daquilo que se visa com interação ou indiferença. Universais e particulares são dados conjuntamente observando-se que o visado com tipos não é descritivamente diferente do que é visado com interação ou indiferença, ou seja, a correlação entre universais e particulares.

Nossa leitura nas seções anteriores foi que Hacking sustenta a anterioridade lógica da distinção entre pessoas e coisas em relação ao estudo de classificações,<sup>127</sup> e que essa diferença repercutiu de modo decisivo na distinção entre interativos e indiferentes. Nesse ponto, acreditamos deparar com motivações de caráter nominalistas nos tipos de Hacking: 1) dado que a distinção entre interativos e indiferentes categorizam dois tipos básicos de conjunções entre universais e particulares, e 2) se o *efeito looping* é uma constante nos interativos e regularidades naturais uma constante nos indiferentes, estamos inclinados a considerar que a formulação de Hacking sobre tipos talvez tenha sido proposta dentro de uma perspectiva

---

<sup>127</sup> De modo que essa distinção entre pessoas e coisas parece ser independente e anterior, ao menos logicamente, aos estudos sobre tipos. Se apenas a partir dessa anterioridade que tipos podem ter significado, acreditamos que Hacking apresenta uma espécie de exigência ontológica por meio da qual é necessário que exista o contraste entre pessoas e coisas como algo anterior logicamente às classificações em jogo nos estudos sobre tipos.



ontológica nominalista. E que fora desse cenário, tipos por si mesmos não postulariam uma ontologia definida.

Entretanto, ainda é possível levantar uma última objeção e inverter a perspectiva. Enquanto nos tipos indiferentes é o tipo de resposta das coisas que controlam e determinam o uso correto da classificação, nos tipos interativos será o *efeito looping* o que irá controlar e determinar o conteúdo específico e a identidade da classificação. Nesse sentido, poderíamos argumentar que Hacking figura uma concepção de tipos postulando uma ontologia realista, onde *efeito looping* e regularidades naturais apresentam realidades que se mostram autônomas no processo mesmo de investigá-las. Hacking estaria discutindo modalidades de relações causais (circular e linear) que estão na base do estudo sobre tipos, segundo dois modos diferentes de acesso epistêmico.

Contudo, não acreditamos que a objeção levantada corrobore uma ontologia propriamente dita, mas apenas apresente a questão da adequação ou inadequação empírica entre classificações e indivíduos membros. Interativos são tipos que irão gerar inadequações empíricas por consequência do *efeito looping*, enquanto tipos indiferentes apresentam uma adequação empírica entre classificações e membros.<sup>128</sup> Por isso insistimos que com tipos, Hacking está simplesmente pareando universais e indivíduos particulares, ou seja, *um e muitos*. Subsequente a isso, caberá à investigação empírica determinar a adequação e a presença efetiva de universais em indivíduos particulares, isto é, de *um em muitos*, já que não há qualquer afirmação na definição de tipos indiferentes que nos leve a crer numa ontologia realista de *um em muitos*, apesar dos melhores exemplos fornecidos por Hacking serem de tipos naturais, inclusive aqueles estudados em laboratórios. Isso se deve ao fato de que tipos naturais satisfazem todos os requisitos dos indiferentes. Mas para além disso, a não-redução dos indiferentes aos naturais torna-se nítida aqui. Essa não redução de um ao outro deve-se à diferença ontológica entre tipos. Temos um argumento forte para falar do realismo de certas classificações quando elas possuem poderes causais específicos capazes de acomodar regularidades fenomênicas. Quando esse é o caso em tipos naturais, a ontologia dos tipos indiferentes não encontrará muitas dificuldades para lidar com o realismo em particular dessas classificações.

---

<sup>128</sup> Nesse sentido, a adequação empírica nos tipos indiferentes não é apenas explicada pelo fato de não ocorrer o *looping*.

## CAPÍTULO 4

### TIPOS INTERATIVOS E INDIFERENTES

#### Introdução

Ao enunciar tipos na linguagem estamos recortando um espaço de visibilidade destinado a fazer as coisas visíveis de um modo específico. Os tipos de Hacking apresentam relações entre classificações e indivíduos concretos que se abrem ou não para o conteúdo ideal descritivo dessas classificações. Os tipos indiferentes, assim como os tipos interativos, são formados pela conjunção entre a classificação e aqueles que caem sob a classificação, onde ser enunciado como pertencente a um tipo (a) introduz uma diferença nesse algo (interativos) e (b) não introduz uma diferença nesse algo (indiferentes). Nesse sentido, os tipos de Hacking apontam para o que ocorre a partir do momento em que algo se mostra como o algo que é no interior de um espaço de visibilidade, onde o que pode ser visto e concebido depende dessa enunciação de tipos na linguagem.

Neste capítulo, será abordado de maneira sistemática a noção de *tipos interativos e indiferentes* de Hacking. O contexto geral dessa discussão encontra-se imediatamente articulado com o campo da psiquiatria e sua relação com tipos naturais. À medida que o *efeito looping*<sup>129</sup> é um fenômeno que veio sendo apresentado por Hacking com referência ao exame das classificações em psiquiatria, essa articulação torna-se ainda mais intensa com a reunião dos interativos e dos indiferentes sob um mesmo tipo. Consequentemente, a discussão sobre o estatuto das classificações psiquiátricas amplia-se quando o antagonismo que opõe os indiferentes aos interativos não mais constitui o centro de preocupações desse debate, mantendo-se com isso a psiquiatria como um domínio que procura delimitar mecanismos naturais de tipos biológicos ao mesmo tempo que formula classificações de tipos humanos.

A noção de *tipos interativos e indiferentes* recebeu uma atenção incompleta em Hacking e um tratamento inadequado por parte dos críticos. Afirmamos isso primeiro porque é uma noção que surge enredada em uma discussão com tipos naturais.<sup>130</sup> Segundo, quando o

---

<sup>129</sup> *Looping* refere-se a um efeito de *feedback* em que o significado de uma classificação afeta a auto-compreensão e o comportamento daqueles que caem sob essa classificação.

<sup>130</sup> "No final, a tensão 'real vs. construção' torna-se uma questão técnica relativamente menor. Como conceber uma semântica plausível para uma classe problemática de termos de tipo? Termos para tipos interativos se

que está em jogo é a aplicação de taxonomias em indivíduos humanos, tipos naturais precisam estar situados ante os tipos interativos e os tipos indiferentes, uma vez que se trata de uma situação epistêmica em que há possibilidade de naturalização de tipos humanos. Sem um adequado posicionamento, não chegaríamos a esclarecer a maneira com que tipos naturais são classificações que satisfazem tipos indiferentes. E para evitar qualquer redução, surge a necessidade de localizar os naturais dentro do debate sobre os tipos interativos e os tipos indiferentes, como fizemos no capítulo anterior. E agora, mais particularmente, em torno da noção de tipos interativos e indiferentes, formulada por Hacking e discutida pelos críticos.

Além disso, como vimos no capítulo anterior, a distinção de Hacking caracteriza os tipos interativos e os tipos indiferentes num plano ontológico nominalista, e não realista. Logo, não podemos alegar a respeito dos interativos e os indiferentes que eles rivalizam e concorrem entre si. Porém, os críticos - J. Tsou (2007), D. Murphy (2001) e R. Cooper (2007) - irão pressupor um realismo dos naturais em suas análises dispensando os indiferentes. Os críticos demonstram certa preferência pelos naturais aos indiferentes, e isso porque os tomam por equivalentes, ignorando que o segundo pressupõe uma ontologia nominalista. Por isso, o realismo dos naturais não é suficiente para substituir os indiferentes, nem se trataria disso. Cabe indagar se os indiferentes não estão sendo abandonados ou rejeitados sem questionamento por parte dos críticos. Veremos que D. Murphy e J. Tsou não chegaram a desenvolver corretamente a idéia de *tipos interativos e indiferentes*, na verdade, o tratamento dado por ambos fez simplesmente apagar essa noção, reduzindo os indiferentes aos naturais. E isso sem discutir em que sentido poderiam ser tipos naturais. Ao contrário, a relevância da noção de *tipos interativos e indiferentes* está na vantagem que ela oferece por deixar em aberto o sentido de tipos naturais sem comprometer-se com uma ou outra teoria.

No que se refere à pretensão do que segue, a questão do sentido técnico da noção de *tipos interativos e indiferentes* foi proposta de maneira pouco clara e enfrentada de maneira incompleta por Hacking. Os textos discutidos abaixo se movimentam no dilema sobre como um mesmo *tipo* pode ser ambos *interativo e indiferente*, trazendo à cena *tipos naturais*. Num primeiro momento, passaremos pela forma com que Hacking coloca a noção de tipos

---

aplicam aos seres humanos e seu comportamento. Eles interagem com as pessoas classificadas por eles. Eles são termos/tipos que exibem um efeito *looping*, isto é, que têm de ser revisados porque as pessoas classificadas de uma certa maneira mudam em resposta ao serem classificadas. Por outro lado, alguns desses tipos interativos podem identificar propriedades causais genuínas, tipos biológicos, que, como todos tipos indiferentes, não são afetados, como tipos, pelo que sabemos sobre eles. A semântica de Kripke e Putnam pode ser usada para dar um brilho formal para esse fenômeno." (Hacking, 1999, 123).

interativos e indiferentes, isto é, formulando o que ele próprio chama de *dilema lógico*, esboçando a semântica de tipos naturais e discutindo o *autismo* como exemplo. Queremos com isso sublinhar, com elementos do próprio texto de Hacking, que lançar uma semântica de tipos naturais para pensar o dilema lógico não é uma adesão de Hacking a essa saída, mas apenas o esboço de um modo possível de encaminhamento. Em seguida, discutiremos a aproximação entre *efeito looping* e *tipos naturais* realizada pelos críticos. Embora perseguindo objetivos diferentes em seus textos, o interesse J. Tsou (2007), D. Murphy (2001) e R. Cooper (2004, 2005, 2007) em Hacking converge para um ponto em comum: cada qual pressupõe como pano de fundo uma ligação entre *efeito looping* e *tipos naturais*. No entanto, o caráter dessa ligação não chega a ser discutida num nível ontológico. Os críticos acabam por fundir o nominalismo dos tipos interativos com o realismo dos tipos naturais. Com isso, negligenciam e dispensam tipos indiferentes reduzindo-os aos tipos naturais, ao mesmo tempo em que o sentido dos naturais permanece vago e indeterminado. Os trabalhos de J. Tsou, D. Murphy e R. Cooper irão nos mostrar que não conseguiremos pensar às últimas consequências as relações entre tipos interativos e bases naturais de certas classificações dispensando os tipos indiferentes.

Ao final, o que teremos pretendido mostrar é que os *tipos interativos e indiferentes* apontam para uma situação epistêmica particular que acompanha continuamente as classificações de transtornos mentais em psiquiatria. Enquanto os tipos interativos ajudam a pensar classificações inclusivas, os tipos naturais exibem classificações marcadas por critérios restritivos. Nesse sentido, os tipos interativos e indiferentes são classificações interativas passíveis de serem naturalizadas em aspectos muitas vezes vagos e desconhecidos.<sup>131</sup> Indicam que classificações podem atravessar décadas sem determinar com clareza e de maneira específica suas bases naturais e, ainda assim, por não possuírem critérios suficientemente restritivos, mas serem descritivamente constituídas por critérios elásticos e fluídos, evoluírem por *efeito looping*. Assim, a situação epistêmica dos tipos interativos e indiferentes aponta diretamente para classificações cuja redefinição e evolução podem ocorrer tanto por ciclos de *looping* quanto por descobertas empíricas.

#### **4.1 - O dilema lógico e a passagem pela resolução semântica**

---

<sup>131</sup> O sistema classificatório do DSM-5 é um caso de inúmeros candidatos.

Os pontos de inflexão mais importantes do capítulo *Madness: Biological or Constructed?* do livro *The Social Construction of What?* se encontram na colocação do dilema lógico e na passagem pela *resolução semântica*. O dilema lógico surge dentro da pretensão mais geral de avançar para uma etapa decisiva na discussão a respeito dos tipos interativos e dos tipos indiferentes. Esse dilema é previamente anunciado através do questionamento sobre "o que acontece se algo é tanto um tipo interativo quanto um tipo indiferente?" (Hacking, 1999, p. 108). Com esse passo, a discussão de Hacking se articula imediatamente com a psiquiatria<sup>132</sup> já que "a psicopatologia fornece candidatos óbvios. Eu não quero insistir em alguma psicopatologia, mas mencionarei uma variedade de casos" (Hacking, 1999, p. 108).<sup>133</sup>

A classificação autismo infantil surgirá nesse texto de Hacking como caso particular de um tipo interativo e indiferente. Será discutida dentro da semântica e da dinâmica da classificação, embora a maior parte da discussão se apresente dentro da semântica através do exercício de imaginar a descoberta de uma patologia *P* capaz de delimitar as bases naturais do autismo infantil. Sabemos que ao final do capítulo *Madness: Biological or Constructed?*, Hacking afirma ampla relevância epistêmica para a dinâmica da classificação,<sup>134</sup> e não tanto para a semântica, o que mostra duas alternativas possíveis ao encaminhamento do dilema lógico. Porém, entre o dilema e a dinâmica, temos uma passagem pela semântica de tipos naturais. Não é sem motivo que essa passagem pela resolução semântica tem sido objeto de polêmica nas mãos dos críticos, seja Murphy (2001) interpretando-a como proposta de

---

<sup>132</sup> As classificações psiquiátricas seriam os candidatos óbvios a que Hacking se refere pois mostram que o âmbito da psiquiatria se encontra imerso e atravessado pela lida com teses concorrentes que oscilam do campo biomédico ao campo da construção social, de modo que "os argumentos são expressamente colocados como: *X* é real - Não, *X* é construído" (Hacking, 1999, p. 101). Se nos domínios da construção social, classificações tais como retardo mental, esquizofrenia e autismo cairiam sob tipos interativos, e no campo biomédico são pressupostas como tipos indiferentes, reunir ambas as posições acirra o impasse tendo em vista que "já deixei suficientemente claro que (...) não sou a favor da linguagem da construção social. (...) Por outro lado, também respeito o programa biológico de investigação sobre os mais problemáticos dos transtornos psiquiátricos. Isso cria um dilema" (Hacking, 1999, p. 122). Tal emparelhamento se mostra também como apelo de mediação, pois "precisamos dar lugar, especialmente no caso das nossas psicopatologias mais graves, para ambos (...). Isso não quer dizer que sou a favor de um ou de outro, só quero espaços em que cada um possa trabalhar, sem interferir demais nas partes positivas dos outros programas de pesquisa." (Hacking, 1999, p. 109).

<sup>133</sup> No decurso, aponta classificações como retardo mental, esquizofrenia e autismo a possibilidade de conciliar um programa de investigação natural sobre causalidade subjacente ao mesmo tempo em que se encontram subordinadas ao *efeito looping* dos tipos interativos, ou seja, seriam tipos interativos passíveis de naturalização.

<sup>134</sup> "(...) Um seguidor de Kripke poderia chamar *P* da essência do autismo. Para nós, o interesse não estaria na semântica, mas na dinâmica. Como a descoberta de *P* afetaria como as crianças autistas e suas famílias concebem eles mesmos; como isso afetaria seu comportamento? Qual seria o *efeito looping* no estereótipo de crianças autistas? Quais crianças, anteriormente classificadas como autistas, seriam agora excluídas, e o que se faria com elas?" (Hacking, 1999, p. 121).

integração, e Tsou (2007) argumentando - com apoio na participação de tipos naturais - uma inconsistência na formulação de Hacking que visa reunir interativos e indiferentes sob um mesmo tipo. Porém, não acreditamos que a razão que motivou Hacking a transitar pela resolução semântica seja aquela sugerida por Murphy (2001). Assim como não adotaremos a posição de J. Tsou, que em nosso entendimento resulta de uma compreensão inadequada do lugar da semântica de tipos naturais no dilema lógico, algo que discutiremos ao longo do que segue. O dilema lógico a respeito da coexistência e simultaneidade entre tipos interativos e tipos indiferentes é anterior e distinto da proposta de resolução semântica que deve ser encarada como um tratamento possível dado a esse dilema. O que procuraremos explicitar, a partir de agora, é o que motivou Hacking a fazer essa passagem pelos tipos naturais.

Após a colocação do dilema lógico - ou a reunião de interativos e indiferentes sob um mesmo tipo - Hacking transitará da semântica à dinâmica da classificação, e esse percurso sendo ilustrado pelo autismo infantil.<sup>135</sup> Contudo, essa entrada na resolução semântica, pensando a classificação "autismo infantil" dentro da teoria de tipos naturais de Kripke e Putnam,<sup>136</sup> não deixa em evidência a sua real motivação. Ao mesmo tempo, vemos que a abordagem semântica ganha uma aplicação com o autismo infantil,<sup>137</sup> ilustrando que "colocar uma teoria da referência ao lado da construção social mostra como diminuir um dilema percebido" (Hacking, 1999, p. 122). Com essa aplicação, Hacking (1999, p. 119) dará inflexão ao dilema lógico problematizando a classificação autismo da seguinte maneira:

Suponha que o autismo infantil seja, no fundo, uma patologia biológica *P*, ou seja, o que tradicionalmente tem sido chamado de tipo "natural" e o que eu aqui chamo de tipo indiferente. Então, o que acontece com a alegação de que o autismo infantil é um tipo interativo? Ou seja, um tipo em que os seres humanos classificados podem realmente mudar através de efeitos *looping*, por causa das maneiras pelas quais as pessoas classificadas reagem a serem assim classificadas? Como pode ser um tipo interativo e também um tipo indiferente?

---

<sup>135</sup> Seu pressuposto ao iniciar essa reflexão é que "não precisamos argumentar que quase todas as crianças diagnosticadas com autismo hoje em dia tenham exatamente um e o mesmo distúrbio biológico" (Hacking, 1999, p. 116). Contudo, "precisamos apenas manter possível que existam alguns (possivelmente apenas um) distúrbios biológicos fundamentais básicos que produzem os sintomas atualmente classificados como autista." (Hacking, 1999, p. 116).

<sup>136</sup> No interior da resolução semântica, podemos "pensar em autismo infantil e patologia postulada *P* em termos das teorias de referência defendidas por Hilary Putnam (1975) e Saul Kripke (1980). O termo 'autismo' é o que eles chamariam um termo de tipo natural análogo à esclerose múltipla que Putnam muito utilizou como exemplo (...)." (Hacking, 1999, p. 120).

<sup>137</sup> Dentro dessa versão essencialista de tipos naturais, fixa-se uma designação rígida, e "se de fato há exatamente uma patologia biológica determinada *P* subjacente a uma ampla classe de crianças autistas, então, a referência do nome 'autismo infantil' é *P*." (Hacking, 1999, p. 120).

Como vemos na passagem pela semântica, esse dilema receberá um encaminhamento por meio dos tipos naturais. E justamente dentro desse enquadramento que temos a discussão sobre o estatuto da classificação "autismo infantil" onde Hacking (1999, p. 116) propõe o exercício: "imagine-se, porém, que existe apenas um tipo de patologia, chamaremos de *P*, e que, em prazo razoável, descobrimos o que é *P*. A grande descoberta é relatada: 'O autismo é *P*'".<sup>138</sup> E ao tomar por hipótese que o autismo infantil possui uma propriedade biológica - a patologia *P* - faz o exercício de pensar o que ocorre com tipos interativos quando dada classificação já é um tipo indiferente. Com efeito, se a investigação empírica delimita bases naturais, imediatamente um tipo indiferente se dá. Assim, Hacking perguntará o que ocorre quando a mesma classificação já era, também, um tipo interativo. Se por um lado, o autismo infantil é um tipo interativo, uma classificação que interage com crianças autistas e seu entorno social, por outro, a hipótese de uma série de propriedades biológicas - como marcadores genéticos, mecanismos (hereditários ou não), déficits neurológicos e desequilíbrio bioquímico - irá compor e delimitar bases naturais, a patologia *P*. O ponto máximo dessa exposição é que tipos naturais e tipos indiferentes aparecem entrecruzados, de tal modo que

por hipótese a patologia *P* será um tipo indiferente. O estado neurogenético-bioquímico *P* não tem conhecimento do que descobrimos. Não é afetado pelo simples fato de que sabemos sobre ele, embora, claro, nosso novo conhecimento pode, com sorte, nos habilitar a intervir e também prevenir ou melhorar a patologia. Em jargão mais tradicional, *P* seria um tipo natural. (Hacking, 1999, p. 117).

Portanto, por meio dessa aplicação semântica não temos apenas a neuropatologia *P* assumida como tipo natural.<sup>139</sup> Limitados à neuropatologia *P*, nos movimentamos entre tipos que são naturais e indiferentes. Assim, propriedades causais biológicas que, como quaisquer tipos indiferentes, não são afetadas pelo que sabemos sobre elas, mostram que "a patologia *P*, por hipótese, não é o que é em virtude de qualquer coisa consciente, com conhecimento de si mesmo" (Hacking, 1999, p. 119). Ao mesmo tempo, os estereótipos associados à

---

<sup>138</sup> Hacking (1999, p. 120) mostra que trabalhar com essa hipótese implica considerar a existência efetiva de uma propriedade causal subjacente sugerindo que "quando Kanner cunhou o nome 'autismo infantil' se referia a patologia *P*? (...) sim, ele se referiu a *P*, mesmo que ele (como nós) não tivesse a mais remota idéia do que realmente é autismo infantil, ou seja, *P*."

<sup>139</sup> "(...) no vetor para o significado de 'autismo infantil' deveríamos incluir tanto a idéia atual de autismo - protótipos, teorias, hipóteses, terapias, atitudes, tudo - e a referência, se houver uma, ou seja, a patologia *P*." (Hacking, 1999, p. 121).

neuropatologia seriam, por sua vez, atravessados e afetados por fatores culturais e sociais que moldariam a expressão comportamental da neuropatologia subjacente, permitindo que a mesma desordem cerebral, uma vez localizada em ambientes culturais e sociais diversos, assumia diferentes características de superfície. Mas se a mesma patologia cerebral pode ser acompanhada de diferentes manifestações comportamentais conforme a correlação de fatores culturais e sociais, ainda assim, o que individualizaria essa classificação psiquiátrica não seria o conteúdo descritivo das características de superfície, mas a determinação empírica de sua propriedade subjacente. Tal hierarquia entre propriedades subjacentes e de superfície para conceituar a classificação faz com que a neuropatologia deva especificar uma prioridade epistêmica para definição última da classificação. Mas independente dessa prerrogativa epistêmica de uma propriedade biológica essencial, se descermos ainda mais em sua argumentação, podemos observar novamente que ao manipularmos tipos naturais nos deparamos com tipos indiferentes, e que "quanto maior o papel da genética fundamental, da identificação molecular da patologia *P*, quanto mais as pessoas digam que o genoma humano é o lugar para olhar, então mais óbvio parecerá que estamos no âmbito dos indiferentes, tipos 'naturais'" (Hacking, 1999, p. 119-120). Mas se da perspectiva da neuropatologia *P* nos movimentamos entre tipos que são naturais e indiferentes, a própria classificação autismo infantil não deixará de ser um tipo interativo, pois se afirma que "o autismo infantil é (é idêntico a) uma certa patologia biológica *P*, e por isso é um tipo 'natural' ou um tipo indiferente. Ao mesmo tempo, (...) o autismo infantil é um tipo interativo, interagindo com crianças autistas, evoluindo e mudando à medida que as crianças mudam" (Hacking, 1999, p. 119).

Em uma primeira aproximação, a exposição de Hacking parece apresentar certa confusão a respeito das determinações de ser da classificação *autismo infantil*, justamente porque suas afirmações são alegações de que essa mesma classificação seria um tipo interativo, um tipo indiferente e um tipo natural. No terreno dessa discussão, a posição comum aos críticos - J. Tsou (2007) no artigo *Hacking on the Looping Effects of Psychiatric Classifications: What is an Interactive and Indifferent Kind?* e D. Murphy (2001) no artigo *Hacking's reconciliation: Putting the biological and sociological together in the explanation of mental illness* - será considerar que a adoção da hipótese da patologia *P* opera com um procedimento que abre a possibilidade de dar conteúdo à parcela *indiferente* da noção de *tipos interativos e indiferentes*, distinguindo entre a base cerebral da patologia mental e sua forma



social e cultural de comportamento.<sup>140</sup> À medida que a classificação *autismo infantil* refere-se tanto à neuropatologia subjacente - que será ambos um tipos natural e um tipo indiferente - quanto ao conjunto de crianças autistas que tem seu modo de ser moldado pelo estereótipo vigente, os críticos encontram nessa aplicação semântica um modelo para discutir o objeto das classificações em psiquiatria dentro de um espaço conceitual conciliatório.

Na verdade, a noção de *tipos interativos e indiferentes* não chega a ser exaustivamente discutida pelos dois críticos. J. Tsou foi aquele quem colocou em questão a possibilidade de existência dessa noção. Mas após atacar sua plausibilidade, assume uma saída realista para tipos, abandonando a caracterização de classificações (ou o nominalismo de tipos) para caracterizar o objeto das classificações. Já D. Murphy não chega a problematizar diretamente a noção de *tipos interativos e indiferentes*, limitando-se apenas a operar uma redução aos naturais de qualquer apreensão dos indiferentes, ao mesmo tempo que buscará formular um modelo causal dos transtornos mentais incorporando mecanismos biológicos, estruturas cognitivas e mecanismos sociais/culturais. Ao abandonarem o expediente de caracterizar classificações para caracterizar o objeto das classificações, ambos os comentadores derivam da aplicação semântica de Hacking um modelo realista que busca caracterizar o objeto das classificações em psiquiatria dentro de um espaço conceitual capaz de conciliar explicações causais. Portanto, os críticos adotam o entendimento de que a situação epistêmica dos interativos e dos indiferentes sob um mesmo tipo deve ser melhor esclarecida segundo um realismo científico de tipos capaz de explicar os objetos das classificações segundo propriedades e mecanismos biológicos, cognitivos e sociais.

A questão que se abre para este capítulo, e que desenvolveremos de forma mais sistemática e explícita ao final: não sabemos ainda de que maneira a neuropatologia *P*, que Hacking aborda como um tipo indiferente e também como um tipo natural, entra na análise dos *tipos interativos e indiferentes*. Sem uma clareza a respeito dessa questão, ficaremos apenas com a interpretação realista de J. Tsou e D. Murphy segundo a qual a semântica formaliza uma reconciliação, uma convergência entre *efeito looping* e tradição biomédica de investigação sobre transtornos mentais, onde tipos naturais fornecem conteúdo positivo à parcela *indiferente*, e tipos interativos correspondem aos níveis de consciência e

---

<sup>140</sup> É importante sublinhar que os críticos não se tornam com isso seguidores de Kripke e Putnam, embora não deixem de considerar que "se há precisamente uma neuropatologia *P* subjacente que hoje chamamos de autismo, então, na semântica Kripke-Putnam, o termo-tipo 'autismo infantil' designa rigidamente essa patologia" (Hacking, 1999, p. 120).

conhecimento que indivíduos podem ter de si mesmos. Mas se a fonte de tensão que Hacking irá discutir é um *dilema lógico*, ao dedicar um tópico à resolução semântica abre-se uma interpretação possível sobre a significado dessa passagem para a própria formulação do dilema.

Assim, J. Tsou, D. Murphy e R. Cooper marcam as principais etapas da discussão sobre "*efeito looping e tipos naturais*" e "*tipos interativos e indiferentes*". Enquanto D. Murphy dispensa tipos indiferentes e adota uma ligação entre o nominalismo do *efeito looping* e o realismo dos tipos naturais, J. Tsou reduz tipos indiferentes aos tipos naturais e os tipos interativos a níveis de consciência individual. Ambos operam um realismo de tipos em seus procedimentos.

## **4.2 - Efeito looping e tipos naturais em J. Tsou, D. Murphy e R. Cooper**

### **4.2.1 - A redução dos indiferentes aos naturais em J. Tsou**

O ponto principal de polêmica no artigo *Hacking on the Looping Effects of Psychiatric Classifications: What Is an Interactive and Indifferent Kind?* de Jonathan Y. Tsou (2007) se detém justamente na noção de *tipos interativos e indiferentes* que Hacking derivou após a distinção fundamental entre tipos interativos e tipos indiferentes. Segundo J. Tsou, Hacking não pode alegar coerência para *tipos interativos e indiferentes* dada a forma pela qual introduz a distinção entre os interativos e os indiferentes. Uma vez que Hacking explora uma articulação para o dilema - sobre como classificações seriam tipos interativos e também tipos indiferentes - passando pela semântica da classificação, isto é, por meio de um apelo direto às bases naturais dos transtornos, formou-se o problema do equívoco e inconsistência apontado por J. Tsou.

Seguiremos J. Tsou considerando a apresentação de Hacking. Primeiro, de acordo com a distinção entre os interativos e os indiferentes, o *efeito looping* é a característica distintiva que separa ambos, e isto quer dizer que enquanto os tipos interativos exibem efeitos *looping*, os tipos indiferentes encontram-se privados desse efeito. Em segundo lugar, J. Tsou dirá que derivar a noção de *tipos interativos e indiferentes* é inconsistente com a própria distinção estabelecida inicialmente. O campo em que J. Tsou irá concentrar sua discussão já se encontra minimamente desenvolvido e marcado pela terminologia de Hacking e delineado

da seguinte maneira: se classificações psiquiátricas são tipos interativos, como poderiam simultaneamente serem tipos indiferentes, isto é, *tipos interativos e indiferentes*? Como sabemos, o capítulo *Madness: Biological or Constructed?* do livro *The Social Construction of What?* é o lugar em que Hacking formula essa pergunta e esboça dois caminhos de resposta para essa questão: a semântica e a dinâmica da classificação. Mas a passagem pela semântica apresentará uma possibilidade de resposta marcada por um apelo claro e direto às supostas bases naturais para determinar o caráter *indiferente* dos tipos interativos e indiferentes.

Retomando a discussão presente no exemplo do autismo, considera-se característico da patologia *P* não ser afetada pelo que sabemos e conhecemos sobre ela. Nesse sentido, tipos naturais e tipos indiferentes não se distinguem claramente no argumento de Hacking (1999, p. 119), pois "a patologia *P*, por hipótese, não é o que é em virtude de qualquer coisa consciente, com conhecimento de si mesmo". E assim, quanto mais a investigação está orientada pela busca de propriedades e mecanismos causais - moleculares, bioquímicos e cerebrais -, mais somos colocados no horizonte em que tais propriedades e mecanismos não são afetados pelo que sabemos sobre eles. Nesses termos, quanto mais a pesquisa empírica evidencia propriedades e mecanismos naturais, menos dúvidas temos que lidamos com os indiferentes.

J. Tsou argumentará que a fonte de inconsistência na apresentação de Hacking é justamente a equivocidade na significação do termo *indiferente*: primeiro ao estabelecer a distinção e em seguida a reunião com simultaneidade. Na noção de tipos interativos indiferentes, o termo *indiferente* recebe a significação de patologia claramente especificada embora já tenha sido particularizada sua significação como *ausência de efeitos looping*. Se Hacking entende *indiferente* em termos de privação de *efeitos looping*, esse não é o mesmo significado por ele atribuído ao termo no contexto dos *tipos interativos e indiferentes*, onde *indiferente* especifica uma patologia natural identificável. Mesmo sendo correto alegar que patologias não são afetadas pelo simples fato de que sabemos algo sobre elas, "ele funde ausência de efeitos *looping*, por um lado, com a existência de regularidades biológicas identificáveis para certas condições psiquiátricas, por outro" (Tsou, 2007, p. 335). Se, como dirá J. Tsou (2007, p. 334, grifo do autor), "Hacking (1999, 103-108) *define* tipos interativos e tipos indiferentes de um modo mutuamente exclusivo", então o próprio

Hacking não pode afirmar - sem contradição - que o *looping* é o único critério para distinguir tipos interativos de indiferentes e, simultaneamente, permitir tipos que sejam ambos interativos e indiferentes (ou seja, tipos interativos e indiferentes não podem ser "classificações que ambos possuem e não

possuem efeitos *looping*"). Isso mostra definitivamente que tipos interativos e indiferentes não podem ser articulados com referência à distinção de Hacking entre tipos interativos e tipos indiferentes. (Tsou, 2007, p. 334).

No auge da sua argumentação, o texto de J. Tsou culmina na alegação de que a fusão entre ausência de *looping* e presença de regularidades naturais gera inconsistência, incoerência e equívoco para a manutenção dessa noção. Seu artigo, portanto, ataca essa dificuldade conceitual. Após a distinção de Hacking entre os tipos interativos e os tipos indiferentes, não se utilizaria a noção de *tipos interativos e indiferentes* sem cair em contradição, dada a forma com que se estabeleceu a própria distinção. Mas não apenas isso. Se os *tipos interativos e indiferentes* não podem basear-se na definição que separa tipos interativos de tipos indiferentes, é preciso também considerar que essa distinção foi definida única e exclusivamente do ponto de vista da presença ou ausência de efeitos *looping*, e que essa heterogeneidade entre tipos cria o problema dos meios pelos quais se pode reunir aquilo que já de início foi separado.

Como tal, a distinção de Hacking entre tipos interativos e tipos indiferentes é *definida unicamente com referência aos efeitos looping*: tipos interativos têm efeitos *looping*, ao passo que tipos indiferentes não. Por essa razão, Hacking rejeita a idéia de que a distinção entre tipos interativos e tipos indiferentes é uma distinção de grau (...); a maneira pela qual ele define essa distinção a torna uma distinção de tipo. (Tsou, 2007, p. 334, grifos do autor).

Dessa contradição surgida da tentativa de reunir o que foi definido de maneira heterogênea, somos conduzidos por J. Tsou ao esforço de salvar o uso do termo procurando remover a ambigüidade da noção de *tipos interativos e indiferentes* quanto ao que ela pode se referir sem cair em contradições conceituais, isto é, temos uma noção que está se referindo a classificações ou a objetos de classificação? Como mencionado, à medida que Hacking atribui à parte *indiferente* dos *tipos interativos e indiferentes* conteúdos de tipos naturais (o que supõe a neurobiologia e neuroquímica dos transtornos) que estariam sujeitos a efeitos *looping*, cria-se uma formulação que contradiz a maneira com que a distinção entre os interativos e os indiferentes foi estabelecida. Essa separação, correspondendo a uma distinção que caracteriza dois tipos de classificações, torna tal noção incoerente, e no caso da sua aplicação direta ao autismo infantil, tão explorada pelo próprio Hacking, inadequada.

Dada a forma de Hacking de definir tipos interativos e tipos indiferentes como "classificações que afetam seus objetos de estudo" e "classificações que não afetam seus objetos de estudo", respectivamente, ele não tem o direito de manter que uma classificação como autismo pode ser tanto interativo quanto indiferente. Ou esta classificação terá efeitos *looping* (interativo) ou não terá (indiferente). O fato de que o autismo tem uma base biológica predizível não autoriza Hacking dizer - sem equívocos - que autismo é um tipo indiferente, uma vez que Hacking define indiferença em termos de "falta de efeitos *looping*". (Tsou, 2007, p. 334).

Aqui, chegamos ao ponto central da argumentação de J. Tsou. Dado que a distinção fundamental entre tipos de classificações é estabelecida com base na presença ou ausência de *looping*, e não, ao contrário, por patologias biológicas, Hacking estaria discutindo características de coisas na natureza e não caracterizando classificações. Assim, no âmago da noção de *tipos interativos e indiferentes*, Hacking não estaria mais no âmbito das características de classificações, mas de objetos de classificação. E isto a despeito da pretensão de fornecer uma teoria de classificações capaz de reunir e conjugar os indiferentes e os interativos. Ao pretender dar aos tipos interativos e indiferentes o tratamento de classificações, escorregaria para o domínio de tipos de coisas na natureza.

Assim, a inconsistência de Hacking apareceria na ambiguidade do uso do termo *indiferente*, indicando ora uma característica de classificações (distinção que separa indiferente de interativo), ora uma característica de objetos de classificação (noção de tipos interativos e indiferentes). Se a distinção que separa tipos indiferentes de tipos interativos diz respeito a uma característica de classificações, a tentativa de reunir *interativos e indiferentes* sob um *tipo* com a pretensão de enunciar características de classificações é um esforço que se apoiaria numa impossibilidade.

Assim, a tensão na posição geral de Hacking também decorre do fato de que ele usa o termo "indiferente" equivocadamente para se referir a uma característica de classificações (quando ele discute a distinção indiferente interativo) e de objetos de classificação (quando ele discute a noção de tipos interativos e indiferentes). (Tsou, 2007, p. 335).

Enquanto Hacking quer se restringir às classificações, J. Tsou argumenta que sua noção de tipos interativos e indiferentes somente poderá se manter em atividade sob a condição de assumir uma transitividade dizendo respeito aos objetos de classificação. E será o

que J. Tsou (2007, p. 336) pretende desenvolver, de tal modo que sua "análise incidirá sobre tipos interativos e indiferentes como tipos de coisas na natureza, ou seja, como objetos de classificação em vez de classificações". Estabelecida essa redução dos tipos interativos e indiferentes ao status de uma noção que caracteriza não classificações, mas objetos de classificação, J. Tsou se colocará o trabalho de pensar a que se referem tipos interativos e indiferentes, esclarecendo o que pode ser entendido por *indiferente* e *interativo* nessa noção. Utilizará os exemplos da esquizofrenia e depressão ensaiando uma análise das bases fisiológicas dessas condições, discutindo os detalhes de tais regularidades.

Meu objetivo ao discutir as bases fisiológicas para condições tais como esquizofrenia e depressão é apresentar alguns exemplos concretos e plausíveis do que Hacking identifica como indiferente ("patologia *P*") em tipos interativos e indiferentes. Nos exemplos apresentados, o que pode ser identificado como "indiferente" são percursos biológicos e anormalidades fisiológicas predizíveis associadas com esquizofrenia e depressão. Como Hacking, eu tomo essas regularidades biológicas para contar como evidência para a realidade dessas condições, e indicar a maneira pela qual tais condições se aproximam do ideal tradicional de "tipos naturais". (Tsou, 2007, p. 337).

Contudo, o esforço de J. Tsou em remover a imprecisão dos tipos interativos e indiferentes terá um preço. A consequência mais importante da sua proposta como alternativa para manter em atividade a noção de Hacking é um arranjo marcado pela redução do *looping* a um *feedback* individual e a redução do caráter de interatividade aos graus de consciência individuais típicos a certas classes de pessoas. Segue-se que enquanto o aspecto *indiferente* dos tipos interativos e indiferentes fique restrito às regularidades biológicas, o aspecto *interativo* irá se referir a algo também determinado. A sugestão de J. Tsou é que *interativo* deva referir-se unicamente à consciência que indivíduos possuem a respeito de como são classificados. No que diz respeito à consciência que se tem a respeito do modo pelo qual se é classificado - da mesma forma que Hacking - J. Tsou reconhece níveis ou graus dessa consciência. Se o grau de consciência do indivíduo é uma característica de tipos humanos, deve-se esperar variabilidade dessa característica em função de quão conscientes diferentes tipos de pessoas (por exemplo, a criança mentalmente retardada em relação ao adulto deprimido) estarão acerca da classificação sob o qual se encontram, bem como do seu entorno social. Assim, a parcela *interativo* da noção de tipos interativos e indiferentes pode se referir aos tipos de pessoas que não estão plenamente conscientes da classificação sob a qual se

encontram (por exemplo, crianças autistas ou adultos esquizofrênicos graves), e também se referir aos tipos de pessoas que estão imediata e diretamente conscientes da forma como são classificadas (por exemplo, adultos deprimidos ou adultos com transtornos de ansiedade).

Se como argumenta J. Tsou, tais problemas conceituais mostram que a noção de *tipos interativos e indiferentes* não pode basear-se na distinção entre *tipos interativos* e *tipos indiferentes*, e que para não ser abandonada precisa assumir que se refere a objetos de classificação, então esse é um tipo que não categoriza classificações como queria Hacking<sup>141</sup> e sua aplicação somente é salva tornando-se uma noção cujo conteúdo específico refere-se à reflexividade da consciência como propriedade dos indivíduos e aos mecanismos naturais subjacentes. Portanto, a resposta dada por J. Tsou ao problema levantado vai no sentido de tentar salvar a noção de tipos interativos e indiferentes reduzindo seu escopo, mostrando que a amplitude do seu uso faz remissão a objetos de classificação que podem ser identificados com referência a uma regularidade biológica e, ao mesmo tempo, são conscientes da forma com que são classificados.

Contudo, além do problema da incoerência temos o problema da fusão. Como indicado acima, a característica distintiva de tais regularidades é o seu caráter de tipos naturais, e não o fato de que classificações de transtornos mentais não exibem efeitos *looping*. Isso também indica o ponto preciso onde, segundo J. Tsou, Hacking funde regularidades biológicas com a falta de efeitos *looping*. Enquanto algumas condições psiquiátricas podem exibir regularidades biológicas, em princípio isso não implica que tais classificações não venham a sofrer efeitos *looping*. Mas quando Hacking identifica essas regularidades biológicas com a falta de efeitos *looping*, ele confunde uma característica de tipos de coisas na natureza (ou tipos naturais) com uma característica de classificações (falta de efeitos *looping* nos indiferentes), neutralizando a necessidade de ocorrência do próprio efeito *looping*.

O equívoco alcança sua última clareza quando damos conta de que uma classificação não pode ser plenamente indiferente sendo interativa, e do mesmo modo, uma classificação não chega a ser plenamente interativa já que é indiferente. A resolução semântica faz o referente de uma classificação psiquiátrica, como o autismo, capturar no corpo dos indivíduos

---

<sup>141</sup> Em seu artigo *The looping effects of human kinds*, Hacking (1995b, p. 352) enfatizou que por tipos humanos busca descrever classificações: "Eu uso o termo 'tipos humanos' para enfatizar tipos - os sistemas de classificação - em vez de pessoas e seus sentimentos. Embora eu pretenda com tipos humanos incluir tipos de comportamento, atos ou temperamentos, é a tipos de pessoas que me refiro. Ou seja, tipos de comportamento, atos ou temperamentos são o que eu chamo tipos humanos se somos levados a caracterizar tipos de pessoas."

uma propriedade biológica como caso de tipos naturais, que embora satisfazendo condições para tipos indiferentes, apresenta ao mesmo tempo um estereótipo que sofrerá efeitos *looping* como qualquer tipo interativo. Desse modo, finaliza concluindo que Hacking fracassa em mostrar como classificações instanciadas pelos *tipos interativos e indiferentes* chegariam de fato a ser *indiferentes*.

Nesta formulação, observe que "tipo indiferente" não faz referência a uma *classificação sem efeitos looping*, mas às *causas* de uma condição na natureza (patologia *P*). Por esta razão, a resolução semântica de Hacking falha na medida em que não mostra como 'autismo' é um tipo indiferente genuíno no sentido de ser uma 'classificação sem *efeitos looping*' (...). (Tsou, 2007, p. 335).

Por fim, tendo percorrido a ambiguidade no uso que o termo adquiriu nas mãos de Hacking, advogar pela transitividade dessa classe da forma como J. Tsou propõe não apenas irá diminuir a imprecisão de base do uso do termo, mas irá alterar o sentido original dos termos *interativo e indiferente*. As observações acima organizam mais claramente que aquilo em jogo com a manutenção dos tipos interativos e indiferentes é uma redução do alcance original desses termos. De acordo com a análise empreendida por J. Tsou, essa noção somente pode ainda se manter caso chegue a assumir o que lhe é possível, isto é, referir-se a objetos de classificação, ou mais precisamente, a determinados tipos de pessoas que apresentem duas características básicas: podem ser identificadas com referência a regularidades biológicas e são conscientes - em diferentes graus - da maneira como são classificadas.<sup>142</sup>

#### **4.2.1.1 - Desfazendo confusões conceituais sobre interativos e indiferentes**

Há um procedimento nas argumentações de Hacking que precisa ser mais uma vez enunciado. Ao fazer de tipos naturais o caso exemplar de tipos indiferentes, isso quer dizer apenas que quando a investigação empírica delimita bases naturais, então tipos indiferentes podem plenamente se apresentar. Como tratamos no capítulo anterior, quando a estabilidade

---

<sup>142</sup> "Eu tenho apresentado esquizofrenia e depressão, como exemplos de tais tipos interativos e indiferentes. O que esta formulação reconhece explicitamente - contra Hacking - é que tipos interativos e indiferentes se referem a certos tipos de pessoas (em vez de um certo tipo de classificação), ao passo que a distinção entre tipos interativos e tipos indiferentes refere-se a certos tipos de classificações. Assim, a noção de tipos interativos e indiferentes de Hacking deve ser considerada independentemente da sua distinção entre tipos interativos e tipos indiferentes. Esta clarificação remove a aparente incoerência entre distinção interativo-indiferente de Hacking e sua noção de tipos interativos e indiferentes." (Tsou, 2007, p. 338).



da classificação está sob o controle das ciências naturais temos o melhor caso dos indiferentes. Será por essa mesma linha de interpretação que no capítulo *Madness: Biological or Constructed?* do livro *The Social Construction of What?* de Hacking (1999), classificações psiquiátricas se mostram enquanto tipos indiferentes quando tipos naturais já se encontram delimitados. A passagem pela *resolução semântica*, exemplificada pelo autismo infantil, deixou essa prerrogativa em evidência. A partir do pano de fundo desse cenário que Hacking se perguntará sobre o que ocorre com o fato de que a mesma classificação já era um tipo interativo.

J. Tsou parece ter razão em afirmar que segundo a forma com que Hacking define tipos interativos e tipos indiferentes - enquanto classificações que afetam seus objetos de estudo e classificações que não afetam seus objetos de estudo, respectivamente - temos uma contradição ao propor que uma classificação como autismo pode ser tanto interativa quanto indiferente. Porém, para discutirmos essa interpretação, duas questões precisam ser levadas em consideração. A primeira se refere ao estatuto ontológico dos tipos em Hacking, desenvolvida no capítulo anterior. A segunda, derivada dessa, se refere ao estatuto epistemológico de tipos interativos e de tipos indiferentes, ou seja, o que é passível de ser conhecido por meio das classificações que caem sob um e outro.

J. Tsou procura argumentar que na formulação Hacking um tipo indiferente não diria respeito a uma classificação sem efeitos *looping*, mas faria referência às bases naturais de uma condição biológica, a suposta patologia *P*. Por essa razão, a resolução semântica falharia na medida em que não seria capaz de mostrar como a classificação autismo infantil seria um tipo indiferente justamente no sentido de ser uma classificação sem efeitos *looping*. Para J. Tsou, classificações que exibem condições marcadas por regularidades biológicas - e nem por isso deixam de sofrer os efeitos dos ciclos de *looping* - não poderiam ser tipos indiferentes. Se tais classificações não podem ser tipos indiferentes pois apresentam *looping*, então reunir os interativos com os indiferentes sob um mesmo tipo, configura um problema conceitual, onde uma classificação não pode ser indiferente sendo interativa, e vice-versa. A conclusão de J. Tsou é que Hacking fracassa em mostrar como classificações que caem sob tipos interativos e indiferentes chegariam a ser indiferentes.

Contudo, prosseguir na direção da leitura de que cada classificação ou terá efeitos *looping* (interativo) ou não terá (indiferente), parece introduzir algo maior do que aquilo que já está suposto na própria distinção entre os interativos e os indiferentes, isto é, *que toda*

*ausência de efeitos looping é uma ausência referida.* Como vimos, a distinção entre pessoas e coisas está pressuposta na distinção entre os tipos interativos e os tipos indiferentes. Pessoas têm conhecimento da forma com que são classificadas, mas seus processos biológicos não. Constatar a *presença* de uma dinâmica entre a classificação "autismo" e pessoas, e constatar a *ausência* dessa mesma dinâmica entre a classificação "autismo" e seus processos biológicos, apenas assinala fatos sobre tipos interativos e fatos sobre tipos indiferentes, respectivamente. Mas esses fatos não devem ser confundidos com fatos sobre tipos naturais, sob o risco de reduzirmos os tipos indiferentes aos tipos naturais.

Nossa leitura e interpretação diverge de J. Tsou pois o exercício de Hacking apenas torna claro a diferença entre fatos sobre tipos naturais associados aos fatos sobre tipos indiferentes. O *dilema lógico* é um problema formulado sobre o que ocorre quando tipos interativos coexistem com tipos indiferentes. E a *resolução semântica*, a partir do essencialismo de Putnam e Kripke, posiciona tipos naturais como um caso exemplar de tipos indiferentes. Mas ao considerar que patologias, cujas bases naturais são biológicas, não interagem com a forma pelas quais são classificadas e descritas, temos aqui um fato sobre tipos indiferentes. Ao mesmo tempo, não deixam por isso de exibir regularidades que as constituem e que delas são indissociáveis, atestando fatos sobre tipos naturais.

Hacking sinalizou que o *looping* é um processo heterogêneo,<sup>143</sup> que se inicia e se desenvolve no interior de um campo relacional constituído por uma multiplicidade de elementos, estruturado por instituições e práticas,<sup>144</sup> requisitando uma análise no estilo foucaultiano. Por conta disso, a definição de *looping* inclui os outros na sociedade e não confina seu início e desdobramento à consciência individual daqueles que são classificados.<sup>145</sup>

---

<sup>143</sup> Hacking (2004, p. 279) no artigo *Between Michel Foucault and Erving Goffman: Between discourse in the abstract and face-to-face interaction*, dirá que os ciclos de *looping* cobrem um processo marcado pela heterogeneidade: "Não existe uma estrutura subjacente única de acordo com a qual o *looping* ocorre. De maneira mais geral, como afirmado em 1983, 'não vejo razão para supor que jamais contaremos duas histórias idênticas sobre a formação de pessoas' (2002:114). Não há um único processo, apenas uma mistura heterogênea."

<sup>144</sup> "Todas as classificações que existem só existem dentro de práticas e instituições. Assim, quando perguntei sobre as interações entre classificações e pessoas classificadas, havia referência implícita a mais do que mera nomenclatura. Dito isso, pode-se propor que a introdução de novas classificações pode abrir novas possibilidades de que fazer e ser." (Hacking, 2004, p. 285).

<sup>145</sup> "Esta observação é especialmente relevante para as classificações que chamo inacessíveis - inacessíveis às pessoas classificadas (Hacking 1995b). Tomemos, por exemplo, o autismo infantil. Agora, esse é um diagnóstico em rápida expansão, uma categoria em movimento, com mais e mais crianças sendo diagnosticadas, e uma vasta área englobando critérios que evoluem. Mas, em um sentido antigo e bastante estrito da idéia, crianças autistas não podem saber e compreender sua classificação como autista. Assim, elas não podem interagir com sua classificação. Mas em nosso mundo de burocracias pedagógicas, psicológicas e educacionais, crianças autistas são integradas às práticas institucionais. As crianças têm prejuízos graves na linguagem e socialização, mas muitos aprendem rapidamente como as crianças autistas se comportam. Aprendem, se de nenhuma outra fonte,

Se a interação ocorre - como diz Hacking - numa matriz ampla de instituições e práticas que acompanham a classificação, obviamente que os ciclos de *looping* poderão anunciar propriedades que não chegam a participar efetivamente dos ciclos de *feedback*, no sentido de não serem alteradas pela dinâmica da classificação, dada sua situação epistêmica. Que o autismo pode, por hipótese, ter uma base biológica predizível - patologia *P* - autoriza dizer que a classificação autismo é um tipo indiferente, pois essa propriedade continuaria sendo o que é independente de como foi descrita e classificada. Mas não poderíamos dizer que delimitando a indiferença, a classificação autismo não sofreria os efeitos dos ciclos de *looping*, pois a ausência de *looping* no conteúdo descritivo de uma classificação remete para aquelas propriedades naturais claramente especificadas. A classificação autismo também seria um tipo interativo passível de *looping*, ao mesmo tempo que o conteúdo descritivo à respeito da patologia *P* se manteria estável. Desse modo, uma vez que o campo relacional no interior da qual a interação ocorre é sempre mais amplo que qualquer base natural que venha ser recortada pela investigação empírica, o conteúdo ideal específico que compõe o leque descritivo da classificação, e que não se refere às propriedades naturais, é vulnerável aos efeitos dos ciclos de *looping*. Não há problema lógico ou conceitual em pensar que a dinâmica da classificação provavelmente anuncie e retenha muitos elementos ou propriedades que não podem ser afetados pelo fato de que são descritos e classificados assim e não de outro modo. Esses elementos irão compor - de uma ponta à outra - o espectro total e atual do conteúdo ideal, específico e descritivo de uma dada classificação. Assim, para cada classificação que seja interativa e ao mesmo tempo indiferente, deve ser possível especificar em que propriedades e mecanismos ela é indiferente. Determinado, então, o conteúdo específico que marca sua indiferença, a dinâmica dos tipos interativos - que sempre ocorre numa base ampla - estará a cada vez acompanhada de propriedades naturais, que embora estáveis, não deixarão de interferir no conhecimento que as pessoas tem de si mesmas.

Assim, não podemos seguir J. Tsou porque seu entendimento da distinção entre os tipos de Hacking leva necessariamente ao antagonismo entre eles. O que faz do seu relato uma recondução dos indiferentes aos naturais, sem presumir o nominalismo de tipos que sustenta a diferença - e não necessariamente o antagonismo - entre interativos e indiferentes.

---

de seus companheiros assim classificados. Interações e efeitos *looping* ocorrem no nível institucional, muitas vezes em instituições que são quase 'totais' no sentido de Goffman." (Hacking, 2004, p. 297).

Primeiramente, J. Tsou dirá que na formulação de Hacking sobre *tipos interativos e indiferentes* haveria um apelo claro e direto às bases naturais para determinar o caráter indiferente desses tipos. Contudo, o caráter indiferente da patologia é simplesmente não poder ser afetada pelo que sabemos e conhecemos sobre ela. Nesse sentido, tipos indiferentes e tipos naturais se distinguem no argumento de Hacking. Na verdade, ter uma patologia claramente especificada em seus mecanismos revela fatos sobre tipos naturais. A alegação de J. Tsou de uma fusão no argumento de Hacking entre ausência de *looping* e presença de regularidades naturais não pode ser corroborada, pois ausência de *looping* e presença de regularidades naturais registram apenas fatos sobre indiferentes e naturais, respectivamente. Se J. Tsou acredita que Hacking estaria simplesmente fundindo ausência de *looping* dos tipos indiferentes com regularidades biológicas de tipos naturais, essa crença advém de uma leitura inadequada, como já argumentamos acima.

Em segundo lugar, J. Tsou dirá que Hacking posiciona os tipos interativos e os tipos indiferentes estabelecendo uma mútua exclusão. Porém, a presença e a ausência de *looping* não é necessariamente excludente. Ela seria excludente caso os ciclos de *looping* incidissem sobre todo o conteúdo descritivo indistintamente. Não há nada na definição de Hacking que possua essa sugestão. A definição de *looping* é suficientemente restrita de modo a não incluir propriedades que não se afetem pelo que sabemos e conhecemos sobre elas. De modo semelhante, tipos indiferentes também possuem uma definição restrita pelo fato da ausência de *looping* apresentar uma ausência referida. Mas se os tipos interativos são classificações que afetam seus objetos de estudo e os tipos indiferentes classificações que não afetam seus objetos de estudo, como poderíamos definir um *tipo interativo e indiferente* como uma classificação que afeta seu objeto de estudo e não afeta seu objeto de estudo, sem com isso cair numa contradição de afirmar e negar que o mesmo objeto de estudo é afetado e não afetado pela forma com que é descrito e classificado? Teríamos em seguida que imaginar que espécie híbrida de objeto de estudo seria esse, o que não vem ao caso. Por isso a objeção de J. Tsou é plausível, e merece uma resposta com elementos do próprio texto do Hacking. O que Hacking identifica como indiferente - a patologia *P* - nos *tipos interativos e indiferentes* apenas mostra que a patologia *P* enquanto objeto de estudo é uma descrição que não sofre efeitos *looping*. Mas não temos somente a patologia *P* como objeto de estudo na classificação autismo. A série de características de superfície - os tipos de comportamentos, de atitudes, de estados mentais e emocionais - também são objetos de estudo sobre o autismo, e por sua vez,

fornecem descrições passíveis de *efeito looping*. Portanto, o que é tornado objeto de estudo pela classificação *autismo* remete para um grupo de características que, justamente pelo fato de serem classificadas, apresentam-se imediatamente como indiferentes e como interativas. Neste sentido, tipos que reúnem interativos e indiferentes são classificações às quais *determinadas propriedades não mobilizam efeitos looping*. São tipos sob os quais propriedades específicas não se encontram em condições de iniciar ciclos de *looping*, enquanto outras tantas características sofrerão os efeitos dos ciclos de *looping*. E dessa forma, conjugam ambas as características dos interativos e dos indiferentes, e isso dentro de uma ontologia nominalista de tipos.

Com razão, J. Tsou afirma que a distinção de Hacking entre interativos e indiferentes é definida com referência ao *looping* e que justamente isso faz dela uma distinção de tipo e não de grau. Mas o que J. Tsou não faz é indicar que a ausência de *looping* é uma ausência determinada. Portanto, antes de discutir a possibilidade de reunir o que foi definido de maneira heterogênea seria preciso que ele tivesse explicitado a ontologia dos tipos pressuposta na própria distinção entre interativos e indiferentes. Porque J. Tsou não realizou esse trabalho que provavelmente se deparou com o imbróglio conceitual por ele levantado, que encaramos mais como confusões do que dificuldades. *Se tipos interativos e indiferentes* baseiam-se na definição que distingue interativo de indiferente, e essa distinção foi definida do ponto de vista da presença e ausência de *looping*, temos uma inclusão entre tipos resolvida no âmbito de uma ontologia nominalista. Enquanto J. Tsou levanta o problema acerca dos meios pelos quais se pode reunir aquilo que já de início foi separado, estamos a dizer que a distinção de Hacking não conduz necessariamente a um antagonismo entre tipos.

Por fim, à pergunta sobre como determinada classificação pode ser ambos, interativo e indiferente, não deve ser fornecida uma resposta empírica. Não é necessário um apelo às bases naturais para determinar o caráter indiferente dos tipos que se mostram simultaneamente interativos e indiferentes. Como já argumentamos, o modo de ser dos indiferentes não se confunde com uma realidade natural efetiva.

Como vimos, a ambiguidade no uso do termo "indiferente" alegada por J. Tsou se referiu à aparente tensão nas formulações de Hacking: 1) por usar o termo "indiferente" no contexto da distinção entre os tipos interativos e os tipos indiferentes, ou seja, caracterizando classificações, e 2) por usar o termo "indiferente" no contexto da formulação da noção de tipos interativos e indiferentes, onde o caráter dos indiferentes é expresso por conteúdos de

tipos naturais, e nesse caso estaria caracterizando objetos de classificação, segundo a leitura de J. Tsou. Alegando essa ambiguidade, a estratégia de J. Tsou foi reduzir o escopo dos tipos interativos e indiferentes a uma noção que deixa de caracterizar classificações, para caracterizar objetos de classificações, e cujo conteúdo específico refere-se à reflexividade da consciência como propriedade de indivíduos particulares concretos e aos processos e mecanismos naturais.<sup>146</sup>

Contudo, Hacking não cria uma indistinção entre a ocorrência de regularidades biológicas e a ocorrência da ausência de efeitos *looping*, tampouco confunde característica de coisas na natureza (tipos naturais) com característica de classificações (ausência de *looping* dos tipos indiferentes). No desenvolvimento do seu texto, Hacking não se coloca como seguidor de Kripke e Putnam. E embora a diferença entre tipos naturais e tipos indiferentes pareça verbal, não é difícil enxergar que na própria exposição de Hacking não se estabelece convergência ou identidade entre tipos naturais e tipos indiferentes, apenas aproximação, certa justaposição. Mais uma vez, ao contrário do que afirma J. Tsou, tipos indiferentes no argumento de Hacking não poderiam se referir às causas de uma condição na natureza - a patologia *P* -, em vez de se referir a uma classificação sem efeitos *looping*. Assim, de um modo discreto, a característica de tipos de coisas na natureza (ou tipos naturais) pelo fato de ser descrita e classificada, revela uma característica de classificações, no caso, a falta de efeitos *looping* dos indiferentes. Logo, nos *tipos interativos e indiferentes*, o indiferente faz referência a uma classificação *sem efeitos looping em certos aspectos relevantes*, que quando claramente especificados por uma condição na natureza (patologia *P*), torna possível à classificação se apresentar plenamente em seu caráter indiferente.

Portanto, segundo nossa leitura, a interpretação alternativa de J. Tsou sugerindo *tipos interativos e indiferentes* como tipos de coisas na natureza, ou seja, como objetos de classificação em vez de classificações, é resultado de uma compreensão inadequada de tipos indiferentes, que como mencionamos, possui ausência referida. O ganho que podemos reter ao desfazer essas confusões do texto de J. Tsou é indicar que a não-redução dos indiferentes aos naturais é justamente aquilo que nos permite pensar em que sentido classificações

---

<sup>146</sup> Se temos a distinção entre pessoas e coisas pressuposta à distinção entre os tipos interativos e os tipos indiferentes, a saída de J. Tsou pode ainda ser interpretada como uma proposta que retoma essa primeira distinção e trabalha apenas dentro dos limites dela. Que objetos de estudos se encontrem na situação de serem afetados ou não serem afetados pelo fato de que foram classificados é uma constatação que apenas serve para reiterar a distinção entre pessoas e coisas pressuposta e anterior à distinção entre interativos e indiferentes. De todo modo, continua sendo uma proposta que deixa de caracterizar classificações.

(psiquiátricas) podem ou não ser tipos naturais. Pois quando os indiferentes são abandonados, os naturais não podem mais fazer a distinção entre aqueles que são os interativos. E os interativos, por sua vez, participam na determinação do sentido dos naturais, uma vez que o *looping* é uma dinâmica de progressivo afastamento das bases naturais.<sup>147</sup> Por fim, a principal desvantagem da proposta redutiva de J. Tsou é não conseguir lidar com o efeito *looping* das classificações chamadas por Hacking de inacessíveis,<sup>148</sup> como é o próprio caso do autismo infantil. Se o caráter interativo é identificado por níveis de consciência que um dado indivíduo particular exhibe, o espectro mais amplo do *looping*, que implica os outros na sociedade num horizonte de instituições e práticas, será completamente ignorado.

#### 4.2.2 - D. Murphy e as relações entre interativos e indiferentes

D. Murphy (2001) no artigo *Hacking's Reconciliation: Putting the Biological and Sociological Together in the Explanation of Mental Illness* assinala o interesse na resolução semântica de Hacking fazendo uma leitura que explora o vínculo entre construção social e modelo biomédico na explicação dos transtornos mentais.<sup>149</sup> Em sua interpretação, a resolução semântica fornece a base para um modelo de causação dos transtornos mentais segundo o entendimento que "Hacking (1999) emprega a teoria de tipos naturais de Putnam e Kripke para distinguir entre a base física de uma doença e sua forma de comportamento. Hacking assume a base física sendo biológica e o comportamento sendo produzido por forças sociais" (Murphy, 2001, p. 140). Se Hacking emprega uma teoria de tipos naturais que permite distinguir entre bases naturais de um transtorno e sua forma de comportamento, D. Murphy enxerga nesse emprego o esboço de um modelo de causação aplicado à psiquiatria,

---

<sup>147</sup> Por isso Hacking se refere às classificações que sofrem *efeitos looping* como em "evolução".

<sup>148</sup> "Eu coloquei grande ênfase nas maneiras pelas quais pessoas de um tipo podem tornar-se auto-conscientes sobre esse tipo. E quanto aos tipos humanos em que as pessoas classificadas não podem tomar o modo como elas são classificadas? Chamo esses, tipos inacessíveis. Seres humanos que não conseguem entender, tal como crianças, fornecem exemplos óbvios. Não pode haver *feedback* auto-consciente. No entanto, pode haver *looping* que envolve uma unidade humana maior, por exemplo, a família." (Hacking, 1995, p. 374). O argumento de Hacking (1995; 1999) sobre como as classificações que são inacessíveis à consciência posicional das próprias pessoas classificadas podem ainda ser interativas alega que o comportamento dos autistas pode ser moldado pelas diferenças práticas de abordagem a eles aplicadas. A abordagem à pessoa autista é uma função de como a entidade é conceituada. Assim, não é necessário que os próprios autistas tenham uma reação autoconsciente ao conteúdo descritivo da classificação. Ao mesmo tempo, família e sociedade são afetados semanticamente pela classificação. Por exemplo, o efeito semântico da teoria da "mãe geladeira" sobre a família de crianças autistas levou a um efeito *looping*, no caso, ao abandono dessa teoria.

<sup>149</sup> "(...) neste artigo eu pergunto como podemos conciliar as duas tradições e desenvolver uma teoria unificada da psicopatologia." (Murphy, 2001, p. 139).

marcado não apenas por componentes biológicos atuando sobre as propriedades de superfície, mas também pela correlação de forças sociais e culturais atuando sobre essas mesmas propriedades de superfície.<sup>150</sup> Mas o ponto que merecerá destaque em sua apropriação será o seu esforço em presumir uma mútua influência entre propriedades situadas no campo dos indiferentes e propriedades situadas no campo dos interativos. Para tornar isso visível, D. Murphy irá questionar Hacking entendendo que esse atribui apenas aos componentes biológicos o caráter de propriedades causais, restringindo o fator causal às propriedades biológicas como se apenas o cérebro e a fisiologia viessem a produzir comportamentos.

(...) Hacking contrasta o efeito *looping* com "propriedades causais genuínas", como se apenas a biologia pudesse ser genuinamente produtora de comportamento. Mas isso levanta a mesma questão suscitada: a relação da construção social com a psiquiatria biológica. Saber que na psicopatologia nossos termos de tipos referem-se a tipos indiferentes com os estereótipos associados dos tipos interativos não nos ajuda a ver como o indiferente e o interativo estão relacionados. (...) Apenas saber que um vetor significativo incorpora ambas as propriedades biológicas e socialmente construídas não é nenhuma ajuda para nós: nós queremos saber como os dois tipos de propriedades se relacionam entre si. (Murphy, 2001, p. 153).

Desse modo, D. Murphy desenvolverá sua crítica à resolução de Hacking - no contexto dos interativos e indiferentes - argumentando que associar patologia subjacente com estereótipos socialmente construídos não fornece o conteúdo específico da correlação, deixando vago o modo com que as propriedades de ambos os domínios chegam a se relacionar, além de hierarquizar e conceder prioridade epistêmica aos conteúdos do modelo biomédico. A resolução semântica de Hacking, por atribuir relações causais apenas às propriedades biológicas, restringindo as bases naturais a essas propriedades, rejeitaria a possibilidade de que mecanismos sociais atuem na produção dos transtornos mentais.<sup>151</sup> Com essa crítica, D. Murphy estaria buscando elementos para ampliar o escopo dos tipos naturais

---

<sup>150</sup> "A imagem de Hacking da patologia subjacente sendo moldada pela cultura em formas específicas de doença é certamente atrativa e, em linhas gerais, é a abordagem que sou a favor como a maneira mais promissora de conciliar o modelo médico e as teorias de construção social em todas as áreas, em vez de simplesmente dividir o campo entre eles." (Murphy, 2001, p. 152).

<sup>151</sup> "Mas o que pessoas se preocupam quando ponderam sobre a tensão 'real vs. construção' não é apenas como desenvolver uma teoria semântica para termos de tipos naturais e aplicá-la às desordens mentais. Estão em jogo várias questões substantivas: a plausibilidade de um modelo médico como uma estratégia reducionista generalizada, a política de normalidade e desvio, a ética da terapia, a natureza e experiência da doença mental. Estas questões voltam-se ao menos em parte sobre a relação do modelo médico com a dinâmica social com a qual Hacking está interessado. A resolução semântica de Hacking ameaça ignorar essas questões importantes." (Murphy, 2001, p. 152-153).



esboçado pela semântica de Hacking, acusando esse de atribuir relações causais apenas às propriedades biológicas, e ao restringir as bases naturais, limitaria aos componentes cerebrais e fisiológicos a capacidade de produzir comportamentos. Na leitura de D. Murphy, interessa saber como é possível derivar um modelo de causação sobre transtornos mentais explorando a integração entre o que ocorre no campo dos indiferentes e o que ocorre no campo dos interativos. Para ele, a resolução semântica de Hacking estaria colocando uma ideia integracionista em prática, um modelo geral que concilia teses concorrentes. Uma das pontas da disputa encontra nas ciências naturais algumas explicações sobre como transtornos mentais são produzidos. E ao buscar na neurociência, bioquímica e farmacologia modelos causais, toma-se classificações por tipos naturais. Mas na outra ponta da disputa, situada no solo das ciências humanas, temos uma abordagem que lida com aquelas mesmas classificações como entidades construídas socialmente. Surge com isso o antagonismo tão mencionado por Hacking: ou bem a psicopatologia deriva de distúrbios no cérebro ou bem suas classificações são construções a partir de fatores sociais/culturais. A proposta de D. Murphy será explorar a resolução semântica, submetê-la à crítica e avançar com ela buscando uma integração específica através das ciências cognitivas. O exemplo sobre o qual ele trabalha é o da distímia.

Se os distímicos sofrem porque seus mecanismos cognitivos são abastecidos com representações de normas sociais desviantes, então deve ser possível substituir essa informação por informação não patogênica que os levaria a se comportar de maneira mais socialmente aceitável. Uma forma de terapia cognitiva, que busca corrigir os preconceitos cognitivos profundos de um paciente (Beck, 1996), seria uma tentativa para isso. Por outro lado, se pelo menos alguns distímicos sofrem de uma neuropatologia que causa uma incapacidade de entender as relações de troca social, isso parece ser muito menos passível de reforma através da psicoterapia. A melhor informação do mundo não fará diferença para um distímico que não tem a capacidade de fazer uso dela. (...). Sugeri duas possíveis explicações da distímia. A primeira hipótese é que os distímicos sofrem de um comprometimento psicológico, intrínseco à sua arquitetura cognitiva, que os torna incapazes de aprender as normas de reciprocidade. A segunda possibilidade é que os distímicos são capazes de adquirir informação relevante, mas falham em adquiri-la. Qualquer uma dessas duas explicações é correta, o exemplo ilustra que multiplicamos nossas chances explicativas procurando anormalidades no nível do conteúdo, e não apenas no nível do mecanismo. Ambas as abordagens devem ser consideradas na avaliação da doença mental. Pode não haver nenhuma patologia cerebral óbvia em uma população, mas podemos entender como ela pode, no entanto, ser mentalmente doente pensando no efeito de conteúdos anormais sobre seu comportamento, em vez de mecanismos anormais. Além disso, o mau funcionamento do cérebro pode ser compreendido de duas maneiras; a concepção tradicional do modelo médico de comprometimento do cérebro é

francamente anatômica, mas também precisamos ter em mente a possibilidade de que o prejuízo intrínseco na arquitetura cognitiva pode ser detectável, mesmo na ausência de evidência anatômica clara. (Murphy, 2001, p. 158-159).

Através do relato acima sobre a distímia, podemos ver que a crítica de D. Murphy à semântica de Hacking se refere ao emprego de uma teoria de tipos naturais com objetivo de apenas distinguir entre a base física de um transtorno mental e sua forma de comportamento. Sua insatisfação é ter nas mãos um procedimento que apenas reitera a separação entre patologia subjacente e estereótipo, apresentando a base natural formada por processos biológicos e o comportamento moldado por forças culturais e sociais. Contra um modelo que busca apenas uma resolução semântica da tensão entre biológico e social, deixando-os em domínios separados, a solução de Hacking não seria um procedimento satisfatório para D. Murphy porque é uma estratégia, como mencionamos, que mantém em separado explicações sociais e biológicas. Nesse cenário é de fundamental importância sublinhar que o *efeito looping* entra em seu relato como uma dinâmica social passível de ser integrada à estrutura cognitiva dos indivíduos tendo em vista uma melhor explicação da produção dos transtornos mentais:

Aqui, então, está uma proposta para realizar a reconciliação de Hacking de uma forma mais promissora, mantendo o espírito de sua posição. Podemos entender como o social pode ser mediado pelo biológico se integrarmos alguns dos métodos das ciências cognitivas ao modelo médico, permitindo-nos pensar o social como representado no cérebro e pensar essas representações como causas do comportamento. Isso também nos permite ver condições como distúrbios alimentares e distímia como o resultado de representações que são erradas, em vez de resultar estritamente de neuropatologias de tipos previstos pelo modelo médico. O exemplo de distímia pretende ilustrar isso de uma maneira geral, apontando para a forma como pessoas podem sofrer por causa de uma incapacidade de compreender normas sociais que existem na comunidade circundante. O exemplo não se baseia na dinâmica social que Hacking elaborou. Mas essas dinâmicas podem ser integradas no modelo médico de maneiras semelhantes, pensando na representação do conhecimento associado a uma doença, e sua relação com uma variedade de vetores, na cabeça do paciente. Essas representações podem não ser conscientemente acessíveis; duvido que algum de nós tenha consciência de toda a nossa competência cultural, e não precisamos refletir sobre ela conscientemente para, por exemplo, nos envolver em troca recíproca. É a forma como as pessoas pensam sobre o mundo - suas representações mentais - que permite que o efeito *looping* e os vetores em um nicho afetem seu comportamento, e isso pode acontecer quer estejam ou não presentes anormalidades anatômicas ou fisiológicas. Acrescentar uma dimensão cognitiva ao modelo médico (e, portanto, dar um passo em direção à abordagem biopsicossocial) nos dá uma

maneira de colocar o social e o biológico juntos na explicação da doença mental. (Murphy, 2001, p. 159-160).

Por fim, o que D. Murphy faz é justapor dois campos tradicionalmente contrapostos e propor que o elo de ligação entre o biológico e o social poderia ser a estrutura cognitiva. Segundo o alcance de sua interpretação, a explicação dos transtornos em psiquiatria deve incluir componentes biológicos e dinâmicas sociais subjacentes que moldam a expressão desses transtornos. Neste ponto, o *efeito looping* aparece como um mecanismo social capaz de moldar as propriedades de superfície dos transtornos em psiquiatria. O que ele tem em vista é um modelo que integra mecanismos e propriedades biológicas, psicológicas e sociais capazes de compor a correlação de fatores causais que atuam na produção dos transtornos mentais.

#### 4.2.2.1 - Considerações sobre o *efeito looping* na teoria de D. Murphy

Primeiro é preciso ter cautela com a atitude construcionista de D. Murphy e situar essa espécie de procedimento ante a posição de Hacking. E isso porque os tipos interativos implicam mais elementos que a construção social. Por exemplo, D. Murphy organiza sua proposta em torno do seguinte raciocínio: tipos humanos são construídos socialmente e interferem na representação que os indivíduos tem de si mesmos. Apoiando-se em representações mentais, introduz seu argumento da estrutura cognitiva como elo de ligação entre forças biológicas e construções sociais. Diversamente, o *efeito looping* dos tipos humanos inclui pessoas que são agentes morais capazes de autoconhecimento,<sup>152</sup> além de ser uma via de mão dupla.<sup>153</sup> Esses agentes morais capazes de autoconhecimento interagem com a classificação no interior de um campo relacional constituído por uma multiplicidade de elementos que sustentam a própria classificação. A atitude construcionista de D. Murphy

---

<sup>152</sup> "A ideia fundamental é quase demasiado simplista. Pessoas são auto-conscientes. Elas são capazes de autoconhecimento. Eles são agentes morais potenciais para quem autonomia tem sido, desde os tempos de Rousseau e Kant, um valor ocidental central. *Quarks* e tripeptídeos não são agentes morais e não há efeito *looping* para *quarks*." (Hacking, 1999, p. 59).

<sup>153</sup> A construção social está presente nos tipos interativos. A formação dos conceitos é uma construção social que se dá na interação dos indivíduos com a classificação: "Há, então, não somente uma forte atração em direção a uma atitude construcionista para muitas desordens mentais, mas também um grande interesse no que as classificações fazem aos indivíduos classificados. Um dos defeitos do discurso da construção social é que ele sugere uma rua de mão única: a sociedade (ou algum fragmento dela) constrói a desordem (e isso é uma coisa ruim, porque a desordem não existe realmente como descrita, ou não existiria realmente a menos que assim descrita). Ao introduzir a idéia de um tipo interativo, quero deixar claro que temos uma rua de mão dupla, ou melhor, um labirinto de becos interligados." (Hacking, 1999, p. 115-116).

acaba por não considerar que nos tipos interativos o campo de sentido que acompanha incessantemente os tipos humanos abre um campo de possibilidades em que certas ações intencionais aparecem como possíveis. Portanto, para ser realmente inclusivo como quer D. Murphy, é preciso afirmar mais do que ele faz, isto é, não apenas considerar que tipos humanos são construídos socialmente, mas situá-los na dinâmica mais ampla dos tipos interativos.

D. Murphy encontrou na resolução semântica um modelo para administrar o conflito que seria a base do desacordo entre teses concorrentes do campo biológico e do campo da construção social. Na sua visão, o dilema entre interativos e indiferentes encontra um encaminhamento quando expresso pela relação entre tipos naturais e efeito *looping*. E para especificar essa mediação, D. Murphy propõe uma integração entre tipos naturais e efeito *looping* considerando a estrutura cognitiva dos indivíduos particulares. Se as características superficiais dos tipos naturais podem variar com o ambiente, quais fatores causais do ambiente atuariam na produção das variações das propriedades de superfície? Para responder a essa pergunta, D. Murphy colocará na estrutura cognitiva o elo de ligação entre componentes biológicos e fatores causais do ambiente. Nessa teoria, ele poderá atribuir facilmente ao efeito *looping* um papel causal específico que o identifique como mais um fator causal do ambiente.

A insatisfação de D. Murphy reverberou uma crítica à semântica de Hacking. Dessa crítica, avaliamos que o emprego da teoria de tipos naturais de Kripke e Putnam não poderia ter outro objetivo senão aquele de Hacking, isto é, distinguir entre a base natural de um transtorno mental e sua forma de comportamento modelada por forças culturais/sociais. E isso por duas razões: primeiro porque o estereótipo em Kripke e Putnam não é interativo no sentido de Hacking (esse, como mencionamos, é marcado por uma "via de mão dupla"), e segundo, porque o emprego dos *tipos interativos e indiferentes* não conduz necessariamente a um modelo de causação dos transtornos mentais. Divergimos de D. Murphy na sua crítica porque a presença da resolução semântica no texto de Hacking não indica que indiferentes e interativos estão relacionados de uma maneira específica, e muito menos de maneira causal, embora seja um expediente que redefine o debate *real vs. construído* num espaço capaz de dirimir o antagonismo. Nesse sentido, uma observação se faz necessária: a noção de *tipos interativos e indiferentes* não chega a mostrar ou sugerir que interativos e indiferentes possuem relações causais. Hacking não está colocando juntos vetores de causação biológica

com vetores de causalção social. Seus *tipos interativos e indiferentes* não se encontram em relações de causalidade, embora sua resolução semântica derive de um modelo de tipos naturais marcado por propriedades causais. Portanto, o dilema lógico nos *tipos interativos e indiferentes* não conduz a um modelo realista por meio do qual universais específicos (interativos e indiferentes) atuam em conjunto sobre os indivíduos particulares na produção dos transtornos mentais. Tampouco seria esse o propósito da passagem pela semântica da classificação. Queremos com isso desmotivar qualquer interpretação que venha supor relações causais entre interativos e indiferentes ou que ainda por meio dessa suposição pudesse derivar um modelo de causalção de transtornos mentais. Nesse sentido, tipos indiferentes não se apresentam como um problema que pode ter tipos naturais como sua solução.

Retendo essas objeções, podemos concordar com D. Murphy que há um ponto em comum entre o estudo da semântica e da dinâmica da classificação, isto é, ambas são capazes de redefinir o debate *real vs. construído* neutralizando seu antagonismo. A despeito disso, a integração de D. Murphy pode ser melhor visualizada se entendida como uma abordagem que toma primeiramente classificações por tipos naturais, para então deixar em aberto quais e como poderiam ser produzidas (ou co-produzidas) pela atuação causal de vetores sociais e culturais. Isso quer dizer que classificações que não possuem componentes biológicos deveriam ser explicadas por um modelo capaz de lidar com propriedades e mecanismos de outra ordem. É assim que nas formulações de D. Murphy, o efeito *looping* mostra-se como atuação causal de forças sociais e culturais, isto é, construções sociais que interagem com estruturas e processos psicológicos e cognitivos de pessoas classificadas, constituindo efetivamente a consistência dos transtornos mentais. E se o que ele busca é explicar em termos de forças sociais e culturais que se integram às estruturas cognitivas constitutivas daqueles transtornos que não podemos identificar propriedades ou mecanismos biológicos (e atribuir ao modelo médico), Murphy estaria operando um realismo de tipos e fazendo o efeito *looping* aparecer como um mecanismo operante na produção da doença mental.

Em suma, Hacking propõe dois mecanismos sociais que podem causar o aparecimento e desenvolvimento da doença mental na ausência das causas biológicas características buscadas pelo modelo médico. O primeiro é o efeito de *looping* de tipos interativos, que transforma o comportamento humano no processo de estudá-lo. O segundo é o acúmulo de vetores sociais para formar um nicho dentro do qual uma doença mental transitória pode florescer. (Murphy, 2001, p. 148).

Dessa consideração do *looping* como mecanismo causal capaz de constituir efetivamente a consistência dos transtornos nos casos concretos, D. Murphy (2001, p. 148) postulará que "as estruturas cognitivas constituem o elo crucial entre o mundo social e a causalidade biológica aproximada do comportamento". E dentro das consequências de tomar classificações psiquiátricas por tipos naturais incluindo componentes biológicos, estruturas cognitivas e forças sociais, surge um ponto que merece novamente uma atenção especial: estaria D. Murphy propondo uma integração entre o realismo dos naturais e o nominalismo dos interativos? Podemos observar esse expediente logo no início do artigo quando D. Murphy alega que está buscando nas ciências cognitivas uma forma de integração entre estruturas neuropsicológicas e dinâmica do *looping*, uma estratégia que acabaria por insinuar uma tentativa de conciliar o realismo dos naturais - no caso, classificações com componentes biológicos, mas principalmente cognitivos - ao nominalismo dos interativos.<sup>154</sup>

Mas como também é possível fazer uma leitura realista da sua apropriação dos tipos interativos, uma vez que o efeito *looping* aparece como um mecanismo de produção dos transtornos mentais, devemos afirmar que a estratégia de D. Murphy apenas poderia ser bem sucedida se ele suprimisse o nominalismo dos interativos, e reduzisse em definitivo o fenômeno do *looping* a mais um entre tantos mecanismos causais que compõe a rede de fatores ambientais. O realismo e o fisicalismo da sua proposta tornam-se, por fim, evidentes abaixo:

Isso imediatamente sugere uma opção: esculpir o domínio da psicopatologia em dois subconjuntos e consignar um dos seguintes grupos de desordens ao modelo médico e o outro aos construcionistas sociais. Uma segunda estratégia é tentar utilizar ambas as abordagens para entender cada desordem, integrando em vez de separar os aspectos biológicos e sociais da doença mental. Esta é a estratégia que eu perseguirei no que se segue. A idéia-chave é que os *insights* das ciências cognitivas mostram como os aspectos do ambiente social podem ser representados pela mente/cérebro. No entanto, como as representações mentais são entidades físicas, elas podem estar em relações de causa e efeito dentro do organismo. Claro, essa não é uma idéia nova, mas tem sido pouco aplicada em psiquiatria em oposição

---

<sup>154</sup> Como já mencionamos, se a patologia *P* não é o que ela é em virtude de qualquer conhecimento de si mesma, temos reunidos num só fenômeno, tipos naturais e tipos indiferentes. E quanto maior o papel das bases naturais, quanto mais situarmos na biologia o lugar onde buscar novas propriedades, mais estaremos lidando com indiferentes. Contudo, após se opor à adoção de uma semântica que centraliza as causas do autismo infantil nos componentes biológicos, D. Murphy reivindica um modelo mais abrangente que permita a inclusão de estruturas e processos psicológicos e cognitivos enquanto vetores de um modelo causal amplo. Ao adotar um modelo inclusivo como esse, não estaria D. Murphy deixando de lidar com tipos indiferentes, já que itens como propriedades cognitivas, estados psicológicos, atitudes, emoções e comportamentos são bons casos aos tipos interativos?

à neuropsicologia. Tomá-la seriamente no tratamento da psicopatologia move a psiquiatria em direção a um reencontro há muito esperado com as neurociências cognitivas e nos permite integrar tanto o modelo médico como a abordagem construcionista social em uma abordagem mais inclusiva. Vou esboçar a síntese que prevejo na última seção do artigo, usando o distímia do transtorno de humor como um exemplo. (Murphy, 2001, p. 140).

D. Murphy sabe que não se trata de absorver uma dada classificação na análise da sua construção social, tampouco subordinar a totalidade do seu conteúdo ideal específico às bases naturais, seja através dos componentes cerebrais ou estruturas cognitivas. A integração sugerida pela semântica de Hacking trata da possibilidade de que em uma e mesma classificação seja possível reunir e distinguir bases naturais e elementos socialmente construídos. Algo que, por si só, já distingue a semântica da dinâmica da classificação. Mas se D. Murphy inclui nas bases naturais componentes biológicos e cognitivos, e então sugere uma integração com a dinâmica dos tipos interativos por meio do efeito *looping*, temos nesse expediente um procedimento que tenta reunir realismo e nominalismo sob um mesmo tipo, e isso para toda classificação psiquiátrica. Contudo, não nos parece ser essa uma estratégia promissora já que o efeito *looping* é por ele interpretado textualmente como mecanismo social de produção da doença mental, entrando na composição de um modelo causal.<sup>155</sup>

Assim, o que seria apenas uma maneira de amortecer o antagonismo entre teses concorrentes colocando em prática a idéia de conciliação, evolui para um projeto de naturalizar as classificações psiquiátricas através da identificação de componentes biológicos e estruturas neurocognitivas, e relacionar esse expediente a um mecanismo de construção social. Assim, o que nos interessa evidenciar na leitura que D. Murphy está fazendo do capítulo *Madness: Biological or Constructed?* de Hacking é que seu entendimento de tipos interativos não ultrapassa uma atitude construcionista. Sua tentativa de integração não se distancia um milímetro da semântica de Hacking, pois não deixa de afirmar de um lado a realidade natural biológica, de outro a construção social, e no meio, como intermediação, as representações mentais como entidades físicas que são partes de uma estrutura cognitiva. E essa leitura que se limita a posicionar um mecanismo de produção social de transtornos mentais não irá prescindir do efeito *looping*:

---

<sup>155</sup> Certamente D. Murphy não distingue o efeito semântico sobre pessoas do efeito *looping* sobre classificações.

O efeito *looping* dos tipos interativos é a primeira das duas maneiras que encontramos Hacking pensando sobre as causas sociais da doença mental. Doença mental é nesta instância um caso especial de uma forma geral de "construção social", ou seja, que a forma como pessoas são classificadas faz diferença para como elas se comportam. Este primeiro mecanismo de construção social depende do desenvolvimento de uma comunidade de investigadores. À medida que algo se torna um foco de pesquisa nas ciências humanas, tipos interativos são postulados como um auxílio à investigação e o efeito *looping* recebe outra oportunidade. (Murphy, 2001, p. 145).

Por fim, se o que D. Murphy está propondo é um modelo biopsicosocial de causação da doença mental, então não é difícil reconhecer um realismo científico impulsionando esse trabalho e marcando a situação epistêmica das classificações psiquiátricas. Diante desse cenário, será que poderíamos dizer que temos duas resoluções semânticas a partir do artigo de D. Murphy ou que a proposta de D. Murphy é uma semântica que complementa a de Hacking? Na verdade, temos a resolução semântica de Hacking que atribui relações causais apenas às propriedades biológicas, restringindo as bases naturais a essas propriedades, e com D. Murphy uma aplicação e tentativa de desenvolvimento da resolução semântica de Hacking que incorpora a mesma lógica, mas com a diferença de ampliar o escopo de tipos naturais supondo uma estrutura neurocognitiva atuante na produção de comportamentos, como é o caso do exemplo da distímia.

Então, se a pretensão do capítulo de Hacking é pensar o que acontece quando algo é ao mesmo tempo um tipo interativo e um tipo indiferente, não é arbitrário, mas intencional que Hacking passe pela versão de tipos naturais de Kripke-Putnam para dar encaminhamento ao dilema. O ponto mais alto desse dilema é seu antagonismo ao extremo. Por isso vemos como intencional o exercício de tomar de exemplo uma classificação como o autismo, supor uma essência micro-estrutural *P* e se perguntar como ainda poderia ser um tipo interativo. Se Hacking procura pensar o que acontece quando algo é ao mesmo tempo um tipo interativo e um tipo indiferente, a hipótese de uma essência biológica para o autismo permite colocar para trabalhar a teoria da referência ao lado da construção social deixando fora de circuito o tradicional antagonismo. Entendemos, por isso, que o tratamento dado por D. Murphy não altera a leitura que fazemos da passagem de Hacking pela semântica. Aliás, considerar o exemplo da distímia de D. Murphy não agrega maior relevância ao exercício imaginativo que o exemplo do autismo infantil de Hacking. O tratamento dado por ambos permanece na esfera de uma semântica possível da classificação, isto é, de uma teoria realista de tipos em que se



caracteriza objetos de classificação, de tal modo que suas bases naturais são determinadas considerando a variação das propriedades de superfície segundo fatores cognitivos, sociais e culturais.

Nesse sentido é preciso ir um pouco além da leitura de D. Murphy que enfatiza a reconciliação. É verdade que a resolução semântica de Hacking permite colocar uma ideia integracionista em prática, e que a versão essencialista de tipos naturais se mostra como um recurso por meio da qual é possível distinguir a base cerebral da patologia e sua forma de comportamento, estereótipo, teorias, crenças, etc. Mas aqui gostaríamos de considerar que a presença da resolução semântica evidencia mais do que essa distinção. Segundo nossa leitura, o mais importante dessa passagem de Hacking (1999, p. 108) pela semântica da classificação é o que fica subentendido, ou seja, que pensar sobre "o que acontece se algo é ao mesmo tempo um tipo interativo e um tipo indiferente?" dependa de um recuo ao realismo de tipos naturais.<sup>156</sup>

#### 4.2.3 - Rachel Cooper e o esforço de reabilitar tipos naturais

R. Cooper (2004, 2005, 2007)<sup>157</sup> trabalhará com um argumento supostamente atribuído a Hacking.<sup>158</sup> Segundo ela, o efeito *looping* evidencia uma linha de demarcação

---

<sup>156</sup> O que Hacking tentou fazer nesse capítulo trazendo à cena tipos naturais na sua versão essencialista para discutir *tipos interativos e indiferentes*? A chave de leitura talvez seja entender o dilema como formulação de um problema e separá-lo da resolução semântica enquanto possibilidade de resposta que, como diz o próprio Hacking, alguns filósofos poderiam levantar. O que ele pretende com a resolução semântica é mostrar a possibilidade da justaposição entre dois campos tradicionalmente contrapostos. É a mesma expressão dessa justaposição, sem necessidade de contraposição, encontraremos na noção de tipos interativos e indiferentes. Se "colocar a teoria da referência ao lado da construção social" (Hacking, 1999, p. 122) é aproximar o que se desenvolveu contraposto, com *tipos interativos e indiferentes* circunscreve-se o âmbito no interior do qual essa justaposição não avança para antagonismos. Justaposição sem antagonismos no nível empírico e no nível dos tipos. Vemos um esforço de validação de um espaço de justaposição e simultaneidade a nível dos tipos. Após esse esforço didático, poderemos enxergar com mais clareza a motivação que se insinua por detrás do argumento da resolução semântica para o dilema, qual seja, manter em aberto o fluxo com o campo de descobertas da investigação empírica próprio aos tipos naturais. Por isso, o essencialismo de tipos naturais da teoria semântica de Kripke e Putnam não chega a constituir obstáculo aos tipos interativos e indiferentes. Aliás, a resolução semântica induz a pensar em uma espécie de articulação entre tipos que estaria sendo proposta por Hacking. A leitura de D. Murphy segue essa direção. Temos razões para entender que o dilema lógico só pode ser satisfatoriamente dissolvido pelo trabalho prévio de questionamento acerca da ontologia dos tipos pressuposta nos argumentos de Hacking.

<sup>157</sup> *Why Hacking is Wrong about Human Kinds?* (2004); *Classifying madness: A philosophical examination of the Diagnostic and statistical manual of mental disorders* (2005) e *Psychiatry and Philosophy of Science* (2007).

<sup>158</sup> "Em uma série de artigos escritos entre 1986 e 1995, Hacking (1986, 1988, 1992, 1995a, 1995b) argumentou que o que ele chama de 'tipos humanos' não podem ser tipos naturais. Os tipos humanos de Hacking são os tipos distinguidos pelas ciências humanas, e incluiriam qualquer tipo de desordem mental. Hacking argumenta que tipos humanos são comumente alterados por 'efeitos *looping*' que ocorrem quando pessoas mudam seu

entre tipos que além de distintiva seria também excludente, divorciando tipos humanos e tipos naturais. Em uma primeira leitura, o contraste criado entre a presença do efeito *looping* nos tipos humanos, e sua ausência nos tipos naturais, faz pensar em uma incompatibilidade excludente e irreconciliável. Para R. Cooper (2005), essa interpretação pode ser alcançada em um grupo de artigos de Hacking de 1986 a 1995,<sup>159</sup> embora posteriormente, no livro *The Social Construction of What?* (1999), segundo ela, tal argumento tenha declinado e se relativizado.<sup>160</sup> No grupo de artigos mencionados, Hacking introduz o termo *tipos humanos* para se referir aos tipos de pessoas estudados pelas ciências humanas e contrastar com os tipos de coisas conhecidos pelas ciências naturais, os chamados *tipos naturais*. O argumento principal é que ao classificar tipos humanos ocorre um efeito *looping* que altera o conteúdo descritivo dos tipos estudados, de modo que "o *feedback* resultante significa que tipos humanos têm histórias totalmente diferentes das histórias de tipos naturais, levando Hacking a concluir que tipos humanos não são tipos naturais" (Cooper, 2005, p. 59). Por não serem indiferentes à maneira com que são rotulados, os indivíduos reagem às maneiras pelas quais são classificados e, à medida que seus comportamentos mudam, o mesmo ocorre com os critérios e com as propriedades descritivas das classificações. Esse efeito retroativo não ocorreria sobre os tipos naturais - como elétrons, cactos, gripe e tigres - mas estaria atuante sobre os tipos humanos - tais como obesidade, homossexuais, adolescentes grávidas e depressão.<sup>161</sup> Tendo por referência alguns trabalhos selecionados de Hacking (1986, 1988, 1992, 1995a., 1995b.), R. Cooper discute a alegação de que a existência do efeito *looping* evidencia que tipos humanos não podem ser tipos naturais. Será essa afirmação que procura desmontar em seu artigo *Why Hacking is Wrong about Human Kinds?* (2004). Portanto, R.

---

comportamento em resposta à forma como elas são classificadas. (...) Tal *looping* resulta em tipos humanos tendo histórias diferentes de tipos naturais prototípicos, levando Hacking a concluir que tipos humanos não podem ser tipos naturais." (Cooper, 2007, p. 56-57).

<sup>159</sup> *Making up people* (1986); *The sociology of knowledge about child abuse* (1988); *World-making by kind-making: Child abuse for example* (1992); *Rewriting the Soul* (1995a); *The looping effects of human kinds* (1995b).

<sup>160</sup> "Mais recentemente Hacking parece ter mudado de idéia, e embora nunca abandone explicitamente seu antigo argumento, em *The Social Construction of What?* (1999), ele discute a possibilidade de que pelo menos algumas desordens mentais possam ser tipos naturais. Minha tarefa aqui é refutar argumentos de que desordens mentais não podem ser tipos naturais, por isso apenas me preocuparei com o trabalho anterior de Hacking." (Cooper, 2007, p. 57).

<sup>161</sup> Retomando um exemplo discutido por R. Cooper (2004) sobre a circulação pública do tipo "pessoa obesa", as características de pessoas obesas (e não obesas) são afetadas por atitudes em relação à obesidade de maneira prática e concreta com comportamentos que aproximam, afastam ou ratificam a série de propriedades vigentes definidoras da classificação. Do mesmo modo ocorreria para entidades psiquiátricas, onde as características de pessoas deprimidas são afetadas por atitudes em relação à depressão; as características de crianças autistas são afetadas pelas atitudes em relação ao autismo, e assim por diante. Atitudes em relação à obesidade, à depressão, ao autismo possibilitam gradativamente diferenciações que podem resultar em novos tipos ou subtipos.

Cooper (2005, p. 59)<sup>162</sup> investe na tarefa de refutar o argumento anterior, supostamente atribuído a Hacking, que separa *tipos humanos* de *tipos naturais* alegando "que ele falhou em mostrar que tipos de desordens mentais não podem ser tipos naturais".

Nesses trabalhos anteriores, a reivindicação principal é que tipos humanos e tipos naturais são dotados de uma distinção fundamental, e "Hacking argumenta que nossas práticas classificatórias podem afetar tipos humanos de maneiras que elas não podem afetar tipos naturais. Como consequência, ele afirma que tipos humanos não podem ser tipos naturais" (Cooper, 2004, p. 77). Enquanto *tipos naturais* desempenham um papel em explicações e dão suporte às inferências indutivas, *tipos humanos* não podem ocupar o mesmo lugar epistêmico. O ato de formular, classificar e fornecer conteúdo descritivo, produz ciclos de *feedback* que alteram a abertura compreensiva de indivíduos classificados e, por consequência, obriga a revisão dos próprios tipos em estudo. Tais ciclos de *feedback* se desenvolvem em indivíduos que respondem ao processo de serem estudados, mas não se iniciam em indivíduos que não respondem ao processo de serem estudados, como é o caso de cactos, eucaliptos, bactérias ou cloro. Nesse sentido, Cooper entenderá que para sustentar a alegação de que tipos humanos não são tipos naturais não é suficiente afirmar que o efeito *looping* ocorre:

O argumento de Hacking que tipos humanos não são tipos naturais deve repousar, não meramente no fato de que o *feedback* ocorre, mas sim no fato de que ele ocorre de uma maneira particular. A diferença, afirma Hacking ([1997], p.15), é que o *feedback* em tipos humanos ocorre porque os indivíduos tornam-se conscientes dos modos pelos quais eles estão sendo descritos e julgados. (Cooper, 2004, p. 78).

A leitura que R. Cooper faz do conceito de *looping* de Hacking é atribuir ênfase nas maneiras pelas quais pessoas de um tipo podem tornar-se autoconscientes da classificação sob a qual se encontram. Nesse sentido, para que tipos humanos não sejam tipos naturais seria fundamental identificar o modo particular com que o *looping* opera. E como não se trata de apenas registrar que ele ocorre, mas sobretudo indicar o modo específico pelo qual ele se mostra, classificações sofrem efeito *looping* porque o comportamento humano se transforma

---

<sup>162</sup> Ao contrário do que afirma Cooper (2004 e 2005), Hacking não chega a admitir no capítulo *Madness: Biological or Constructed?* do livro *The Social Construction of What?* (1999) que alguns tipos humanos sejam também tipos naturais, mas apenas levanta a possibilidade de que alguns tipos de transtornos mentais sejam *tipos interativos e indiferentes* e não exatamente tipos naturais. Hacking explora a classificação autismo infantil como uma ilustração.

no próprio processo de estudá-lo, ou seja, pessoas classificadas podem tomar consciência ou conhecimento do modo como são descritas e judicadas. Nesse ponto, R. Cooper abre um questionamento sobre o papel da autoconsciência subjetiva de ser classificado no conceito de *looping* e se pergunta sobre o quanto ela seria dotada de distinção fundamental a ponto de marcar uma separação entre regiões ontológicas diversas.

Hacking tem apenas afirmado que tipos humanos podem ser afetados por um mecanismo para o qual outros tipos de entidade são imunes. Embora isso mostre que existe alguma diferença entre tipos humanos e outros tipos, não é suficiente para mostrar que essa diferença é de qualquer significado fundamental. Apesar de tudo, muitos outros tipos de entidades podem ser afetadas por mecanismos para os quais apenas entidades daquele tipo são vulneráveis. Embora seja verdade que apenas tipos humanos são afetados por idéias subjetivas, é também verdade que somente bactérias são afetadas por antibióticos, e que apenas animais domésticos podem ser criados seletivamente. Mas ninguém citaria isso como evidência de que 'tipos de bactérias' ou 'tipos de animais domésticos' não são tipos naturais. O fato de que apenas tipos humanos são afetados por idéias subjetivas será apenas uma razão para pensar que tipos humanos são distintos de tipos naturais se uma premissa extra é adicionada no sentido de que ser afetado por idéias é de maior significado metafísico do que ser afetado por, digamos, antibióticos. (Cooper, 2005, p. 60).

Como vimos, a autoconsciência desempenha o papel de instância que habilita indivíduos a tomarem para si o fato de que estão sendo classificados de uma maneira em vez de outra. Negando qualquer evidência de distinção mais fundamental, R. Cooper trata o efeito *looping* como mecanismo relacional no caso próprio aos tipos humanos. Assim, que tipos humanos sejam afetados pela ideia que os indivíduos fazem de si mesmos não chega a constituir impedimento para que certos tipos humanos (como os psiquiátricos) sejam também tipos naturais. O fato de que tipos humanos sejam afetados por um mecanismo para o qual tipos naturais são imunes, não faz desse mecanismo o critério que decide e impede a conjugação de ambos os tipos ou de suas propriedades. Assim, Hacking não teria sido capaz de mostrar que tipos humanos não podem ser tipos naturais, pois a ocorrência do *feedback* é compatível com certos tipos humanos sendo tipos naturais. E não haveria nada nesse mecanismo, que afeta tipos humanos, que demarcasse uma separação de tipos naturais. Tampouco a autoconsciência subjetiva de ser classificado chegaria a se constituir como argumento contra a possibilidade dessa concomitância. Se tipos humanos são entidades afetadas pelo mecanismo particular do efeito *looping*, essa vulnerabilidade não exclui a

atuação simultânea de outros mecanismos, por exemplo, mecanismos que acompanhariam os naturais. Por isso, não faria sentido lançar o efeito *looping* como linha de demarcação para que certas classificações de transtornos mentais não sejam também tipos naturais. O argumento de R. Cooper não apenas reivindica a importância de mostrar que Hacking falhou em tentar essa separação, mas também abre a possibilidade para que certos tipos humanos acompanhados de efeitos *looping* possam ser tipos naturais de uma maneira que ainda não compreendemos ao certo. Jogar luz sobre esse problema será esclarecer em que sentido classificações que seriam antes de mais nada passíveis de efeito *looping* - ou seja, tipos interativos - podem também ser tipos naturais.

#### **4.2.3.1 - Considerações sobre *efeito looping* e tipos naturais em Rachel Cooper**

De início, podemos desinflacionar a alegação de que tipos humanos em geral não podem ser tipos naturais e simplesmente reconhecer que certos tipos humanos em particular não chegam de fato a se constituir tipos naturais numa versão essencialista, como é o caso de inúmeros tipos de pessoas que circulam na linguagem cotidiana e nas ciências humanas. Por exemplo, classificações como judeus, marceneiros, alcoólatras, donas de casa, políticos, prostitutas e outros tantos tipos que categorizam pessoas não possuem essências naturais definidoras. Com isso, podemos dar razão parcial a Hacking e afirmar que ele foi capaz de mostrar que certos tipos humanos não podem efetivamente ser tipos naturais. Contudo, feita essa primeira consideração, devemos conceder uma parcela de razão a R. Cooper, e reconhecer que outros tantos tipos humanos podem ser tipos naturais (principalmente numa concepção boydiana), e nesse caso a psicopatologia fornece alguns candidatos.

Tudo bem que classificações de tipos humanos não venham estabelecer por si mesmas<sup>163</sup> demarcação suficiente para excluir tipos naturais. Em contrapartida, há de se opor a qualquer tentativa de erguer uma identidade ou equivalência entre tipos humanos e tipos naturais. Não acreditamos que R. Cooper chegue a propor isso de maneira clara ou direta. Contudo, manteremos afinados com ela no ponto em que o efeito *looping* não constitui argumento para que tipos humanos não se conjuguem e articulem-se com tipos naturais. De fato, os ciclos de *feedback* do *looping* significam que tipos humanos constituem histórias

---

<sup>163</sup> "A ideia de normal é em parte responsável pelas implicações morais de tantos tipos humanos." (Hacking, 1995, p. 372).

diferentes das histórias reladas por tipos naturais, e que tipos humanos não possuem a mesma caracterização de tipos naturais. Mas não chegaríamos a afirmar que Hacking concluiu em algum lugar dos seus textos que essa distinção implica mútua exclusão. O que poderíamos afirmar com segurança é que tipos humanos são distintos de tipos naturais e que o efeito *looping* marca bem essa diferença. Portanto, a alegação de Cooper de que Hacking concluiu que tipos humanos não são tipos naturais não acrescenta nada ao que a própria definição de *looping* já estabeleceu.

Quando R. Cooper individualiza o *looping* na autoconsciência e conhecimento que a pessoa pode ter de si mesma, o *looping* se torna um mecanismo que não serve de evidência para que tipos humanos não se tornem tipos naturais. Com efeito, não devemos citar o *looping* como evidência de que tipos humanos não podem ser tipos naturais, e isso não porque ele seja um mecanismo dotado de propriedades causais, mas porque é um processo exclusivo de tipos humanos. Ao contrário, R. Cooper irá insistir que outros tipos de entidades podem ser afetadas por mecanismos para os quais apenas entidades daquele tipo são vulneráveis, sem que a presença de tais mecanismos torne-se argumento para que não sejam tipos naturais, como é o caso de "bactérias são afetadas por antibióticos". Se o fato de bactérias serem afetadas causalmente por antibióticos não faz de bactérias um tipo menos natural, por que tipos humanos serem afetados pelos ciclos de *looping* fariam de tipos humanos classificações que não podem ser tipos naturais? Diante dessa problematização, nos parece que sua comparação - entre *looping* dos tipos humanos e mecanismos dos tipos naturais - é precipitada por ignorar que a afirmação "tipos humanos são afetados por ideias subjetivas" estará num plano epistêmico diferente da afirmação "bactérias são afetadas por antibióticos". No primeiro caso, classificações de tipos humanos precisam ser revisadas em função dos ciclos de *looping*, mas no segundo caso não. As bactérias que sofrem a ação dos antibióticos são prontamente encontradas em uma amostra empírica, particular e concreta, sem que isso leve a qualquer revisão da classificação "bactérias". Nesse sentido, R. Cooper confunde mecanismos causais dos tipos naturais com a dinâmica da classificação na qual os ciclos de *looping* evidenciam alterações em ambos os pólos dos indivíduos e dos tipos.

Assim, vemos no seu expediente uma tentativa de interpretar o *looping* como um mecanismo causal. Mas caso o *looping* pudesse ser interpretado e reduzido a um mecanismo causal, teríamos de concordar com a sua posição de que esse mecanismo não distingue, às últimas consequências, tipos humanos de tipos naturais, embora mostre que exista alguma

diferença, como ela própria diz. Contudo, os tipos humanos são afetados por uma dinâmica inerente à atividade de descrever e classificar pessoas. O *looping* classificatório não é um mecanismo causal, mas uma dinâmica nominalista em que descrições alteram descrições. Logo, a premissa extra a que ela se refere (na citação de início<sup>164</sup>) deve ser adicionada, pois ser afetado por idéias é de significado ontológico diverso do que ser afetado causalmente por antibióticos.

R. Cooper terá razão em afirmar que a alegação de que tipos humanos não são tipos naturais não se baseia no fato de que o *feedback* ocorre, mas no fato de que ele ocorre de uma maneira particular? Antes de mais nada, sua interpretação sobre a maneira particular com que o *looping* ocorre é idêntica à de J. Tsou, para o qual a consciência daqueles que caem sob uma classificação desempenha um papel fundamental por ser aquela instância que habilita indivíduos particulares a entenderem que eles estão sendo classificados de uma maneira em vez de outra. Por isso podemos dizer que R. Cooper cai no mesmo erro redutivo de J. Tsou. Cooper individualiza o efeito *looping* na consciência e conhecimento que a pessoa pode ter de si mesma, acreditando que o *looping* se manifesta única e exclusivamente a partir de indivíduos conscientes dos modos pelos quais estão sendo descritos e julgados. De um ponto de vista mais aberto, o argumento de que tipos humanos não são tipos naturais se apoiaria no fato de que a interação ocorre, não necessariamente que ela ocorre de uma maneira particular. Essa maneira particular que R. Cooper (2004, 2005) se refere diz respeito aos indivíduos concretos classificados tornando-se conscientes dos modos pelos quais estão sendo descritos e julgados. Mas essa assunção consciente do sujeito às formas pelas quais é descrito e classificado não revela uma compreensão total do conceito de *looping*, uma vez que não precisamos, sempre e a cada vez, colocar ênfase nas maneiras pelas quais pessoas de um tipo podem tornar-se autoconscientes sobre a classificação que se encontram. Devemos considerar na definição do *looping* - como explicitamente sugere Hacking - aqueles tipos cujas pessoas classificadas não podem tomar consciência ou conhecimento direto do modo como são descritas e julgadas. Embora não ocorra *feedback* autoconsciente, isso não impede a existência dos ciclos de *looping* que envolvem sempre a matriz sob a qual a classificação se organiza, isto é, as unidades humanas mais amplas que os indivíduos particulares que caem

---

<sup>164</sup> "O fato de que apenas tipos humanos são afetados por idéias subjetivas será apenas uma razão para pensar que tipos humanos são distintos de tipos naturais se uma premissa extra é adicionada no sentido de que ser afetado por idéias é de maior significado metafísico do que ser afetado por, digamos, antibióticos." (Cooper, 2005, p. 60).

sob dada classificação. Somente essa visão aberta permite lidar plenamente com o efeito *looping*, e em particular com o das classificações inacessíveis, como é o próprio caso do autismo infantil. Além dos níveis de consciência que um dado indivíduo particular teria, o espectro do *looping classificatório* implica os outros na sociedade situados num campo relacional mais amplo de práticas e instituições.

Os argumentos de R. Cooper também irão se confundir em um ponto importante. Afirmar que tipos humanos são afetados exclusivamente pelo mecanismo do *looping* mostra inevitavelmente que outros tipos de entidade são imunes a esse mecanismo. Assim, divergindo de R. Cooper, acreditamos que o *looping* não mostra apenas que existe alguma diferença entre tipos humanos e demais tipos, ele mostra que essa diferença é de significado fundamental, pois é uma diferença ontológica a nível de tipos. Ignorando essa diferença ontológica a nível de tipos, R. Cooper interpreta o efeito *looping* como um mecanismo que se comporta tal qual eventos físicos atuam uns sobre os outros.<sup>165</sup> Mas o fato de que tipos humanos são afetados por descrições pressupõe que tipos humanos sejam constituídos por descrições. Algo completamente diferente é dizer que bactérias são afetadas causalmente por antibióticos, pois serve de evidência que entre bactérias e antibióticos há uma correlação causal constitutiva de tipos naturais. O fato de que apenas tipos humanos são afetados por descrições é razão para entendermos que tipos humanos são distintos de tipos naturais, já que ser afetado por ideias é de significado ontológico diverso de ser afetado causalmente por antibióticos, como é o caso das bactérias.

Assim, chegamos à mesma conclusão de R. Cooper mas por vias diferentes. De fato, Hacking não foi capaz de mostrar que tipos humanos não podem ser tipos naturais (talvez nem tenha pretendido isso nos textos de 1986 e de 1995) porque a ocorrência do *looping* é compatível com certos tipos humanos associados com tipos naturais. E não haveria nada nos ciclos de *looping* que afetam tipos humanos que demarcasse uma separação de tipos naturais.

---

<sup>165</sup> "O fato de que apenas tipos humanos são afetados por ideias subjetivas será apenas uma razão para pensar que tipos humanos são distintos de tipos naturais se uma premissa extra é adicionada no sentido de que ser afetado por ideias é de maior significado metafísico do que ser afetado por, digamos, antibióticos. No lugar, Hacking sugere que o *feedback* causado pela consciência subjetiva de ser classificado é importante porque resulta em *feedback* ocorrendo em um ritmo mais rápido do que o que afeta tipos naturais (ver, por exemplo, Hacking [1992], p.190). O pensamento parece ser que a velocidade com que a mudança ocorre confunde nossas tentativas de usar tipos humanos em inferências indutivas. Tal afirmação é questionável. Tipos humanos realmente mudam mais rapidamente do que a mutação de vírus e bactérias? De qualquer modo, uma diferença na taxa de *feedback* é inadequada para marcar uma distinção metafísica fundamental entre tipos humanos e tipos naturais. Se fosse verdade que as características dos tipos humanos deslocam mais rapidamente isso implicaria que tipos humanos não são particularmente tipos naturais úteis, não que tipos humanos não podem ser tipos naturais em tudo." (Cooper, 2005, p. 60).



Por isso, não faria sentido lançar o efeito *looping* como evidência para que certos transtornos mentais não sejam também tipos naturais, justamente porque o *looping* não é um mecanismo propriamente dito, mas uma dinâmica nominalista entre classificações e indivíduos que caem sob essas classificações. A interpretação do *looping* como um mecanismo perde de vista a dinâmica nominalista dos tipos e o campo relacional no interior do qual pessoas e classificações se encontram em plena interação e evolução. Mas essa coisificação do *looping* tem por consequência a supressão dos tipos indiferentes. E essa supressão vem a reboque de uma redução dos indiferentes aos naturais.

Inversamente, os mecanismos causais que acompanham tipos naturais se encontram imunes ao efeito *looping* dos tipos humanos, o que não implica que tais tipos humanos não tenham conteúdos que se apoiam em bases naturais. Portanto, mecanismos que acompanhariam tipos naturais poderiam amparar certos tipos humanos. Logo, a distinção de Hacking entre tipos humanos e tipos naturais não implica necessariamente uma separação ou um antagonismo entre eles. Contudo, o campo dessa articulação não poderia simplesmente ser uma ligação direta entre o nominalismo do *looping* e o realismo dos naturais, como tentaram J. Tsou e D. Murphy, e que se anuncia discretamente aqui com R. Cooper. Portanto, concordamos com R. Cooper que tipos humanos e tipos naturais podem andar juntos em certas classificações, como em algumas categorias psiquiátricas, mas discordamos que o espaço dessa articulação seja uma ligação direta entre nominalismo e realismo. Por isso, o argumento de R. Cooper abre a possibilidade para que certos tipos humanos acompanhados de efeitos *looping* possam ser tipos naturais de uma maneira que ela própria não chegou a compreender. Novamente, jogar luz sobre esse problema será esclarecer em que sentido classificações que seriam antes de mais nada vulneráveis ao *looping* - ou seja, tipos interativos - podem também ser tipos naturais. Seria essa a função indispensável dos tipos indiferentes, nos devolvendo para o nível de um nominalismo de tipos. E justamente porque preservamos os indiferentes, retoma-se o objetivo mais geral dessa investigação: em qual sentido classificações psiquiátricas podem ser tipos naturais?

### **4.3 - Conclusões**

#### **4.3.1 - Os críticos partem de uma noção vaga de tipos naturais**

A contribuição dos críticos não foi discutir em que sentido as bases ou mecanismos biológicos são tipos naturais, mas fornecer mais ferramentas para descrever transtornos psiquiátricos incluindo no horizonte descritivo e explicativo fatores psicológicos, cognitivos, sociais e culturais. Os vários transtornos psiquiátricos podem aparecer em seus relatos como o resultado direto de uma relação entre componentes biológicos (genéticos, bioquímicos e neuronais) e fatores ambientais. Podemos dizer que os críticos são naturalistas e construcionistas, pois ressaltam o papel dos componentes biológicos e de fatores sociais e culturais na constituição dos transtornos mentais fazendo uma interpretação naturalista dos tipos indiferentes e construcionista dos tipos interativos.

O denominador comum presente nas discussões de J. Tsou, D. Murphy e R. Cooper com Hacking aponta para o fato de que a explicação sobre bases naturais das classificações psiquiátricas precisa acomodar a variação das características de superfície. Se a variação não é incompatível com a existência de tipos naturais, uma mesma classificação de transtorno mental difere em suas propriedades de superfície (moldadas pelo contexto cultural segundo a época e o lugar) sem por isso deixar de ser um tipo natural no que se refere às suas propriedades subjacentes. Onde há variação nas propriedades de superfície, não há razões para não se buscar tipos naturais. Mas o gesto de requisitar que tipos naturais sejam capazes de acomodar um espectro de variações dependentes das relações espaço temporais ainda não determina em que sentido temos tipos naturais. Com isso, os críticos se movimentam dentro de uma indefinição quanto ao sentido que a presença de componentes biológicos determina os transtornos mentais enquanto tipos naturais, embora não deixem de observar que as características de superfície podem variar e exigir ambientes específicos.

O exercício de Hacking de supor uma patologia *P* para o autismo nos convida a desenvolvê-lo e pensar que em vez de uma estrutura oculta podemos estar lidando com a presença de várias estruturas ocultas, uma heterogeneidade biológica subjacente ao aglomerado de sintomas comportamentais, o que coloca um desafio a respeito de qual teoria de tipos naturais melhor acomodaria essa complexidade. Anuncia-se aqui um primeiro sentido que classificações podem ser tipos naturais de maneira inequívoca, ou seja, quando há uma estrutura oculta - uma patologia *P* - claramente especificada que determina o que é requisitado para pertencimento de membros e não membros a um tipo. A partir dessa delimitação de um componente biológico forte, teríamos: (a) descoberta de uma única gênese biológica claramente especificada para o autismo, (b) a reclassificação da população que não possuía

autismo embora exibisse todos os sintomas típicos, e (c) a descoberta de que um grupo de indivíduos possuía autismo embora não exibisse quaisquer características típicas. O segundo sentido que classificações podem ser tipos naturais seria (d) a descoberta de dois, quatro ou vários componentes biológicos para o autismo - *P1, P2, P3, P4...* Por exemplo, o autismo tal como tipificado atualmente, poderia possuir em vez de uma propriedade última e fundamental, mas duas, três, cinco ou mais estruturas ocultas, quer dizer, uma multiplicidade e diversidade de estruturas subjacentes para um mesmo conjunto típico de sintomas. Dada essa diversidade e multiplicidade biológica que impossibilitaria de traçar um perfil cerebral único do autismo, tal estrutura oculta, subjacente e demasiadamente heterogênea, por um lado, (d1) poderia tornar-se irrelevante - fazendo com que as características de superfície tomem a cena como propriedades determinantes dos critérios de definição da classificação autismo -, e por outro, (d2) poderia levar ao surgimento de novas classificações, tipos e subtipos. Diferentemente do primeiro sentido (a, b e c), onde o que ainda individualizaria a classificação não seria o conteúdo descritivo das características típicas de superfície, mas a determinação empírica de sua propriedade subjacente, no segundo sentido (d1), afrouxa-se a hierarquia entre propriedades subjacentes e de superfície para conceituar a classificação, de modo que não se é capaz de especificar na biologia uma prioridade epistêmica fundamental para definição última da classificação. Já em (d2), dada a especificidade de *P1, P2, P3, P4...* novos subgrupos de classificações surgiriam. A consequência dessa reorganização em subtipos é iniciar novos atos classificatórios, que iniciam ciclos de interações entre indivíduos e classificações no interior de uma matriz de práticas e instituições.

Por fim, a possibilidade da descoberta de dois, quatro ou vários componentes biológicos para o autismo - *P1, P2, P3, P4...* - deve nos fazer pensar em que medida ainda estaríamos lidando com um tipo de transtorno - o autismo - e não vários, e se esses vários ainda seriam os mesmos: temos indivíduos com o mesmo transtorno biológico mas em graus que variam significativamente ou estaríamos lidando com tipos diferentes de transtornos? A suposição de que o autismo possui bases naturais - a presença de uma estrutura oculta delimitada por um forte componente biológico - não enfraqueceu ou modificou-se em comparação com seus critérios de identificação que alteraram-se ao longo das cinco revisões do DSM, e após as primeiras descrições em 1943 com Kanner e em 1944 com Asperger.<sup>166</sup>

---

<sup>166</sup> "Os critérios de identificação, muito menos as teorias sobre o que o autismo 'é', mudaram muito desde 1938. A visão científica otimista é que estamos estabelecendo um melhor e melhor entendimento do autismo, refinando nossa definição desse tipo natural de comportamento e descobrindo sua causa e sua essência. O observador

Embora essa suposição não tenha enfraquecido, ainda não se sabe em que medida os indivíduos que caem no espaço dos sintomas e características típicas se encontrariam também localizados no mesmo espaço biológico. Nesse sentido que o autismo continua sendo suposto até hoje como um transtorno que possui um componente biológico, embora renomeado várias vezes, reorganizado em subtipos, com seus critérios de identificação alterados e expandidos à cada nova revisão dos manuais.<sup>167</sup> Nesses termos, é possível dizer que *o autismo seria um tipo suposto como natural que se mantém errante por efeito looping*, isto é, um *tipo interativo e indiferente*, como veremos mais adiante.

#### 4.3.2 - A visão dos críticos negligencia tipos indiferentes

Em que as discussões com J. Tsou, D. Murphy e R. Cooper nos ajudam a pensar o dilema levantado por Hacking? Em primeiro lugar, a posição dos críticos converge para um espaço que reúne naturais e interativos, dispensando os indiferentes. Em segundo lugar, é possível avaliar que o nominalismo dos interativos e indiferentes retém maiores ganhos que quaisquer propostas que pretendam reduzir os indiferentes aos naturais e os interativos a níveis de consciência que tipos de pessoas podem exibir. A distinção e não redução entre

---

externo pode ser menos otimista. Eu penso que ninguém duvida que muitas crianças, diagnosticadas como autistas, sofrem de algum prejuízo biológico distinto (bioquímico ou neurológico). Isto deve, nós sentimos, ser um tipo humano (ou vários tipos) que cederá à biologia! No momento da escrita, não há patologia cerebral conhecida (...). (Hacking, 1995, p. 376).

<sup>167</sup> Desde a primeira descrição do autismo realizada em 1943, a categoria foi renomeada várias vezes. As características clínicas do autismo foram sendo reorganizadas em subtipos - retardo mental, sintoma e subtipo de esquizofrenia infantil, transtorno do desenvolvimento e espectro autista - com sucessivas alterações nos critérios de definição da classificação. Junto dessas re-nomeações, reorganizações e redefinições ao longo das décadas, os achados empíricos mais recentes sobre o autismo ainda se mostram vagos, de modo que se há bases naturais, essa permanece inespecífica. Recentemente em 2015 no Canadá, os resultados de uma pesquisa de sequenciamento constatou que o "transtorno do espectro do autismo (ASD) é geneticamente heterogêneo (...). Nosso estudo enfatiza que existe uma substancial heterogeneidade genética no ASD (...)" (Yuen et al., 2015). Os resultados dessa pesquisa de 2015 acabam por validar a antiga incerteza e falta de especificidade com respeito à delimitação de mecanismos genéticos e celulares subjacentes ao autismo: "É importante salientar que, apesar de que os dados de gêmeos e familiares indicam claramente os mecanismos genéticos na etiologia desses transtornos, os padrões de transmissão observados não correspondem às expectativas Mendelianas. Em resumo, na maioria dos casos parece não haver uma correspondência direta e simples entre ter uma anormalidade genética única e ter autismo. De fato, os dados dão suporte à noção de que, na grande maioria dos indivíduos, os múltiplos *loci* interagem para levar a manifestações da síndrome. Mesmo que seja amplamente aceito que não há um gene único do autismo, é difícil prever o número de regiões genéticas, ou *loci*, que contribuem para ele. Estimou-se que aproximadamente 15 genes possam estar envolvidos. No entanto, isso pode acabar sendo uma significativa subestimação do número total que pode levar ao desenvolvimento de um fenótipo autístico ou aumentar o risco disso. Essa complexidade genética parece ser a regra e não a exceção para a maioria das condições clínicas mais comuns. No entanto, a descoberta de genes no autismo pode representar um desafio ainda maior que em outras condições, tais como hipertensão ou diabetes, devido às particularidades do diagnóstico, particularmente nas fronteiras da síndrome, e atual ausência de qualquer marcador biológico que possa distinguir de forma confiável um indivíduo afetado de um não afetado." (Gupta e State, 2006, p. S30).

naturais e indiferentes só pode ser afirmada às últimas consequências considerando que o realismo dos naturais não substitui ou desonera o nominalismo dos indiferentes. Assim, os naturais são os melhores casos dos indiferentes porque as classificações indiferentes transferem para ou herdam da pesquisa empírica a descoberta de bases naturais. Assim, *o realismo dos tipos naturais fornece novos elementos para o nominalismo dos tipos indiferentes.*

A distinção e não redução entre indiferentes e naturais é fundamental para compreendermos a reciprocidade de um com outro, onde quanto mais naturais, mais somos remetidos aos indiferentes, e inversamente, onde fatos sobre os indiferentes apontam para a positividade dos naturais. Nesse sentido, naturais e indiferentes são solidários entre si, e podem se compreender um pelo outro por meio do seu contraste.

#### **4.4 - Considerações sobre tipos interativos e indiferentes**

##### **4.4.1 - A ausência referida de *efeito looping* nos tipos interativos e indiferentes**

Se o que Hacking faz é mostrar que a relevância epistêmica estaria menos na semântica e mais na dinâmica da classificação, temos aqui um sinal da motivação que orientou o trânsito pela semântica da classificação. Em primeiro lugar, essa redefinição do autismo com base em componentes biológicos levaria a uma reclassificação de inúmeros casos por não possuírem a patologia *P*. Como consequência dessa alteração do campo de ação intencional, se iniciaria uma nova dinâmica da classificação por efeito *looping* a partir daqueles membros identificados pela posse da patologia *P*. Em segundo lugar, em se tratando de tipos biológicos com seus mecanismos naturais passíveis de serem especificados - como é o caso da suposta patologia *P* - a regularidade biológica exibida por tipos naturais revela o modo com que a indiferença dos tipos indiferentes se manifesta continuamente. Com tipos indiferentes, Hacking se limita a dizer que *não ocorre uma interação em particular*. E ao dizer que não ocorre uma interação específica, não chega a sair de uma determinação nominalista sobre tipos. Os indivíduos concretos referidos nessa interação que não ocorre, não são indivíduos autoconscientes, nem são dotados de crenças sobre si mesmos, nem podem conhecer a si próprios. Porque os membros de tipos indiferentes não possuem consciência de si e seus melhores casos são de tipos naturais, essa ausência determinada revelará uma

presença daquilo que resiste a qualquer alteração por ser classificado, isto é, regularidades que resistem às descrições sobre elas. Portanto, o modo de manifestação dos tipos indiferentes não é um negativo absoluto, mas como argumentamos no capítulo anterior, se refere a uma ausência determinada de consciência e conhecimento sobre como se é classificado. Ao mesmo tempo, essa ausência determinada abre o espaço para que a tipificação de processos biológicos venham exibir a regularidade natural que lhe são constitutivas.

Nesse ponto, talvez fique claro a entrada na semântica e a saída para a dinâmica da classificação. Se a patologia *P* enquanto um tipo indiferente não exibe uma dinâmica da classificação, isso não quer dizer que não manifeste coisa alguma. Antes e ao contrário, a ausência de uma dinâmica fica mais evidente à medida que lidamos com suas bases naturais, de modo que a semântica da classificação, tal como Hacking posicionou, seja apenas uma consequência investigável de um tipo indiferente. Aqui é possível entender que quando tipos naturais são os casos exemplares de tipos indiferentes, toda ausência de efeitos *looping* é uma ausência referida. Porque tipos naturais exibem determinada regularidade natural que a ausência de efeitos *looping* pode ser especificada. Logo, se o que marcasse o caráter indiferente dos *tipos interativos e indiferentes* fosse a simples presença efetiva de propriedades naturais como quer J. Tsou, teríamos que aderir às conclusões do próprio J. Tsou e reduzir os indiferentes aos naturais.

A dificuldade com os *tipos interativos e indiferentes* é que eles não fornecem, por si mesmos e de antemão, os parâmetros que apontam onde *não há looping*, de modo que por meio de tipos naturais que podemos especificar de forma clara essa não ocorrência. E quanto mais a investigação empírica exibe propriedades e mecanismos naturais mais sabemos que essas propriedades e mecanismos se referem aos indiferentes.

#### **4.4.2 - Interativos e indiferentes como eventos simultâneos e não sucessivos**

Fizemos observar que os tipos de Hacking exibem dois componentes fundamentais: a ocorrência de classificações e a ocorrência de indivíduos concretos (coisas/pessoas). Podemos agora questionar se a distinção entre coisas e pessoas pressuposta por Hacking implicaria necessariamente em exclusão. Vimos, no capítulo anterior, que essa distinção possui uma anterioridade lógica e repercute na distinção entre tipos interativos e tipos indiferentes. Argumentamos também que a distinção entre interativos e indiferentes não pressupõe

necessariamente separação entre tipos. Por um lado, os tipos interativos instanciam a relação entre classificação e indivíduos capazes de reconhecer o fato de que são classificados assim e não de outro modo. Já os tipos indiferentes, ao contrário, instanciam a relação entre classificação e indivíduos que não se abrem para o fato de que são classificados. Essa é uma estrutura que não permite equiparar o caso concreto com aquilo de que ele é tipo. Ao diferenciar indivíduos concretos e aquilo de que são tipos, Hacking não irá confundir o tipo com aqueles que caem sob o tipo, o que abre o espaço para que o objeto de conhecimento se apresente em relação com sua classificação. Nesse espaço em que o objeto de conhecimento se apresenta em relação com sua classificação, temos o caso do mesmo indivíduo concreto que se mostra composto por elementos que resistem e elementos que cedem às descrições. E se aqueles elementos que resistem (regularidades naturais) e aqueles que cedem (o espaço da experiência possível de indivíduos) às descrições se encontram claramente especificados, os tipos de Hacking admitem classificações que se encontram ao mesmo tempo sob o caráter do indiferente e do interativo. Enquanto tipos indiferentes atestam que descrições não chegam a interferir no curso de algo que está acontecendo nas coisas, *tipos interativos e indiferentes* fornecem um relato de que descrições interferem no curso da experiência das pessoas sem com isso interferir no curso de algo que está acontecendo nas coisas. A indiferença somente é possível porque a relação entre o tipificar e o tipificado é indiferente para o tipificado. O tipificado "patologia P" não se abre para a tipificação, ao contrário do tipificado "pessoa autista" que se abre para a tipificação. Mas se "patologia P" entra de maneira efetiva na constituição das características da "pessoa autista", essa não será uma questão para *tipos interativos e indiferentes* resolver, mas para a investigação empírica dos tipos naturais, já que a correlação entre interativos e indiferentes é simultânea em vez de sucessiva.

Por apresentarem uma correlação simultânea e não sucessiva, tais tipos admitiriam, por sua vez, classificações que sofrem efeitos *looping* e exibem regularidades naturais, ao mesmo tempo.<sup>168</sup> Que coisas possam se encontrar dadas em pessoas, ou mesmo serem acopladas ou anexadas a elas, fornece uma base comum que vem corroborar a possibilidade de lidarmos com classificações que reúnem a dinâmica dos *interativos* e a regularidade dos *indiferentes* sob um mesmo *tipo*. Antes de entrar no campo da psicopatologia, a ilustração sugerida por Hacking (1999) para essa coexistência entre *interativos* e *indiferentes* foi o

---

<sup>168</sup> "Pensadores mais iconoclastas do que os filósofos de tipos naturais argumentarão que há um *continuum* entre tipos indiferentes e tipos interativos. Eu simpatizo com isso, mas suspeito que há menos um *continuum* do que muitos limites borrados. Ou talvez um número de *continuum* diferentes. (...)" (Hacking, 1999, p. 107).

exemplo do cyborg.<sup>169</sup> Do mesmo modo que na psiquiatria, se a classificação cyborgs possui efeitos *looping*, isso não significa - como acreditaria J. Tsou<sup>170</sup> - que estamos deixando de mostrar que ela é também um tipo indiferente. Mas, exibir *looping* não é alguma coisa capaz de excluir a possibilidade da especificação de propriedades que não são passíveis de *looping*. E essa especificação é o que Hacking sistematicamente faz no caso do autismo infantil, e agora no exemplo dos cyborgs:

E os cyborgs? Quando a palavra 'Cyborg' foi introduzida pela primeira vez (...) por (...) Manfred Clynes e Nathan Kline (1960/1996), significavam um mecanismo de *feedback* biológico que não era autoconsciente, potencialmente anexados a seres humanos que eram auto-conscientes (...). Cyborgs foram planejados para ser verdadeiramente tipos indiferentes de coisas, anexado a coisas de um tipo interativo. A ficção científica modificou a palavra para que os cyborgs se tornassem compostos humanos-máquinas autoconscientes. Estes são interativos. A distinção entre o interativo e o indiferente mantém-se surpreendentemente bem para cyborgs, tanto reais quanto ficcionais. (Hacking, 1999, p. 107).

Esse nominalismo de tipos não estaria ao alcance das objeções de J. Tsou que interpreta os indiferentes e os interativos como categorias mutuamente excludentes e antagônicas. Assim, o que é dado nos tipos indiferentes continua sendo descritivamente diferente do que é dado nos tipos interativos. O tipo de resposta de coisas continua não se confundindo com o tipo de resposta de pessoas, a relação entre membros e classificação continua sendo algo basilar e fundamental, assim como membros e classificações continuam sendo dados conjuntamente. Esse nominalismo dos *tipos interativos e indiferentes* nos faz ver apenas que os membros dos indiferentes não se relacionam com aquilo de que eles são tipos, enquanto os membros dos interativos se relacionam com aquilo de que são tipos. Não há incompatibilidade, já que a região ontológica é a mesma. Podemos agora compreender a possibilidade de tipos entrelaçados, com sobreposições e cruzamentos.

#### **4.4.3 - Autismo: tipo suposto como natural que se mantém errante por *looping***

---

<sup>169</sup> No caso dos Cyborgs, vemos certa preparação para a formulação do problema sobre interativos e indiferentes que será posto no contexto das psicopatologias, que seguindo a ordem do texto de Hacking, viria a seguir.

<sup>170</sup> Dada a reflexão anterior de J. Tsou, os Cyborgs poderiam representar novamente o mesmo problema do "autismo infantil", o de não conseguir mostrar que é uma classificação indiferente, já que possui *looping*. E como saída para esse impasse, o interativo só poderia caracterizar a presença nos indivíduos de níveis de consciência, e o indiferente, a presença de regularidades naturais.



Como mencionamos, o *status* epistêmico da classificação *autismo* não sinaliza para quaisquer bases naturais claramente especificadas que viriam redefinir a classificação, embora a suposição de componentes biológicos seja recorrente na literatura médica desde 1943. Ao mesmo tempo, noticia-se nos últimos anos uma "epidemia de autismo".<sup>171</sup> Esse aumento do número de diagnósticos tem sido relacionado diretamente às alterações no modo de descrever e classificar os comportamentos e as características típicas do autismo. Para se ter uma ideia, as sucessivas alterações foram desenhando uma errância do autismo dentro da taxonomia médica: o *autismo infantil precoce* de Leo Kanner<sup>172</sup> e *psicopatia autista* de Asperger em 1944<sup>173</sup>, apenas anunciaram essa itinerância.<sup>174</sup> Do DSM-I ao DSM-5, o autismo se mostra de

---

<sup>171</sup> "Em 1994, o diagnóstico estimativo era de que havia três crianças autistas em cada 10.000 crianças. Em 2004, apenas uma década depois, essa estimativa era de 60 casos para 10.000 crianças. É com este dado estatístico que Roy Richard Grinker, antropólogo da *George Washington University*, inicia seu livro, *Autismo: um mundo obscuro e conturbado* (...). O aumento surpreendeu o público americano, segundo o autor, a ponto de o Congresso Americano, à época, anunciar que se tratava de uma 'epidemia' de autismo que 'estava devastando as famílias' (...). Grinker nos pergunta: Por que esse 'diagnóstico' é maior na Europa e nos EUA? Estamos diante de novas fórmulas para definir as estatísticas? As estatísticas do início dos anos 1990 eram pouco realistas? Ou estamos lidando, agora, com diagnósticos mais precisos e atualizados? Por que chamar de 'epidemia' uma doença que não é contagiosa? O autor aceita o desafio de pensar esses 'crescentes' números e, com o apoio da pesquisa antropológica e comparativa, chega à importante conclusão de que 'não podemos afirmar que houve um aumento da incidência do autismo' (...), e sugere que esses novos números 'reflitam uma mudança na forma como nossa cultura percebe uma condição específica de saúde e doença' (...)." (Fleischer, 2012, p. 231-232).

<sup>172</sup> A etiqueta "autismo" começará a se insinuar como um tipo nosológico em 1943 quando L. Kanner (1894-1981) publica *Distúrbios Autísticos do Contato Afetivo*, onde descreve casos de 11 crianças de classe média americana sob a expressão "autismo infantil precoce", distinguindo de outras psicoses graves na infância. O autismo infantil é relatado como um quadro caracterizado por isolamento, obsessividade, estereotípias e ecolalia. Kanner (1943, p. 242) identificou nessas crianças prejuízos nas áreas da comunicação, comportamento e interação social, e caracterizou essa condição como única, diferenciando do retardo mental e de outras psicoses graves na infância, como a esquizofrenia: "Seus pais se referem a elas como sempre tendo sido 'auto-suficiente'; 'como em uma concha'; 'mais feliz quando deixado sozinho'; 'agindo como se as pessoas não estivessem ali'; 'perfeitamente alheio a tudo sobre ele'; 'dando a impressão de sabedoria silenciosa'; 'falhando para desenvolver a quantidade usual de consciência social'; 'agindo quase como se estivesse hipnotizado'. Esta não é, como em crianças ou adultos com esquizofrenia, um afastamento de um relacionamento inicialmente presente; isso não é uma 'retirada' da participação anteriormente existente. Existe desde o início, uma extrema solidão autista que, sempre que possível, desconsidera, ignora, exclui tudo o que chega para a criança do lado de fora". Atribuindo conteúdo à categoria solidão autista, Kanner (1943, p.242) descreve que "o transtorno principal, patognomônico, é a incapacidade que tem estas crianças, desde o começo de suas vidas, para se relacionar com pessoas e situações". No que diz respeito ao comportamento insistentemente repetitivo, Kanner (1943, p.242) dirá que "os sons e movimentos da criança são tão monotonamente repetitivos como são suas emissões verbais. Existe uma marcada limitação da diversidade de suas atividades espontâneas. Sua conduta rege-se por um desejo ansiosamente obsessivo de manter a invariância". Finalmente, devemos reter sua tese sobre a extensão do termo autismo infantil ancorada em uma anunciada origem biológica, "assim, teremos que supor que estas crianças tenham vindo ao mundo com uma incapacidade inata para formar os laços normais, de origem biológica, de contato afetivo com as pessoas, do mesmo modo que outras crianças vêm ao mundo com outras deficiências inatas, físicas ou intelectuais." (Kanner, 1943, p. 250).

<sup>173</sup> Em 1944, Hans Asperger (1906-1980) publica *A Psicopatia Autista na Infância* classificando uma síndrome também marcada por dificuldades de integração social infantil, mas que apresentava uma modulação aos relatos de Kanner, pois seus sintomas apareciam após o 3º ano de vida, ao mesmo tempo, sem retardo na linguagem e cognição. As características clínicas da *Síndrome de Asperger* foram estabelecidas em 1981 por Wing. Para uma

maneira diversa segundo revisões sucessivas: sintoma da *Reação Esquizofrênica, tipo infantil* no DSM-I (1952), *esquizofrenia tipo infantil* no DSM-2 (1968)<sup>175</sup>. No DSM-III (1980), o autismo surge pela primeira vez como entidade independente, *Transtornos Globais do Desenvolvimento - TGD*. E se o DSM-III (1980) incluiu o autismo como uma condição separada, o DSM-IV (1994) criará 5 subtipos dentro dos TGDs para diferenciação de subgrupos: (a) *Transtorno Autista*, (b) *Transtorno de Asperger*, (c) *Transtorno Desintegrativo da Infância*, (d) *Síndrome de Rett*, (e) *Transtorno Invasivo do Desenvolvimento sem outra Especificação*. Já o DSM-V (2013) eliminará os TGDs criando uma única categoria diagnóstica, o *Transtorno do Espectro do Autismo - TEA*. Assim, no DSM-V (2013) o autismo é assumido como espectro, substituindo as subcategorias dos TGDs que são agora abordadas por um único termo abrangente: *Transtornos do Espectro do Autismo - TEA*.<sup>176</sup> Uma das mudanças no DSM-V foi a eliminação da *Síndrome de Asperger*<sup>177</sup> como um diagnóstico separado, absorvendo-a no espectro autista, de modo que o *Transtorno Global do Desenvolvimento* do DSM-IV tornou-se uma escala que varia segundo um gradiente. Assim, o tipo *Transtornos do Espectro do Autismo* deixa de visar os 5 subtipos mencionados como transtornos distintos e procura integrar um *continuum* que varia dentro de um gradiente de grave, moderado a leve. Sabe-se que tanto Kanner (1943) quanto Asperger (1944) empregam o termo principalmente para assinalar a qualidade do comportamento social do autista. Com a

---

comparação entre as entidades de Kanner e Asperger, conferir: Wing, L. (1991). *The relationship between Asperger's syndrome and Kanner's autism*. In U. Frith (Ed.), *Autism and Asperger syndrome* (pp. 93-121). Londres: Cambridge University Press.

<sup>174</sup> As descrições de Leo Kanner (1943) e Hans Asperger (1944) foram as primeiras e aquelas consideradas relevantes sobre o que se entende sobre a etiqueta "autismo" ao longo das cinco edições e revisões do DSM. Após Leo Kanner (1943) e Hans Asperger (1944), o autismo tornou-se objeto de intenso debate, em seus aspectos empíricos, etiológicos, terapêuticos, um debate assumido por diferentes correntes científicas que se alimentou progressivamente da influência de teorias psicodinâmicas, comportamentais e biológicas.

<sup>175</sup> Nos DSM I e II, o autismo aparece como uma das manifestações da esquizofrenia na infância. Após, será separado da esquizofrenia, e consolidado como um transtorno do desenvolvimento no DSM-III.

<sup>176</sup> "As características essenciais do transtorno do espectro autista são prejuízo persistente na comunicação social recíproca e na interação social (Critério A) e padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades (Critério B). Esses sintomas estão presentes desde o início da infância e limitam ou prejudicam o funcionamento diário (Critérios C e D). O estágio em que o prejuízo funcional fica evidente irá variar de acordo com características do indivíduo e seu ambiente. Características diagnósticas nucleares estão evidentes no período do desenvolvimento, mas intervenções, compensações e apoio atual podem mascarar as dificuldades, pelo menos em alguns contextos. Manifestações do transtorno também variam muito dependendo da gravidade da condição autista, do nível de desenvolvimento e da idade cronológica; daí o uso do termo espectro. O transtorno do espectro autista engloba transtornos antes chamados de autismo infantil precoce, autismo infantil, autismo de Kanner, autismo de alto funcionamento, autismo atípico, transtorno global do desenvolvimento sem outra especificação, transtorno desintegrativo da infância e transtorno de Asperger." (APA, 2014, p. 53).

<sup>177</sup> Bem antes do DSM-5, o interesse na síndrome de Asperger estava sendo problematizado, como podemos ver na passagem de Frith (1994, p. 2) que se pergunta se "deverão o autismo e a síndrome de Asperger serem vistos como distintos e como categorias diagnósticas mutuamente exclusivas, ou deverá a síndrome de Asperger ser encarada como uma subcategoria do autismo?".

introdução da noção de espectro, o autismo em Asperger e em Kanner se consolidam como variedades de uma mesma entidade, segundo a qual seus relatos são pontas de duas extremidades que indicam a progressão entre o nível grave e leve de uma mesma patologia (Wing, 1991). E o que era *psicopatia autística infantil* em 1944, será conhecida como *Transtorno de Asperger* em 1994 e discriminada como um autismo de alto funcionamento. Mas após 2013, todos aqueles que caíram sob a classificação *Transtorno de Asperger* foram outra vez reclassificados como possuindo um *Transtorno do Espectro Autista - TEA*.

Nesse contexto de controvérsias e de sucessivas revisões, se problematiza o que significa essa "epidemia de autismo": se efetivamente ocorre uma epidemia, sua repercussão confere ao autismo um espaço de visibilidade, ou por outro lado, se a ampliação do espaço de visibilidade para o autismo é justamente aquilo que constituiu a epidemia (Eyal, 2010). E acrescenta-se a isso o fato de que quando uma classificação não possui critérios suficientemente restritivos (ou quando a cada nova edição do DSM seu caráter restritivo diminui), um maior número de indivíduos podem ser diagnosticados. Por aqui é suficiente assinalar uma ligação entre as alterações sucessivas nos critérios de diagnóstico até o DSM-V, o aumento no registro de casos identificados e o quanto a classificação autismo se mostrou ao longo de sua história uma categoria inclusiva.<sup>178</sup> E uma vez que o autismo já é uma categoria inclusiva porque possui critérios abertos e elásticos, soma-se o fato de que especialistas e educadores têm cada vez mais consciência sobre o autismo, ocorrendo diagnósticos com maior frequência.

---

<sup>178</sup> No DSM-5, para cada característica definidora de autismo, há uma série de exemplos que servem de complementações de sentido. Os exemplos buscam dar maior precisão de sentido para essas descrições no campo da aplicação e da interlocução. Tomemos o exemplo da característica geral "déficit na comunicação social". A vagueza dessa característica está no fato de que a simples definição semântica de "déficit na comunicação social" não é suficiente para a delimitação referencial que interessa a um possível diagnóstico. Sempre é possível perguntar: partir da falta de que quantidade de comunicação social uma pessoa passa a ter um déficit? Não há especificação do limite a partir do qual um indivíduo deve ser considerado com um déficit na comunicação social. O que faz com que a presença de um déficit seja indecível em muitos casos. Assim, a função dos exemplos é dar alguma especificidade às características gerais. No transtorno do espectro autista, a aplicação dos termos "déficits" e "estereotípias" se tornaria ainda mais incerta se o próprio DSM-5 não fornecesse exemplos que balizem minimamente a aplicação desses atributos, de tal modo que cada uma desses predicados são restringidos em sua aplicação apenas com base em exemplos de situações do cotidiano: "insistências nas mesmas coisas" e "adesão inflexível a rotinas" indicam uma multiplicidade de traços semânticos. Ao se acrescentar à característica "adesão inflexível a rotinas" o exemplo "sofrimento extremo em relação a pequenas mudanças", delimita-se um pouco aqueles traços que devem ser incluídos, mas abre uma interrogação sobre se "adesão inflexível a rotinas" sem sofrimento deve ser excluído. Embora "extremo" seja um modificador da vagueza de "sofrimento", não há especificação do limite a partir do qual um indivíduo deve ser considerado em sofrimento extremo com relação a pequenas mudanças, permanecendo indefinido. Assim, temos uma classificação sobre pessoas onde toda e qualquer observação é afetada pela vagueza e generalidade das características definidoras.

De fato, a rede de cuidados que se formou em torno do autismo conferiu progressiva visibilidade ao tema. Embora o autismo seja uma classificação permeada por controvérsias e indefinições em relação à etiologia, ela não está apenas situada no campo científico, mas por ser uma condição que exige cuidados em saúde, também aparece no interior de narrativas orientadas para o problema da sua conscientização. Ao mesmo tempo, se as concepções de Kanner e Asperger deixaram marcas indeléveis nas construções conceituais sobre o autismo,<sup>179</sup> vemos na atualidade grupos<sup>180</sup> e indivíduos autistas interagindo com os estereótipos de déficit, limitação, doença, impossibilidade e deficiência, como mostra Hacking numa série de artigos - *The looping effects of human kinds (1995b)*, *What is Tom saying to Maureen?* (2006c), *Autistic Autobiography* (2009a) e *How We Have Been Learning to Talk About Autism: A Role for Stories* (2009b) em que discute o quanto a experiência autista tem sido moldada sob a influência de um jogo de linguagem de autorrelato em primeira pessoa<sup>181</sup> produzidos pelos próprios indivíduos autistas sobre a experiência de ser autista.

Agora assistimos, ouvimos e lemos muito sobre o que é ser autista - em autobiografia, biografia e ficção. A narrativa do autismo é um novo gênero: não relatos de especialistas clínicos ou reflexões de

---

<sup>179</sup> "A famosa 'mãe geladeira' de Kanner, ou as metáforas de 'fortalezas vazias', 'tomadas desligadas', 'conchas', 'carapaças', 'ovos de pássaros' e 'buracos negros' usadas pela tradição psicanalítica para se referir às crianças autistas, remetem para uma visão negativa que enfatiza as idéias de déficit, impossibilidade e deficiência." (Ortega, 2009, p. 70).

<sup>180</sup> O ponto a se destacar é o surgimento não apenas de grupos compostos por especialistas e parentes, mas grupos compostos pelos próprios indivíduos autistas, marcando uma diferença significativa por se tratarem de grupos organizados por, e não apenas para, pessoas autistas (um dos primeiros foi *Autism Network International* - ANI de 1992): "Um desses primeiros grupos foi a ANI (*Autism Network International*), que surgiu, em 1992, entre autistas da Austrália e dos Estados Unidos. De acordo com Jim Sinclair, coordenador da rede, a idéia surgiu porque os autistas não se sentiam totalmente confortáveis nas comunidades sobre o assunto criadas por especialistas e familiares de autistas. Afinal, aquelas pessoas, por mais interessadas que fossem no tema, eram 'neurotípicas' - termo criado por autistas para definir quem tem um desenvolvimento neurológico considerado normal. Entre outras diferenças, diz Sinclair, as comunidades 'neurotípicas' queriam proteger os autistas, enquanto os próprios autistas buscavam liberdade para correr riscos. Ao longo dos anos, outros grupos foram criados, assim como sites disseminando a neurodiversidade - entre eles, o [www.autistics.org](http://www.autistics.org), em que há um link para o falso e divertido *Institute for the Study of the Neurologically Typical*, que brinca com as características dos 'neurotípicos'. Ali, o comportamento 'normal' é ironicamente considerado 'um distúrbio neurológico caracterizado pela preocupação com normas sociais'. Além disso, satiriza o site, 'pessoas 'neurotípicas' freqüentemente acham que a forma como vivenciam o mundo é a única correta, têm dificuldades para ficar sozinhos e são intolerantes com as diferenças. (...) Seja em tom bem-humorado ou não, a mensagem divulgada por esses grupos costuma ser a mesma: que o autismo é uma diferença, não uma doença." (Lages, Amarílis. *Movimento diz que autismo não é doença*. Folha de S.Paulo, São Paulo, 27 jul. 2006).

<sup>181</sup> "(...) nossa preocupação não é a de neurologistas que podem esperar decifrar nas palavras das autobiógrafas pistas para o que está acontecendo em seus cérebros ou as causas biológicas de sua condição. Minha preocupação é bem diferente e muito menos fundamental. Estou preocupado com o que essas palavras estão fazendo para a compreensão pública do autismo." (Hacking, 2009a, p. 1468).

teóricos, mas histórias sobre pessoas com autismo, contadas pelas próprias pessoas, suas famílias, por romancistas ou por escritores de histórias para crianças. (Hacking, 2009a, p. 1467).

Uma vez que este é um novo gênero, é multimídia. Seu habitat mais rico é a blogosfera. Salas de bate-papo estão inundadas com autistas conversando. (...) e irei me referir principalmente a quatro autobiografias conhecidas, aquelas por Grandin (1986, 1995, 2005), Williams (1992, 1994), Mukhopadhyay (2000, 2008) e Tammet (2006). Os autores são mais do que 'talentosos', como são por exemplo Nazeer (2006) e Mo'r (2007). Como era de se esperar, eles não são todos uniformemente de 'alto funcionamento'; Mukhopadhyay é brilhante no uso de palavras, mas precisa de ajuda em muitos outros aspectos da vida. Eu uso estes quatro para explorar como talentosos indivíduos autistas estão afetando a nossa compreensão do autismo. Não usarei esta ocasião para citar muito do que eles dizem. Vamos deixá-los falar por si mesmos. Em vez disso, faço uma sugestão sobre o seu papel no curso da evolução social e cultural do espectro autista. Presumo que sob o espectro existe uma família de condições biológicas definidas, seja ela neurológica ou genética ou qualquer outra coisa, mas que, num sentido importante, o espectro em si é um 'alvo em movimento' que evoluiu dramaticamente (...). (Hacking, 2009a, p. 1467).

Assim, o agrupamento de características que tem definido o autismo, classifica comportamentos e estados emocionais, que como toda descrição tem efeitos sobre aqueles a quem elas se aplicam. Nesse ponto, surge dentro do grupo de indivíduos autistas, o grupo de indivíduos autistas autoconscientes da forma com que são classificados, e surge também o grupo de indivíduos autistas conscientes da forma com que são tratados em sociedade. Esse é o campo a partir do qual autobiografias e autorrelatos são produzidos. Essa explosão de produções de narrativas de autismo nas últimas décadas consolidou um gênero novo na mídia impressa e audiovisual. Histórias de autismo que já circulavam em biografias e autobiografias, romances, novelas, rádio, TV, cinema, agora assumem espaço principalmente nos vários formatos de Internet. Essa ebulição do tema do autismo coincide com a proliferação e circulação de produções de autorrelatos - autobiográficos e ficcionais - principalmente em ambientes virtuais de interação, de tal modo que numa rápida consulta à internet nota-se que "essas narrativas ocorrem em uma variedade de mídias: material impresso, DVDs, blogs, postagens no YouTube, salas de bate-papo e outros formatos de Internet" (McGeer, 2009, p. 518). A produção desse material comporta inúmeros objetivos, tais como "autoajuda, advocacia, disseminação de informações, pedagogia, expressão criativa,

entretenimento e assim por diante" (McGeer, 2009, p. 518).<sup>182</sup> Nesse sentido não devemos ter em mente apenas o vasto mundo editorial da narrativa sobre autismo, incluindo a publicação formal de autobiografias, novelas e ficções. Toda essa produção autobiográfica de autistas<sup>183</sup> - falantes e não falantes e de baixo e alto funcionamento - consolidou-se enquanto gênero, de tal modo que, "tomado como um todo, o gênero atesta o fato de que o autismo escapou dos limites do subcultural. Não é mais uma condição clínica vagamente conhecida, como a síndrome do X Frágil ou Williams, mas tem características que são familiares, reconhecíveis, retratáveis" (McGeer, 2009, p. 518-519).<sup>184</sup>

Hacking, então, se pergunta sobre o modo com que esses autorrelatos<sup>185</sup> e narrativas públicas estão ajudando a criar uma linguagem comum sobre o que até então era desconhecido, constituindo uma forma de vida passível de ser compreendida e, em certa medida, compartilhada. Para ele, as autobiografias e autorrelatos não estariam tanto dizendo o que é ser autista, mas fundamentalmente constituindo essa experiência, tanto para aqueles que habitam o espectro autista, quanto para aqueles que não habitam. Tomando em conjunto toda essa produção de autorrelatos e de autobiografias, Hacking tem em vista as formas de falar sobre a experiência autista que acabam por moldar, ou mesmo transformar, o que é ser autista. O que para ele se destaca é que em meio às sucessivas alterações na nomenclatura e nas características clínicas após 1943, a imagem pública do autismo não deixou de ampliar e transformar-se, principalmente no momento em que as narrativas de autismo chegam não apenas para reivindicar uma visibilidade ao tema, mas tornar tangível a experiência de ser um autista.<sup>186</sup> Tais narrativas tem função de constituir e estruturar uma experiência do autismo

---

<sup>182</sup> Um exemplo que nos ajuda a compreender um pouco mais a intencionalidade dessas expressões, seria o testemunho de Carly Fleischmann, que aos 2 anos quando foi diagnosticada com autismo severo. Aos 11 anos encontrou no computador um aliado para expressar como se sentia. Mais tarde tornou-se porta-voz dos autistas por meio do livro *Carly's Voice: Breaking Through Autism*, escrito com a ajuda de seu pai. Atualmente com presença no Facebook e Twitter procura auxiliar a família de crianças autistas em situações cotidianas com seus filhos autistas. Num trecho do seu livro, ela reivindica a validação da experiência do autista: "crianças com autismo precisam que suas histórias sejam contadas. Nós precisamos de ajuda. Nós precisamos que as pessoas acreditem. Nós precisamos que as pessoas compreendam. Nós precisamos que as pessoas escutem." (Fleischmann, 2012, p. 322).

<sup>183</sup> Entre os exemplos de autobiografias de autistas não-falantes podemos citar: Fleischmann (2012); Mukhopadhyay (2011); Sellin (1995; 1998). No caso de auto-biografias de autistas falantes: Gerland (2004), Grandin (1992; 2009; 2011; 2012; 2014) e Williams (1996; 2012).

<sup>184</sup> "(...) tanto que 'personagens' com autismo estão agora aparecendo na ficção, assumindo um lugar no estoque comum das personalidades que andam através das páginas do faz-de-conta (...)." (McGeer, 2009, p. 518-519).

<sup>185</sup> "Mas por que justamente relatos autobiográficos? Como Hacking ressalta, esses relatos são apenas um fio em uma tapeçaria muito maior do que ele chama de 'narrativa autista'". (McGeer, 2009, p. 518).

<sup>186</sup> "A vivência de não ser compreendido pelos especialistas, responsáveis pela educação-tratamento, é marcante nas autobiografias de autistas, ainda mais exacerbadamente nos autistas em encapsulamento autístico, embora também sejam frequentes as vivências de *bullying* contra os autistas falantes como Josef (Glorion, & Schovanec,

justamente porque elas vem ao encontro de uma rede de cuidados se formando em torno dessa população.

A pesquisa empírica continuará a supor uma ou várias estruturas ocultas subjacentes ao autismo. Porém, não saber em que medida os indivíduos que caem no espaço das características típicas se encontrariam também localizados no mesmo espaço biológico, não impedem os ciclos de *looping* que se insinuam aqui. O que Hacking faz notar nesses artigos - ao delinear a *matriz* no interior da qual a classificação *autismo* tem se movimentado, sob a influência de um jogo de linguagem que envolve falar sobre a experiência autista - é que desde 1943 até hoje, temos inúmeros indicadores para a crescente consciência e autoconsciência do autismo: começou sendo objeto descrição clínica em 1943; passa por sucessivas revisões e alocações dentro da taxonomia do DSM; revisões do DSM que incluem e excluem características definidoras da classificação; essas alterações repercutem nos diagnósticos e na contabilidade estatística dos casos concretos de sua frequência; torna-se objeto de pesquisas neurocientíficas e genéticas - tendo em vista identificar marcadores biológicos - acumulando nos últimos 60 anos uma extensa folha de serviço: subtipo de esquizofrenia, produto de pais negligentes<sup>187</sup>, anomalia biológica e cerebral; objeto de políticas públicas; objeto de uma rede de cuidados que envolve diferentes profissionais e especialistas; objeto de atenção e discussão nas diferentes mídias e na internet; e dessa crescente consciência sobre o autismo chegamos à uma autoconsciência do autismo pelas próprias pessoas autistas através das autobiografias e autorrelatos. Se os não-autistas não podem ler os estados mentais de comportamentos autistas, as autonarrativas autistas fornecem aos não-autistas uma visão singular do que é ser autista, o que afeta a forma como não-autistas se relacionam com indivíduos autistas, enriquecendo seu ambiente social de várias maneiras.

---

2012) autista aspergeriano com formação na *Sciences Po Paris*, doutor em filosofia (na Alemanha). Nos seus textos, critica-se o poder dos especialistas e o risco de profecias autorrealizadoras, pois por se preconceber o autista em mutismo como incapaz de utilizar a linguagem, não se aposta na sua capacidade de aprendizagem, o que exclui a possibilidade de ele usar efetivamente suas potencialidades para se apropriar da linguagem. A crítica de Josef é ao poder do discurso dos especialistas, referindo que não se deparou com agentes escolares maldosos, mas com diversos profissionais que estavam cegos, imbuídos da autoridade de quem tudo sabe." (Bialer, 2015, p. 487).

<sup>187</sup> Bettelheim (1967, p. 116) em *The Empty Fortress: Infantile Autism and the Birth of the Self*, consolida o estereótipo de "mãe-geladeira", e compara o relacionamento entre crianças autistas e seus pais aos de prisioneiros em campos de concentração e guardas, onde "a diferença entre a situação dos prisioneiros em um campo de concentração e as condições que conduzem ao autismo e esquizofrenia em crianças é, naturalmente, que a criança nunca teve a chance anterior de muito desenvolvimento da personalidade". Noções mais sutis irão persistir "em algumas escolas de psicanálise, por exemplo, a de Jacques Lacan, em que autismo infantil ainda está conectado com relações problemáticas entre mãe e filho em um estágio crítico de maturação" (Hacking, 1999, p. 115).

Então, interessa menos se é verdadeiro ou falso que as narrativas de autismo ajudam os não-autistas a conhecerem e compreenderem o autista, e mais o fato de que elas modificam a forma com que os não-autistas se relacionam com os autistas, nesse caso, pais, cuidadores, educadores e profissionais da saúde. Nesse sentido que a experiência de ser autista tem sido moldada sob a influência de um jogo de linguagem de autorrelatos sobre a experiência autista. Tais produções e narrativas acabam por formar uma rede referencial complexa que nos obriga a problematizar "em que medida a própria experiência autista está sendo aumentada ou transformada por encontrar caminhos públicos para falar sobre isso?" (McGeer, 2009, p. 518)<sup>188</sup>. Portanto, a história do conceito *autismo* mostra o quanto é uma classificação não apenas permeada por controvérsias (a principal é sobre suas bases naturais), mas em evolução.

#### **4.4.4 - Revisões de classificações por *efeito looping* e por descobertas empíricas**

Os *tipos interativos e indiferentes* apontam para uma situação epistêmica particular que acompanha continuamente as classificações de transtornos mentais em psiquiatria. Indicam que classificações podem atravessar décadas sem determinar com clareza suas bases naturais e, ainda assim, por serem constituídas por critérios vagos e fluídos, abertos e elásticos, evoluírem por efeito *looping*. Dessa forma, o que podemos conhecer sobre essas classificações cresce e se expande não porque estamos conhecendo mais sobre sua realidade natural efetiva. Por outro lado, algumas dessas classificações estão sujeitas a uma transformação radical conforme os avanços tecnológicos e científicos capazes de descobertas empíricas relevantes sobre bases naturais. Nos referimos às possibilidades de descobertas empíricas futuras que indiquem uma propriedade de alta relevância epistêmica capaz de redefinir os critérios determinantes da classificação. Mais do que mirar um alvo estável (indiferentes) dentro de um campo em mobilidade (interativos), os *tipos interativos e indiferentes* indicam que sem um componente natural especificado, a evolução da classificação por meio do *looping* é inevitável. Tendo em vista que muitas classificações em psiquiatria surgem e são revisadas não porque conhecemos mais sobre sua realidade natural efetiva, mas porque ocorreram ciclos de *looping*, devemos considerar também a possibilidade

---

<sup>188</sup> "Estas características clínicas suportam a imagem pública de um ser humano socialmente estranho, isolado ou não comunicativo, com necessidades e interesses idiossincráticos e uma compreensão muito pobre - muitas vezes debilitante - do que outras pessoas estão fazendo ou do tipo de expectativas mútuas que governam nossa miríade de formas de vida interpessoal. Em que medida essa imagem pública está sendo ampliada - ou até transformada - prestando atenção ao que os indivíduos com autismo dizem sobre si mesmos?" (McGeer, 2009, p. 518).



de que muitas classificações em psiquiatria nunca cheguem a se determinar fortemente em bases naturais ou até mesmo apresentem um espaço biológico complexo e heterogêneo que impossibilite traçar um perfil cerebral para cada transtorno. Essa indefinição persistente sobre as bases naturais das classificações de transtornos mentais tem uma consequência importante sobre as próprias classificações, isto é, a sua evolução por efeito *looping*. Os *tipos interativos e indiferentes* procuram lidar com as consequências dessa situação epistêmica de tantas classificações em psiquiatria.

Essa é justamente a situação epistêmica de uma classificação como o autismo. O exercício de Hacking que supõe a patologia *P* faz desse componente biológico o critério distintivo para um candidato cair sob a classificação autismo. Mas como antes da descoberta da patologia *P* o autismo era diagnosticado pela presença das características de superfície que por si mesmas não são específicas do autismo, tínhamos uma classificação marcada por critérios abertos e, com isso, inclusiva demais. O grau elevado de especificação da patologia *P* contrasta com a elasticidade e a negociação dos critérios anteriores. Portanto, essa redefinição do autismo com base na patologia natural levaria a uma reclassificação de um sem número de casos anteriores por não possuírem a patologia *P*.

Descobertas empíricas fracas entram enriquecendo o conceito associado à classificação. Sabemos, por exemplo, que os antidepressivos não delimitam a classificação depressão, tanto que indivíduos que não possuem depressão podem se beneficiar dos efeitos farmacológicos dessas substâncias. A mesma lógica pode ser aplicada ao cloridrato de metilfenidato para o transtorno do déficit de atenção e hiperatividade (TDA/H) e os antipsicóticos para a esquizofrenia. A farmacologia tem mostrado que mecanismos biológicos delimitados por substâncias sintéticas podem se associar às descrições de transtornos em particular. No mais das vezes, essa exploração do espaço biológico através dos psicofármacos está associada a fazer declarações sobre transtornos mentais como se a estrutura causal que vem a tona com a utilização dessas substâncias delimitasse entidades psiquiátricas. Mas tais mecanismos, por sua vez, não delimitam enquanto tipos naturais os tipos psiquiátricos a que se aplicam. Os mecanismos neurofisiológicos que são delimitados pela atuação dos fármacos não implicam que ocorra uma delimitação de supostas bases naturais dessas entidades. Ao mesmo tempo, uma das formas do realismo sobre tipos se apresentar é quando podemos utilizar compostos químicos para criar tipos de controle de sintomas, isto é, uma intervenção química sobre a biologia humana que produz regularidades discerníveis. Se trata de criar

fenômenos e não apenas de descobri-los. As drogas psiquiátricas revelam que o controle dos sintomas é uma regularidade criada e estabilizada que não existe fora da biotecnologia dos compostos sintéticos. Logo, essa correlação entre mecanismos fisiológicos e farmacologia exhibe achados empíricos fracos num sentido determinado, isto é, sem força de redefinição do conteúdo ideal descritivo dos tipos de transtornos a que elas são úteis, embora entrem enriquecendo o conceito associado à classificação. Assim, tais achados empíricos contrastam com descobertas empíricas mais robustas, como é o caso de transtornos mentais associados com patologias subjacentes cujas propriedades causais se encontram claramente especificadas, mas que em se tratando de DSM representam um número extremamente pequeno. Assim, procurando determinar o caráter natural de certos tipos psiquiátricos, é plausível considerar que existindo correlações neurocognitivas, aquelas classificações que se fundamentam nessas bases claramente especificadas - por exemplo, os transtornos neurocognitivos<sup>189</sup> decorrentes de doença de Alzheimer ou Parkinson ou de lesão cerebral traumática, assim como aqueles induzidos por uso de substância -, alcançam o gabarito de tipos naturais porque cedem em grande parte à biologia.

Embora a farmacologia não delimite transtornos mentais, os resultados obtidos no controle de sintomas inespecíficos indicam que ela é capaz de criar e estabilizar certos fenômenos, no sentido do realismo científico de *Representar e Intervir* de Hacking. Em outro patamar, como viemos argumentando, a realização futura de uma descoberta empírica inequívoca - como a patologia *P* ou *P1*, *P2*, *P3*, *P4*... - redefiniria o conceito de *autismo*, reclassificando toda a população e indicando muitos casos como não-autismo. Obviamente que essa eliminação teria amplo impacto sobre a história de vida e a autoconcepção dos indivíduos anteriormente classificados como autistas. E se a nova definição do que é ser um autista dependerá da identificação da patologia *P* ou *P1*, *P2*, *P3*, *P4*... na biologia dos

---

<sup>189</sup> "Os transtornos neurocognitivos (TNCs) (...) são *delirium*, seguido por síndromes de TNC maior, TNC leve e seus subtipos etiológicos. Os subtipos maiores ou leves de TNC incluem TNC devido à doença de Alzheimer; TNC vascular; TNC com corpos de Lewy; TNC devido à doença de Parkinson; TNC frontotemporal; TNC devido a lesão cerebral traumática; TNC devido a infecção por HIV; TNC induzido por substância/medicamento; TNC devido à doença de Huntington; TNC devido à doença do príon; TNC devido a outra condição médica; TNC devido a múltiplas etiologias; e TNC não especificado. A categoria TNC abrange o grupo de transtornos em que o déficit clínico primário está na função cognitiva, sendo transtornos adquiridos em vez de transtornos do desenvolvimento. (...) Os TNCs são aqueles em que a cognição prejudicada não estava presente ao nascimento ou muito no início da vida, representando, assim, um declínio a partir de um nível de funcionamento alcançado anteriormente. Os TNCs são únicos entre as categorias do DSM-5, na medida em que são síndromes para as quais a patologia subjacente, e com frequência também a etiologia, pode potencialmente ser determinada. As várias entidades da doença subjacente foram alvos de extensa pesquisa, experiência clínica e consenso de especialistas sobre os critérios diagnósticos. (...)" (APA, 2014, p. 591).

indivíduos concretos, essa identificação diagnóstica virá associada a um conjunto de intervenções e instituições no interior de uma matriz mais ampla que sustenta o novo conceito de autismo. Essa relação entre matriz e classificação ressalta que a descoberta da patologia *P* para o *autismo* inicia uma redescrição retroativa para os casos anteriores já classificados, além de atualizar a classificação para os casos posteriores.<sup>190</sup> E no futuro, os indivíduos lançados no espaço comportamental do autismo serão identificados através de um componente biológico específico - a patologia *P* ou *P1*, *P2*, *P3*, *P4*... - sendo esse um fato que irá propor um novo conhecimento sobre o que é ser autista e acrescentará novas práticas médicas, psiquiátricas e terapêuticas sobre a experiência de ser autista. Esse novo conhecimento sobre o autismo irá aplicar sobre os indivíduos já classificados novas descrições, fazendo com que a experiência de ser autista sofra uma redescrição dentro de um novo espaço conceitual. Os indivíduos assim classificados seriam considerados como portadores de uma desordem autista com patologia *P* subjacente ou *P1*, *P2*, *P3*, *P4*..., e a eles associados novos conhecimentos e práticas médicas e psiquiátricas de tratamento, tornando biológico e natural uma série de comportamentos que já foram tornados patológicos desde o início.<sup>191</sup>

Portanto, quando a descoberta da patologia *P* inicia uma redescrição retroativa para os casos anteriores já classificados, essa redescrição ocorre alterando o campo de ação intencional de toda a população classificada. Mas a descoberta da patologia não teria apenas por consequência a alteração do campo de ação intencional. Se a patologia *P* subjaz um amplo conjunto de autistas, e se a classificação *autismo* é aplicável em todos os casos em que se identifica a patologia *P*, a patologia *P* enquanto tipo natural permite pensar o *autismo* não apenas como tipo interativo, mas também como um tipo indiferente. Então, sendo a patologia

---

<sup>190</sup> "A tese de que a ação é ação sob uma descrição tem conseqüências lógicas para o futuro e para o passado". (Hacking, 2000/1995, p. 255).

<sup>191</sup> Sobre buscar o autismo no autista. Considerando uma pessoa autista, podemos perguntar: o que tem esta pessoa em virtude do qual é autista? Atualmente, boa parte da controvérsia e disputa na literatura sobre verdade e falsidade a respeito do autismo passa pelo questionamento se o autismo é um fato sobre o cérebro. Logo, se o autismo possui propriedades causais subjacentes, é preciso mostrar onde estão e explicar qual relação com os indivíduos particulares. O realismo científico dos tipos naturais exige que propriedades causais tenham localização espaço temporal. Mas se não há propriedade espaço temporal que seja autismo, então isso não é problema para a experiência de ser autista. Se não há algo no espaço biológico que seja autismo, ainda há a experiência de ser autista? Sim. O problema aqui é saber o que sustenta a unidade e coesão das características que descrevem o autismo, considerando que com essa classificação construímos não apenas frases com sentido mas modos de relações consigo mesmo e com o mundo. Sem fatores causais localizados espaço temporalmente capazes de dar unidade e coesão às características que descrevem a classificação autismo, as propriedades listadas para alguém ser um autista indicam apenas a unidade nominal da classe das pessoas autistas. Quando não há propriedades causais subjacentes a um tipo de pessoa, os indivíduos que caem nesse tipo humano o fazem somente porque possuem semelhanças capazes de agrupá-los nessa classificação. Assim, dada a situação epistêmica de uma classificação como o autismo, não é possível afirmar se os critérios atuais (DSM-5) caracterizadores dessa entidade estão forte ou fracamente conectados entre si.

*P* um tipo natural, a classificação *autismo* não chegaria a interagir com a patologia *P*. E nesse sentido, a patologia *P* é um tipo indiferente já que o *autismo* enquanto nome dessa classificação não pode interagir com cada patologia *P* nos casos particulares. Como tipos indiferentes e tipos interativos tipificam classificações, o *autismo* enquanto *tipo interativo e indiferente* seria uma classificação que interage com os indivíduos autistas particulares e não interage com cada patologia *P* presente em cada caso particular. Assim não deve parecer inadequado que o universal específico *autismo* seja capaz de interagir com indivíduos autistas particulares, mas indiferente à cada patologia *P* concreta presente nos indivíduos autistas particulares. Temos aqui dois fatos distintos sobre as relações de interação e indiferença entre um mesmo universal específico e particulares diferentes. E uma vez mais, somos devolvidos à distinção inicial de Hacking entre coisas e pessoas. Distinção essa que posiciona o particular capaz de entrar e se abrir para o campo de interação das classificações (daquele que não), de tal modo que ser identificado como tendo *autismo* não introduz qualquer diferença para a *patologia P*, mas sim para a experiência do *autista*.

Nesse sentido que o *autismo* é uma classificação cuja situação epistêmica pode ser não apenas enriquecida, mas profundamente alterada em seus critérios pelas descobertas empíricas. Não apenas o efeito *looping* poderia alterar o conceito de *autismo* - e ele mesmo já o fez, como mostrou Hacking (1995 e 1999<sup>192</sup>) - mas descobertas empíricas teriam um impacto profundo de redefinição. Portanto, se a patologia *P* ou *P1*, *P2*, *P3*, *P4*... faz do *autismo* uma classificação que se fundamenta em distinções naturais, essa redefinição não ocorre por *looping*, embora não deixe de iniciar ciclos de *looping*. Esse ponto indica com clareza a situação epistêmica que *tipos interativos e indiferentes* procuram delimitar: apontam diretamente para classificações cuja redefinição e evolução podem ocorrer tanto por ciclos de *looping* quanto por descobertas empíricas.

---

<sup>192</sup> "O autismo pode parecer problemático para minha ideia de um tipo interativo. Crianças autistas, por definição, têm severos problemas de comunicação. Então, como a classificação pode interagir com as crianças? Parte da resposta é que elas, à sua maneira, conhecem, são conscientes, reflexivas e, na experiência daqueles que trabalham com crianças autistas, são muito boas em manipular outras pessoas, apesar de seus problemas de falta de afeto e relacionamento. Mas o exemplo revela que, por interação, não me refiro apenas à reação autoconsciente de um único indivíduo sobre como ele é classificado. Quero dizer as conseqüências de ser assim classificado para toda a classe de indivíduos e outras pessoas com quem eles estão intimamente ligados. A família autista, como poderíamos chamá-la - uma família com uma criança autista - foi severamente influenciada, e alguns diriam danificada, pela doutrina da mãe geladeira. As mudanças subsequentes na família contribuíram para repensar o que é o autismo infantil - não porque alguém descobriu mais sobre isso, mas porque o próprio comportamento mudou. A maioria dos comportamentos descritos por Kanner parece não existir mais." (Hacking, 1999, p. 115).

Uma ontologia nominalista de tipos permite algo mais do que se chamou de reconciliar opostos, algo mais do que um naturalismo e um construcionismo sobre classificações. Que não haja dinâmica entre a classificação *autismo* e cada patologia *P* em particular não faz a classificação *autismo* mais indiferente e menos interativa. O nominalismo dos *tipos interativos e indiferentes* indica a presença e a ausência de uma dinâmica que atua no nível da classificação, onde efeito *looping* e descobertas empíricas ocorrem alterando o campo de ação intencional já existente e levando a uma redefinição progressiva dos critérios de classificação. Mas diversamente da revisão por *looping*, a descoberta de propriedades naturais claramente especificadas surge restringindo empiricamente o recorte classificatório.

#### **4.4.5 - O nominalismo dos interativos e indiferentes e o realismo dos naturais**

Por fim, podemos lançar sobre esse texto de Hacking uma interpretação que não o subestime, mostrando que sua argumentação assume o caráter hipotético colocando para trabalhar a versão essencialista de tipos naturais como modo de ilustrar o alcance dos *tipos interativos e indiferentes*. Representar o caráter indiferente dos *tipos interativos e indiferentes* pelos tipos naturais de Kripke e Putnam apenas forneceu uma indicação formal possível para sua noção, como ele próprio diz. Em vez de acreditar como D. Murphy que Hacking estaria simplesmente articulado interativos e indiferentes através de uma mediação fornecida pela semântica de tipos naturais, entendemos que o recuo ao realismo dos naturais é um passo inevitável no nominalismo dos interativos e indiferentes, considerando a determinação ontológica que tipos assumem em Hacking. *Tipos interativos e indiferentes* tratam de responder sobre o que vem a existir quando fatos de *um e muitos* passam a ocorrer. Tipos naturais, por seu turno, são entidades explicativas que se encarregam de mostrar fatos de *um em muitos*. Murphy e J. Tsou irão enumerar casos em psiquiatria de *um em muitos* porque tomam esses fatos como fundamentais. Mas parece não haver fatos de *um em muitos* em ambos os interativos e os indiferentes, mesmo quando reunidos sob o mesmo tipo, mesmo que haja fatos de *um em muitos* em tipos naturais. Nesse espaço de trabalho de *tipos interativos e indiferentes*, cabem outras versões de tipos naturais incluindo componentes biológicos em uma estrutura menos robusta que o essencialismo, como a Richard Boyd.

Há um enorme ganho em preservar a relação entre o modo como classificamos e o efeito que isso produz sobre indivíduos. O conhecimento que a psiquiatria tem das pessoas

está expresso nas suas classificações, e isso tem um efeito sobre as pessoas que caem sob essas classificações, de modo que o *looping* é a mobilidade e a própria vida da classificação. A vantagem de trabalhar, antes de mais nada, com *tipos interativos e indiferentes* é a capacidade dos indiferentes de acomodarem qualquer teoria de tipos naturais. O essencialista, por exemplo, poderá tratar tipos naturais buscando condições essenciais de aplicação sem que isso venha interferir naquilo que é um tipo indiferente. Ao suprimir os indiferentes, os críticos caem na ingenuidade de não questionar a ontologia de tipos, a ponto de reunir o realismo dos naturais com o nominalismo dos interativos. Mas ao final, vemos como é possível conciliar os méritos das abordagens ditas semânticas com a abordagem dita dinâmica, e isso através dos tipos indiferentes. Com *tipos interativos e indiferentes* a base comum é nominalista, sem por isso dispensar o papel desempenhado pelo realismo científico dos tipos naturais.

#### **4.5 - Conclusão: tipos naturais, em que sentido?**

Vimos com *tipos interativos e indiferentes* que se classificações psiquiátricas são suscetíveis ao efeito *looping* porque não podem deixar de ser tipos interativos, isso não desafia a alegação de que são tipos naturais. Por um lado, o mérito dessa noção não é compreendido pela pretensão de reunir os interativos com os indiferentes, mas antes por anunciar que certas classificações *não podem ser menos que tipos interativos* quando aquilo que está em questão é a aplicação de taxonomias em seres humanos. Mantida essa distinção, *indiferente* querer dizer que as coisas possuem um comportamento que não dependem de descrições. Buscamos mostrar que o argumento principal que distingue o indiferente do interativo não impede coexistência: em ambos, os seus indivíduos estão sempre fazendo algo, de modo que nos interativos o que ocorre irá depender de como os descrevemos, enquanto nos indiferentes o que esses indivíduos concretos estão fazendo continuará ocorrendo sem depender de como os descrevemos. Nesse ponto colocamos em evidência o que pretendíamos sobre os indiferentes: que as coisas concretas que caem sob os naturais estão fazendo algo que não depende de como foram descritas e classificadas, e atuam como atuam porque suas possibilidades estão determinadas por outra realidade que não descrições e classificações. Assim, descrições e classificações não introduzem qualquer diferença para seus membros individuais. E a existência do *looping* não chega a inviabilizar que tais classificações possam ser naturalizadas em certos aspectos fundamentais, mesmo que bases naturais não sejam

suscetíveis aos efeitos do *looping*. Se podemos neutralizar a redução do indiferente ao natural, o caráter *natural* dos indiferentes nos *tipos* simultaneamente *interativos e indiferentes* continua em aberto. E diante disso, precisaremos investigar o que há de tipos naturais em psiquiatria e em que sentido.

Além de ser capaz de acomodar a variação das propriedades de superfície, os indivíduos que são membros de classificações psiquiátricas o seriam em virtude de uma essência? Segundo esse modelo, a psiquiatria precisaria delimitar patologias subjacentes como essências para transtornos psiquiátricos. Essa exigência do essencialismo faz dos tipos naturais entidades bem delimitadas, o que não condiz com as descrições fornecidas pela história do DSM, marcadas em sua grande maioria por fronteiras difusas e fluídas entre as categorias (Zachar, 2000). Diferentemente das ciências físicas ou da química onde, tradicionalmente, classificações naturais possuem fronteiras bem demarcadas, a formulação de classificações em psiquiatria parte de uma concepção e posição prévia que supõe a lida com tipos naturais sem ter o seu sentido previamente determinado. Se classificações psiquiátricas podem ser tipos naturais, pelo visto não seriam ao modo das categorias clássicas que possuem limites distintos e propriedades inerentes, separando claramente e de modo específico membros e não-membros. Quanto mais as características definidoras são abertas, mais margem de interpretação no caso concreto, que por conveniência e oportunidade são frequentemente contabilizados em uma categoria demasiadamente inclusiva. As sucessivas revisões dos manuais (DSM) já deixaram registradas a inexistência de entidades homogêneas dotadas de essência, fazendo com que a psiquiatria trabalhe com classificações cada vez mais inclusivas que não possuem propriedades necessárias e suficientes para definir a afiliação. Como a essência é uma propriedade que todos os membros de uma classe devem possuir, a grande maioria das classificações psiquiátricas não seriam candidatas adequadas dada a forma com que as definições se encontram nos manuais. Nesse sentido, historicamente o sistema classificatório da psiquiatria veio exibindo uma profunda dissonância com outras taxonomias das ciências naturais consideradas ideais e exemplares, como é o caso da tabela periódica na química onde um número atômico define e separa um elemento dos demais. Por isso, o que melhor posiciona historicamente a situação do sistema classificatório da psiquiatria registrado periodicamente nas sucessivas reedições do DSM é a ausência de quaisquer propriedades inerentes que funcionem ao mesmo tempo como essências subjacentes e critério específico de demarcação e pertencimento (Zachar, 2000). Muitas dessas classificações proporcionam um

conhecimento que não é invariável, tendo em vista que as fronteiras são vagas e os propósitos de classificação utilizam-se de critérios que não são suficientemente restritivos. De todo modo, essa situação epistêmica do sistema classificatório da psiquiatria não forneceria argumentos para a rejeição de transtornos psiquiátricos como tipos naturais, já que o essencialismo de tipos naturais não deve ser encarado como a única alternativa realista. Se os limites não são claros e as fronteiras marcadas por zonas de indeterminação, a existência natural efetiva dos transtornos não precisa ser colocada completamente em questão, já que é possível ser realista sem ser essencialista. Não precisaremos nos ater à alegação de que os naturais ou distinguem propriedades essenciais ou então não se referem a nada.

E como já mencionamos, interrogar sobre o destino dos tipos naturais na psiquiatria supõe uma outra questão mais fundamental que diz respeito ao estatuto ontológico e epistemológico das classificações psiquiátricas (isto é, em última análise, o que elas são e o que podemos conhecer sobre elas) quando seu caráter indiferente não pode mais ser reduzido ao domínio dos tipos naturais. Os *tipos interativos e indiferentes* revelam uma situação epistêmica peculiar de tantas classificações em psiquiatria: indefinição sobre suas bases naturais, critérios amplos e demasiadamente inclusivos, cuja consequência para a classificação é a sua lenta evolução por *looping*. Nesse sentido, muitas classificações em psiquiatria caem sob os *tipos interativos e indiferentes* e precisam ser compreendidas na relação entre *efeito looping* e *tipos naturais*, pois são classificações que embora acumulem indícios que apontam para correlações biológicas, já atravessam décadas sem que tais bases naturais tenham sido especificadas (esquizofrenia e autismo, por exemplo) e, ainda assim, por serem constituídas por critérios elásticos e fluídos, evoluem de maneira errante por efeito *looping*. Essa situação epistêmica indica que enquanto os recortes classificatórios da psiquiatria não podem ser restringidos empiricamente pelas neurociências não é possível evidenciar se aqueles que caem no espaço dos sintomas também cairiam no mesmo espaço biológico. Nesse descompasso que o *looping* se insinua e pode realizar o seu trabalho.

Por fim, se por um lado, tipos naturais não desempenham o papel de apresentar a distinção entre os interativos e os indiferentes, por outro, a introdução de ambos não é acompanhada da determinação do sentido que tipos naturais podem ter quando são requisitados pelos *tipos interativos e indiferentes*. Portanto, não equiparar os naturais aos indiferentes será reconhecer que os tipos naturais podem ser instanciados não somente pelos



tipos indiferentes, mas também pelos *tipos interativos e indiferentes*, e nesse caso estão incluídos em classificações que sofrem efeitos *looping*.

De nossa parte, tentamos tirar as consequências e os ganhos de não reduzir e equiparar os indiferentes aos naturais. De modo um pouco diverso do que fez e como pensou J. Tsou, será a supressão da redução do indiferente ao natural o que permite manter-se no âmbito dos tipos que não podem ser menos que tipos interativos, e com isso avançar para uma discussão mais decisiva: grande parte das classificações psiquiátricas não podem deixar de ser tipos interativos, mas dentro dessas há aquelas que seriam passíveis de naturalização, isto é, indiferentes. Nesse ponto ergue-se nosso problema: se a situação epistêmica de *tipos interativos e indiferentes* aponta diretamente para classificações cuja redefinição e evolução podem ocorrer tanto por *ciclos de looping* quanto por descobertas de componentes naturais capazes de restringir empiricamente essas mesmas classificações, *naturais* em que sentido? No capítulo seguinte nossa tarefa será responder diretamente a esse problema e mostrar se ainda é possível, e em que medida, falar de *tipos naturais* em psiquiatria.

## CAPÍTULO 5

### ONTOLOGIA HISTÓRICA, TIPOS NATURAIS E PSIQUIATRIA

#### **Introdução**

Nosso objetivo é aprofundar a discussão com Hacking e ligar de maneira específica a noção de tipos interativos e indiferentes aos tipos naturais. O que acontece quando a ontologia histórica de Hacking se dá num campo que inclui descobertas empíricas de tipos naturais? A ligação entre ontologia e história se mostrou na análise dos tipos humanos enquanto tipos interativos. Ao mesmo tempo, os tipos interativos e indiferentes evidenciam a relação entre tipos humanos e tipos naturais. Assim, ao lidar com tipos humanos passíveis de serem naturalizados, a ontologia histórica não é apenas a análise filosófica dos interativos, mas dos tipos interativos e indiferentes. E se na ontologia histórica de Hacking os tipos humanos constituem o espaço de experiências e possibilidades de ser, quando esses mesmos tipos humanos são assimilados aos naturais, temos uma situação em que ambos participam de maneira diversa dessa constituição do espaço de experiências. A psiquiatria é repleta de ilustrações sobre tipos humanos assimilados aos tipos naturais exibindo regularidades sustentadas em fatores causais que, ao mesmo tempo, constituem o espaço de experiências social e pessoal dos indivíduos. A reivindicação mais geral deste capítulo é afirmar que os *tipos interativos e indiferentes* de Hacking desenvolvem o campo de análise da ontologia histórica incorporando tipos naturais boydianos. E se a psiquiatria é a ocasião para pensar casos de tipos humanos passíveis de serem naturalizados, iremos mostrar através de dois casos psiquiátricos como tipos humanos naturalizados podem constituir esse espaço de experiências e de possibilidades de ser dos indivíduos. E uma vez que classificações de tipos humanos não podem ser menos que tipos interativos, a psiquiatria é a ocasião para examinar os modos pelos quais os naturais emergem enquanto indiferentes em meio aos interativos.

#### **5.1 - Ontologia histórica, tipos humanos e tipos naturais**

A ontologia histórica de Hacking expressa de maneira ampla a sua abordagem nominalista, isto é, uma análise filosófica sobre tipos que participam da constituição da

experiência social e pessoal dos indivíduos. É uma generalização da análise foucaultiana (saber, poder e constituição de si) e seu método envolve a historicização dos desdobramentos ontológicos dos tipos utilizados cientificamente para descrever pessoas. Nesse cenário, o vir à existência de tipos humanos,<sup>193</sup> suas práticas e instituições, criam novos horizontes de sentido que sustentam novas possibilidades de ser, pensar, sentir, agir, se comportar, isto é, alteram a abertura de mundo dos indivíduos em geral. A novidade da ontologia histórica é mostrar a própria rede referencial de saberes se atualizando no processo mesmo de pessoas interagirem com tipos humanos. Assim, seu nominalismo possui desdobramentos ontológicos porque abre e fecha campos de possibilidades humanas, onde a emergência de novas classificações tem repercussões sobre a experiência social e pessoal. Se o que Hacking faz é indicar que esse processo entre tipos e pessoas é de mão dupla, a ontologia histórica dos tipos humanos passíveis de serem naturalizados é um nominalismo dos tipos interativos e indiferentes, isto é, uma análise filosófica sobre a dinâmica de classificações. Assim, a ligação entre ontologia histórica e tipos naturais aparece de um modo particular na análise dos tipos interativos e indiferentes.

Quando um domínio científico, como a psiquiatria, busca naturalizar tipos humanos, somos confrontados com um problema que não é mais da ordem das teorias de tipos naturais. E isso porque antes mesmo de serem naturalizados, tipos humanos são tipos interativos, definidos pelos efeitos sobre pessoas classificadas. Tipos humanos, cuja naturalização é um alvo, saem do ambiente médico e caem na vida histórica, social e cultural. E como a psiquiatria descreve variações comportamentais, cognitivas e subjetivas, tais descrições se incorporam no vocabulário cotidiano, iniciando processos de redescrição das experiências. Quando classificações científicas são empregadas na descrição de pessoas, desenha-se uma situação em que grande parte do conteúdo informativo dessas classificações envolve-se numa dinâmica nominalista que, desde de então, já ocorre entre essas classificações e a população de pessoas descritas e classificadas. Antes mesmo dos tipos humanos do DSM-5 poderem informar sobre bases naturais, a plena interação entre pessoas e classificações introduz uma diferença no campo de possibilidades das pessoas e, por consequência, sobre as próprias classificações. Logo, antes mesmo da interrogação sobre o destino dos tipos naturais em

---

<sup>193</sup> Os tipos humanos são tipos científicos e morais (Hacking, 1995), surgem em um campo relacional formado por uma rede de saberes e indicam que os objetos de conhecimento passam a ser nós mesmos. Mas não apenas isso. Na ontologia histórica de Hacking, tipos humanos organizam os três eixos de análise foucaultianos. Nesse ponto se mostram como tipos interativos.

psiquiatria, classificações psiquiátricas se mostram como entidades que não podem ser menos do que tipos interativos uma vez que se distinguem muito mais por seus efeitos sobre pessoas. Assim, tipos humanos podem ser, por um lado, conduzidos para bases naturais, embora sejam, por outro lado, definidos pelos efeitos que suas descrições exercem sobre a abertura perceptiva e compreensiva.

Consideramos que é central para o desenvolvimento da discussão com Hacking indicar a ligação específica dos tipos interativos e indiferentes com os tipos naturais do ponto de vista da constituição do espaço de possibilidades para se ser uma pessoa, ou seja, da ontologia histórica. Em primeiro lugar porque tipos humanos naturalizados são conceitos que figuram na constituição do espaço de possibilidades de ser e introduzem diferença no campo de possibilidades das pessoas. O campo relacional é formado pelas instituições e práticas nas quais esses tipos se materializam e a partir das quais indivíduos interagem. Esse espaço de possibilidades indica as potencialidades para a experiência pessoal e social dos indivíduos. E em segundo lugar, porque o "inventar pessoas" de Hacking não se opõe ao esforço de naturalização dos tipos humanos, e a psiquiatria fornece bons exemplos. O "inventar pessoas" de Hacking se refere à constituição histórica dos espaços de experiências que estruturam significativamente as possibilidades de ser uma pessoa. Com a tendência de assimilação dos tipos humanos aos naturais desenha-se a situação em que não temos apenas uma ontologia histórica dos tipos interativos. Quando novos modos de descrever pessoas são concebidos, seu uso tem efeitos diretos e indiretos sobre o espaço de possibilidades em que se pode ser uma pessoa. O efeito indireto ocorre quando as classificações são incorporadas por instituições e fundamentam práticas e intervenções, materializando a interação entre pessoas e classificações dentro de um campo relacional constituído por uma multiplicidade de elementos. Nesse sentido, o campo relacional no interior do qual pessoas e classificações estão em plena interação e evolução é sempre mais abrangente do que qualquer naturalização dessas entidades. Assim, quando tipos humanos são naturalizados, a ontologia histórica é uma análise dos tipos interativos e indiferentes. E a situação dos tipos naturais nesse cenário é surgir enquanto indiferentes que introduzem novos elementos no campo de jogo dos interativos. Assim, os tipos interativos e indiferentes fornecem um desenvolvimento para a ontologia histórica de Hacking ao incorporar os naturais no campo de análise filosófica sobre tipos.

A naturalização de um tipo humano não elimina o caráter de interativo desse tipo humano. A naturalização faz com que a ausência de interação seja uma ausência referida àqueles aspectos da classificação que foram naturalizados. Logo, não se é plenamente interativo, nem plenamente indiferente. Cada classificação irá apresentar uma dinâmica própria combinando momentos interativos e momentos indiferentes. Nesses termos que os tipos interativos de Hacking apresentam uma dificuldade ao entusiasmo com tipos naturais quando o que está em jogo é uma assimilação dos tipos humanos aos naturais. Isso porque a naturalização de tipos humanos além de não eliminar o caráter interativo, ao mesmo tempo introduz novos elementos na dinâmica pública da classificação. Quando os naturais ocorrem, eles especificam em quais aspectos um tipo humano (que não pode ser menos do que interativo) é indiferente, ao mesmo tempo que exibem a regularidade que lhes é própria. Assim, tipos humanos podem, por um lado, ser conduzidos para bases naturais, embora sejam, por outro lado, definidos pelos efeitos que suas descrições exercem sobre as orientações de mundo, sobre a abertura perceptiva e a autocompreensão de pessoas. Consideramos a tentativa de assimilação dos tipos humanos aos tipos naturais e nos deparamos com o fenômeno do efeito semântico e do efeito *looping* que ocorre com os tipos humanos justamente porque são classificações de tipos interativos. Retoma-se aqui as duas interrogações que perseguimos ao longo dessa pesquisa. A primeira diz respeito ao sentido que classificações psiquiátricas podem ser tipos naturais, enquanto a segunda, interroga o sentido dos naturais após os tipos interativos de Hacking. Uma vez que a psiquiatria é um domínio no qual o essencialismo de tipos naturais fracassa, classificações psiquiátricas podem ser tipos naturais numa concepção boydiana, de tal maneira que alguns casos psiquiátricos são situações privilegiadas de tipos que emergem da relação com patologias e substâncias. No que diz respeito à segunda interrogação, o sentido dos naturais após os interativos é determinado pela introdução de novos elementos na dinâmica dos interativos, justamente pelo fato de caírem sob os indiferentes.

Em psiquiatria, os naturais aparecem no campo dos interativos de duas maneiras: 1) determinando conteúdo descritivo de algumas classificações e 2) exibindo regularidades de maneira associada, mas incapaz de individuar inúmeras classificações enquanto tipos naturais. Iremos com isso explorar as consequências da delimitação dos naturais face à distinção entre interativos e indiferentes. A estratégia adotada foi indicar duas modalidades de emergência dos naturais em meio ao campo relacional dos interativos. Num primeiro momento, os

naturais ingressam através de uma alteração qualitativa no campo de possibilidades dos indivíduos que caem sob um transtorno cuja estrutura descritiva cede aos naturais. Por isso, em primeiro lugar, iremos nos deter sobre aquelas classificações psiquiátricas que são **tipos interativos e indiferentes e que cedem aos naturais**. Examinaremos o transtorno neurocognitivo por doença de Alzheimer de instalação precoce. No segundo momento, posicionaremos os **tipos interativos e indiferentes cuja estrutura descritiva não cedem aos naturais**. Um grande número de classificações psiquiátricas não cedem aos conteúdos empíricos da neurobiologia porque esses conteúdos não possuem força de delimitação dessas entidades. Esse fato nos levou a determinar o sentido a partir do qual inúmeras classificações (como espectro da esquizofrenia, transtorno do déficit de atenção e hiperatividade, transtornos depressivos, transtornos de ansiedade, etc.) são classificações de tipos interativos e indiferentes que se movem num campo em que aspectos associados são naturalizados por meio dos resultados da farmacologia. Finalizaremos, portanto, discutindo como uma classificação pode ser naturalizada em aspectos associados e não sofrer uma reformulação conceitual. Iremos indicar essa situação epistêmica através de um caso em que os achados empíricos não possuem força de revisão da estrutura descritiva da classificação, ou seja, são achados empíricos incapazes de submeter a entidade psiquiátrica a uma revisão. Examinaremos o transtorno do déficit de atenção e hiperatividade (TDA/H) como um tipo interativo e indiferente. Interativo pela dinâmica pública que essa entidade protagoniza, e indiferente pelo efeito de controle dos sintomas, por si mesmo incapaz de individuar como um tipo natural a própria estrutura descritiva dessa classificação. No caso desse tipo psiquiátrico, vemos que a existência do efeito semântico e do efeito *looping* não chegam a inviabilizar que tais classificações possam ser naturalizadas em aspectos associados, mesmo por mecanismos naturais que não delimitem essas entidades. Ao final teremos pretendido indicar que, enquanto aqueles tipos psiquiátricos que cedem aos naturais exercem efeitos semânticos sem sofrerem efeitos *looping*, aqueles tipos cuja estrutura descritiva não cede os naturais exercem efeitos semânticos ao mesmo tempo que se encontram vulneráveis ao efeito *looping*.

No capítulo *Madness: Biological or Constructed?*, do livro *The Social Construction of What?*, ao posicionar os tipos interativos e indiferentes, Hacking introduz o exemplo do cyborg para depois entrar no caso das psicopatologias. Nesse texto, Hacking coloca que cyborgs são um exemplo de uma classificação de tipo interativo e indiferente, e mais adiante, na seção sobre as psicopatologias, discute como os tipos naturais aparecem como tendo lugar.

Esse exemplo de Hacking sobre a classificação cyborg indicou que os tipos interativos e indiferentes se orientam para o estudo de classificações ancoradas no acoplamento entre o orgânico e o tecnológico. Assim, antes de entrar no campo da psicopatologia, a ilustração dada por Hacking (1999) para essa coexistência entre interativos e indiferentes foi o exemplo do cyborg, uma classificação que descreve um corpo situado nos domínios da biotecnologia reunindo orgânico e artificial. A classificação cyborg conjuga descrições de tipos indiferentes de coisas anexadas às descrições de um tipo interativo, considerando que o conceito indica "compostos humanos-máquina autoconscientes. Estes são interativos. A distinção entre o interativo e o indiferente mantém-se surpreendentemente bem para cyborgs, tanto reais quanto ficcionais" (Hacking, 1999, p. 107).<sup>194</sup> De maneira semelhante ao cyborg - um composto organismo e máquina, um híbrido entre orgânico e artificial, um acoplamento entre o orgânico e o tecnológico -, muitas entidades psiquiátricas também são tipos interativos e indiferentes não porque são delimitadas por patologias subjacentes, mas porque exibem um composto, descrevendo tipos de pessoas e intervindo sobre processos biológicos. O DSM-5 possui inúmeras classificações cujo entendimento depende da referência a um corpo humano alterado por meio de fármacos, fazendo com que o campo de aplicação de uma classificação psiquiátrica seja indissociável da intervenção farmacológica. Num cenário na qual aplicar um conceito é concomitante à intervenção farmacológica, assistimos tipos humanos e biotecnologia reorganizando o espaço social e pessoal de experiências, buscando atingir um manejo das condutas através das regularidades obtidas pela intervenção química. No controle de sintomas, os limites entre o natural e o artificial se misturam. A psiquiatria fornece bons casos de tipos interativos e indiferentes porque seus tipos evidenciam que a regularidade natural que vem à existência introduz novos inícios à dinâmica dos interativos. Veremos que os indiferentes podem fornecer suportes para novas formas de vida através da atuação sobre o corpo e seus processos biológicos, e nesse sentido introduzem novos elementos nessa dinâmica relacional. Isso porque classificações que são o resultado da criação de uma composição entre o orgânico e o artificial, como é o caso da modificação do espaço biológico pela exposição a substâncias de potencial conhecido, também são tipos indiferentes.<sup>195</sup> Essa mesma composição fornece novos elementos para a dinâmica dos interativos porque

---

<sup>194</sup> E como argumentamos, possuir *looping* não exclui a possibilidade da especificação de propriedades que não são passíveis de *looping*, tornado possível pensar o nominalismo de classificações cuja estrutura semântica descreve acoplamentos entre pessoas e coisas.

<sup>195</sup> Nos referimos aqui aos transtornos mentais induzidos por substâncias e também aos tipos de regularidades que emergem da utilização farmacológica a partir de um diagnóstico psiquiátrico.

estabilizam o complexo orgânico-artificial enquanto suporte de novas formas de experiência social e pessoal.

Assim como os tipos exclusivamente interativos, os tipos simultaneamente interativos e indiferentes são um tópico para a ontologia histórica. O que vem à tona no campo relacional de interações dos tipos interativos e indiferentes é a regularidade exibida pelos naturais. Com isso, os indiferentes informam classificações psiquiátricas que 1) *podem delimitar sua estrutura descritiva em bases naturais* e 2) *podem criar suportes para novas formas de vida através da atuação sobre o corpo e seus processos biológicos*. Reitera-se aqui a ontologia histórica, pois tipos interativos e indiferentes também evidenciam maneiras históricas de constituição do espaço de experiência social e pessoal de indivíduos, onde corpos e mentes são trabalhados e aprimorados por substâncias sintéticas de potencial causal conhecido. Enquanto as classificações psiquiátricas introduzem um efeito semântico sobre pessoas, a biotecnologia farmacológica produz um efeito sobre a biologia dos corpos individuais. Da modificação da química cerebral pela utilização de substâncias farmacológicas emerge o controle de sintomas inespecíficos como uma regularidade sustentada em fatores causais. Os resultados obtidos pela utilização da farmacologia fornecem uma base estável para a constituição de novas formas de vida. E nesse sentido, a psiquiatria é uma ocasião para mostrar os novos inícios que vem à tona por meio dos naturais na análise dos interativos e indiferentes. Como temos insistido, os naturais enquanto indiferentes desenvolvem a ontologia histórica de Hacking porque fornecem novos elementos para a dinâmica dos interativos. E a relação entre ontologia histórica e tipos naturais se especifica nos *tipos interativos e indiferentes*. Aqui, a ontologia histórica de Hacking pode ampliar o seu alcance, de modo que os desdobramentos ontológicos passam a ser indicados na invenção de pessoas que ocorre simultaneamente com as regularidades empíricas que emergem de patologias e dos resultados obtidos pela farmacologia. Esse último, é o ponto de partida para novas interações. A novidade dos tipos interativos e indiferentes são análises históricas das relações entre classificações psiquiátricas, os efeitos semânticos sobre pessoas e os efeitos empíricos da aplicação da biotecnologia sobre pessoas, uma vez que interferem na realidade social, pessoal e corporal dos indivíduos. Mais adiante entraremos em sua área com duas ilustrações de casos psiquiátricos.

## **5.2 - A delimitação dos naturais face à distinção entre interativos e indiferentes**



A impossibilidade de naturalizar plenamente os tipos humanos, isto é, torná-los apenas tipos indiferentes, ratifica o nominalismo dos tipos interativos e indiferentes. Por isso, os *tipos interativos e indiferentes* indicam que (1) tipos humanos podem sofrer revisões e redefinições por *efeito looping* e por descobertas empíricas, (2) sem mecanismos causais especificados, são classificações que se encontram vulneráveis à evolução por *looping*, e (3) conforme os avanços tecnológicos, tais classificações podem conceitualmente ceder aos naturais ou mesmo cair em desuso. Nesse sentido que os *tipos interativos e indiferentes* são classificações cuja situação epistêmica pode ser não apenas enriquecida, mas profundamente alterada em seus critérios pelas descobertas empíricas, pois não apenas o *efeito looping* é capaz de alterar o conceito dessas classificações, mas descobertas empíricas podem ter um impacto profundo de redefinição. Nesse cenário, a indefinição persistente sobre as bases naturais de inúmeros tipos de transtornos mentais tem uma consequência importante sobre as próprias classificações, isto é, circunscrever uma situação de vulnerabilidade ao *efeito looping*. Enquanto descobertas empíricas fortes entram redefinindo conceitualmente algumas classificações (como os transtornos neurocognitivos), descobertas empíricas fracas e associadas entram enriquecendo inúmeras classificações do DSM-5 (como é o caso transtorno do déficit de atenção e hiperatividade e as regularidades obtidas através do cloridrato de metilfenidato).

O nominalismo dos *tipos interativos e indiferentes* circunscreve essa situação epistêmica que acompanha continuamente as classificações de transtornos mentais em psiquiatria. Enquanto tipos interativos ajudam a pensar classificações inclusivas, os tipos naturais exibem classificações marcadas por critérios restritivos. Nesse ponto, os **tipos interativos e indiferentes que cedem aos naturais** incorporaram em suas classificações as descrições da correlação entre mecanismos e família de características que são específicas a esses transtornos, com força de delimitação dessas entidades. Os **tipos interativos e indiferentes que não cedem aos naturais** exibem de modo associado e inespecífico alguma correlação entre mecanismos e sintomas, sem que essa correlação tenha força de revisão e redefinição dessas classificações, uma vez que não são correlações capazes de delimitar o caráter supostamente natural dessas entidades. Estamos com isso afirmando que todos os tipos interativos e indiferentes produzem efeito semântico,<sup>196</sup> mas aquelas classificações cuja

---

<sup>196</sup> O efeito semântico pode ser direto ou indireto: através da interação direta com a classificação ou indiretamente através das práticas que tais classificações fundamentam.

estrutura descritiva cede aos naturais não parecem apresentar vulnerabilidade ao *efeito looping*.

### **5.2.1 - Naturalização dos tipos humanos e a não redução aos indiferentes**

Se a psiquiatria é o campo em que ocorre uma grande esforço de assimilação dos tipos humanos aos tipos naturais, essa naturalização não implica uma redução dos tipos humanos aos tipos indiferentes. Interrogar se determinados tipos humanos são assimiláveis aos tipos naturais boydianos é questionar o tipo de unidade que atua como suporte unificador dessas características. Se A, B, C e D são características do tipo psiquiátrico X, o que sustenta a coesão entre A, B, C e D deve fazer referência a uma acomodação em estruturas causais para que o tipo psiquiátrico X também seja um tipo natural. Como assinalou Richard Boyd (1991, 1999), uma classificação de tipo natural exhibe a coocorrência de características cuja unidade é sustentada por mecanismos subjacentes. A concepção acomodacionista é encarada atualmente como alternativa principal e adequada ao essencialismo de tipos naturais em psiquiatria (Beebe & Sabbarton-Leary, 2010; Kendler, 2016; Kendler, Zachar, & Craver, 2011; Tsou, 2016), mas não detidamente discutida acerca dos seus limites quando associada com tipos humanos. Tipos humanos, em princípio, podem participar de processos causais, podem satisfazer a condição de aparecerem em generalizações acomodadas em fatores causais. Uma vez que tipos naturais boydianos são classificações que não requisitam que seus membros satisfaçam individualmente critérios necessários e suficientes de adesão, essa permissividade tornou-se atraente para a psiquiatria em sua pretensão de reconduzir tipos humanos para fatores causais. Ao mesmo tempo, tentativas de acomodação podem falhar, se apresentarem vagas ou inespecíficas, de modo que a coocorrência de características sem um mecanismo causal que sustente sua unidade e coesão revelará esquemas descritivos que não satisfazem demandas de acomodação. A ausência de fatores causais sustentando a unidade do tipo levanta suspeitas sobre a determinação causal de classificações pretendidas como naturais. Rejeitando o essencialismo natural e dando solução ao problema do realismo sobre tipos de maneira pluralista, os tipos boydianos são classificações que surgem acomodadas às "redes de mecanismos causais mutuamente reforçadores" (Kendler, et al., 2011, p. 1143).<sup>197</sup>

---

<sup>197</sup> São tipos naturais as categorias psiquiátricas decorrentes de lesões neurológicas e os processos neurodegenerativos que aparecem como patologias subjacentes aos transtornos neurocognitivos no DSM-V afetando a unidade estrutural do comportamento e das funções mentais. Tipos biológicos e fisiológicos são bons

Quando tentamos naturalizar tipos humanos, o fato de que as acomodações podem falhar ou obter êxito é uma questão epistêmica que se resolve empiricamente. Essa é uma vantagem do modelo boydiano: não lidar com classificações pressupondo incessantemente uma constituição interna ou externa desconhecida. Tudo se passa como se tipos humanos pudessem ser imediatamente reconduzidos para bases naturais e capturados segundo nexos causais. Contudo, uma acomodação vaga e inespecífica surge como obstáculo para uma assimilação dos tipos humanos aos tipos naturais, principalmente quando essa acomodação não possui força de definição ou revisão da estrutura descritiva das classificações. Em psiquiatria, essa não acomodação dos esquemas descritivos em estruturas causais se revelou primeiro na rejeição do essencialismo de tipos naturais. A literatura sobre psiquiatria e tipos naturais é marcada pelo consenso de que classificações psiquiátricas não podem ser tipos naturais em uma interpretação essencialista tendo em vista que se acumulam inadequações empíricas que inviabilizam a hipótese de propriedades essenciais compartilhadas por particulares que caem sob a generalidade dessas classificações (Bolton, 2008; Cooper, 2005; Hacking, 1999; Szasz, 1961; Zachar, 2000). Rejeitado o essencialismo para tipos psiquiátricos, a alternativa cada vez mais discutida pela literatura é a abordagem de tipos naturais de Richard Boyd (Beebe & Sabbarton-Leary, 2010) por sua aptidão em reunir pluralismo epistêmico regulado pelo sucesso preditivo e explicativo alcançado por esquemas descritivos. A adequação do modelo boydiano às classificações psiquiátricas tem sido afirmada, merecendo algumas considerações. Primeiro, Kendler, Zachar, & Craver (2011, p. 1143) em *What kinds of things are psychiatric disorders?* alegam que o essencialismo "é inadequado para desordens psiquiátricas, que são multifatoriais e 'difusas'". De acordo com os autores, classificações psiquiátricas são melhor investigadas mapeando a complexa rede de mecanismos multiníveis (que se reforçam mutuamente) pelos quais um mesmo tipo de transtorno pode ser distinguido em diferentes culturas tendo por base a semelhança entre esses múltiplos processos causais compartilhados. Nesse mesmo artigo, a sugestão de Kendler, Zachar, & Craver (2011) para potencializar o modelo de Richard Boyd é incluir na conta dos tipos naturais a hipótese de que as características clínicas de superfície estariam causalmente

---

candidatos a tipos naturais boydianos uma vez que participam de processos de homeostase duplamente enquanto mecanismos e componentes. O sistema nervoso, por exemplo, é um tipo natural boydiano responsável por acomodar inúmeras regulações fisiológicas do organismo. Basta observar a relação do sistema nervoso simpático com o sistema vascular na regulação dos batimentos cardíacos e da pressão arterial numa situação de stress ambiental (perigo e fuga). Obviamente que o cérebro não é uma essência dessa regulação, mas participa como mecanismo e componente ao lado dos demais mecanismos biológicos de homeostase.

inter-relacionadas, de tal modo que também contariam como um mecanismo homeostático. Em seu exemplo da depressão maior, a propriedade *ideação suicida* poderia ser causada tanto pela propriedade *humor depressivo* quanto pela propriedade *sentimentos de culpa*. O jogo mútuo de causas e efeitos sofreria retroalimentações formando um todo coeso e estável por um período de tempo indeterminado. Vemos nessa ilustração dos autores uma tentativa de expandir o modelo de Boyd localizando as bases naturais não apenas dentro do espaço biológico, de modo que um mesmo tipo de agrupamento de sintomas poderia efetivamente ser unificado por diferentes mecanismos multiníveis localizados dentro e fora do espaço biológico. Contudo, há uma redução aos indiferentes nessa proposta. Ao pressuporem relatos causais entre características típicas que compõem o agrupamento de sintomas como se uma característica pudesse entrar em uma relação de causa e efeito com outras características, os autores introduzem no campo das experiências humanas um jogo de forças cegas, tal como reações físico-químicas. De fato, quando *humor depressivo* se associa com *sentimentos de culpa* que se associam com *ideação suicida* como efeitos que seguem sua causa, ainda é possível indicar uma circularidade causal, em vez de uma linearidade. Mas os autores agem como se *humor depressivo*, *sentimentos de culpa* e *ideação suicida* fossem conteúdos indiferentes vindo à tona, e que deles fosse razoável deduzir relações causais entre si. Um problema ainda mais tangível é assumir *humor depressivo*, *sentimentos de culpa* e *ideação suicida* como itens capazes de formar um processo homeostático. Para que pudessem se reforçar mutuamente de maneira estável e contínua precisariam formar um sistema no interior do qual uma circularidade causal se reitera continuamente. Nada impede que a experiência humana seja explicada nesse vocabulário. Mas o núcleo da proposta é assumir que *humor depressivo*, *sentimentos de culpa* e *ideação suicida* formam um jogo de forças causais constituindo a coesão das características descritivas da entidade transtorno depressivo. A remissão a fatores causais que dariam suporte a essa circularidade é inevitável. Uma correta apropriação do princípio da acomodação deverá buscar os mecanismos extrínsecos capazes de sustentar causalmente a coesão das características clínicas *humor depressivo*, *sentimentos de culpa* e *ideação suicida*. Nesse sentido, não é claro como essas características poderiam formar um sistema de relações causais e ter unidade e coesão. Mesmo que identificássemos fatores sociais e culturais, o campo relacional de interações se mobilizaria afetando a abertura de mundo, a autocompreensão e o autorrelato das próprias pessoas assim descritas. Isso porque o campo das experiências humanas é lugar por excelência do nominalismo dos

interativos. Dessa maneira, conteúdos psicológicos não poderiam contar como mecanismos homeostáticos porque sua coesão e unidade reivindica mecanismos extrínsecos a eles próprios. Caso fossem considerados mecanismos intrínsecos, seria necessário conceber um nível subjacente, como na psicodinâmica. Esse procedimento, porém, não o protege do mesmo problema relatado acima. Descrições psicológicas e relatos de estatísticas sociais introduzem novos elementos no campo relacional de plena interação. São tipos humanos vulneráveis ao *efeito semântico* e ao *efeito looping*. Assim, após a introdução dos tipos interativos de Hacking não se povoa de conteúdos físicos o espaço das experiências humanas sem que com isso apague a diferença entre os indiferentes e os interativos. Na psiquiatria em particular, a emergência dos indiferentes em meio aos interativos não ocorre através de uma suposta interdependência causal de um sistema de sintomas, mas introduzindo novos elementos para a dinâmica dos interativos. Logo, a tentativa de naturalizar tipos humanos não é adequada quando implica em uma redução dos tipos humanos aos indiferentes.

Mesmo após a introdução dos tipos interativos, a questão da delimitação dos naturais em meio aos interativos não recebeu a devida consideração dos críticos de Hacking. A relevância da noção de tipos interativos quando o que está em jogo é a naturalização de tipos humanos está na correta delimitação dos naturais face à distinção entre os interativos e os indiferentes. Nunca é demais lembrar a observação de Hacking de que tanto os tipos interativos quanto os tipos indiferentes referem-se a classificações. Essa insistência pode eliminar qualquer sombra de dúvida sobre a relação dos tipos naturais diante dos tipos interativos e/ou indiferentes. Antes da introdução dos interativos e dos indiferentes, todos os naturais eram pressupostos em sua indiferença. Mas (e esse é ponto a se ater) quando classificações de tipos humanos são naturalizadas em aspectos centrais ou associados, a pressuposição dos indiferentes deve ser especificada considerando que tais classificações já são interativas. Classificações que se aplicam às pessoas e são naturalizadas, *não podem ser menos do que tipos interativos*. A consequência da introdução dos tipos interativos para os tipos naturais é mostrar que o esforço de naturalizar uma classificação de tipos humanos não elimina seu resíduo nominalista, isto é, o fato de que essa classificação se movimenta num espaço relacional mais amplo do que as bases naturais. Quando o que está em jogo é a aplicação de taxonomias a seres humanos, tipos naturais emergem delimitados pelo nominalismo dos tipos interativos e indiferentes. E como temos visto, tipos humanos naturalizados em aspectos centrais ou associados são indiferentes naqueles aspectos

naturalizados, mas interativos de maneira abrangente. O modo de ser de classificações que descrevem pessoas não permite que o realismo dos naturais elimine ou neutralize o nominalismo dos interativos, embora os tipos naturais continuem referindo-se às regularidades ou generalizações sustentadas causalmente exibidas por indivíduos concretos. Essa é a novidade e a contribuição dos tipos interativos e indiferentes.

Assim, a introdução dos tipos interativos frustra a expansão do modelo boydiano proposto por Kendler, Zachar, & Craver (2011), reconduzindo o natural ao espaço biológico. O que conta como um tipo no espaço da experiência possível já não pode mais ser reduzido aos indiferentes. Logo, as pretensões de naturalização de tipos humanos devem ser balizadas por uma abordagem nominalista. Afirmar que múltiplos mecanismos causais contribuem para a emergência de um certo transtorno psiquiátrico é diferente de alegar que características clínicas que se encontram no nível da experiência tal como vivida formam um sistema de causais e efeitos, ao modo das coisas físicas ou químicas. O espaço das características clínicas corresponde à emergência histórica de uma totalidade referencial significativa que fornece orientações de mundo para os comportamentos em geral. Nesse espaço abre-se o campo da experiência de ser classificado e de ter seus comportamentos e estados de ânimo modificados pelo modo com que foram descritos, de se saber assim e interagir com essas mesmas classificações, no interior do qual as relações em jogo são compreendidas como descrições atuando sobre descrições. A vulnerabilidade das classificações ao *efeito looping* é um fenômeno chave nesse espaço, pois ser lançado numa classificação cria uma nova situação que é a de poder se relacionar com as características definidoras e descritivas da classificação, ou seja, ocorre um *efeito semântico*. O espaço de experiências sociais e pessoais dos indivíduos é alterado segundo as classificações disponíveis, de tal modo que uma nova classificação que ganha circulação pública interfere na autorrepresentação individual e no autorrelato porque altera a experiência do que é possível para a população que cai sob essas descrições. O fato de uma população se encontrar sob certas possibilidades abertas por essas descrições, e então se compreender de um modo específico, introduz novas orientações de mundo e inicia uma dinâmica formadora de um saber sobre si enquanto indivíduos classificados de uma maneira específica. Depois pode ocorrer de tomarem nas mãos o campo significativo da classificação, evoluindo a seu modo, e produzindo um saber do saber, tal

como mostrado no capítulo 4 sobre a mobilidade histórica da classificação *autismo*.<sup>198</sup> Portanto, ao contrário do que Kendler, Zachar, & Craver (2011) sugerem, as tipificações *ideação suicida, humor depressivo e sentimentos de culpa* não são *tipos indiferentes e naturais*, mas *tipos interativos* cujas descrições interagem com aqueles que são classificados como apresentando essas características. Feito essa ressalva, o modelo de Boyd continua sendo uma opção empiricamente sólida e surge como alternativa para integrar diversidade e flexibilidade, sem requisitar a ênfase em um fator causal único e exclusivo.

### 5.2.2 - Onde as acomodações boydianas falham e obtém êxito

Ao mesmo tempo, a liberalidade e flexibilidade da concepção boydiana pode forjar confusões entre algo que conte como mecanismo, e também coocorrências de características que contem como unidade. Esse é o caso das relações mantidas entre farmacologia e entidades psiquiátricas. O raciocínio comumente utilizado transfere para mecanismos neurofisiológicos dos antidepressivos a possibilidade de delimitação dos transtornos depressivos, transfere para mecanismos neurofisiológicos dos antipsicóticos a possibilidade de delimitação do espectro da esquizofrenia e seus subtipos, para os benzodiazepínicos a possibilidade de delimitação dos transtornos de ansiedade, para o cloridrato de metilfenidato a possibilidade de delimitação do transtorno do déficit de atenção e hiperatividade (TDA/H), e assim por diante. É justamente esse o raciocínio de J. Tsou (2016) em *Natural kinds, psychiatric classification and the history of the DSM*, onde também discute a adequação do modelo de Richard Boyd às classificações psiquiátricas e argumenta que transtornos mentais - como esquizofrenia, depressão, transtorno bipolar, transtorno obsessivo compulsivo, etc. - são tipos naturais constituídos por um conjunto de mecanismos biológicos entrelaçados em múltiplos níveis. Contudo, a evidência utilizada por ele para subscrever essas entidades - esquizofrenia e depressão - a um conjunto de mecanismos biológicos, são os achados da farmacologia.<sup>199</sup>

---

<sup>198</sup> Esse nominalismo não é caracterizado apenas por classificações nas quais as características definidoras reivindicam um nome. É um nominalismo também porque essas descrições interagem com as descrições que temos sobre nós mesmos. O ponto é que as pessoas classificadas podem disputar e assumir o controle da classificação. No caso dos homossexuais, a psiquiatria dizia "é uma doença", passou o tempo, os próprios homossexuais tomaram o controle da definição da classificação. Isso tem ocorrido com o autismo no movimento da neurodiversidade. Segundo esse grupo de autistas, o autismo não é doença, mas diferença, como pele, raça e sexo.

<sup>199</sup> Bem antes desse texto de J. Tsou, a dependência da farmacologia para a constituição dessas teorias foi trabalhada no artigo *Neurochemical selves* de Nikolas Rose (2003, p. 46-47): "Embora as tentativas de soluções químicas para os problemas psiquiátricos tenham uma longa história, a era moderna começa na década de 1950,

Assim, ao enfatizar os mecanismos biológicos que são compartilhados por membros de um tipo com base no controle de sintomas, J. Tsou ignora que está delimitando mecanismos naturais para essas classificações com base na ação que propriedades farmacológicas exercem sobre sintomas inespecíficos a essas entidades. Pelo fato da estrutura descritiva do DSM-5 possuir inúmeras sobreposições, a presença de uma característica é capaz de acionar uma outra classificação que concorreria em um momento diagnóstico. Por exemplo, se nos detivermos em alguns subtipos do *espectro da esquizofrenia*, o critério último de decisão é temporal, isto é, são transtornos que se distinguem por sua diferença na duração dos sintomas psicóticos: pelo menos um dia, mas inferior a um mês, para o *transtorno psicótico breve*; pelo menos um mês, mas menos do que seis meses, para o *transtorno esquizofreniforme*; pelo menos seis meses para a *esquizofrenia*. Espera-se em qualquer um desses subtipos que apresentem ao menos *um* dos três sintomas: delírios, alucinações e discurso desorganizado. Por mais que os antipsicóticos controlem esse grupo de sintomas, não podemos afirmar que entidades com muitas sobreposições de características, subdividas pela duração temporal, são individualizadas pelos mecanismos farmacológicos dos antipsicóticos. Diferentemente de J. Tsou, não vemos que uma abordagem pluralista de tipos naturais em psiquiatria seja bem sucedida ao se utilizar dos resultados da farmacologia para fundamentar bases naturais dessas entidades. Embora a *hipótese da dopamina* seja uma explicação sobre a relação entre ação farmacológica de substâncias antipsicóticas e seus benefícios terapêuticos, não podemos afirmar que a *hipótese da dopamina* delimite a etiologia dos subtipos do *espectro da esquizofrenia* (Kendler & Schaffner, 2011). O esforço de vincular as supostas bases naturais do *espectro da esquizofrenia* à evidência da eficácia farmacológica de antipsicóticos no controle de sintomas psicóticos presentes em diferentes tipos de transtornos (inclusive nos subtipos do *espectro da esquizofrenia*) estabelece relações amplas e inespecíficas, advindas das relações produtivas entre neuroquímica e psicofarmacologia, que embora tenha valor

---

pois foi nesse ponto que as drogas foram formuladas e comercializadas não apenas como sedativas, mas também reivindicando ter um efeito específico sobre determinados sintomas de certas condições psiquiátricas. (...) Seguiu-se o desenvolvimento de drogas especificamente reivindicando o tratamento da depressão e denominadas 'antidepressivos': a imipramina de Geigy (Tofranil) foi testada por Ronald Kuhn no Hospital Munsterlingen perto de Konstanz durante o início dos anos 50 e apesar da falta inicial de entusiasmo - depressão não era visto, na época, como um grande problema psiquiátrico - o Tofranil foi lançado em 1958 e se estabeleceu como o primeiro antidepressivo 'tricíclico' dos anos 60, devido à sua estrutura química de três anéis. Seguiu-se o tricíclico da Merck, amitriptilina (Elavil) em 1961. No mesmo período, outras empresas farmacêuticas e psiquiatras experimentavam outras drogas - reserpina, isoniazida, iproniazida (Marsalid) - que acabariam por dar origem à influente 'hipótese da depressão da serotonina', tão crucial para a fabricação e comercialização do Prozac e suas irmãs."



heurístico e estimule a investigação empírica, somente poderiam ser bem sucedidas na determinação de bases naturais para essas classificações psiquiátricas conquistando níveis maiores de especificidade. Portanto, contrariando J. Tsou, se o efeito farmacológico dos antipsicóticos e antidepressivos se relaciona com sua capacidade de agir sobre circuitos neuronais, tais resultados não podem ser usados como suporte para delimitar bases naturais de entidades como a esquizofrenia e a depressão, pois se houver mecanismos subjacentes a essas entidades, tais mecanismos não se confundem com as evidências sobre mecanismos farmacológicos de substâncias sintetizadas em laboratórios.<sup>200</sup> O cloridrato de metilfenidato (comercialmente conhecido como Ritalina e Concerta) é a substância utilizada no controle de características do *transtorno do déficit de atenção e hiperatividade* (TDA/H), mas o modo de ação desse fármaco pouco informa sobre o substrato unificador das características desse transtorno. O mecanismo de ação desse fármaco está associado às teorias sobre esse transtorno, mas não informa sobre o TDA/H ele mesmo, sua substância, aquilo que seria suporte dessas características ou aquilo que as unifica. Ao contrário, no TDA/H temos uma coleção de características que recebem uma etiqueta, um nome: TDA/H. Esse transtorno não é uma coisa, uma substância, mas uma coleção de características que podem ou não continuar juntas. O que atua para unir e manter essas características juntas se diferencia da estrutura causal mais ampla que podemos delimitar com base no metilfenidato. Nesse sentido, a estrutura causal que vem à tona a partir do cloridrato de metilfenidato é uma regularidade mais abrangente e inespecífica à entidade TDA/H. Os antipsicóticos, por exemplo, controlam sintomas psicóticos em uma variedade de transtornos neurocognitivos devido alguma patologia subjacente, mas agem sobre processos neurofisiológicos diferentes daqueles processos neurofisiológicos que atuam enquanto mecanismos causais do declínio cognitivo dessas demências. E como argumentamos, o controle químico de sintomas que ocorre pela utilização farmacológica atua em mecanismos biológicos amplos que subscrevem sintomas por sua vez inespecíficos.<sup>201</sup>

---

<sup>200</sup> Por consequência, os antidepressivos e os antipsicóticos atuam sobre um grupo de características nomeadas genericamente como sintomas depressivos e como sintomas psicóticos que também fazem parte de uma série de outros transtornos e condições médicas e não médicas.

<sup>201</sup> Examinando a história dos psicofármacos, Rose (2003, p. 55) dirá que a especificidade foi uma premissa das campanhas das empresas farmacêuticas: "Uma propaganda da Lustral (sertralina) publicada no *British Journal of Psychiatry* em 1991 ressaltou sua seletividade, eficácia, baixos efeitos colaterais, baixa dependência, conformidade e simplicidade. Esse conjunto de virtudes é condensado em uma marca simples - a Lustral - fabricada pela Pfizer (comercializada como Zoloft nos EUA) com sua imagem sorridente e o logotipo do sol nascente." Esse pressuposto da especificidade exhibe três lados: "primeiro, baseou-se na crença neurocientífica de que essas drogas poderiam, e idealmente, deveriam ter uma especificidade de alvo. Segundo, baseou-se na

Toda essa indeterminação sobre as bases biológicas desses transtornos corrobora nosso argumento sobre os *tipos interativos e indiferentes*, já que a situação epistêmica dessas classificações é peculiar.<sup>202</sup> Uma vez que as estruturas causais a que esses fármacos se ajustam são muito mais amplas do que as supostas estruturais causais dos transtornos a que eles se aplicam, não se atua na razão natural pela qual os sintomas desses tipos de transtornos tendem a se agrupar. Temos com isso, classificações cuja situação epistêmica é a dos *tipos interativos e indiferentes* com o acréscimo de que são passíveis de naturalização em aspectos vagos e difusos, onde a ação farmacológica se mostra eficaz no controle de sintomas inespecíficos. Quando J. Tsou posiciona como naturais aquelas classificações sem delimitar mecanismos causais específicos dessas entidades, fornece novos elementos para a dinâmica dos tipos interativos e indiferentes. Sem apresentar bases naturais específicas, continuamos a utilizar classificações incapazes de ceder à biologia, ou seja, classificações que não incorporam informações empíricas sobre mecanismos específicos não se encontram determinadas em seu caráter natural. Logo, são tipos psiquiátricos que falham na acomodação das suas descrições definidoras a uma estrutura causal do espaço biológico.

De modo diverso, os subtipos dos *transtornos neurocognitivos* e dos *transtornos induzidos por substâncias* são resultados da divisão interna dessas classificações com base em

---

crença clínica de que médicos ou pacientes poderiam diagnosticar especificamente cada série de mudanças no humor, vontade, desejo, afetos como uma condição discreta. Terceiro, baseou-se na crença neurocientífica de que configurações específicas nos sistemas de neurotransmissores sustentam humores, desejos e afetos específicos. Os três pressupostos foram então mapeados um sobre o outro. Assim, o status icônico do Prozac se originou menos de sua eficácia no tratamento da depressão clínica do que da crença de que foi a primeira 'droga inteligente', na qual uma molécula foi projetada com uma forma que permitiria que ela se fixasse especificamente nos locais de receptores identificados no sistema de serotonina - afetando, portanto, apenas os sintomas específicos que estão sendo direcionados e com um baixo 'perfil de efeitos colaterais. E, por outro lado, seu status foi confirmado por relatos clínicos e relatos populares como aqueles dados por Peter Kramer a Elizabeth Wurtzel sobre as transformações psicológicas específicas produzidas pela droga. Essas pressuposições alimentaram uma indústria de comentários utópicos ou distópicos - sobre a psicofarmacologia cosmética e as possibilidades de reformular nossa natureza humana à vontade, mais recentemente de Gregory Stock de um lado e Frances Fukuyama do outro. No entanto, como a pesquisa neuroquímica e farmacológica prosseguiu, a simples crença de que havia um tipo de receptor para cada neurotransmissor mostrou-se errada no caso da serotonina, havia pelo menos sete 'famílias' de receptores 5HT e a maioria tinha vários subtipos. Isso pode ter sido fatal para esse regime explicativo, mas isso não aconteceu. Argumentou-se agora que cada um desses subtipos de receptores tinha uma função específica, que as anomalias em cada tipo estavam relacionadas a sintomas psiquiátricos específicos e que poderiam ser melhoradas por drogas projetadas especificamente para afetá-los." (Rose, 2003, p. 55).

<sup>202</sup> Como as investigações da farmacologia enriquecem os conceitos dessas entidades sem as determinarem enquanto tal, as investigações sobre as possíveis bases naturais dessas classificações continuam em aberto, pois a possibilidade de descobertas empíricas é um fator que pode lançar alguma dessas classificações em uma cadeia de redefinições com base em componentes e operações de componentes constitutivos de mecanismos biológicos, exigindo reclassificações de casos anteriores que não possuem componentes biológicos subjacentes, redefinindo populações que se encontram sob essas classificações. Essa situação epistêmica mostra o revisionismo potencial de que padecem essas classificações.

achados empíricos que informam mecanismos causais. As evidências empíricas que acompanham a definição conceitual desses dois grupos de classificações parecem afastar quaisquer dúvidas de que essas entidades sejam, em grande parte, biologicamente delimitadas. A relação prática com a substância é um fator externo decisivo para a emergência do transtorno, assim como o rastreamento da etiologia é um marcador que especifica o subtipo do transtorno neurocognitivo. Quando afirmamos que os *transtornos neurocognitivos* e os *transtornos mentais induzidos por substâncias* são classificações cuja unidade se encontra sustentada sob bases naturais, isso quer dizer que são tipos subscritos por mecanismos biológicos capazes de decidir sobre a individuação dos subtipos dessas classificações. Nesse sentido, a capacidade de lidar com entidades cujas fronteiras são difusas não representa uma limitação, mas uma vantagem pela capacidade de cobrir entidades marcadas por similaridades que se agrupam sustentadas pelo entrelaçamento de mecanismos causais, tal como o próprio Richard Boyd reconhece "que as definições de tipos [naturais] devem estar em conformidade com a estrutura causal (às vezes confusa e complexa) do mundo" (Boyd, 1991, p. 143).

É assim que naturalizar tipos humanos requisita informar sobre relações causais. Alegações realistas de tipos naturais dependem de relações causais manipuláveis, e portanto, especificáveis, sem as quais não podemos informar com segurança quais são aqueles mecanismos relevantes. Sem essa especificação de mecanismos não há realismo de tipos, pois não se exibem fatos de **um em muitos**, isto é, um mesmo universal que participa da constituição material do espaço biológico dos muitos indivíduos concretos. Essa ausência de especificação de mecanismos é justamente o lugar onde um nominalismo de tipos também entra em cena, já que *tipos interativos e indiferentes* são classificações que respondem sobre o que vem a existir quando fatos de **um e muitos** passam a ocorrer. E pelo visto, não há relatos de fatos de **um em muitos** na estrutura descritiva da grande maioria das classificações do DSM-5. Por isso, sem informar mecanismos causais não podemos apontar classificações determinadas pelo realismo de tipos naturais. Curiosamente, o diagnóstico diferencial<sup>203</sup> faz

---

<sup>203</sup> Pelo diagnóstico diferencial temos universais com e sem bases naturais. Para cada classificação de transtorno, tipos e subtipos, há uma seção que instrui sobre como diferenciar classificações marcadas por compartilhamento de sintomas. Nessas seções, realizar um diagnóstico diferencial é mostrar que determinada classificação não deve ser confundida com outras classificações pela sobreposição de características: "O diagnóstico diferencial costuma ser baseado na noção de que o clínico está escolhendo um único diagnóstico entre um grupo de diagnósticos que rivalizam entre si e que são mutuamente exclusivos, com a finalidade de melhor explicar determinada apresentação de sintomas. Por exemplo, em um paciente que se apresente com delírios, alucinações e sintomas maníacos, a questão é se o melhor diagnóstico é esquizofrenia, transtorno esquizoafetivo ou transtorno bipolar com características psicóticas; apenas um destes pode ser estabelecido para descrever a apresentação atual. É muito comum, entretanto, que os diagnósticos do DSM-5 não se excluam e que a

esse trabalho em psiquiatria: à medida que avança, realiza o universal sem bases naturais. E após os *transtornos neurocognitivos* com patologias subjacentes e os *transtornos mentais induzidos por substâncias*, entra-se numa extensa região do sistema classificatório psiquiátrico desprovida de qualquer remissão a uma base biológica claramente especificada. Uma vez que os critérios diagnósticos definem as classificações por meio de características gerais, no mais das vezes especificadas em seu sentido por uma pequena amostra informativa de exemplos de aplicação em situações cotidianas, o DSM-V é repleto destas advertências:

Até que se identifiquem mecanismos etiológicos ou fisiopatológicos incontestáveis para validar por completo transtornos específicos ou espectros de transtornos, o padrão mais importante para os critérios de transtorno do DSM-5 será sua utilidade clínica para a avaliação do curso clínico e da resposta ao tratamento de indivíduos agrupados por um determinado conjunto de critérios diagnósticos. (APA, 2014, p. 20).

Nesse sentido que classificações como espectro da esquizofrenia, transtornos depressivos, transtornos de ansiedade, transtorno de bipolaridade, etc., são classificações de *tipos interativos e indiferentes* naturalizadas em aspectos associados sem força de

---

atribuição de mais de um diagnóstico a um determinado paciente seja tanto permitida quanto necessária para que se descreva adequadamente os sintomas apresentados." (First, 2015, p. 11). Segundo First (2015, p. 01), "o processo do diagnóstico diferencial do DSM-5 pode ser discriminado em seis passos básicos: 1) excluir a simulação e o transtorno factício, 2) excluir uma etiologia de substância, 3) excluir uma condição médica etiológica, 4) determinar o(s) transtorno(s) primário(s) específico(s), 5) diferenciar o transtorno de adaptação das outras condições especificadas e não especificadas residuais, e 6) estabelecer o limite em relação à inexistência de transtorno mental." O diagnóstico que está se formando requisita o julgamento de que os sintomas apresentados não são produzidos intencionalmente ou resultado de simulação. Depois, deve-se excluir etiologia de substâncias ou medicamentos ou abstinências como possíveis causas da sintomatologia. Como explica M. First (2015, p. 02), a segunda questão "que deve sempre ser considerada no diagnóstico diferencial é se os sintomas apresentados surgem a partir de uma substância que está exercendo um efeito direto no sistema nervoso central (SNC)". E a partir do momento "que o uso de substância tenha sido estabelecido, a próxima tarefa é determinar se existe uma relação etiológica entre ele e a sintomatologia psiquiátrica" (First, 2015, p. 03). Mas caso seja excluído, o diagnóstico diferencial prossegue na direção de excluir aqueles transtornos devido à patologias subjacentes. Por último, quando não tiver nada de biológico passível de ser determinado enquanto agente causal, se chega aos transtornos mais conhecidos, como autismo, esquizofrenia, depressão, transtornos de ansiedade, bipolaridade, etc. Assim, o discernimento clínico e a tipificação do caso singular estão buscando, em última análise, excluir e entrar no campo daquelas condições psiquiátricas não induzidas por uso de substâncias e/ou devido à patologias subjacentes, ou seja, um transtorno mental independente. Nesse sentido, a segunda e terceira etapas do diagnóstico diferencial visam eliminar qualquer relação etiológica conhecida entre 1) uso de substâncias e transtornos e 2) patologias subjacentes e transtornos. O que podemos primeiramente concluir dessa estruturação do DSM-5 é que tipos naturais claramente especificados no DSM-5 são aquelas classificações que se referem ao grupo de transtornos induzidos por substâncias e ao grupo de transtornos neurocognitivos devido à patologias subjacentes claramente especificadas nos seus subtipos.

delimitação. Os *transtornos neurocognitivos*<sup>204</sup> e os *transtornos mentais induzidos por substâncias* cedem bastante à neurobiologia, o que parece protegê-los da vulnerabilidade aos ciclos de *looping*. Certamente ser classificado como possuindo um *transtorno neurocognitivo devido à doença de Parkinson* introduz uma diferença na experiência de mundo daqueles que são assim classificados, mas não a ponto de gerar ciclos de *looping* passíveis de redefinição descritiva e conceitual desse subtipo. Por isso, essas classificações são *tipos interativos e indiferentes* nas quais os componentes e mecanismos biológicos possuem força de definir estruturalmente o conceito dessas entidades delimitando suas bases naturais.<sup>205</sup>

Poderíamos levantar um último questionamento. Se essas classificações são *tipos interativos e indiferentes*, mas não se encontram delimitadas por tipos naturais, como poderiam ser indiferentes, já que classificações se mostram como indiferentes quando tipos naturais já se encontram delimitados? De fato, quando a investigação empírica delimita bases naturais, então tipos indiferentes podem se apresentar. Nos subtipos dos *transtornos neurocognitivos* e dos *transtornos mentais induzidos por substâncias*, o caráter indiferente dos mecanismos subjacentes está em não serem afetados pelo que sabemos e conhecemos sobre eles, porque não são indivíduos autoconscientes, nem são dotados de crenças sobre si mesmos, nem podem conhecer a si próprios. Do mesmo modo, o aspecto indiferente dos *tipos interativos e indiferentes que não cedem aos naturais* se mostra pelos mecanismos neurofisiológicos delimitados pela farmacologia que, por si mesmos, são incapazes de delimitar essas classificações, mas que não deixam de estarem associados a elas. Nesse sentido preciso e determinado que essas classificações podem ser ambos, interativos e indiferentes. Constatar a presença de uma dinâmica entre a classificação *transtorno esquizoafetivo* e pessoas assim classificadas, e constatar a ausência dessa mesma dinâmica entre a classificação *transtorno esquizoafetivo* e mecanismos biológicos dos antipsicóticos, apenas assinala fatos sobre tipos interativos e fatos sobre tipos indiferentes, respectivamente. Do mesmo modo, constatar a presença de uma dinâmica entre a classificação *transtorno depressivo maior* e pessoas assim classificadas, e constatar a ausência dessa mesma dinâmica entre a classificação *transtorno depressivo maior* e mecanismos biológicos dos antidepressivos, apenas assinala fatos sobre tipos interativos e fatos sobre tipos indiferentes,

---

<sup>204</sup> Como informa o próprio DSM-5, "os TNCs [transtornos neurocognitivos] são únicos entre as categorias do DSM-5, na medida em que são síndromes para as quais a patologia subjacente, e com frequência também a etiologia, pode potencialmente ser determinada." (APA, 2014, p. 591).

<sup>205</sup> A correlação entre mecanismos biológicos e família de propriedades que marca essas classificações é específica o bastante para ser capaz de delimitar essas entidades no que elas são.

respectivamente. Portanto, considerar que mecanismos neurofisiológicos cujas bases naturais são delimitadas pela farmacologia não interagem com a forma pelas quais são descritos e classificados, atesta fatos sobre tipos indiferentes. Ao mesmo tempo, não deixam por isso de exibir regularidades que os constituem - o controle de sintomas - e que deles são indissociáveis, atestando fatos sobre tipos naturais. E como argumentamos em outro capítulo, fatos sobre tipos indiferentes não devem ser confundidos com fatos sobre tipos naturais, cujo preço é a redução dos tipos indiferentes aos tipos naturais. Mas é por esclarecer essa diferença entre fatos sobre tipos naturais e fatos sobre tipos indiferentes que podemos ter fatos sobre naturais associados com tipos interativos. Para essas classificações, os achados empíricos não informam mecanismos capazes de delimitar essas entidades enquanto tipos naturais, pois são conteúdos empíricos que, no melhor dos casos, apenas enriquecem suas descrições com aspectos associados. Essas classificações são *tipos interativos e indiferentes* naturalizáveis em certos aspectos associados mas sem força para exigir uma revisão do conteúdo descrito dessas classificações, e tampouco embasar uma ontologia realista desses tipos de entidades. Interativos porque as descrições que constituem essas classificações irão interferir nas descrições que constituem as experiências de mundo dos indivíduos classificados, iniciando efeito e contágio semântico. E indiferentes, como argumentamos, porque exibem mecanismos e propriedades naturais associados, delimitados pela farmacologia mas incapazes de submeter essas classificações a uma revisão.

Portanto, a situação epistêmica dessas classificações se recoloca. As tentativas de estabelecer o realismo do mesmo universal nos muitos indivíduos particulares, isto é, o realismo do **um em muitos** sobre essas classificações por meio da farmacologia, falham em indicar **um em muitos** porque não podemos sair do nominalismo do **um e muitos** sem bases naturais claramente especificadas. O recurso às descobertas da farmacologia indicam mais falhas de uma acomodação boydiana do que uma efetiva delimitação dessas entidades por meio dos mecanismos farmacológicos. O nominalismo do **um e muitos** deve ser assumido previamente como ponto de partida para toda investigação empírica que busca introduzir e delimitar o realismo do **um em muitos** para essas classificações. Sem essa delimitação dos naturais na neurobiologia dos casos singulares, temos apenas a conjugação entre universais específicos e descrições particulares sobre características individuais de pessoas individuais. Assim, por exemplo, características dos transtornos depressivos são características típicas mas não naturais, porque o universal *depressão* não é delimitado em bases neurobiológicas, apenas

descritivamente, sendo uma classificação que não foi recortada pela biologia dos casos singulares, nem tampouco os casos singulares apresentam informações empíricas sobre sua biologia para então serem classificados segundo tais informações empíricas. São classificações que não possuem a evidência da descoberta de quaisquer mecanismos delimitados a que se ajustarem. Talvez nem falhem na acomodação, mas que sua possibilidade efetiva não pode ser colocada. Ao contrário dos transtornos neurocognitivos e dos transtornos mentais induzidos por substâncias cuja unidade e coesão é causal, as demais classificações do DSM-5 apenas exibem uma unidade e coesão conceituais. Boyd dirá que tipos naturais são "tipos tais que a unidade do *cluster* de propriedade que os define é causal em vez de conceitual" (Boyd, 1991, p. 141), de tal modo que as definições são descobertas *a posteriori*. Como a distinção entre tipos naturais e não naturais reside no fato de que os naturais são determinados pela acomodação dos esquemas classificatórios disponíveis aos mecanismos causais existentes, a falha ou ausência dessa acomodação é alguma coisa legível em boa parte das classificações psiquiátricas.

### **5.3 - O nominalismo dos tipos interativos e indiferentes em psiquiatria e a constituição do espaço de experiências**

Nosso trabalho neste capítulo também é mostrar como os naturais, enquanto indiferentes, entram no campo relacional dos interativos introduzindo novos elementos para sua dinâmica pública. A ontologia histórica dos tipos humanos passíveis de naturalização é uma análise filosófica dos interativos e dos indiferentes (naturais ou não) que ingressam no campo de jogo relacional modificando o horizonte de possibilidades da dinâmica em curso dos interativos. Pela tendência de assimilação dos tipos humanos aos naturais, fez-se necessário pensar os tipos interativos e indiferentes e determinar em que sentido os naturais emergem no campo dos interativos. Vimos que as consequências da criação e da nomeação de tipos humanos é tratada por Hacking como um processo de fazer pessoas, pois tipos humanos constituem o espaço de experiência social e pessoal dos indivíduos. Contudo, o "inventar pessoas" de Hacking não se opõe ao naturalismo sobre tipos humanos. A tendência de naturalizar tipos humanos produz efeitos semânticos, independente dessa naturalização incidir sobre aspectos centrais ou associados da estrutura descritiva da classificação. É verdade que as classificações psiquiátricas fornecem histórias sobre invenção de pessoas. Mas também é

correto que elas informam algumas bases naturais. Os transtornos neurocognitivos são os melhores casos. O controle de sintomas inespecíficos através dos efeitos farmacológicos é outro. Os tipos de pessoas inventados e o espaço de experiências que vem à tona com as descrições de transtornos mentais ainda podem ser naturalizados em aspectos centrais ou associados, como buscaremos ilustrar com a doença de Alzheimer de início precoce e o transtorno do déficit de atenção e hiperatividade (TDA/H). No primeiro caso, temos uma estrutura descritiva que cede aos naturais. E embora o nominalismo dos interativos exerça um efeito semântico, não possui força para mobilizar revisões do conteúdo descritivo por efeito *looping*, que nesse caso é inoperante. No segundo caso, nos familiarizamos com a situação epistêmica de vários tipos psiquiátricos. Nas inúmeras classificações do DSM-5 a estrutura descritiva dos transtornos possui um aspecto comum que é o de não cederem aos naturais. Mas se essa estrutura descritiva não é naturalizada em aspectos centrais, isso não quer dizer que não possa ser naturalizada em aspectos associados. A farmacologia e as teorias de apoio estão associadas a essas classificações, de modo que a aplicação de um diagnóstico frequentemente não é separada da utilização de uma droga psiquiátrica (muitas vezes é a adaptação a substância que confirma o diagnóstico). Como a farmacologia aplicada a psiquiatria é um fenômeno causal, podemos delimitar o ingresso dos indiferentes no campo de jogo dos interativos. O fenômeno de controle de sintomas é uma base estável para a constituição de novas formas de sociabilidade, com um duplo desdobramento ontológico. Se para Hacking o desdobramento de uma descrição disponível é a invenção de pessoas, a farmacologia (e outras biotecnologias) não está apenas descrevendo tipos humanos, mas intervindo sobre processos biológicos. Essa é a novidade dos indiferentes para a análise dos interativos.

### **5.3.1 - Campo relacional de interações na doença de Alzheimer de início precoce**

Nos últimos anos, observa-se um deslocamento da consciência sobre a demência para a autoconsciência a respeito de ter a demência e experimentar os seus efeitos. Nos interessa indicar nessa seção alguns elementos da gênese do campo relacional de interações que emergem a partir do conhecimento sobre a patologia e que se organizam em torno da conscientização pública e da autoconsciência por parte de pessoas diagnosticadas com a doença. Temos no centro da estrutura conceitual do *transtorno neurocognitivo devido à*



*doença de Alzheimer de início precoce*<sup>206</sup> a patologia como matéria biológica, um substrato neurofisiológico. Com base na patologia surge um conhecimento especializado que fundamenta práticas e instituições sobre pessoas portadora da patologia. Mas não apenas isso. O campo relacional inclui ao menos dois polos: por um lado, associações e instituições cada vez mais compostas pelos próprios indivíduos em estágios iniciais da demência, e por outro lado, os especialistas e burocratas com suas intervenções governamentais que fazem da demência um assunto de saúde pública. Nesse campo relacional, as descrições sobre a doença interagem com os próprios indivíduos classificados a partir de estatísticas, epidemiologia, planos e programas de governo, estratégias de redução de riscos, diagnóstico precoce, testagem genética, tratamentos, etc. Porém, nos últimos anos, ambos os lados mantém uma plena e contínua interação, fabricando um "mundo da demência". Uma das principais instituições que surgiram é a *Dementia Alliance International* criada em 2014 para promover a educação e a conscientização sobre a demência, e erradicar o estigma e a discriminação. Aceita como a voz global da demência, o seu princípio é "*nada sobre nós, sem nós*", entendendo que muitas pessoas com demência ainda são capazes de se representar, de ter voz própria, ou falar por aqueles que não são mais capazes de fazê-lo. O seu objetivo é sedimentar uma comunidade composta por pessoas com demência para solicitar dos governos, do setor privado e de especialistas a garantia de que os direitos humanos dos indivíduos com demência sejam plenamente atendidos.<sup>207</sup> A instituição se percebe como um grupo de cidadãos conscientes e comprometidos que atuam na luta pela autonomia individual e melhoria da qualidade de vida de pessoas diagnosticadas, fornecendo grupos de suporte on-line e outras atividades para seus membros. A adesão é gratuita e exclusiva para qualquer pessoa diagnosticada, enfatizando o direito de voz e inclusão e não apenas de serem representados por outros.

---

<sup>206</sup> Geralmente ligado ao envelhecimento, o *transtorno neurocognitivo devido à doença de Alzheimer* é um quadro de demência de curso lento e progressivo, caracterizado por progressivo prejuízo cognitivo, comportamental e funcional. Seu mecanismo biológico cerebral manifesta degradação e morte de neurônios prejudicando funções cognitivas como memória, orientação temporal espacial, linguagem, raciocínio e funções executivas. Do ponto de vista da experiência vivida desses prejuízos, a abertura para um espaço de possibilidades vai se reduzindo em pessoas à medida que a demência se impõe. Nesses pacientes, a memória está progressivamente se perdendo, um prejuízo cognitivo se instalando e um estado de alheamento se desenhando. Como a abertura para um espaço de possibilidades vai se reduzindo, situações em que o paciente esquece o nome de pessoas, objetos, palavras, delimitam um quadro na qual a interação com o campo de significados e de sentidos está progressivamente se degradando.

<sup>207</sup> Uma das missões da organização é "*fornecer apoio e encorajamento às pessoas com demência para viverem além do diagnóstico de demência*", e para isso buscam "*promover conexão e diálogo entre pessoas com demência*" e atuando "*para garantir que as vozes das pessoas com demência sejam ouvidas e honradas*".

Podemos observar um território de confrontos e disputas sobre a demência de Alzheimer não apenas a respeito da natureza material da patologia, mas um jogo de forças em torno do poder de definição da classificação que deu sinais de querer se deslocar também para as mãos das próprias pessoas descritas e classificadas. A promoção pública de uma consciência e de uma autoconsciência sobre a demência veio se difundindo nos últimos anos. Em 2012, a Organização Mundial de Saúde (OMS) publica um relatório denominado "Demência: uma prioridade de saúde pública" recomendando diagnóstico preventivo e sensibilização pública para a doença.<sup>208</sup> Somam-se dados estatísticos que informam cerca de 36 milhões de pessoas vivendo com demência, podendo duplicar até 2030 e triplicar até 2050. Com esses dados, a demência entra no radar dos governos. A estimativa da *Alzheimer's Disease International* é de que a cada 4 segundos uma pessoa desenvolve demência. O Dia Mundial do Doente de Mal de Alzheimer<sup>209</sup> (21 de setembro, "*Alzheimer: quanto antes souber, mais tempo você terá para lembrar*") é uma data pela conscientização sobre a demência com foco na prevenção e no diagnóstico. De maneira genérica, estimula-se "comportamentos de saúde" e relaciona-se outras doenças (como diabetes, hipertensão, obesidade, tabagismo, sedentarismo) como fatores que podem estar relacionados na etiologia da doença. Um passo importante da conscientização para a autoconscientização ocorre em abril de 2013 com o lançamento da *Carta Global de Demência* com o lema "*consigo viver bem com demência*". A carta apresenta em dez tópicos os direitos básicos das pessoas que vivem com demência, formulados a partir do horizonte de alguém que convive com a demência e sofre os seus efeitos desde o pré-diagnóstico até os estágios terminais. A consequência desse estatuto é funcionar como prescrição sobre a necessidade de uma autoconsciência sobre os primeiros sinais da demência - estimulando o diagnóstico precoce e avaliações médicas periódicas da memória -, e também o acesso às informações e orientações como forma de conhecimento sobre o que esperar conforme a própria doença evolui. Em resumo, a Carta é uma explanação da jornada através da demência, de modo que pessoas diagnosticadas passam a ter uma visão do conjunto e do processo como um todo.

Discute-se, portanto, uma abordagem baseada em direitos humanos ao lidar com a demência. Ao mesmo tempo, a demência passa a configurar um desafio que o mundo

---

<sup>208</sup> A demência é assumida na agenda de saúde pública pelos critérios da alta prevalência global, impacto econômico, estigma associado e exclusão social.

<sup>209</sup> A *World Disease Alzheimer's Day* foi instituída em 1994. É uma data comemorativa internacional que celebra a fundação em 21 de setembro de 1984 da *Alzheimer's Disease International*, entidade que congrega atualmente mais de 75 associações sobre Alzheimer no mundo.

enfrenta, uma ameaça à saúde global. Amplia-se a conscientização sobre a carga socioeconômica criada pela doença. Em dezembro de 2013, ocorre em Londres o *G8 dementia summit: Global action against dementia*, introduzindo a demência nas preocupações nacionais de países em função dos custos humanos e econômicos, promovendo compromissos coletivos e internacionais de colocar a demência no topo da agenda global de política e saúde pública. Essa colaboração internacional para abordar o problema reuniu ministros, pesquisadores, empresas farmacêuticas e instituições, ficou marcada pela frase de David Cameron: "O dia em que a reação global começou". Essa cúpula gerou o *World Dementia Council*, entidade que atua para manter a demência na agenda internacional. Seguindo o *G8 Summit on Dementia*, em 2014 é lançada na 67ª Assembleia Mundial da Saúde pela *Alzheimer's Disease International* e *Alzheimer's Society*, a *Aliança de Ação Global para Alzheimer e Demência*, com foco em conscientização e políticas públicas. Projetam-se ações governamentais que visam pesquisa, prevenção, tratamento e direitos humanos das pessoas com demência. Surgem critérios preventivos: alimentação saudável, atividade física, eliminação do tabagismo possuem um efeito preventivo, apesar de serem fatores de risco relacionadas com doenças cardíacas, cânceres e doenças pulmonares. No Brasil, em 2014, o lema escolhido pela ABRAz – Associação Brasileira de Alzheimer foi "*Alzheimer: eu não esqueço*", fazendo referência à ideia de que para cuidar devemos reconhecer, desmistificar, enfrentar e aceitar a doença. A doença é assim ampliada para o espaço de todos que convivem com ela, incluindo o doente, família e os outros da sociedade.

Se por um lado, toda essa publicidade e conscientização não aumenta a quantidade de diagnósticos semânticos, não cria epidemias como no caso do autismo, da depressão e outros, por outro lado, campanhas de conscientização sobre a demência de Alzheimer aumentam diagnósticos precoces. À princípio, parece que o *transtorno neurocognitivo devido à doença de Alzheimer* desenha exclusivamente um quadro de progressivo declínio cognitivo em função de um processo neurodegenerativo que impediria qualquer espécie de consciência ou autoconsciência, cuja consequência é fazer dessa classificação um tipo indiferente e natural. No entanto, em casos de diagnóstico precoce,<sup>210</sup> a interação com a classificação é registrada

---

<sup>210</sup> A doença de Alzheimer de início precoce, conhecida como "Alzheimer familiar", cujo início ocorre antes dos 60 anos, é descrita por mecanismos neurobiológicos ligados com uma mutação genética. A presença da mutação significa que a pessoa poderá desenvolver essa forma de Alzheimer entre os 40 e os 60 anos. Há teste genético para identificação dessa alteração, que por si mesmo não calcula o risco, servindo como uma predição.

na forma de depoimentos, autorrelatos impressos e online, blogs,<sup>211</sup> YouTube e autobiografias. Esse é o caso do britânico e ex-militar Chris Graham que recebeu o diagnóstico de Alzheimer em 2010 quando tinha 34 anos.<sup>212</sup> Tornou-se notícia internacional em 2015 ao anunciar uma aventura de bicicleta de 26.000 quilômetros para aumentar a conscientização sobre a doença e mudar a percepção que o mundo tem do Alzheimer,<sup>213</sup> levantando fundos para a *Alzheimer's Research UK*<sup>214</sup> também com a campanha *Dementia Adventure – The Long Cycle Around*. Após, lança a autobiografia *Five Minutes of Amazing: my journey through dementia* (2016) com o mesmo objetivo de aumentar a conscientização em torno da doença de Alzheimer. O diagnóstico e a autopercepção dos primeiros sinais da doença tiveram um impacto sobre sua vida, reorganizando o espaço de experiências e orientação de futuro: "*Apesar de saber o que vai acontecer comigo nos próximos anos, eu agora tenho um objetivo na vida. Quero fazer alguma coisa para combater esta doença. Quero fazer o máximo que eu puder, enquanto puder. Para mim, é simples: é preciso atacar o inimigo diretamente. Por isso encarei o desafio de ajudar a apoiar as pesquisas. Estou participando de estudos*", relata Chris. A situação de Chris Graham mostra como o diagnóstico de Alzheimer na fase inicial da doença pode impactar uma pessoa. Chris se tornou símbolo de uma pessoa diagnosticada com doença de Alzheimer a se tornar um ativista engajado em ampliar a consciência da demência. De modo semelhante, Peter Dunlop, ex-obstetra e embaixador da Sociedade de Alzheimer, teve um diagnóstico rápido e hoje vive com um diagnóstico de demência: "*Agora sou membro de um excelente grupo de pessoas com demência, que fornece suporte a pacientes mais jovens com demência e cumpre um papel valioso (...) ajudando os outros a entender como é viver com essa doença.*"<sup>215</sup> Diagnosticada aos 52 anos com doença de Alzheimer, a britânica Ann Johnson, embaixadora da *Alzheimer's Society*, se tornou referência na luta contra doença através de um ativismo engajado na realização de palestras, conferências internacionais e criação de campanhas de

---

<sup>211</sup> Beth Britton é uma das principais ativistas do Reino Unido defensora de todas as formas de demência. Sua experiência de cuidados com seu pai que viveu com demência por 19 anos a fez lançar em 2012 o *D4Dementia*, um blog que oferece apoio e orientação a pessoas que enfrentam situações semelhantes à dela com seu pai.

<sup>212</sup> Essa mesma forma de Alzheimer, levou ao óbito seu avô, pai, uma tia, um primo e um irmão.

<sup>213</sup> "*Meus amigos não acreditaram quando contei que estou com Alzheimer. Tenho 39 anos. As pessoas ainda não conseguem entender. Estou super em forma, como posso ter uma doença assim? Ainda enxergamos o mal de Alzheimer como apenas um pouco de esquecimento na velhice*", relatou Chris.

<sup>214</sup> Instituição britânica sem fins lucrativos que realiza pesquisas sobre essa forma de demência.

<sup>215</sup> "*Todos os dias [viver com demência] produz desafios - até mesmo as coisas mais simples podem causar confusão... e frustração. A vida tem que ser ordenada para tentar lembrar o que acontece e quando, onde cada coisa está, quem está saindo a que horas... Quanto ao futuro... no momento eu continuo a aproveitar minha vida. Eu ainda dirijo e acima de tudo ainda estou pescando.*"

conscientização: *"Como uma pessoa que vive com demência, conheço muito bem os desafios enfrentados não apenas para receber um diagnóstico de demência, mas também para continuar sua vida da melhor maneira possível com a doença. Acredito que as pessoas podem viver bem com demência, mas o apoio tem que estar presente durante toda a jornada, não importa onde você vive."* Hilary Doxford, diagnosticada aos 52 anos com doença de Alzheimer de instalação precoce, é vice-presidente do *European Working Group of People with Dementia* e nomeada para o *World Dementia Council*, sendo a primeira pessoa com demência a integrar esse conselho. Em 2016 no artigo *A new (un)diagnostic tool?* publicado no site da *Alzheimer Europe* (uma ONG que visa dar voz às pessoas com demência e promover os direitos à demência), ela escreve sobre o que é aparecer "normal" quando os sinais de demência estão presentes para si mesma, mas ainda não estão visíveis para os outros: *"O que me preocupa e decepciona é o número de pessoas com experiência de demência que nas conferências dirão que a pessoa com demência que fala não tem, de fato, demência. Isso aconteceu com muitos dos meus amigos e eu mesmo".*<sup>216</sup> E Michael Ellenbogen, aos 49 anos, foi diagnosticado em 2008 com a doença de Alzheimer. Para ele, essa foi *"a oportunidade de falar com muitas pessoas que vivem com a doença de Alzheimer"* e também contribuir com *"uma nova perspectiva sobre como viver com essa doença e se conectar com os outros"*. Lança o livro *From the Corner Office to Alzheimer's* em 2014, relatando o que estava acontecendo enquanto seu Alzheimer progredia. No artigo de opinião *The Injustice of Alzheimer's Disease* de 2016, Ellenbogen questiona *"Parece que todo mundo está focado em curar o câncer, o que é admirável, mas a que custo? Por que a mesma dedicação, financiamento e determinação não podem ser direcionados igualmente para curar a demência? Eu não mereço o mesmo nível de compaixão e foco?"*<sup>217</sup>

---

<sup>216</sup> E continua: *"Se eles têm o conhecimento que eles proclamam, eles não entendem a progressão desta doença? Os estágios iniciais não são visíveis. Mas para cada apresentação de 15 minutos que damos, fizemos muitas horas de preparação para tentar ser o melhor possível. (...) Então, para todos aqueles que dizem a mim e aos meus amigos que não temos demência, eu digo, eu rezo para que você esteja certo. Mas lembre-se, nossa face pública não reflete o que acontece atrás de portas fechadas ou dentro de nossos cérebros rebeldes."*

<sup>217</sup> E prossegue: *"Quando alguém diz que tem câncer, aqueles ao seu redor abraçam essa pessoa e sentem pena deles. Eles sempre perguntam como estão indo. Quando conto a alguém que tenho Alzheimer, primeiro eles brincam que eles também têm. Então eu digo a eles que não é brincadeira e eu tenho isso. Então eles não sabem mais o que dizer. Na verdade, a maioria da minha família e meus amigos tendem a ignorá-lo ou nunca trazem o assunto de novo, na verdade, muitos acabam saindo. (...) Uma pessoa que tem câncer tem o direito de dirigir, tomar decisões financeiras e até mesmo o direito de morrer com dignidade. Uma pessoa com Alzheimer não. Quando uma pessoa sobrevive mais do que o esperado com câncer, nós os elogiamos e os parabenizamos por vencer as chances. Se uma pessoa com demência vive um pouco mais, nunca dizemos nada. Uma pessoa com câncer ainda pode trabalhar, mas não uma pessoa com Alzheimer. Eu continuo perguntando a mim mesmo e aos outros, por que somos tratados de forma tão diferente?"*

Esse campo de plena interação entre pessoas que estão vivendo no estágio inicial da doença e a classificação se aprofunda ainda mais com o material disponibilizado pelo site da *National Alzheimer's Advocate Network*. Nele há uma seção "*I Have Alzheimer's Disease*" que oferece suporte e orientações sobre como lidar com a consciência do diagnóstico: "*Se você foi diagnosticado com Alzheimer ou outra demência, você não está sozinho*".<sup>218</sup> A ênfase no diagnóstico precoce vem justificada com ações a serem adotadas pela própria pessoa: "*há muito o que você pode fazer no estágio inicial para lidar com as mudanças futuras*." Nesse sentido que indivíduos que vivem com o estágio inicial de Alzheimer passam a ganhar destaque e protagonismo. Formam-se redes de apoio, programas de suporte presenciais e online com a proposta de que pessoas que estejam vivendo no estágio inicial da doença ao compartilhar experiências podem colocar as experiências de viver com a doença em perspectiva e ir além do diagnóstico. Assim, compartilhar o próprio diagnóstico com os outros é um passo importante para integrar a doença de Alzheimer na própria vida. Pensando em fornecer um ambiente on-line de suporte, a *Alzheimer's Association* criou o *ALZConnected*, a primeira comunidade on-line gratuita onde pessoas com Alzheimer, família, cuidadores e outros afetados pela doença podem compartilhar perguntas, respostas, ideias e apoio.

Vemos acima casos de indivíduos que se abriram para um ativismo sobre a demência após compartilharem sua reação ao diagnóstico. O espírito desse engajamento é a autoconsciência de que pessoas com demência podem dar uma valiosa contribuição para o mundo. Por isso, temos aqui, por meio de casos particulares concretos, a doença de Alzheimer de instalação precoce se mostrando como uma classificação interativa e indiferente, onde o acento sobre o momento interativo é maior do que sobre o momento indiferente, justamente por se encontrar na fase inicial da doença, de modo que enquanto o declínio no funcionamento da pessoa não se instalada efetivamente, o campo de interações da pessoa com o universo da classificação pode se desenvolver intensamente. No caso desse transtorno neurocognitivo, isso sugere que indivíduos na fase inicial, e que ainda não apresentam o estereótipo da demência, podem interagir com a classificação inclusive na forma de uma autoconscientização, ou seja, podem sofrer um efeito semântico ao caírem sob essa

---

<sup>218</sup> Há também informações sobre as reações emocionais que indivíduos podem ter ao receber um diagnóstico de Alzheimer, com a recomendação de que "*seu diagnóstico não precisa definir você*". Segundo o site, essas emoções incluem: raiva, alívio, negação, depressão, ressentimento, medo, isolamento e sensação de perda. A orientação é que identificar as emoções experimentadas frente ao diagnóstico ajudam na aceitação do diagnóstico, e que cuidar das necessidades emocionais é uma maneira de descobrir que é possível enfrentar e encarar o diagnóstico.

classificação, pela razão de saberem como são descritos e classificados, desenvolvendo novas pautas de comportamentos e ações individuais e coletivas.

Mas talvez o que explicita o nível de diferenciação que o "mundo da demência" alcançou é a campanha e apoio às pessoas afetadas por demência que procedem de grupos raramente ouvidos. Em setembro de 2017, foi lançada a campanha *From Seldom Heard to Seen and Heard* da *Dementia Action Alliance's*, focada em grupos marginalizados: população LGBT, negros, asiáticos e minorias étnicas, população carcerária e pessoas que vivem em comunidades rurais. O objetivo é atender as necessidades não apenas das pessoas em geral que vivem com demência, mas em particular daquelas que além de viverem com demência fazem parte de um grupo raramente ouvido. O lema da campanha é *demência: mudar o "raramente ouvido" para o "visto e ouvido" envolve todos nós*. A reflexão trazida é que esses grupos desafiam as suposições de que existem "necessidades típicas" das pessoas que vivem com demência. O desafio além de romper com o isolamento social, é o de reconhecer que nem sempre o que os doentes dizem é resultado da doença, que nem sempre o que expressam é a demência falando. Assim, a proposta é ouvir as pessoas com demência como indivíduos únicos e validar suas experiências. É também uma campanha que visa conscientizar sobre a necessidade do diagnóstico precoce, levando para essa população uma autoconsciência cujo objetivo é proporcionar melhor qualidade de vida desde os primeiros sintomas da doença. O que se observa é que todas essas campanhas, movimentos e ativismos sobre a demência entendem que uma das formas de vencer o estigma é a conscientização de que o indivíduo precisa estar pessoalmente envolvido no processo de diagnóstico. Nesse sentido, a pessoa deve possuir seu diagnóstico. Além disso, surge o consenso de que uma vez diagnosticada, o importante é conhecer a pessoa em primeiro lugar, não a demência. Considerando que cada pessoa com demência é diferente, o principal desafio é encontrar maneiras de se conectar com a pessoa, rompendo o isolamento imposto pela doença. Por isso, são grupos muitas vezes compostos por pessoas com demência ou que tiveram uma experiência de cuidado com um terceiro, que compartilham práticas e estratégias para agir sobre pessoas com demência, estimulando um diagnóstico cada vez mais precoce através de uma autoconsciência a respeito dos primeiros sintomas. Essa atenção sobre si mesmo é uma percepção construída que ocorre sob descrições disponíveis publicamente que cada vez mais informam sobre o "mundo da demência".

De fato, as perdas cognitivas e funcionais da demência não são constituídas pelas descrições da demência. O que não impede efeitos semânticos e um campo de interações entre pessoa e classificação antes do avanço da doença, em casos de diagnóstico precoce. Por ser uma classificação cuja estrutura descritiva cede aos naturais, a amplitude das interações é paulatinamente limitada pelos prejuízos na cognição e memória. Assim, é preciso indicar no mesmo caso de um *tipo interativo e indiferente* a situação na qual o acento sobre o momento interativo é menor do que sobre o momento indiferente, justamente por se encontrar numa fase terminal da doença, ou seja, quando o processo neurodegenerativo do Alzheimer leva ao prejuízo da memória com consequências sobre a identidade pessoal. Perdendo a capacidade de se lembrar sobre quem se é, de reconhecer a si mesma, a perda gradativa da memória degrada o senso de si mesma, da própria biografia, inclusive da consciência da própria doença. Esse mesmo subtipo da doença de Alzheimer de instalação precoce que acomete Chris Graham ficou conhecido com o filme *Para Sempre Alice* (2014), baseado no romance de Lisa Genova de 2007. Dos primeiros sintomas, passando pelo impacto do diagnóstico, o romance traça a experiência relatada em primeira pessoa da perda progressiva de identidade de Alice, acompanhada de ilhas de sentido e momentos de lucidez que paulatinamente perdem espaço para a doença. Há um diálogo entre a protagonista e sua filha que pergunta sobre qual a sensação de ter Alzheimer. A resposta revela uma autopercepção do que é a experiência da doença.

Bem, sei que não estou confusa nem me repetindo neste momento, mas, minutos atrás, não consegui me lembrar das palavras "*cream cheese*" e estava tendo dificuldade para participar da conversa com você e seu pai. Sei que é só uma questão de tempo até essas coisas tornarem a acontecer, e o intervalo entre as ocorrências está ficando menor. E as coisas que acontecem estão ficando maiores. Por isso, mesmo quando me sinto completamente normal, sei que não estou. Não acabou, é só um descanso. Não confio em mim mesma. (Genova, 2009).

Apesar das falhas de memória, a capacidade cognitiva e funcional de Chris Graham ainda está preservada. Diferentemente da personagem Alice, cujo declínio cognitivo e funcional progressivo perturba o senso de si mesma. A degradação do horizonte de sentido e do espaço de experiências de Alice modifica sua abertura de mundo e reduz o campo de interações possíveis. O avanço e instalação da doença altera o campo de interações entre indivíduos e descrições a ponto de reduzir drasticamente e obscurecer a consciência de se ter



Alzheimer ou de ser tratado assim e de outro modo porque se tem uma doença incapacitante. Mas ainda assim, em meio às perdas cognitivas e de memória, a personagem do romance de Lisa Genova experimenta ilhas de sentido, de autopercepção e autoconsciência. Tocando nesse último ponto, Oliver Sacks em *A Mente Assombrada* (2007) investigou a ligação entre música e memória dos que sofrem transtornos degenerativos interrogando por que esses pacientes têm uma ligação mais forte com memórias musicais da infância. Ele mostra em vários pequenos relatos de casos que os prejuízos cognitivos e funcionais não devem ser automaticamente associados à perda do senso de si mesmo em pacientes com Alzheimer. A progressão da doença não significa a perda em definitivo do senso de si mesma, de modo que aspectos de sua personalidade podem se revelar conforme a situação às quais se encontram. Segundo ele, a linguagem e a memória musical sobrevivem a todas as outras memórias em pacientes com Alzheimer mesmo em estágio avançado: "a resposta emocional à música, ao que parece, é muito disseminada e provavelmente não apenas cortical, mas também subcortical, de modo que mesmo em uma doença cortical difusa como o Alzheimer a música ainda pode ser percebida, desfrutada e gerar respostas" (Sacks, 2007, p. 330). Para Oliver Sacks, o Alzheimer é uma patologia cerebral difusa que ao mesmo tempo responde à música e à musicoterapia. Assim, a intervenção com a música seria capaz de apresentar "o *self* sobrevivente desse indivíduo" (Sacks, 2007, p. 320), de tal modo que pacientes em estágio avançado de comprometimento parecem "despertar" ao ouvirem músicas que ambientaram o seu passado. Essas pequenas ilhas de sentido revelam a ocorrência de uma interação subpessoal entre um contexto não-verbal e a memória não-verbal desses pacientes e delimitam um nível de abertura de mundo ainda preservada a despeito da doença.

Temos na demência de Alzheimer de início precoce uma classificação de *tipo interativo e indiferente que cede aos naturais*. Importante observar que podemos fazer o exercício de considerar a hipótese<sup>219</sup> de que provavelmente exista na formação biológica anomalias que sejam responsáveis pelos casos de demência de Alzheimer. E com isso, entrar no exercício de abrir a possibilidade para que certas classificações conjuguem tipos interativos e indiferentes. Assim, podemos afirmar que existiam pessoas com demência de Alzheimer antes de 1906 quando Alois Alzheimer classificou a patologia, primeiro descrevendo sintomas, depois identificando na necropsia padrões de alteração cerebral. Mas suas bases biológicas não implicam que essa classificação seja um tipo exclusivamente

---

<sup>219</sup> Como Hacking a respeito do autismo.

indiferente. Obviamente que antes de 1906, essa não era uma maneira de alguém ser uma pessoa, pessoas não experimentavam a si mesmas desse modo, nem podiam interagir com seu entorno social sob essa descrição. Nesses termos, a descrição em 1906 produziu a consciência da existência da demência de Alzheimer, fez dela uma entidade estudada por especialistas. Mas não apenas isso, a circulação pública do nome criou uma nova maneira de ser uma pessoa, o desenvolvimento tecnológico com seus testes genéticos e diagnósticos precoces tem feito dessa entidade um modo de pessoas experimentarem a si mesmas e de conviverem em sociedade. Nesse sentido, podemos afirmar que existem várias pessoas que interagem com as descrições da demência de Alzheimer, existem várias pessoas diagnosticadas precocemente em circunstâncias historicamente determinadas que tem o espaço de possibilidades constituído enquanto um portador da demência de Alzheimer. Mas também existe a doença de Alzheimer fora da linguagem que a enuncia, o tipo de patologia cuja descrição segue orientações determinadas pelo espaço biológico. O Alzheimer surge como uma realidade corpórea que existe na biologia de pessoas e não apenas como um conceito, um termo geral na linguagem. Em um mesmo tipo humano naturalizado, vemos uma classificação que é interativa e indiferente, isto é, temos uma classificação que é um termo geral na linguagem - constituindo o espaço de possibilidades e de experiências - e também uma realidade corporal que se mostra empiricamente no espaço biológico dos indivíduos concretos, alterando qualitativamente o espaço de possibilidades do doente. Logo, se o naturalista afirma a doença de Alzheimer como algo presente nos indivíduos concretos com demência, o nominalismo de Hacking não irá negar esse fato - a acomodação de descrições em fatores causais que se encontram em atividade e são delimitados no corpo biológico - mas irá alegar o efeito semântico em casos de diagnóstico precoce. Assim, a demência de Alzheimer pode existir no corpo dos indivíduos concretos correspondentes e também enquanto significação que afeta o campo de possibilidades que é uma pessoa.

Por fim, é possível observar uma diferença com o estudo que Hacking realizou sobre o autismo na qual discutiu o papel da consciência de si nos tipos interativos e indiferentes. De fato não se trata apenas do papel da consciência de si no autismo e na demência de Alzheimer, mas também das consequências que ser assim descrito e classificado tem para o espaço compartilhado na qual a pessoa se encontra, isto é, o entorno social. Toda uma rede de cuidados e de legislações se formou em torno da pessoa com demência de Alzheimer, construindo um saber prático. A rotina de cuidados prestados à pessoa com demência de

Alzheimer se modifica a partir das demandas que surgem nas diferentes etapas da doença, marcada pela progressiva perda da autonomia e da independência. Por isso, um *tipo interativo e indiferente que cede aos naturais* apresenta um nominalismo de alcance limitado a um efeito semântico sobre pessoas - em caso de diagnóstico precoce - ou uma resposta passível de se obter a partir de práticas e intervenções sobre pessoas assim descritas e classificadas - em casos avançados. Se pode não ocorrer efeito semântico sobre pacientes em fase avançada de doença de Alzheimer, há efeito semântico sobre aqueles que podem interagir com esses pacientes, como observamos no estudo de Oliver Sacks (2007) sobre as relações entre música e memória em pacientes com demência.

Embora o espaço de interação com a classificação prescreva cada vez mais a pessoa se conhecendo no diagnóstico, o nominalismo dos tipos interativos e indiferentes na demência de Alzheimer não é capaz de modificar a estrutura descritiva que relaciona patologia e coesão dos sintomas, de modo que não se trata de reclassificar os indivíduos à luz de como esses puderam mudar. O surgimento do espaço conceitual de uma classificação de tipos interativos e indiferentes fundamenta o surgimento de práticas, instituições e intervenções sobre pessoas a quem se aplicam essas classificações. Isso faz com que o campo relacional que vem a tona com a patologia seja muito mais amplo do que os prejuízos enumerados enquanto itens definidores da classificação. Embora a naturalização e o realismo científico sobre a patologia determine algo mais além que interativo nessa classificação, a ocorrência da patologia é evidenciada por uma alteração do espaço de experiências possíveis que aparece no processo demencial na forma de comportamentos patológicos relacionados com a memória e a cognição.

#### **5.4 - Tipos interativos e indiferentes que não cedem aos naturais**

Classificações psiquiátricas estão fortemente associadas de maneira teórica e prática aos psicofármacos.<sup>220</sup> De maneira teórica e investigativa, a farmacologia veio auxiliando na

---

<sup>220</sup> Nikolas Rose (2003, p. 46), em *Neurochemical selves*, interroga sobre como nos tornamos eus neuroquímicos dentro de uma sociedade farmacológica, isto é, como chegamos a pensar sofrimento, aflição, desesperança segundo uma linguagem médica que informa transtornos causados por desequilíbrio químico no cérebro passível de correção química, e como essa concepção embasa a prática de modelar capacidades subjetivas com substâncias psiquiátricas: "Durante a última metade do século XX, práticas de saúde nas sociedades desenvolvidas, liberais e democráticas, especialmente na Europa e nos Estados Unidos, tornaram-se cada vez mais dependentes de produtos farmacêuticos produzidos comercialmente. Isto é especialmente verdadeiro em relação à psiquiatria e saúde mental. Poderíamos denominar essas sociedades 'psicofarmacológicas'. São

exploração e elaboração de hipóteses sobre bases naturais dos transtornos mentais. De maneira prática, a farmacoterapia dos transtornos mentais pode ser definida como a tentativa de modificar, por meios químicos, a maneira com que experimentamos e vivenciamos comportamentos, pensamentos e humores, isto é, uma modelagem das capacidades subjetivas através de efeitos farmacológicos potencialmente conhecidos.<sup>221</sup> Além da finalidade terapêutica, essas substâncias também são capazes de aumentar artificialmente o desempenho. O doping de estudantes por uso de anfetaminas é o exemplo mais ilustrativo. Tipificadas conforme sua ação farmacológica, os efeitos estáveis advindos da intervenção química sobre processos biológicos podem ser considerados tipos naturais boydianos. O controle de sintomas em vista com esses fármacos não ocorre naturalmente na bioquímica do organismo, mas são induzidos por substâncias, produzindo a emergência no campo fenomenal de um controle mantido artificialmente. Assim, o fenômeno de controle dos sintomas desempenha um papel explicativo sustentado causalmente, contando com a "deferência à natureza" (Boyd, 1991) a partir da intervenção química. Veremos que a emergência dos indiferentes em meio aos interativos nem sempre ocorre pela naturalização da estrutura descritiva da classificação. Nos tipos interativos e indiferentes que não cedem aos naturais, os indiferentes introduzem novos inícios à dinâmica pública dos interativos.

Como temos argumentado, compostos sintéticos - antidepressivos, antipsicóticos, ansiolíticos - são tipos naturais boydianos porque a referência a eles contribui com as tentativas de acomodação de tipos de controle de sintomas em estruturas causais relevantes. As práticas teóricas sobre transtornos mentais estão associadas de maneira vaga e inespecífica aos mecanismos biológicos delimitados pela ação dessas substâncias sobre a química cerebral, logo sem força de delimitação dessas entidades. Classificar esses fármacos apenas realiza a contribuição para a acomodação no contexto de práticas experimentais, indutivas, descritivas

---

sociedades onde a modificação do pensamento, do humor e da conduta por meios farmacológicos se tornou mais ou menos rotineira. Em tais sociedades, em muitos contextos diferentes, de diferentes maneiras, em relação a uma variedade de problemas, por médicos, psiquiatras, pais e por nós mesmos, as capacidades subjetivas humanas passaram a ser rotineiramente remodeladas por drogas psiquiátricas."

<sup>221</sup> A farmacoterapia psiquiátrica supõe "a crença de que variações na neuroquímica são a base de variações no pensamento, no humor e no comportamento, e que elas podem ser moduladas com drogas." (Rose, 2003, p. 46). Mas as consequências dessa produção farmacológica de regularidades no campo fenomenal não podem ser reduzidas a um debate sobre a eficácia do tipo sintético, e isso porque, como dirá Rose (2003, p. 58), "em certos aspectos-chave, a mais amplamente prescrita da nova geração de drogas psiquiátricas trata condições cujas fronteiras são difusas, cuja coerência e própria existência como doença ou desordem são questões de disputa, e que não se destinam tanto a 'curar' - a produzir uma transformação específica de um estado patológico a um estado normal - quanto a modificar as maneiras pelas quais as vicissitudes na vida do destinatário são experimentadas, vividas e compreendidas."

e explicativas. Por isso, a referência a um antipsicótico contribui para explicações e induções bem sucedidas sobre classificações que evidenciem sintomas psicóticos. A referência a um antipsicótico facilita a satisfação das demandas de acomodação de classificações, que apresentam sintomas psicóticos, em estruturas causais relevantes uma vez que é uma substância cujo potencial de controle de sintomas conhecido. Logo, os tipos de controle de sintomas que emergem do entrecruzamento dos psicofármacos e da fisiologia cerebral são regularidades causalmente sustentadas. Contudo, como temos dito, essa tentativa de estabelecer uma acomodação não delimita transtornos mentais como tipos naturais. A acomodação alcançada é vaga e inespecífica para os objetivos de determinação dessas entidades enquanto tipos naturais.

Na análise das novas formas de sociabilidade provenientes da interação com as biotecnologias farmacêuticas, temos inúmeras classificações como tipos interativos e indiferentes onde a parcela indiferente materializa uma estratégia de fabricação farmacológica da experiência social e pessoal dos indivíduos. Uma análise filosófica que historicize o campo das relações entre os efeitos da aplicação de classificações psiquiátricas e recursos da biotecnologia sobre pessoas, indica que os indiferentes podem entrar em uma relação de interface com os interativos quando introduzem novos elementos para sua dinâmica pública.

#### **5.4.1 - Descrever e intervir: transtorno do déficit da atenção e hiperatividade (TDA/H)**

A estrutura descritiva do sistema nosológico do DSM-5 é formada pela descrição de características coocorrentes e pelos aspectos associados que apoiam cada classificação. Dentre os aspectos associados temos intervenções sobre processos biológicos através de drogas que modificam a química cerebral. O que está em jogo no transtorno do déficit da atenção e hiperatividade (TDA/H), assim como nas inúmeras classificações não naturais do DSM-5, é descrever tipos de pessoas e intervir sobre processos cerebrais através da farmacologia. Iremos evidenciar algumas dinâmicas relacionais entre esse esquema de classificação e indivíduos lançados em tais classificações. Buscaremos indicar que a estrutura descritiva do TDA/H é difusa e inclusiva, e que entre esse tipo psiquiátrico e pessoas há um campo relacional de plena interação que introduz diferença para as pessoas classificadas. Nosso objetivo não é apresentar a construção histórica do TDA/H, mas apenas indicar porque é uma classificação vulnerável ao efeito *looping*.

Como todo tipo humano, o transtorno do déficit da atenção e hiperatividade (TDA/H)<sup>222</sup> é um referencial poderoso para que indivíduos possam redescrever suas próprias experiências e organizar formas de sociabilidade, principalmente porque é uma entidade que tem recebido grande visibilidade atualmente (Rossano, 2003). O TDA/H é uma classificação do DSM-5 que possui uma estrutura descritiva constituída por contornos difusos. Sabemos que cada classificação no DSM é definida por características gerais. E o definido em suas definições são coexistências de características que aparecem juntas. Características gerais podem ser mais ou menos precisas, mais ou menos vagas, mais ou menos difusas. Assim, podemos dar exemplos de delírios e também de não delírios, mas não conseguimos definir onde termina um e começa o outro. Podemos dar bons exemplos de déficits na comunicação e interação social e bons exemplos de não déficits na comunicação e interação social, mas não conseguimos determinar uma linha divisória que irá demarcar onde começa e onde termina um e outro. A fronteira entre essas características não é nítida, mas por serem vagas precisam receber um complemento de sentido. Nesses termos, desde suas primeiras nomeações, o que hoje se chama de TDA/H é uma classificação definida por características gerais que requisitam complementação de sentido para reduzir a sua vagueza. Essa complementação de sentido é fornecida por meio de pequenas amostras de exemplos que não são exaustivos, mas ilustrativos, e funcionam como contextos de uso que não são rígidos nem claramente delimitados. A possibilidade de variação contínua dos contextos de uso na forma de novos exemplos acaba por reiterar uma estrutura descritiva difusa, e por isso, potencialmente inclusiva. Por exemplo, a característica abrangente "padrão persistente de desatenção e/ou hiperatividade-impulsividade que interfere no funcionamento e no desenvolvimento" tenta controlar sua generalidade pela descrição de situações do cotidiano e reduzir sua vagueza apresentando exemplos, "frequentemente não presta atenção em detalhes ou comete erros por descuido em tarefas escolares, no trabalho ou durante outras atividades (p. ex., negligencia ou deixa passar detalhes, o trabalho é impreciso)". Quando se utiliza tais exemplos, sua função é determinar contextos e situações de uso, circunscrevendo melhor o sentido de "desatenção" que a classificação TDA/H está utilizando. Essa redução da vagueza orienta os falantes no

---

<sup>222</sup> Desde a primeira descrição médica em 1902 definido como "um defeito no controle da moral", a coleção de sintomas hoje nomeada de TDA/H sofreu algumas transformações: "lesão cerebral mínima", "disfunção cerebral mínima", "síndrome da criança hiperativa", "distúrbio primário da atenção" e "distúrbio do déficit de atenção com ou sem hiperatividade". A análise dos tipos interativos informará que 1) historicizar o TDA/H é exibir o terreno conflitivo, mostrar suas descontinuidades históricas, condições de emergência e de transformação; 2) historicizar essa classificação também é descrever uma dinâmica pública entre, por exemplo, as pessoas que caem sob esse diagnóstico, as teorias sobre o TDA/H e os especialistas em TDA/H.

campo de aplicação para que alguns traços semânticos sejam incluídos e outros excluídos. Assim, os contextos e situações de uso que determinam o significado das características definidoras do TDA/H mostram que os limites não são rigorosos a ponto de excluir ou incluir indivíduos a partir de pequenas variações.

O TDA/H enquanto classificação é uma unidade descritiva que se decompõe em características gerais<sup>223</sup> que apresentam contornos indefinidos de duas maneiras: (1) pela multiplicidade de especificações e de parâmetros, de modo que nenhuma característica é mais fundamental do que outras, não há propriedade intrínseca. Por exemplo: a representação do TDA/H pode ser construída a partir de várias especificações possíveis: para "desatenção" pelo menos 6 sintomas em 9, assim como para "hiperatividade e impulsividade"; (2) pela indeterminação dos limites de cada uma das especificações de sentido. Por exemplo, a

---

<sup>223</sup> Critérios diagnósticos do DSM-5 para TDA/H: "A. Um padrão persistente de desatenção e/ou hiperatividade-impulsividade que interfere no funcionamento e no desenvolvimento, conforme caracterizado por (1) e/ou (2): 1. **Desatenção:** Seis (ou mais) dos seguintes sintomas persistem por pelo menos seis meses em um grau que é inconsistente com o nível do desenvolvimento e têm impacto negativo diretamente nas atividades sociais e acadêmicas/profissionais: (...) a. Frequentemente não presta atenção em detalhes ou comete erros por descuido em tarefas escolares, no trabalho ou durante outras atividades (p. ex., negligencia ou deixa passar detalhes, o trabalho é impreciso). b. Frequentemente tem dificuldade de manter a atenção em tarefas ou atividades lúdicas (p. ex., dificuldade de manter o foco durante aulas, conversas ou leituras prolongadas). c. Frequentemente parece não escutar quando alguém lhe dirige a palavra diretamente (p. ex., parece estar com a cabeça longe, mesmo na ausência de qualquer distração óbvia). d. Frequentemente não segue instruções até o fim e não consegue terminar trabalhos escolares, tarefas ou deveres no local de trabalho (p. ex., começa as tarefas, mas rapidamente perde o foco e facilmente perde o rumo). e. Frequentemente tem dificuldade para organizar tarefas e atividades (p. ex., dificuldade em gerenciar tarefas sequenciais; dificuldade em manter materiais e objetos pessoais em ordem; trabalho desorganizado e desleixado; mau gerenciamento do tempo; dificuldade em cumprir prazos). f. Frequentemente evita, não gosta ou reluta em se envolver em tarefas que exijam esforço mental prolongado (p. ex., trabalhos escolares ou lições de casa; para adolescentes mais velhos e adultos, preparo de relatórios, preenchimento de formulários, revisão de trabalhos longos). g. Frequentemente perde coisas necessárias para tarefas ou atividades (p. ex., materiais escolares, lápis, livros, instrumentos, carteiras, chaves, documentos, óculos, celular). h. Com frequência é facilmente distraído por estímulos externos (para adolescentes mais velhos e adultos, pode incluir pensamentos não relacionados). i. Com frequência é esquecido em relação a atividades cotidianas (p. ex., realizar tarefas, obrigações; para adolescentes mais velhos e adultos, retornar ligações, pagar contas, manter horários agendados). 2. **Hiperatividade e impulsividade:** Seis (ou mais) dos seguintes sintomas persistem por pelo menos seis meses em um grau que é inconsistente com o nível do desenvolvimento e têm impacto negativo diretamente nas atividades sociais e acadêmicas/profissionais: (...) a. Frequentemente remexe ou batuca as mãos ou os pés ou se contorce na cadeira. b. Frequentemente levanta da cadeira em situações em que se espera que permaneça sentado (p. ex., sai do seu lugar em sala de aula, no escritório ou em outro local de trabalho ou em outras situações que exijam que se permaneça em um mesmo lugar). c. Frequentemente corre ou sobe nas coisas em situações em que isso é inapropriado. (...) d. Com frequência é incapaz de brincar ou se envolver em atividades de lazer calmamente. e. Com frequência "não para", agindo como se estivesse "com o motor ligado" (p. ex., não consegue ou se sente desconfortável em ficar parado por muito tempo, como em restaurantes, reuniões; outros podem ver o indivíduo como inquieto ou difícil de acompanhar). f. Frequentemente fala demais. g. Frequentemente deixa escapar uma resposta antes que a pergunta tenha sido concluída (p. ex., termina frases dos outros, não consegue aguardar a vez de falar). h. Frequentemente tem dificuldade para esperar a sua vez (p. ex., aguardar em uma fila). i. Frequentemente interrompe ou se intromete (p. ex., mete-se nas conversas, jogos ou atividades; pode começar a usar as coisas de outras pessoas sem pedir ou receber permissão; para adolescentes e adultos, pode intrometer-se em ou assumir o controle sobre o que outros estão fazendo)." (APA, 2014, p. 59-60).

descrição - "frequentemente não presta atenção em detalhes ou comete erros por descuido em tarefas escolares, no trabalho ou durante outras atividades (p. ex., negligencia ou deixa passar detalhes, o trabalho é impreciso)" - é uma caracterização vaga porque deixa indefinido a partir de que limites a não tomada de atenção em detalhes ou erros por descuido deve ser assumida como uma característica de TDA/H. Um outro exemplo é a especificação de sentido "Frequentemente parece não escutar quando alguém lhe dirige a palavra diretamente (p. ex., parece estar com a cabeça longe, mesmo na ausência de qualquer distração óbvia)" para a característica geral "desatenção". Essa especificação é determinada por uma ilustração de uma situação cotidiana, sendo uma descrição que decide sobre a inclusão ou exclusão de indivíduos com base na contagem da presença ou ausência desse item, embora essa contagem dependa da interpretação de quem procura classificar. Considerando o diagnóstico final, quando se pede para indicar os indivíduos que manifestam um "padrão persistente de desatenção e/ou hiperatividade-impulsividade" cuja inclusão é decidida pela posse de ao menos 12 em 18 especificações possíveis,<sup>224</sup> tem-se um grau de delimitação maior do sentido da característica geral "padrão persistente de desatenção e/ou hiperatividade-impulsividade", fornecendo mais pistas para a inclusão e classificação de pessoas relevantes, assim como para a exclusão. Sem essas especificações possíveis, a amplitude do sentido da característica geral "padrão persistente de desatenção e/ou hiperatividade-impulsividade" seria muito maior. Ao mesmo tempo, a multiplicidade de especificações de sentido é a principal maneira com que o TDA/H apresenta contornos indefinidos. O fato de que as especificações reduzem a vagueza do TDA/H não implica que essa vagueza tenha sido eliminada, uma vez que permanece indefinida qual a evidência que podemos acessar para determinar onde começa e onde termina cada contexto de uso.

---

<sup>224</sup> Em muitas classificações do DSM-5 não é necessária a posse de todas as características definidoras, a posse de poucas já é suficiente para separar membros de não membros. Em muitos tipos psiquiátricos, a lista de características que define cada classificação descreve a classificação e não cada membro em particular, uma vez que o que separa membros de não membros não é a posse de todas as características listadas, mas pelo menos a posse de algumas. Nesse sentido, é importante distinguir a lista total de características que definem uma classificação daquele agrupamento de características que cada indivíduo irá exibir. Se uma entidade como o TDA/H é definida pela lista de 18 características, a posse de 12 itens já é suficiente para separar um membro de um não membro. Uma consequência importante dessa estrutura semântica é a ocorrência de membros que exemplificam melhor a classificação do que outros, porque contabilizam a exibição de todas as características e não a quantidade mínima, por exemplo. Se essas classificações fossem definidas por essências, nenhum indivíduo que caísse sob uma dada classificação poderia exemplificá-la melhor do que outros membros. Nesse sentido, classificações psiquiátricas são definidas por uma conjunção de características que não são passíveis de serem interpretadas como essências aristotélicas. A conjunção de todos os atributos não é necessária para separar membros de não membros.



A vagueza e generalidade dessa classificação delimita um campo de questões para os tipos interativos: (1) na ausência de parâmetros precisos e exatos, a vagueza e generalidade torna as classificações inclusivas; (2) uma estrutura semântica vaga favorece a dinâmica nominalista da classificação. E nada impede que as características gerais venham a ser abastecidas por novos e semelhantes contexto de uso, que não são rígidos nem claramente delimitados, introduzindo novos complementos de sentido. Como temos dito, a possibilidade de variação contínua dos contextos de uso, na forma de exemplos, acaba por reiterar uma estrutura descritiva difusa, e justamente por isso, cada vez mais inclusiva. Esse é o expediente básico da estrutura descritiva de inúmeras classificações psiquiátricas do DSM-5. Nesse ponto, a relação semântica entre características definidoras e contextos de uso liga-se imediatamente com a dinâmica da classificação - tal como concebeu Hacking -, pois os contextos de uso das características definidoras são enriquecidos pelo campo de aplicação das classificações.

Nesse ponto, devemos destacar a vulnerabilidade de sua estrutura descritiva ao efeito *looping* uma vez que desencadeia efeitos semânticos fortes. Se não podemos afirmar o que é o TDA/H para além da coleção de descrições que ocorrem juntas e simultaneamente, podemos afirmar que a determinação ontológica da relação entre o TDA/H enquanto signo linguístico e a unidade das particularidades exibidas pelas pessoas que caem sob o TDA/H é de interação. Com isso, um nominalismo sobre o TDA/H é bastante atrativo quando não se tem condições de afirmar o que é uma entidade como o TDA/H para além do fato de que se mostra como uma classificação definida por um grupo de características que ocorrem juntas.<sup>225</sup> E pelo fato da sua estrutura descritiva não fazer referência a uma acomodação em fatores causais, o elo de ligação entre as descrições não pode ser mais do que nominal. Portanto, pelo fato da definição do que é o TDA/H não informar uma unidade e coesão causal, o universal que nomeia essa entidade não pode explicar essa entidade, mas ao contrário, é justamente o que precisa ser explicado. Quando o universal apenas nomeia a coexistência de itens que foram agrupados numa unidade cuja coesão causal não pode ser informada, o nominalismo é bastante atrativo.

O TDA/H é um caso particular de um tipo interativo e indiferente não porque entre o indiferente e o interativo ocorre uma relação de causa e efeito, como queriam J. Tsou e D.

---

<sup>225</sup> Há uma redundância entre o TDA/H enquanto entidade e as características que o descrevem. Isso porque frequentemente se faz uso do tipo TDA/H como uma explicação para os próprios comportamentos cuja descrição é utilizada para identificar e estabelecer um diagnóstico de TDA/H. Assim, o TDA/H é um universal que não explica as características que o descreve, mas ao contrário, ele próprio é que deve ser explicado.

Murphy. As relações entre interativos e indiferentes são mais complexas porque apresentam simultaneidades e introduzem novos inícios à dinâmica relacional. Por isso, o nominalismo dos tipos interativos e indiferentes não é um reducionismo sociocultural nem um reducionismo fiscalista. Essa espécie de nominalismo historiciza classificações de tipos humanos exibindo o território no qual ocorrem disputas e confrontos conceituais sobre quem tem a verdade sobre os transtornos. No interior desse espaço, interações com pessoas se desenvolvem, e isso tem desdobramentos ontológicos como afirma Hacking. Ao mesmo tempo, a análise dos tipos interativos e indiferentes mostra que a parcela indiferente introduz novos elementos para a dinâmica dos interativos. O caráter desses elementos correspondem aos achados empíricos que naturalizam aspectos associados. Por exemplo, o controle de sintomas por meio da intervenção química do cloridrato de metilfenidato reforça para muitos especialistas a teoria de que o TDA/H seria um transtorno cerebral natural, enquanto que para outros apenas mostra uma confusão conceitual com o argumento de que a fisiologia do controle de sintomas não delimita bases biológicas dessa entidade. A história dessa entidade indica que a ideia sobre o que é um TDA/H tem sido moldada por teorias farmacológicas e cerebrais. A farmacologia auxilia teorias que afirmam que por detrás das características que indivíduos exibem existe uma natureza, uma substância que atua para manter essas características juntas. Embora não se afirme algo de específico sobre o que poderia unir e manter essas características, surgem no campo de disputas sobre o que é o TDA/H especialistas que buscam fazer mais afirmações. Então alegam que existe o TDA/H para além da coleção de características, que existe o TDA/H, ele mesmo, sua substância, aquilo que é suporte dessas características, aquilo que as unifica, algo a ser descoberto pela investigação futura. Em meio a esse campo de disputas, o cloridrato de metilfenidato é um composto sintético que exerce um efeito amplo, incluindo o controle de sintomas inespecíficos até o aprimoramento cognitivo de pessoas sem diagnóstico de transtorno mental (Greely; Sahakian; Harris; Kessler; Gazzaniga; Campbell & Farah, 2008). Como temos argumentado, os efeitos de controle de sintomas não são capazes de individuar bases naturais para a classificação TDA/H. Mas tais achados empíricos, embora vagos para o objetivo de tornar tangível uma base cerebral dessa entidade, estão associados atualmente à teoria e prática médica do TDA/H.<sup>226</sup> Por isso, a manipulação desse composto não pressupõe uma postura realista das

---

<sup>226</sup> O TDA/H é um exemplo ilustrativo do quanto a farmacologia participa dos modos possíveis de ser uma pessoa uma vez que a crença predominante é que o cérebro é a sede do transtorno e o alvo da intervenção química. Essa ligação dependeu de uma transformação histórica nas formas de descrição das experiências de

classificações às quais se encontram associadas. O que interessa é saber manipular compostos químicos para controlar e produzir modificações na fisiologia humana e efeitos sobre as funções mentais. Não se trata de explicar o TDA/H por meio das regularidades que emergem da exposição ao cloridrato de metilfenidato, mas de possuir um conhecimento sobre como utilizar esse composto. Com isso, se está produzindo regularidades empíricas porque se compreende alguns poderes causais de compostos químicos. Nosso conhecimento sobre o princípio ativo e os mecanismos de ação a respeito dessas substâncias fazem delas tipos indiferentes. Mas quando esses compostos - antipsicóticos, antidepressivos, anticonvulsivantes, ansiolíticos e estabilizadores do humor<sup>227</sup> - se tornam maneiras de produzir regularidades empíricas a partir de suas atuações sobre a fisiologia humana, novos elementos vêm à tona no campo dos interativos. Nesse ponto, pessoas podem interagir com o efeitos dessa biotecnologia, organizando novas formas de sociabilidade porque ocorre uma reformulação de experiências como transtornos mentais passíveis de intervenção farmacológica (Lima, 2005; Rose, 2003).

Assim, o TDA/H é também um caso dos tipos indiferentes, e não apenas dos interativos. Como temos dito, uma das consequências de cair sob um diagnóstico de TDA/H é a prescrição do metilfenidato.<sup>228</sup> O TDA/H e a Ritalina (ou Concerta) tornaram-se praticamente indissociáveis: a identificação do primeiro tem levado, cada vez mais, à prescrição da última. Ao ingressar no universo do transtorno conta-se imediatamente com o auxílio do metilfenidato, ferramenta bioquímica atuando na materialidade do corpo, nos

---

sofrimento que passam a ser moldadas por uma linguagem biomédica: "O sentido de nós mesmos como indivíduos 'psicológicos' que se desenvolveram ao longo do século XX - seres habitados por um profundo espaço interno moldado pela biografia e experiência, a fonte de nossa individualidade e o lócus de nossos descontentamentos - está sendo complementado ou deslocado pelo que tenho denominado 'individualidade somática'. Por individualidade somática, refiro-me à tendência de definir aspectos-chave da individualidade em termos corporais, isto é, pensar em si mesmo como 'corporificado' e entender esse corpo na linguagem da biomedicina contemporânea. Ser um indivíduo 'somático', nesse sentido, é codificar as esperanças e medos de cada um em termos desse corpo biomédico, e tentar reformar, curar ou melhorar a si mesmo, agindo sobre esse corpo. Em um extremo do espectro, isso envolvia remodelar o corpo visível, através de dieta, exercícios e tatuagens. No outro extremo, envolve o entendimento de problemas e desejos em termos do funcionamento 'orgânico' interno do corpo e a busca de remodelá-lo - geralmente por intervenções farmacológicas. Embora os descontentamentos possam ter sido previamente mapeados em um espaço psicológico - o espaço da neurose, da repressão, do trauma psicológico -, eles agora são mapeados no próprio corpo, ou em um órgão específico do corpo - o cérebro." (Rose, 2003, p. 54).

<sup>227</sup> O princípio ativo dessas substâncias possui propriedades causais e mecanismos de ação com a possibilidade de combinação entre drogas a tal ponto de poder manipular essas entidades a fim de produzir efeitos sobre grupos de sintomas.

<sup>228</sup> O metilfenidato reforça a crença de que o corpo biológico é a sede dos desvios subjetivos e cognitivos, das inúmeras variações na atenção, impulsividade e hiperatividade. O metilfenidato é o ponto no qual diagnóstico e terapêutica se unem. (Rossano, 2003).

processos neurofisiológicos, potencializando cognição, comportamentos e condutas, ou seja, uma ênfase sobre a performance. A descoberta do espaço biológico do metilfenidato faz vir à tona os fenômenos de controle e potencialização de características, introduzindo novos elementos para a dinâmica pública dos interativos. Nesse sentido que o TDA/H é uma classificação cuja situação epistêmica, embora tenha sido enriquecida pelas descobertas da farmacologia, não foi alterada em seus critérios descritivos pelo fenômeno do controle de sintomas. A produção de regularidades empíricas através da farmacologia não gerou um impacto de redefinição capaz de alterar o conceito dessa classificação porque não fez com que essa classificação cedesse à neurobiologia. Logo, as relações com a farmacologia apenas vêm mostrar que regularidades naturais podem se associar à teoria e prática do transtorno. O que vem à tona no controle dos sintomas através do metilfenidato é uma base estável para novas formas de vida. E se essa aliança com a farmacologia não possui força de revisão da estrutura descritiva desse transtorno, os naturais que surgem introduzem novos elementos à dinâmica relacional dos interativos.

Embora a função referencial do tipo TDA/H é referir-se a indivíduos descritos como tais, e não ao TDA/H nos indivíduos, a visão de que existe o TDA/H para além da coleção de características também está moldando as práticas educacionais, médicas e psicológicas sobre pessoas diagnosticadas com esse transtorno. As ideias sobre TDA/H moldam os comportamentos em geral e o senso de si mesmos das pessoas que caem sob essas descrições, de tal modo que as características dessas pessoas que se encontram sob o TDA/H são afetadas por atitudes em relação ao TDA/H, embora não seja possível dizer o que é o TDA/H em alguém. Além das crianças e adolescentes, moldam os adultos, pais, família, escolas e instituições, que passam a ser constituídos dentro de um mundo de conhecimentos sobre o TDA/H. A partir desse cenário, podemos afirmar que o campo relacional de interação entre descrições do TDA/H e pessoas revela como e através de que formas concretas os indivíduos são solicitados a se constituírem como sujeitos morais dos comportamentos e estados descritos como TDA/H. Essa constituição da experiência pessoal e social dos indivíduos vai além da intervenção farmacológica sobre processos biológicos. Obviamente que o campo relacional de interações dessa entidade é vasto.<sup>229</sup> Além de sites, blogs, páginas de Facebook e

---

<sup>229</sup> No que diz respeito às crianças classificadas com TDA/H temos a mesma questão relacionada com o autismo infantil. Isso porque são classificações que não interagem com pessoas simplesmente segundo o princípio de crianças individuais que tem conhecimento de si, mas ao contrário, "a classificação hiperativo não interagiu com as crianças simplesmente porque as crianças individuais ouviram a palavra e mudaram em conformidade. Ela

vídeos de YouTube, surgem no Brasil grupos nacionais e estaduais de WhatsApp para adultos com TDA/H e para pais/mães de crianças e adolescentes com o transtorno para troca contínua de experiências. O objetivo de toda essa publicidade é "descomplicar" o entendimento sobre o TDA/H, fornecendo ferramentas e instruções para os próprios portadores, família e sociedade lidar de forma prática e objetiva com o transtorno.<sup>230</sup> Grupos de portadores irão se encontrar para partilhar suas experiências, fazer lobby em torno de questões ligadas aos seus diagnósticos, educar seus filhos na consciência do TDA/H, etc. Surgem programas de treinamento para pais que possuem filhos com TDA/H. Esses grupos contam com especialistas, laboratórios e uma forte intervenção de agentes institucionais para ajudá-los a partilhar, intervir e entender sobre quem são, fazendo desse transtorno uma causa a que se apoia.<sup>231</sup> Se por um lado, a ampla divulgação e circulação pública tornam acessíveis as descrições sobre o TDA/H, por outro, o horizonte da experiência social e pessoal dos indivíduos é contaminado pelo reconhecimento de novas leituras para antigos desconfortos e dificuldades pessoais (Rossano, 2003). Assim, os desdobramentos ontológicos do TDA/H circunscrevem uma situação de saber-poder na qual cair sob uma classificação introduz uma diferença na experiência social e pessoal dos indivíduos, e faz poder de maneira nova, na convivência com os outros e consigo mesmo. Como temos dito, classificações psiquiátricas são espaços de permanente visibilidade, no interior do qual os indivíduos se compreendem e

---

interagiu com aqueles que foram descritos em instituições e práticas que se baseavam na classificação das crianças como hiperativas" (Hacking, 1999, p. 103). É preciso enxergar em torno da classificação a matriz mais ampla formada por instituições e práticas: "Eu não quero dizer necessariamente que crianças hiperativas, como indivíduos, por conta própria, tomem consciência de como eles são classificados e, portanto, reagem à classificação. É claro que podem, mas a interação ocorre na matriz mais ampla de instituições e práticas que cercam essa classificação." (Hacking, 1999, p. 103).

<sup>230</sup> O efeito semântico sobre pessoas e o efeito *looping* sobre a classificação passa pela disseminação dos relatos e histórias que são narradas a respeito do TDA/H. À medida que mais e mais pessoas que estão profissionalmente envolvidas com o TDA/H aceitam novos relatos como um guia para pensar sobre essa entidade, as próprias crianças, adolescentes e adultos irão interagir com as crenças e práticas desses profissionais sobre elas. Nesse cenário, formas de vida se desenvolvem na matriz mais ampla sob a qual evolui a classificação.

<sup>231</sup> A Associação Brasileira do Déficit de Atenção (ABDA) possui uma Carta de Princípios sobre TDA/H. O primeiro tópico da carta é uma declaração da cientificidade do transtorno, que é um transtorno verdadeiro, sério, passível de ser diagnosticado e tratado, inclusive em adultos: "1) O TDA/H é um transtorno médico verdadeiro, reconhecido como tal por associações médicas internacionalmente prestigiadas, que se caracteriza por sintomas de desatenção, inquietude e impulsividade; 2) O TDA/H é um transtorno sério, uma vez que os portadores apresentam maiores riscos de desenvolver vários transtornos psiquiátricos (tais como depressão e ansiedade), abuso e dependência de drogas e álcool, maior frequência de acidentes, maiores taxas de desemprego e divórcio e menos anos completados de escolaridade; 3) O TDA/H pode ser diagnosticado e tratado. Existem diretrizes publicadas por instituições científicas de renome internacional sobre o diagnóstico e seu tratamento adequado. O tratamento do TDA/H é feito através de medicamentos (na maioria dos casos), psicoterapia cognitivo comportamental e psicoeducação (educação continuada sobre o transtorno para os portadores); 4) O TDA/H também pode ser diagnosticado em adultos. Mais da metade das crianças com TDA/H ingressa na vida adulta com sintomas clinicamente significativos do transtorno; 5) O TDA/H é muito pouco diagnosticado e tratado na população em geral."

suas individualidades são formadas. Enquanto tipos humanos, que se incorporam em instituições e práticas de saúde, essas classificações arrastam consigo tecnologias que constituem social e pessoalmente os indivíduos como pontos de articulação entre poder e saber. Logo, saber-se com TDA/H entrega poder<sup>232</sup> capaz de modelar um novo ser (ontologia). Saber sobre o que se tem ou sobre quem se é, entrega inúmeros pequenos passos para indivíduos se orientarem no seu espaço existencial de uma nova maneira: os indivíduos podem explicar o que se passa com eles, os motivos pelas quais agem, sentem, pensam e se comportam.<sup>233</sup> Podem também se relacionar consigo a partir do que deve fazer uma pessoa com TDA/H. Serão vistos como pessoas desse tipo de transtorno, e tratadas como se lida com pessoas nessa condição. Pensemos nas repercussões no mundo do trabalho, governo e judiciário. Por tudo isso que não se pode afirmar o TDA/H antes do TDA/H. Diferentemente do Alzheimer onde o espaço de possibilidades da pessoa doente é criado mas não a doença, o caso do TDA/H mostra que doença e pessoa doente são realidades que surgem juntas. A estrutura descritiva dessa classificação não faz remissão a uma acomodação em fatores causais, não informa que a conexão entre suas características possui um elo natural causal, mas remete para um feixe de relações históricas, onde nome, saber e poder criam pessoas, modos de ser, ontologia.

Com isso, encontramos no TDA/H o mesmo movimento dos tipos interativos: da conscientização sobre a classificação, passando pela imersão no mundo da classificação até a autoconsciência de cair sob a classificação. Essa trajetória permite uma ontologia histórica

---

<sup>232</sup> Lembrando que o poder em Foucault não é caracterizado como repressivo mas em uma dimensão positiva capaz de atuar na formação de individualidades, na constituição da experiência de si. Como Diz Foucault: "O indivíduo é, sem dúvida, o átomo fictício de uma representação 'ideológica' da sociedade; mas é também uma realidade fabricada por essa tecnologia específica de poder que se chama 'disciplina'". (Vigiar e Punir, 1975, 161). Com "poder", Foucault passa a trabalhar a constituição do "ser" dos indivíduos, sem o apelo à semântica da dominação e repressão. Essa mesma concepção positiva de poder o levará para a "ontologia de nós mesmos", como afirma Hacking (2002/2009). Em Vigiar e Punir, Foucault (1975, p. 161) dirá que: "É preciso parar de sempre descrever os efeitos do poder em termos negativos: 'ele exclui', ele 'reprime' ele 'recalca', ele 'censura', ele 'abstrai', ele 'mascara', ele 'esconde'. De fato, o poder produz; ele produz real; produz domínios de objetos e rituais de verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção". Nesse ponto, poder e saber não se separam mais.

<sup>233</sup> Brinkmann (2016, p. 63), em *The Pathologization of Everyday Life: Diagnostic Discourses and Their Looping Effects*, alega que tais indivíduos são "pessoas que podem estar procurando recursos conceituais para explicar seus problemas e tornar seu sofrimento significativo." Analisando experiências de pessoas que vivem nos contextos discursivos e práticos relacionados com o TDA/H, Brinkmann (2016) mostrou que uma das formas com que os indivíduos evoluem dentro do TDA/H é aderir à crença de que há um processo de doença subjacente ao TDA/H e que esse processo de doença é o TDA/H agindo sobre seu comportamento, isto é, o TDA/H se torna uma entidade responsável pela ocorrência de seu comportamento agressivo e desatento, por exemplo. Nesse sentido que indivíduos podem utilizar o diagnóstico como meio de explicar o comportamento, isso se dá principalmente pela atribuição de um processo de doença que ocorreria dentro dos próprios indivíduos classificados.

que investiga as diferentes formas pelas quais o indivíduo é levado a se constituir como sujeito, configurando uma análise histórica da pragmática de si, isto é, como e através de que formas concretas de relação consigo os indivíduos são solicitados a se constituírem como um sujeito moral dos comportamentos e estados descritos como TDA/H. Na ontologia histórica, a experiência é investigada na sua constituição enquanto "TDA/H". Seu nominalismo interroga o *a priori* histórico da experiência: em vez de posicionar o TDA/H como um fato e analisar a experiência das dificuldades, a interrogação desce até a constituição da experiência enquanto TDA/H. Ao mesmo tempo, o controle químico de sintomas psiquiátricos é um tipo natural boydiano porque as regularidades que emergem são generalizações sustentadas causalmente. Por isso, a análise dos tipos interativos e indiferentes é ontologia histórica, principalmente quando o que está em jogo é a intervenção farmacológica sobre processos biológicos, uma vez que as regularidades que vem à tona através dos efeitos farmacológicos fornecem uma base estável para a organização de formas de vida.

### **5.5 - O resíduo nominalista**

A ontologia histórica dos tipos humanos naturalizados aproxima a solução realista e a solução nominalista, uma vez que naturalizar tipos humanos é identificar na sua unidade descritiva aquele grupo de características que podem ser conduzidos para uma acomodação em fatores causais. Mas se essa especificação não ocorre, não há acomodação determinando que a unidade e coesão do tipo humano seja causal em vez de nominal. O escopo da nossa interrogação tratou dos tipos humanos passíveis de serem naturalizados e a psiquiatria foi a ocasião para indicar os seus desdobramentos ontológicos. Interrogar sobre o seu modo de ser nos remete ao debate nominalismo e realismo. A ontologia histórica reorganiza esse debate até um ponto em que podemos afirmar que não precisamos ser nominalistas e realistas sobre tudo. Após a introdução dos tipos interativos de Hacking, o que são esses universais linguísticos é respondido pelo questionamento sobre o que mantém a coesão e unidade das características que aparecem juntas em cada tipo humano. E quando os tipos humanos podem ser naturalizados, temos classificações que são tipos interativos e indiferentes. Os casos psiquiátricos estudados nos mostraram que a estrutura descritiva de tais classificações podem ceder ou não aos naturais. Enquanto na demência de Alzheimer temos descrições sobre algo que existe no corpo biológico e descrições que produzem um efeito de verdade (no sentido

foucaultiano) na experiência social e pessoal dos indivíduos concretos, no caso do TDA/H temos descrições que produzem um efeito de verdade na experiência social e pessoal dos indivíduos concretos e, também, descrições sobre regularidades que emergem da utilização de metilfenidato por esses mesmos indivíduos concretos. Mesmo que o TDA/H não exista como coisa no interior do corpo biológico dos indivíduos concretos que se encontram sob suas descrições, é um tipo que continua produzindo efeitos de verdade e tendo significado por sua própria enunciação na linguagem. De maneira semelhante, a classificação demência de Alzheimer não ocorre num vácuo social, mas dentro de uma vida histórica complexa que está interagindo com as descrições de demência. Esse é um universal que tem uma existência na linguagem e uma existência concreta no espaço biológico dos indivíduos particulares. Assim, o que a neuropatologia faz não depende de como a descrevemos. As possibilidades do Alzheimer são delimitadas pela natureza da neuropatologia, não por descrições. Ela faz o que ela faz, ou seja, a regularidade que ela exhibe. E o que está ocorrendo entre neuropatologia e demência é independente de nossas descrições corretas ou incorretas. De maneira semelhante, as possibilidades do controle químico de sintomas são delimitadas pelas propriedades farmacológicas de substâncias sintéticas de potencial causal conhecido, e são independentes das nossas descrições sobre os transtornos a que elas se aplicam. O que um antipsicótico faz ao ser administrado em uma pessoa com sintomas psicóticos não depende de como descrevemos ele ou a pessoa. Nesse ponto, fatos sobre os naturais não se confundem nem se opõe aos fatos sobre os indiferentes. Assim, o fato de que exibem regularidades sustentadas em fatores causais é alguma coisa que é independente de como descrevemos e classificamos. Mas, se por um lado o que está acontecendo a partir da doença de Alzheimer e do uso do metilfenidato não depende de nossas descrições, por outro lado, as regularidades exibidas introduzem novos elementos na dinâmica relacional dos interativos. Podemos ser realistas sobre os naturais e nominalistas sobre os indiferentes.

Procuramos indicar neste capítulo que não temos apenas uma ontologia histórica dos tipos humanos enquanto interativos. Mas essa mesma ontologia histórica é enriquecida pela análise dos tipos humanos passíveis de serem naturalizados, ou seja, enquanto interativos e indiferentes. Seguir uma orientação nominalista sobre tipos humanos passíveis de serem naturalizados não se opõe aos resultados da investigação científico-natural, aliás é uma maneira de incluir esses resultados na análise filosófica. As falhas na acomodação das descrições psiquiátricas em estruturas causais indicam que o nominalismo é atraente.



Contudo, mesmo quando a acomodação é bem sucedida, como no caso dos transtornos neurocognitivos, a naturalização de tipos psiquiátricos ocorre na compreensão prévia de que são tipos interativos e indiferentes. Assim que os *tipos interativos e indiferentes* de Hacking reeditam o debate entre nominalismo e realismo de uma maneira que enfraquece o antagonismo. Isso porque lidam com as consequências do realismo científico dos naturais enquanto indiferentes e do nominalismo dos tipos humanos enquanto interativos. Nesse ponto, o realismo dos naturais tem consequências sobre o nominalismo dos interativos e indiferentes ao introduzirem novos elementos na dinâmica da classificação. A psiquiatria foi a ocasião para desenvolver a ontologia histórica de Hacking e indicar que a naturalização dos tipos humanos preserva uma dinâmica nominalista.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ligação entre psiquiatria e tipos naturais foi interrogada nessa pesquisa considerando que classificações psiquiátricas são tipos humanos e não podem ser menos do que tipos interativos. Enquanto, por um lado, tipos humanos são pensados cientificamente a cada tentativa de naturalização, por outro, os mesmos tipos humanos são pensados filosoficamente a partir dos tipos interativos de Hacking. Nesses termos, tipos humanos são determinados cientificamente quando naturalizados e filosoficamente quando não podem ser menos do que interativos. Ao mesmo tempo, se tipos humanos podem ser naturalizados, não temos apenas os interativos mas também os indiferentes. Nesse ponto desenhou-se o dilema anunciado por Hacking e discutido pelos críticos. Esse dilema é um problema formulado sobre o que ocorre quando tipos interativos coexistem com tipos indiferentes. Adotamos a estratégia de recuar um passo atrás e interrogar a ontologia dos tipos de Hacking para em seguida discutir a posição dos críticos. Argumentamos que fatos sobre tipos indiferentes não devem ser reduzidos a ou confundidos com fatos sobre tipos naturais. Nesse ponto, uma primeira conclusão foi posicionada: toda ausência de efeito *looping* é uma ausência referida. Por isso, ao considerar que patologias, cujas bases naturais são biológicas, não interagem com a forma pelas quais são descritas, temos um fato sobre tipos indiferentes. Ao mesmo tempo, não deixam por isso de exibir regularidades que as constituem e que delas são indissociáveis, atestando fatos sobre tipos naturais. A segunda conclusão foi o reconhecimento de motivações de caráter nominalista nos tipos de Hacking, dado que a distinção entre interativos e indiferentes categorizam dois tipos básicos de conjunções entre universais linguísticos e indivíduos concretos. Em seguida, mostramos que a noção de *tipos interativos e indiferentes* recebeu uma atenção incompleta com Hacking e um tratamento inadequado por parte dos críticos. Com base nos resultados do questionamento sobre a ontologia dos tipos, demos um desenvolvimento à proposta de Hacking explicitando o nominalismo dos tipos interativos e indiferentes, para então corrigir os críticos com base nos próprios elementos dos textos de Hacking. Essa correção visou administrar um ponto principal: a não redução dos indiferentes aos naturais. A crítica às posições de J. Tsou e D. Murphy nos conduziram ao entendimento de que não podemos pensar as relações entre tipos interativos e bases naturais de classificações de tipos humanos dispensando os tipos indiferentes, uma vez que a ausência de *looping* dos tipos indiferentes não se funde com regularidades biológicas de tipos naturais.

Com base no entendimento da não redução dos indiferentes aos naturais que a ligação entre psiquiatria e tipos naturais veio a ser desenvolvida nessa pesquisa. O âmbito mais geral desse questionamento se manifestou ao situarmos as relações entre psiquiatria e tipos naturais no campo de jogo dos tipos interativos, considerando que é sobre tipos humanos que tipos naturais articulam sua pretensão naturalista. Logo, o trabalho que realizamos de pensar filosoficamente os tipos naturais em psiquiatria foi um trabalho de pensar as condições nas quais podem ocorrer a naturalização e a historicização das relações que constituem seus tipos humanos. Ao mesmo tempo, pensar filosoficamente sobre tipos humanos foi pensar a partir do nominalismo dos tipos interativos e indiferentes. Essa foi a reivindicação geral da nossa pesquisa: quando tipos humanos não podem ser menos do que tipos interativos, a reflexão filosófica sobre as relações entre psiquiatria e tipos naturais deve mostrar, em primeiro lugar, em que sentido tipos humanos podem ser naturais, e em segundo, o sentido dos naturais em meio ao campo dos interativos. Desde o primeiro capítulo afirmamos que a tentativa de assimilação dos tipos humanos aos tipos naturais se depara com o fenômeno do efeito semântico e do efeito *looping* que ocorre com tipos humanos porque o estatuto ontológico e epistemológico dessas classificações é justamente o de serem ao menos tipos interativos. Formulou-se o problema que perseguimos ao longo dos capítulos acerca do sentido dos tipos naturais após a introdução dos tipos interativos de Hacking. Com a rejeição do essencialismo de tipos naturais, levantar a pergunta sobre se um tipo humano é assimilável aos tipos naturais boydianos é interrogar pelo tipo de unidade que mantém a coesão entre as características que coocorrem e que descrevem a classificação. A estratégia adotada no curso dessa pesquisa para enfrentar a questão sobre a assimilação dos tipos humanos aos tipos naturais foi situar tipos naturais ante a distinção entre os tipos interativos e os tipos indiferentes de Hacking.

Nossa discussão a respeito dos trabalhos de J. Tsou, D. Murphy e R. Cooper mostrou que não conseguimos pensar às últimas consequências as relações entre tipos interativos e a naturalização de tipos humanos dispensando os tipos indiferentes. Ao pensarmos as relações entre tipos humanos e tipos naturais podemos notar que tanto tipos naturais quanto tipos humanos não podem colocar por si mesmos a distinção entre interativos e indiferentes. Mas como essa distinção faz ver o efeito semântico e o efeito *looping* sobre tipos humanos, também faz notar que cada classificação psiquiátrica tem uma situação histórica. E esse nominalismo sobre tipos é uma análise filosófica que coloca essa situação histórica em perspectiva.

Nesse ponto, os *tipos interativos e indiferentes* permitem pensar às últimas conseqüências o sentido dos tipos naturais em psiquiatria, principalmente quando passamos a considerar que classificações psiquiátricas podem ser divididas em tipos interativos e indiferentes que cedem aos naturais e em tipos interativos e indiferentes que não cedem aos naturais. Classificações de tipos naturais informam como a acomodação é alcançada num espaço onde a estrutura causal do mundo desempenha um papel normativo. Um tipo humano naturalizado estabelece na prática conceitual, experimental e inferencial, uma maneira de satisfazer as demandas de acomodação reivindicadas pelo campo científico. Os transtornos neurocognitivos, por exemplo, exibem uma rede de fatores causais delimitadas no interior do espaço biológico que explicam como a satisfação das demandas de acomodação dessas classificações são efetivamente alcançadas, isto é, são tipos interativos e indiferentes que cedem aos naturais. Por outro lado, associada aos transtornos psiquiátricos e sem força de delimitação, a descoberta sobre psicofármacos melhorou os objetivos epistêmicos sobre transtornos mentais e os objetivos pragmáticos de controle. Nesse sentido, psicofármacos são classificações científicas que capturam relações causais, produzem tipos de regularidades no mundo, permitindo manipular aspectos determinados do campo fenomenal através da modificação química do espaço biológico. Nesse cenário, os tipos interativos e indiferentes cuja estrutura descritiva não cede aos naturais são classificações interativas que podem ser naturalizadas em aspectos vagos ou inespecíficos, que em se tratando de DSM-5, são inúmeros os candidatos. São classificações que se movem num campo em que aspectos associados são naturalizados por meio da farmacologia. Examinamos o transtorno do déficit de atenção e hiperatividade (TDA/H) como um tipo interativo e indiferente, ou seja, um caso psiquiátrico em que os achados farmacológicos não possuem força de revisão da estrutura descritiva da classificação, ou seja, são achados empíricos incapazes de submeter a entidade psiquiátrica a uma revisão. Entretanto, essa incapacidade não é um mero negativo, uma vez que introduz novos elementos para a dinâmica pública dos interativos.

Ao pensar o sentido dos tipos naturais em psiquiatria foi preciso distinguir, por um lado, o sentido dos tipos naturais enquanto teoria mais adequada às classificações psiquiátricas, e de outro, o sentido dos naturais ao surgirem no campo de jogo dos interativos. Ao final, nossa pesquisa evidenciou a maneira pela qual os naturais se manifestam em meio aos interativos. Os casos psiquiátricos estudados articularam duas maneiras pelas quais os naturais se apresentam no campo de jogo dos interativos. Foram análises que buscaram

apresentar o sentido da coesão e unidade dos tipos naturais dentro do espaço no qual os interativos se movimentam. Em ambas as situações foi possível dar um tratamento formal a essa questão e interpretar o sentido dos naturais enquanto indiferentes imerso no campo de jogo dos interativos. O que vem à tona através de ambos possui algo comum, ou seja, que os naturais introduzem novos elementos no campo de jogo dos interativos. Assim, de um lado, o caso da doença de Alzheimer de instalação precoce parte da unidade de um tipo natural e a análise desse tipo interativo e indiferente elucidada a constituição do espaço compartilhado de experiências. Nessa classificação, os desdobramentos ontológicos do campo de jogo entre universais linguísticos e indivíduos concretos podem ser historicizados, mas com a observação de que os tipos psiquiátricos que cedem aos naturais exercem efeitos semânticos sem sofrerem efeitos *looping*, enquanto os tipos cuja estrutura descritiva não cede os naturais exercem efeitos semânticos ao mesmo tempo que se encontram vulneráveis ao efeito *looping*. Por isso, o transtorno neurocognitivo decorrente da doença de Alzheimer de início precoce é uma classificação que não sofre efeitos *looping*, embora exerça efeitos semânticos sobre pessoas. Na outra ponta, o transtorno do déficit de atenção e hiperatividade (TDA/H) é frequentemente trabalhado através do metilfenidato e a análise desse tipo interativo e indiferente historiciza o sentido da regularidade que emerge no uso dessa substância, no caso, ser uma base estável para a constituição de novas formas de vida e de sociabilidade. O fato de que toda unidade e coesão de um tipo natural seja uma unidade causal e não nominal (Boyd, 1999) afirma um realismo sobre naturais. Mas como todos os naturais satisfazem as condições dos indiferentes, podem não apenas se manifestar no campo de jogo dos interativos, mas expor o seu sentido a uma interpretação. Para tipos interativos e indiferentes cuja estrutura descritiva cede aos naturais, a análise do transtorno neurocognitivo decorrente da doença de Alzheimer de início precoce lida de maneira específica com o sentido da unidade do tipo. Para os tipos interativos e indiferentes cuja estrutura descritiva não cede aos naturais, a análise do transtorno do déficit de atenção e hiperatividade (TDA/H) historiciza as transformações do campo de jogo entre universais linguísticos e indivíduos concretos.

Ao final, mostramos como o nominalismo de Hacking pode fazer ontologia histórica incluindo tipos naturais, ou seja, realizar a tarefa filosófica de pensar o campo de problematizações que forma a trajetória dos tipos humanos passíveis ou efetivamente naturalizados. Examinamos de um lado, o transtorno neurocognitivo devido doença de Alzheimer de início precoce indicando os momentos interativo e indiferente, incluindo o

processo patológico subjacente que altera qualitativamente o campo de possibilidades da pessoa. Por outro lado, examinamos os efeitos farmacológicos enquanto regularidades que servem de base estável para a constituição de formas de vida. Em ambos os casos, os tipos naturais entram no campo relacional dos interativos enquanto indiferentes, e isso quer dizer, introduzindo novos elementos para a dinâmica dos interativos. Nesse ponto, formou-se uma relação precisa entre ontologia histórica e tipos naturais: regularidades que vem à tona através dos naturais participam da constituição de quem somos, pensamos, fazemos e agimos. Não há uma história única sobre essa ligação, como mencionamos com o caso do transtorno neurocognitivo decorrente de doença de Alzheimer de início precoce, onde a patologia altera o campo de possibilidades da pessoa de uma maneira diferente que o faz a circulação pública de um novo tipo humano.

Assim, uma das consequências mais importantes dos tipos interativos e indiferentes que cedem aos naturais é a possibilidade de se interrogar sobre o sentido dessa unidade em meio aos interativos. Nesse ponto, a interpretação de um tipo interativo e indiferente é promissora porque é capaz de elucidar o sentido da coesão e unidade daquilo que é dado na manifestação do tipo natural. No caso psiquiátrico estudado sobre a doença de Alzheimer de início precoce, o modo de ser da manifestação dos naturais enquanto indiferentes é uma alteração qualitativa do campo de experiências possíveis do doente. Assim, delimitamos ainda mais precisamente a emergência dos naturais em meio aos interativos enfatizando a diferença específica da abertura de mundo da pessoa que padece de um transtorno neurocognitivo. Esse tipo interativo e indiferente que cede aos naturais indica como os naturais alteram o campo relacional dos interativos. A descrição de um padrão de prejuízos e déficits acomodado em uma patologia cerebral tem seu sentido elucidado como alteração qualitativa do espaço de experiências do doente. Enquanto a concepção boydiana indica que a coesão e unidade do comportamento patológico está acomodada em um processo cerebral subjacente, a análise dos tipos interativos e indiferentes elucidada o sentido dessa coesão e unidade. Distinguimos, portanto, de um lado, a coesão e unidade informada pelos tipos naturais boydianos, e de outro, o sentido dessa coesão e unidade, elucidada pela ontologia histórica. Com isso quisemos desenvolver a ontologia histórica de Hacking como uma abordagem promissora junto aos tipos naturais boydianos, inclusive na situação onde novos elementos vêm à tona quando o campo de possibilidades da pessoa que padece da doença é alterado pela patologia. Essa emergência no campo dos interativos determina o sentido a partir do qual os naturais se

mostram enquanto indiferentes. Por outro lado, mostra que tanto tipos naturais quanto tipos humanos podem alterar o campo de possibilidades de ser dos indivíduos, mas de maneiras diversas, reiterando a ligação de participação dos tipos naturais na ontologia histórica. Essa alteração do espaço de experiências a partir dos naturais não é da mesma ordem que a alteração do espaço de experiências a que Hacking incessantemente se refere com os tipos humanos. Nos tipos interativos que cedem aos naturais, não apenas novas descrições modificam a abertura de mundo como alega Hacking, mas patologias cerebrais emergem no campo relacional como modificação da abertura de mundo. Seria essa uma interface que relaciona a ontologia histórica de Hacking com os tipos naturais boydianos. O espaço de experiências possíveis sofre uma transformação qualitativa que por si mesma é um novo elemento na dinâmica dos interativos.

Portanto, o sentido dos tipos naturais após os tipos interativos continuará dependendo de descobertas empíricas capazes de acomodar descrições em fatores causais, se encontrando, ao mesmo tempo, delimitado pela dinâmica pública dos tipos interativos e indiferentes. Entre o realismo dos naturais e o nominalismo dos interativos e indiferentes, temos os naturais emergindo enquanto indiferentes no campo dos interativos e introduzindo novos elementos nessa dinâmica relacional. Assim, pensar filosoficamente os tipos interativos e indiferentes a partir do âmbito dos tipos psiquiátricos é atentar para a ligação específica entre ontologia histórica e tipos naturais. Logo, se o nominalismo que historiciza o campo de jogo entre universais linguísticos e indivíduos concretos exhibe seus desdobramentos ontológicos, os tipos naturais que emergem enquanto indiferentes no campo de jogo dos interativos também contribuem com os desdobramentos ontológicos, como mostramos através dos casos psiquiátricos estudados. E se ontologia histórica também se faz com tipos naturais é porque a ligação entre ambos circunscreve o campo de jogo relacional entre novas descrições de tipos humanos e a produção de campos de diferenças que determinam o espaço de possibilidades sobre quem somos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- APA (American Psychiatric Association). (2014). *DSM-V – Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais*. Porto Alegre: Artmed.
- \_\_\_\_\_. (2002). *DSM-IV: Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais*. Editora Artes Médicas, Porto Alegre.
- Albin, R. L.; Anderson, K. D.; D'Amato, C. J.; Penney, J. B.; Reiner, A.; Young, A. B. (1988). Differential loss of striatal projection neurons in Huntington disease. *Proc Natl Acad Sci USA*, 85(15): 5733-7.
- Alves, T. C. T. F ; Buchpiguel, C. A ; Busatto Filho, G.; Garrido, G. E. J ; Nitrini, R. ; Rocha, E. T. (2001). Novas técnicas de neuroimagem em psiquiatria: qual o potencial de aplicações na prática clínica?. *Revista Brasileira de Psiquiatria (São Paulo. 1999. Impresso)*, 23, p. 58-60.
- Amendola, M. F. (2013). *Crianças no Labirinto das Acusações: Falsas Alegações de Abuso Sexual*. Rio de Janeiro: Juruá.
- Anscombe, G.E.M. (1957). *Intention*. Ithaca, NY: Cornell University Press.
- Bechtel, W. & Abrahamsen, A. (2005). Explanation: a mechanistic alternative. *Stud. Hist. Phil. Biol. & Biomed. Sci.* 36, 421–441.
- Bechtel, W. & Levy, A. (2013). Abstraction and the Organization of Mechanisms. *Philosophy of Science*, 80, pp. 241–261.
- Beebe, H e Sabbarton-Leary, N. (2010) Are psychiatric kinds ‘real’? *European Journal of Analytic Philosophy* 6: 11–27.
- Bettelheim, B. (1967). *The Empty Fortress: Infantile Autism and the Birth of the Self*. New York: The Free Press.
- Bhushan, Nalini. (2006). Are chemical kinds natural kinds? In *Boston Studies in the Philosophy of Science*, Ed. by D. Baird, E. Scerri and L. McIntyre. Berlin: Springer, pp. 327–336.
- Bialer, M. (2015). A inclusão escolar nas autobiografias de autistas. *Revista Psicologia Escolar e Educacional*, 19, 485-492.
- Bolton, D. (2008). *What is Mental Disorder?* Oxford: Oxford University Press.



- Bonelli RM; Hofmann P. (2007). A systematic review of the treatment studies in Huntington's disease since 1990. *Expert Opin Pharmacother*, 8(2): 141-53.
- Boyd, R. (1989). What Realism Implies and What It Does Not. *Dialectica* 43, 5-29.
- \_\_\_\_\_. (1991). Realism, Anti-foundationalism and the Enthusiasm for Natural Kinds. *Philosophical Studies*, 61, pp.127-148.
- \_\_\_\_\_. (1999a). Homeostasis, species, and higher taxa. In: Wilson, R. (Ed.) *Species: new interdisciplinary essays*. Cambridge: MIT Press, p.141-185.
- \_\_\_\_\_. (1999b). Kinds, Complexity, and Multiple Realization. *Philosophical Studies* 95 (1-2):67-98.
- \_\_\_\_\_. (2000). "Kinds as the 'Workmanship of Men'". In Nida-Rümelin, J. *Rationalität, Realismus, Revision*. Berlin & New York: Walter de Gruyter.
- \_\_\_\_\_. (2010). Realism, natural kinds, and philosophical methods. In: *The Semantics and Metaphysics of Natural Kinds*, ed. H. Beebe and N. Sabbarton-Leary, pp. 212-34. New York: Routledge.
- Braunwald, F.; Kasper, H.; Longo, J. (2008). *Harrison Medicina Interna: volumes I e II*. (17.ed.). Mc Graw Hill.
- Bressan, R.A.; Bigliani, V; Pilowsky, L.S. (2001). Neuroimagem de receptores D2 de dopamina na esquizofrenia. *Rev. Bra. Psiquiatr.*, 23(Supl I):46-9.
- Brinkmann, S. (2011). *Psychology as a moral science: perspectives on normativity*. New York, NY: Springer
- \_\_\_\_\_. (2016). *The Pathologization of Everyday Life: Diagnostic Discourses and Their Looping Effects*. New York, NY: Routledge.
- Broad, C. D. (1920). The relation between induction and probability - (part II). *Mind*, 29(113):11-45.
- Bechtel,W. (2006). *Discovering Cell Mechanisms: The Creation of Modern Cell Biology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Bechtel, W. & Richardson, R. C. (1993). *Discovering Complexity: Decomposition and Localization as Strategies in Scientific Research*. Princeton: Princeton University Press.
- Brandon, R. (1985). Grene on Mechanism and Reductionism: More Than Just a Side Issue, in: *Peter Asquith and Philip Kitcher (eds.), PSA 1984, v. 2*. East Lansing, MI: Philosophy of Science Association, 345-353.

- Burian, R. M. (1996). Underappreciated Pathways Toward Molecular Genetics as Illustrated by Jean Brachet's Cytochemical Embryology, in: Sahotra Sarkar (ed.), *The Philosophy and History of Molecular Biology*. New Perspectives. Dordrecht: Kluwer, 671-85.
- Caixeta, L. ; Nitri, R. (2001). Subtipos clínicos da demência frontotemporal. *Arquivos de Neuro-Psiquiatria (Impresso)*, São Paulo, v. 59, n.3-A, p. 577-581.
- Carey, S. (1985). *Conceptual change in childhood*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Cartwright, Nancy (1989). *Nature's Capacities and Their Measurement*. Oxford: Oxford University Press.
- Cooper, R. (2004). Why Hacking is Wrong about Human Kinds? *British Journal of Philosophy of Science*, 55, 73-85
- \_\_\_\_\_. (2005). *Classifying madness: A philosophical examination of the Diagnostic and statistical manual of mental disorders*. Dordrecht: Springer.
- \_\_\_\_\_. (2007). *Psychiatry and Philosophy of Science*. Montreal: McGill-Queen's University Press.
- Craver, C. F. (2009). Mechanisms and Natural Kinds. *Philosophical Psychology*, 22, pp. 575–594.
- Craver C.F. e Darden L. (2001). Discovering mechanisms in neurobiology: the case of spatial memory. In: Eds. Machamer PK, Grush R and McGlaughlin, *Theory and Method in the Neurosciences*. Pittsburgh, PA: University of Pittsburgh Press, 112–137.
- Churchland, P. M. (1985). Conceptual Progress and Word/World Relations: In Search of the Essence of Natural Kinds. *Canadian Journal of Philosophy* 15: 1–17.
- Dupré, J. (1981). Natural Kinds and Biological Taxa. *Philosophical Review* 90, n°. 1 (January 1981): 66-90.
- \_\_\_\_\_. (1993). *The Disorder of Things*. New Haven: Yale University.
- \_\_\_\_\_. (1999). On the Impossibility of a Monistic Account of Species. In: R. A. Wilson (Ed.), *Species: New Interdisciplinary Essays* (Cambridge, MA: MIT Press), pp. 3-22.
- Ellis, B. (2001). *Scientific Essentialism*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Elkis, H. (2000). A evolução do conceito de esquizofrenia neste século. *Revista Brasileira de Psiquiatria (São Paulo)*, 22, p. 23-26.
- Elkis, H.; Kimura, L. H. ; Nita, L. M. ; Tissot, M. C. R. G. (2001). Neuroimagem estrutural e psicopatologia: sintomas positivos e negativos e dilatação ventricular na esquizofrenia. *Revista Brasileira de Psiquiatria (São Paulo)*, 23, p. 19-23.

- Eyal, G. (2010). *The autism matrix*. Cambridge: Polity Press.
- Fleischer, S. (2012). Autismo: um mundo obscuro e conturbado. *Mana (UFRJ. Impresso)*, v. 18, p. 231-235.
- Fleischmann, A. (2012). *Carly's voice: breaking through autism / Arthur Fleischmann with Carly Fleischmann*. New York: Touchstone/Simon & Schuster.
- First, M. (2015). *Manual de diagnóstico diferencial do DSM-5*. Porto Alegre: Artmed.
- Frith, U. (1994). *Autism and Asperger syndrome*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Foucault, M. (1984). "What is Enlightenment?". (Trad. C. Porter). Em: Rabinow, P. (Ed.): *The Foucault Reader*. New York, Pantheon Books, (p. 32-50).
- \_\_\_\_\_. (1995a). Sobre a genealogia da ética: uma revisão do trabalho. In: Dreyfus, H.; Rabinow, P. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. (pp. 253-278). Rio de Janeiro: Forense.
- \_\_\_\_\_. (1995b). O Sujeito e o Poder. Em: Rabinow, P. e Dreyfus, H. *Michel Foucault. Uma trajetória filosófica*. Para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- \_\_\_\_\_. (1998). *Historia da sexualidade: O uso dos prazeres*. (Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque). Rio de Janeiro: Edições Graal. (Publicação original de 1984).
- \_\_\_\_\_. (1989). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal. (Publicação original de 1979).
- \_\_\_\_\_. (2000). *Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France (1975 - 1976)*. SP: Ed. Martins Fontes.
- \_\_\_\_\_. (2001). *História da sexualidade 2: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal.
- \_\_\_\_\_. (2011). *O governo de si e dos outros*. (Trad. Eduardo Brandão). São Paulo: Martins Fontes.
- \_\_\_\_\_. (2000). O que é a crítica? (crítica ou Aufklärung). Tradução de Antônio C. Galdino. *Cadernos da F.F.C. – Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP, Marília*, v. 9, n.1, p.169-189.
- Gabbard, G. O. (2009). *Tratamento dos Transtornos Psiquiátricos*. 4. ed. Porto Alegre: Artmed.
- Gelfert, Axel. (2013). Synthetic Biology Between Technoscience and Thing Knowledge, *Studies in History and Philosophy of Biological and Biomedical Sciences*, 44 (2), pp. 141-149

- Genova, L. (2009). *Para sempre Alice*. (trad. Vera Ribeiro). Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Gerland, G. (2004). *Une personne à part entière*. (S. Amunsen., Trad.). Mougins: France: Autisme France Diffusion.
- Glennan, S. (1996). Mechanisms and the nature of causation. *Erkenntnis*, 44: 49–71.
- \_\_\_\_\_. (2002). Rethinking mechanistic explanation. *Philosophy of Science*, 69 (Proceedings): S342–S353.
- \_\_\_\_\_. (2017). *The New Mechanical Philosophy*. Oxford: Oxford University Press.
- Gorenstein, C.; Scavone, C. (1999). Avanços em psicofarmacologia - mecanismos de ação de psicofármacos hoje. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 21, p. 64-73.
- Gartner, L. P.; Hiatt, J. L. (2012). *Histologia essencial*. 1ª ed. Elsevier.
- Ghiselin, M. T. (1974). A radical solution to the species problem. *Systematic Zoology*, 23, 536–544.
- Grandin, T. (1992). An inside view of autism. Em G. Mesibov, V. Shea., & G. B. Schopler (Orgs.), *High-functioning individuals with autism* (pp.105-126). New York: Plenum Press.
- \_\_\_\_\_. (2009). *Thinking in pictures*. New York: Randon House Audio.
- \_\_\_\_\_. (2011). *The way I see it: a personal look at Autism and Asperger's*. Arlington, TX: Futures Horizons.
- \_\_\_\_\_. (2012). *Different...not less: inspiring stories of achievement and successful employment from adults with Autism, Asperger's and ADHD*. Arlington, TX: Futures Horizons.
- Grandin, T., & Scariano, M. M. (2014). *Uma menina estranha: autobiografia de um autista*. São Paulo: Editora Schwarcz.
- Greely, H., Sahakian, B., Harris, J., Kessler, R. C., Gazzaniga, M., Campbell, P., & Farah, M. J. (2008). Towards responsible use of cognitive-enhancing drugs by the healthy. *Nature*, 456(7223), 702-705.
- Griffiths, Paul. (1999). Squaring the circle: Natural kinds with historical essences. In *Species: New Interdisciplinary Essays*. R. A. Wilson (ed.). Cambridge, M.A, MIT Press: 208-228
- \_\_\_\_\_. (2004). Emotions as Natural Kinds and Normative Kinds. *Philosophy of Science* 71 (5): 901–11.

- Gupta, A. R. & State, M. W. (2006). Autismo: genética. *Rev. Bras. Psiquiatr*, 28, suppl.1, pp.s29-s38.
- Gusella J.F.; Wexler N.S.; Conneally P.M.; Naylor S.L.; Anderson M.A.; Tanzi R.E.; Watkins P.C.; Ottina K.; Wallace M.R.; Sakaguchi A.Y.; *et al.* (1983). A polymorphic DNA marker genetically linked to Huntington's disease. *Nature*, 306(5940): 234-8.
- Guttenplan, S. (1994). Natural Kind. In: Guttenplan, S. (ed.), *A Companion to the Philosophy of the Mind*. Oxford: Blackwell
- Hacking, I. (1983). *Representing and Intervening*. Cambridge: Cambridge University Press.
- \_\_\_\_\_. (1986). Making Up People. In: *Reconstructing Individualism*, (ed.) T. Heller et al (Stanford University Press), 222-236.
- \_\_\_\_\_. (1988). The sociology of knowledge about child abuse. *Nous*, 22: 53-63
- \_\_\_\_\_. (1991). A Tradition of Natural Kinds, *Philosophical Studies* 61: 109-126.
- \_\_\_\_\_. (1992). *World-making by kind-making: Child abuse for example*. In M.Douglas and D.Hull (eds.) *How Classification Works*. Edinburgh: Edinburgh University Press. pp.180-238
- \_\_\_\_\_. (1995a). *Rewriting the Soul*. Princeton: Princeton University Press
- \_\_\_\_\_. (1995b). The looping effects of human kinds. In: *Causal Cognition*. D. Sperber and A. Premack (Eds). Oxford: Clarendon Press, 351-394.
- \_\_\_\_\_. (1998). *Mad Travelers. Reflections on the Reality of Transient Mental Illnesses*. Charlottesville & London: University Press of Virginia.
- \_\_\_\_\_. (1999). *The Social Construction of What?* Cambridge: Harvard University Press.
- \_\_\_\_\_. (2000). *Múltipla personalidade e as ciências da memória*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- \_\_\_\_\_. (2002). How "natural" are "kinds" of sexual orientation? *Law and Philosophy*, 21: 335-347.
- \_\_\_\_\_. (2004) Between Michel Foucault and Erving Goffman: Between discourse in the abstract and face-to-face interaction. *Economy and Society*, 33: 277-302.
- \_\_\_\_\_. (2006a). Making Up People: clinical classifications. *London Review of Books*, 28 (16) 23-26.

- \_\_\_\_\_. (2006b). O autismo, o nome, o conhecimento, as instituições, os autistas – e suas interações. In: *Estudos de filosofia e história das ciências biomédicas*. Russo M, Caponi S. (Orgs.). São Paulo: Discurso Editorial.
- \_\_\_\_\_. (2006c). "What is Tom saying to Maureen?". *London Review of Books*, 28 (9).
- \_\_\_\_\_. (2007). Natural kinds: Rosy dawn, scholastic twilight. *Royal Institute of Philosophy Supplements*, 82, p. 203-239.
- \_\_\_\_\_. (2009). *Ontologia Histórica*. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos.
- \_\_\_\_\_. (2009a). Autistic Autobiography. *Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences* 364, no. 1522: 1467-73
- \_\_\_\_\_. (2009b). How We Have Been Learning to Talk About Autism: A Role for Stories. Included in this collection. *METAPHILOSOPHY*, 40, Nos. 3–4, July.
- \_\_\_\_\_. (2012). Putnam's Theory of Natural Kinds and Their Names is Not the Same as Kripke's. *Hurly-Burly* 7: 129-149.
- \_\_\_\_\_. (2013). Construindo tipos: o caso de abusos contra crianças. *Cad. Pagu [online]*, 40, pp.7-66.
- Hawley, K. & A. Bird. (2011). What are Natural Kinds? *Philosophical Perspectives* 25 (1): 205-21.
- Hazelwood, Caleb. (2017). Synthetic Biology and Natural Kinds. *Stance* 10:49-57.
- Heidegger, M. (2012). *Ser e tempo*. (Trad. de Fausto Castilho). Campinas: Editora da Unicamp; Petrópolis: Editora Vozes. (Publicação original, 1927).
- Hendry, R. (2006). Elements, Compounds and Other Chemical Kinds. *Philosophy of Science*, 73: 864–875.
- Hull, D. (1976). Are species really individuals? *Systematic Zoology*, 25, p.174-191.
- \_\_\_\_\_. (2006). A matter of individuality. In: Sober, E. (Ed.). *Conceptual issues in evolutionary biology*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, p. 363-386.
- Khalidi, Muhammad Ali. (2013). *Natural Categories and Human Kinds*. Cambridge, MA: Cambridge University Press.
- \_\_\_\_\_. (2015). Three Kinds of Social Kinds. *Philosophy and Phenomenological Research* 90 (1): 96-112
- \_\_\_\_\_. (2016). Mind-Dependent Kinds. *Journal of Social Ontology* 2(2): 223-246

- Kandel, E.; Schwartz, J.; Jessell, T. M.; Siegelbaum, S.; Hudspeth, A. J.. (2014). *Princípios de Neurociências*. Editora: McGraw-Hill.
- Kendler, K. S. (2016). The nature of psychiatric disorders. *World Psychiatry Feb;15(1):5-12*
- Kendler, K. S.; Zachar, P. & Craver, C. (2011). What kinds of things are psychiatric disorders? *Psychological Medicine 41*: 1143-1150
- Kendler, K.S. & Schaffne, K. F. (2011). The dopamine hypothesis of schizophrenia: an historical and philosophical analysis. *Philosophy, Psychiatry, & Psychology 18*: 41–63.
- Kenney C; Hunter C; Jankovic J. (2007). Long-term tolerability of tetrabenazine in the treatment of hyperkinetic movement disorders. *Mov Disord, 22(2)*: 193-7.
- Kornblith, H. (1995). *Inductive Inference and Its Natural Ground: An Essay on Naturalistic Epistemology*. Cambridge, MA: The MIT Press. (Publicação original, 1993).
- Kraemer, C. (2011). *Ética e Liberdade em Michel Foucault - uma leitura de Kant*. (1ª. ed.). São Paulo: EDUC - Editora da PUC-SP: FAPESP.
- Kripke, S. (1980). *Naming and Necessity*. Oxford: Blackwell.
- Kroes, Peter. (1994). Science, Technology and Experiments; the Natural versus the Artificial. *PSA 1994 vol. 2*, East Lansing: Philosophy of Science Association, 431-440.
- Lee, Keekok. (2005). *Philosophy and revolutions in genetics: deep science and deep technology*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Lima, R. C. (2005). *Somos todos desatentos? O TDA/H e a construção de bioidentidades*. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Ediouro.
- Machamer P. (2004). Activities and causation: the metaphysics and epistemology of mechanisms. *International Studies in the Philosophy of Science 18*: 27–39.
- Machamer, P. K., Darden, L., & Craver, C. F. (2000). Thinking about mechanisms. *Philosophy of Science, 57*, 1–25.
- Machery, E. (2005). Concepts Are Not a Natural Kind. *Philosophy of Science, 72*, 444-467.
- \_\_\_\_\_. (2009). *Doing Without Concepts*. New York: Oxford University Press.
- Magnus, P. D. 2014a. "NK ≠ HPC". *Philosophical Quarterly 64(256)*: 471-77.
- \_\_\_\_\_. 2014b. No Grist for Mill on Natural Kinds. *Journal for the History of Analytical Philosophy 2(4)*: 1-15.

- Mallon, Ron & Daniel Kelly. (2012). Making Race Out of Nothing: Psychologically Constrained Social Roles. *The Oxford Handbook of Philosophy of Social Science*. Harold Kincaid (ed.). Oxford: Oxford University Press.
- Markman, E. M. (1989). *Categorization and naming in children: problems of induction*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Martin, J., & Sugarman, J. (2001). Interpreting human kinds: Beginnings of a hermeneutic psychology. *Theory and Psychology*, 11, 193-207.
- Medin, D. L., & Ortony, A. (1989). Psychological essentialism. In: S. Vosniadou & A. Ortony (Eds.). *Similarity and analogical reasoning*. (pp. 179-195). New York: Cambridge University Press.
- McGeer, V. (2009). The Thought and Talk of Individuals with Autism: Reflections on Ian Hacking. *Metaphilosophy* 40, nos. 3–4: 517–530.
- Mill, J.S. (1974). *A system of logic ratiocinative and inductive*. Toronto, Canada: University of Toronto Press. (Publicação original de 1843).
- Millikan, R. G. (2000). *On Clear and Confused Ideas. An Essay about Substance Concepts*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Mukhopadhyay, T. R. (2011). *The mind tree: a miraculous child breaks the silence of autism*. New York: Arcade Publishing.
- Murphy, D. (2001). Hacking's reconciliation: Putting the biological and sociological together in the explanation of mental illness. *Philosophy of the Social Sciences* 31: 139-162.
- Needham, P. (2000). What is Water? *Analysis*, 60: 13–21.
- \_\_\_\_\_. (2002). The Discovery that Water is H<sub>2</sub>O. *International Studies in the Philosophy of Science*, 16: 205–226.
- Oliveira, D. C. C. de & Russo, J. A. (2017). Abuso sexual infantil em laudos psicológicos: as "duas psicologias". *Physis* 27(3) Rio de Janeiro.
- Ortega, F. (2009). Deficiência, autismo e neurodiversidade. *Ciência e Saúde Coletiva (Impresso)*, v. 14, p. 67-77.
- Piper, A. (1992). Passing for White, Passing for Black. *Transition*, No. 58 (1992): 4.
- Posner, M. (1973). *Cognition: An Introduction*. Glensiew, III.: Scott, Foresman and Company.
- Putnam, H. (1975). *Mind, Language and Reality: Philosophical Papers*. Cambridge: Cambridge University Press.



- \_\_\_\_\_. (1975). Is semantics possible?. in: H. Putnam, *Mind, language and reality: Philosophical papers*. vol. 2. Cambridge: Cambridge University Press, 1975.
- \_\_\_\_\_. (1983). Reference and Truth. In: *Realism and Reason: Philosophical Papers 3*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983, p. 71.
- Quine, W.V.O. (1969). Natural Kinds. In: *Ontological Relativity and Other Essays*. New York: Columbia University Press, 114-138, p. 118.
- Rang, H. P.[et al.]. (2016). *Rang-Dale: Farmacologia*. (Trad. Gea Consultoria Editorial). 8ed. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Read, Carveth. (1877). *On some principles of logic*. *Mind*, 2(7):336-352.
- Reydon, T. A. C. (2009). How to Fix Kind Membership: A Problem for HPC Theory and a Solution. *Philosophy of Science*, 76, 724–736.
- \_\_\_\_\_. (2010). *Natural kinds theory as a tool for philosophers of science*. EPSA Epistemology and Methodology of Science.
- \_\_\_\_\_. (2014). Metaphysical and epistemological approaches to developing a theory of artifact kinds, in: Franssen, M.P.M., Kroes, P., Reydon, T.A.C. & Vermaas, P.E. (Eds): *Artefact Kinds: Ontology and the Human-Made World*, Dordrecht: Springer, pp. 125-144.
- Rose, N. (2003). Neurochemical selves. *Society*, 41, 46-59.
- \_\_\_\_\_. (2006). Disorders without borders? The expanding scope of psychiatric practice. *BioSocieties*, 1, 465-484.
- \_\_\_\_\_. (2007). *The politics of life itself: Biomedicine, power and subjectivity in the twenty-first century*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Rose, N., & Abi-Rached, J. M. (2013). *Neuro: The new brain sciences and the management of the mind*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Root, Michael. 2000. How we Divide the World. *Philosophy of Science*. 67:628-639.
- Russell, B. (1948). *Human Knowledge: Its Scope and Limits*. London: Allen and Unwin.
- Russo, F. & Williamson, J. (2007). Interpreting Causality in the Health Sciences. *International Studies in the Philosophy of Science*, 21 (2): 157–70.
- Sacks O. (2007). *Alucinações Musicais: Relatos sobre a música e o cérebro*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Sartre, J.-P. (1997). *O Ser e o Nada: Ensaio de Ontologia Fenomenológica*. (Trad. de Paulo Perdigão). Petrópolis, RJ: Vozes. (Publicação original de 1943).

- Schyfter, P. (2012). Technological biology? Things and kinds in synthetic biology. *Biology and Philosophy* 27 (1):29-48.
- Sellin, B. (1995). *I don't want to be inside me anymore: messages from an autistic mind*. (A. Bell, trad.) New York: Basic books.
- \_\_\_\_\_. (1998). *La solitude du déserteur: un autiste raconte son combat pour rejoindre notre monde*. (M. Keyser, Trad.). Paris: Robert Laffont.
- Silva, R. C. (2006). *Esquizofrenia: Uma Revisão*. *Psicologia USP*, v. 17, p. 263-285.
- Skipper, R. A., & Millstein, R. L. (2005). Thinking about Evolutionary Mechanisms: Natural Selection. *Studies in the History and Philosophy of Biological and Biomedical Sciences* 36: 327–347.
- Schwartz, S. P. (1978). Putnam on artifacts. *Philosophical Review* 87, 566-574.
- \_\_\_\_\_. (1980). Natural kinds and nominal kinds. *Mind* 89, 182-195.
- Sober, E. (1993). *The Philosophy of Biology*. Boulder, CO: Westview Press.
- Thagard, P. (1999). *How Scientists Explain Disease*. Princeton, N.J.: Princeton University Press.
- Tsou, J. (2007). Hacking on the Looping Effects of Psychiatric Classifications: What is an Interactive and Indifferent Kind? *International Studies in the Philosophy of Science*, 21, 3, pp. 329-244.
- van Brakel, J. (1986). The chemistry of substances and the philosophy of mass terms. *Synthese* 69: 291–324.
- \_\_\_\_\_. (1992). Natural kinds and manifest forms of life. *Dialectica* 46:243-262.
- \_\_\_\_\_. (2005). On the inventors of XYZ. *Foundations of Chemistry* 7:57-84.
- \_\_\_\_\_. (2012). Substances: The ontology of chemistry. In: R.F. Hendry, P. Needham & A.I. Woody (eds.), *Handbook Philosophy of Science*. Volume 6: Philosophy of Chemistry, Boston: Elsevier, pp. 171-209.
- Venn, J. (1866). *The Logic of Chance*. London: Macmillan.
- \_\_\_\_\_. (1907). *The Principles of Empirical or Inductive Logic*. London: Macmillan And Company Limited.
- Wilkerson, T. (1995). *Natural Kinds*. Aldershot: Aldbury.
- Williams, D. (1996). *Autism - an inside-out approach: an innovative look at the mechanics of "autism" and its developmental "cousins"*. London/Philadelphia, PA: Jessica Kingsley Publishers.

- \_\_\_\_\_. (2012). *Meu mundo misterioso: testemunho excepcional de uma jovem autista*. Brasília: Thesaurus Editora.
- Wilson, R. A., Barker, M. J. & Brigandt, I. (2007). When traditional essentialism fails: Biological natural kinds. *Philosophical Topics* 35, 189-215.
- Wing, L. (1991). The relationship between Asperger's syndrome and Kanner's autism. In U. Frith (Ed.), *Autism and Asperger syndrome* (pp. 93-121). Londres: Cambridge University Press.
- Whewell, William. (1971). *On the Philosophy of Discovery*. New York: Burt Franklin. (Publicação original de 1860).
- Whitbourne, S. K.; Halgin, R. P. (2015). *Psicopatologia: perspectivas clínicas dos transtornos psicológicos*. 7. ed. Porto Alegre, RS: AMGH.
- Yuen, R. K., Thiruvahindrapuram, B., Merico, D., Walker, S., Tammimies, K., Hoang, N., & Scherer, S.W. (2015). Whole-genome sequencing of quartet families with autism spectrum disorder. *Nature Medicine*, 21(2), 185-91.
- Zachar, P. (2000). Psychiatric disorders are not natural kinds. *Philosophy, Psychiatry, & Psychology*, 7(3), 167-182.